

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Fabiana Vieira da Silva

“Sob o Sol de Johannesburg”: o movimento negro brasileiro e a luta
antiapartheid entre 1977 e 1990

Programa de Estudos Pós – Graduação em História.
Doutorado em História Social

São Paulo
2023

Fabiana Vieira da Silva

“Sob o Sol de Johannesburg” - o movimento negro brasileiro e a luta antiapartheid entre 1977 e 1990.

Programa de Estudos Pós – Graduados em História.
Doutorado em História Social

Tese de Doutorado apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em História Social sob a orientação do Professor Dr. Amailton Magno Azevedo.

São Paulo
2023

Banca Examinadora

Dedico este trabalho àquelas que não se cansam da luta contra o racismo cotidiano, aquele que atravessa a existência diária de nós, mulheres negras e periféricas.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Código de Financiamento 140112/2020-0”

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) and the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Finance Code - 140112/2020-0.

AGRADECIMENTOS

A princípio, àqueles que nunca faltam, meus pais, José Afonso e Terezinha. Agradeço imensamente pela força, pelo caráter, pela luta. Obrigada por me mostrarem que é preciso sempre seguir em frente. À minha mãe, que sempre me apoia em todas as minhas decisões, e ao meu pai, que sempre me apontou a Educação como prioridade.

Aos meus irmãos Flávio, Fábio e Fabrício. Em especial ao Fabrício, irmão caçula, cujas aulas de Futebol e Política sempre me inspiram.

A minha filha, amada, companheira, amor da vida da mamãe: Janaína! Em tempos de Pandemia, o que seria de mim sem você? Minha parceira, aquela que me permitiu enxergar o mundo com os olhares de criança, de viver novamente a infância. Inspiração para continuar a luta.... foi por você!

Ao professor Doutor Áureo Busetto da UNESP – ASSIS, afinal, foi com ele que tudo começou. Obrigada por ter acreditado naquela jovem estudante de graduação. Os jovens precisam de pessoas que acreditam neles.

À Fernanda Casagrande e Fernando Cruz Lopes, pessoas a quem devo, além da sobrevivência por longos anos de graduação, os encontros anuais, cuja noção de tempo se distorce. A luta pela sobrevivência, que impede nosso convívio diário, é sempre compensada com os intensos diálogos que temos quando estamos juntos. Obrigada por entenderem as ausências.

Ao Danilo Luiz Marques e à Simone. Ao primeiro, pela amizade, pelo amor, por ser quem você é. Obrigada por ter me estimulado tanto, acreditado em mim. Sem você, nada disso seria possível. E à Simone, que, em pequenas atitudes e em tão pouco tempo de convívio, me dá aulas e aulas sobre parceria e solidariedade feminina.

Meus agradecimentos especiais à Adriana, companheira de doutoramento. Sofremos juntas, desde a entrevista para o doutorado, o quão difícil é ser uma pesquisadora em Ciências Humanas no Brasil, sobretudo entre 2020 e 2023. Não foi fácil.

A toda a equipe do CEDIC, do CEDEM, e GELEDÉS onde realizei parte das pesquisas. Muito obrigada pela paciência, pelo prazer dispensado em ouvir e ajudar nas buscas das fontes. Sempre de modo paciente e interessado.

À inesquecível Turma do Mestrado em História da PUC – SP ingressantes de 2011. Quão gratificante foi poder compartilhar minhas ânsias, frustrações, acolher

preciosas sugestões com essa turma. No Doutorado também conheci pessoas incríveis, sempre dispostas a colaborar, mas cujo convívio foi dificultado pela COVID – 19.

À trabalhadora, mãe, viajante e pesquisadora Sandra, veterana que me orientou em cada passo para o ingresso no Doutorado. A quem recorri em vários momentos e que sempre estava lá disposta a me ajudar.

A todos os professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, entre eles, os que me acompanharam mais de perto: Maria Izilda Santos Matos, Luiz Antônio Dias, Maria Antonieta Antonacci, Antônio Pedro Tota e Olga Brites.

À Banca da Qualificação, composta pelos professores Petrônio Domingues, Luiz Antônio Dias. Eles, com seus valiosos caminhos, deram-me novo fôlego e perspectivas para o encaminhamento dos estudos.

Ao meu orientador, Amailton Magno Azevedo, sem o qual este trabalho não teria sido possível. Agradeço o acolhimento, paciência, carinho, atenção, disponibilidade, sugestões e, principalmente, a confiança depositada.

A todos os meus alunos! Cada aula é um aprendizado incrível! Sem contar o fôlego que me dão a cada dia para continuar a empreitada. Em especial à Julinha, muito obrigada pela admiração!

Aos meus colegas de docência que acompanham esta minha trajetória e estão sempre dispostos a me ouvir. Muitos outros que, no trabalho, na amizade, na confiança depositada e em pequenas ações cotidianas, me sustentaram, acreditaram em mim, me motivaram, me ouviram, me inspiraram: André, Paulinha, Ednice, Maria Cristina, Carlos e, sobretudo, ao Cadu, que nem imagina o quão me ajudou em todos os papos.

E, por fim, ao auxílio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), pelas bolsas concedidas, fundamentais para a concretização deste trabalho.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa de doutorado é analisar de que modo se construiu um movimento negro contemporâneo no Brasil, que estava inserido nas discussões dos movimentos da diáspora negra, e que, na década de 1980, tinha como principal foco de discussão a luta contra o apartheid na região sul da África. O foco recaiu sobre as possibilidades que a luta antiapartheid ensejou, no eixo Rio São Paulo, para a militância negra e para os movimentos de mulheres negras, em um esforço de solidariedade que se utilizou de contatos nunca cessados entre as duas regiões, promoveu uma ampla mobilização em um esforço de ação global, transatlântico, mas que permitia que, a partir daqueles eventos, fossem, também, discutidas as particularidades de cada local, permitindo a emergência de propostas políticas antirracistas globais, que colocaram a questão racial no centro dos debates.

Palavras chave – Luta antiapartheid – Movimento Negro - Racismo – Abertura Política - Brasil – África do Sul – Imprensa Negra.

ABSTRACT

The aim of this doctoral research is to analyze how a contemporary black movement was constructed in Brazil, which was integrated into the discussions of the black diaspora movements, and that, in the 1980s, had as its main focus of discussion the fight against apartheid in the southern region of Africa. The focus was on the possibilities that the anti-apartheid struggle presented, in the Rio-São Paulo axis, for black activism and black women's movements, in an effort of solidarity that relied on ongoing contacts between the two regions, promoting broad mobilization in a global, transatlantic endeavor. Moreover, it allowed for the discussion of the specificities of each location, thus enabling the emergence of global anti-racist political proposals that placed the issue of race at the center of debates.

Keywords - Anti-apartheid struggle - Black Movement - Racism - Political Opening - Brazil - South Africa - Black Press.

ABREVIATURAS E SIGLAS

AN– Arquivo Nacional

AZAPO - Organização do Povo Azaniano

CEAA - Centro de Estudos Afro - Asiáticos

CECAN - Centro de Cultura e Arte Negra

CEDIC - Centro de Documentação e Informação da PUC-SP

CEMUFP - Centro de Mulheres de Favelas e Periferia

CMB – Centro da Mulher Brasileira

CNA - Congresso Nacional Africano

COMITÊ DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS DA ÁFRICA DO SUL E DA NAMÍBIA – COMAFRICA

CDPCN - Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra

CECF - Conselho Estadual da Condição Feminina

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CSN - Conselho de Segurança Nacional

FAFERJ - Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro

FDU – Frente Democrática Unida

FNB – Frente Negra Brasileira

FSP - Folha de São Paulo

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

GMN - Grupo de Mulheres Negras – Rio de Janeiro

GSSD - Grupo Solidário São Domingos

INEAFRIC – Instituto de Estudos Africanos.

IPCN - Instituto de Pesquisa e Culturas Negras

IURE – Instituto Unificado de Relações Exteriores.

MASP – Museu de Artes de São Paulo

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE

MNU – Movimento Negro Unificado

MPLA – Movimento Popular Para a Libertação de Angola

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Congresso Panafricano

PC – Partido Comunista

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SASO – Organização de Estudantes da África do Sul

SINBA - Sociedade de Intercâmbio Brasil - África

SNI – Serviço Nacional de Informações

SWAPO - Organização dos Povos do Sudoeste Africano

TEN - Teatro Experimental do Negro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14.
 CAPÍTULO I: A LUTA CONTRA O APARTHEID NO EIXO RIO – SÃO PAULO.....	 39.
1.1 Entidades contra o apartheid a partir da experiência do Grupo Solidário São Domingos e da publicação das “Cartas à África do Sul”	45.
1.2. Uma entidade voltada prioritariamente à luta contra o apartheid – COMAFRICA.....	57.
 CAPÍTULO 2: Movimento Negro brasileiro e a luta contra o apartheid: uma proposta de análise a partir dos materiais da imprensa negra	 68.
2.1 SINBA - A libertação do negro brasileiro e a experiências de luta da África Austral.....	70.
2.2 SINBA – Movimento negro, associações e a necessidade de romper o elitismo.....	83.
2.3 SINBA e Árvores das Palavras: a África como caminho para a luta do negro brasileiro.....	88.
2.4 A Frente Negra Brasileira dos anos 1980 – aglutinação como segmento avançado na luta.....	92.
2.5 JORNEGRO. Colhe-se os frutos de uma entidade a serviço da promoção da consciência do negro ao final dos anos 1970.....	100.
2.6 Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra e o apartheid enquanto questão estratégica para inserção no debate nacional.....	108.
 CAPÍTULO 3: <i>ÁFRICA LIBERTA EM SUAS TRINCHEIRAS QUANTAS ANÔNIMAS GUERREIRAS BRASILEIRAS - O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS E A LUTA CONTRA O APARTHEID.</i>.....	 124.
3.1 As mulheres da Aqualtune e a busca de um espaço para reflexão.....	128.
3.2 Não somos omissas! Pela formação de entidades negras, femininas e autônomas.....	138.
3.3 Ainda em tempo: sobre a Constituinte e a internacionalização da luta das mulheres negras brasileiras.....	145.
3.4 Os encontros de mulheres negras nos anos 1980, a disseminação de entidades reivindicativas e uma pauta de ação diaspórica.....	156.

**CAPÍTULO 4: MULHER, NEGRA, POLÍTICA E ANTIRRACISTA GLOBAL –
BENEDITA DA SILVA NA LUTA
ANTIAPARTHEID.....182.**

4.1 Toque de Mulher Negra.....190.

4.2 O apartheid na Câmara dos deputados a partir daqueles que se inscrevem na linha dos
libertadores
negros.....194.

Considerações

Finais.....220.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS227.

INTRODUÇÃO

O apartheid foi um regime de segregação racial que vigorou entre 1949 e 1990 na África do Sul e elevou as práticas segregacionistas já vigentes na região à condição de política oficial de Estado.

Instituído a partir as eleições do Partido Nacional, tinha por objetivo a perpetuação do domínio político, econômico e social da minoria branca, e a estratégia utilizada foi dividir para dominar, ou seja, enfatizar supostas particularidades grupais a fim de separar e, se possível, contrapor os diversos grupos negros residentes no território sul-africano em prol da dominação política, econômica e territorial da minoria branca¹.

Uma série de práticas segregacionistas foram oficializadas como políticas de Estado, sobrepujando as práticas de servidão e escravidão que vigoravam na região. Elas impediam o acesso dos negros à educação, saúde, moradia, participação política, ao uso das terras produtivas e à ocupação igualitária dos espaços rurais e urbanos. Ao mesmo tempo, o estado apartheísta buscava aliados internacionais, valendo-se de sua localização estratégica e de suas reservas minerais, essenciais à industrialização em tempos de Guerra Fria.

O apartheid envolvia a violação dos direitos fundamentais dos seres humanos e diversas entidades internacionais se posicionaram em relação à questão. A ONU declarou declarado o sistema como “crime contra a humanidade” e indicou o ano de 1978 como Ano Internacional Contra o Apartheid. Denunciava a perseguição à oposição, as torturas e os assassinatos das lideranças, inclusive o de Steve Biko (1946 – 1977), morto em consequência de torturas.

No decorrer dos anos 1980, inúmeros protestos foram realizados em diferentes partes do Brasil, tendo como foco a luta antiapartheid, a busca pelo rompimento diplomático do país com a África do Sul e a libertação do principal expoente da luta, Nelson Mandela (1918 – 2013). Passeatas em frente ao consulado sul-africano, show na Praça da Sé em São Paulo com pedidos de libertação de Mandela, sessões nas câmaras legislativas com convidados sul-africanos, visitas de lideranças políticas e religiosas

¹ HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA VIII: ÁFRICA DESDE 1935. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010, p. 305-310.

daquele país ao Brasil, noticiário constante nos jornais da grande imprensa² e imprensa negra com foco naquela realidade colocavam o Brasil no curso de uma rota de luta da diáspora negra, em um fluxo de múltiplas direções.

O objetivo principal deste trabalho é, assim, perceber de que modo se construiu um movimento negro contemporâneo no Brasil, que estava inserido nas discussões dos movimentos da diáspora negra, e que, naquele momento, tinha como principal foco de discussão a luta contra o apartheid na região sul da África. Este contato se dava, sobretudo, por meio da leitura de obras, partilha de materiais, visitas de militantes, participação em encontros nacionais e internacionais, seleção das referências intelectuais, entre outros. Desse modo, eram construídos diferentes posicionamentos quanto aos caminhos na luta contra o racismo em uma discussão que extrapolava os limites do estado-nação.

Minha primeira pista referente à centralidade adquirida pela luta antiapartheid no Brasil surgiu ainda durante a iniciação científica, quando acompanhei o ranking semanal de livros mais lidos realizado pela Revista Veja, e que trouxe, por vezes consecutivas, a autobiografia *Mandela: minha luta é minha vida* entre os dez mais lidos de 1989³. Foi a partir da divulgação do apartheid sul-africano nos meios de comunicação de massa em São Paulo que despertou o meu interesse em estudar de que forma aqueles acontecimentos ressoavam no Brasil, como eram compreendidos pelo movimento negro, e como as várias entidades negras deles se apropriavam em suas práticas políticas de atuação contra o racismo e de promoção de políticas antirracistas, durante as décadas de 1970 e 1980.

Durante a pesquisa de iniciação científica desenvolvida em 2006-2007, sob a orientação do professor Dr. Áureo Busetto, com o financiamento do Núcleo de Ensino/Pró-Reitoria de Graduação/UNESP – Assis, o principal foco foi estudar os meios de comunicação e o trato da mobilização negra nacional e internacional nos anos 1980, período marcado pelo chamado processo de abertura política brasileira.

Naquele momento, enquanto jovem estudante negra em uma universidade pública, deparei-me, pela primeira vez, com grupos negros militantes que atuavam ao redor do Núcleo Negro Para Pesquisa e Extensão Universitária – NUPE – Unesp – Assis. Um

² SILVA, Fabiana V. *Notícias do apartheid: o racismo nos espaços dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo*. 2013. 145p. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/12793/1/Fabiana%20Vieira%20da%20Silva.pdf>>>. Acesso em 07.06.2022.

³ Dados levantados a partir do acompanhamento da Revista Veja, entre os meses de março a maio de 1989.

inusitado convite para participar das reuniões pegou-me de surpresa, pois, apesar dos inúmeros casos de racismo pelos quais eu passara, não me identificava enquanto negra e justificava as atitudes hostis das pessoas em relação a mim, sobretudo na infância e no ambiente escolar, em decorrência do formato e textura de meu cabelo crespo. O Brasil possui tal peculiaridade: tendo em vista determinadas condições socioeconômicas ou fenotípicas, quando comparado, sobretudo, aos outros membros da família, existe a possibilidade de o negro ter sua negritude camuflada, de ser apontado como embranquecido e percorrer toda uma trajetória sem dar-se conta das condições estruturais que racializam a sua existência.

Foi a partir das reuniões com aquele grupo, que tinha como orientador o professor Dr. Sérgio Augusto Norte, das experiências vividas no campo universitário e do interesse em desenvolver pesquisa sobre as relações entre sociedade e meios de comunicação sociais, que meus interesses se direcionaram para o lugar do negro na mídia.

Naquele momento, tinha por objetivo pensar os meios de comunicação e, em particular, os jornais de grande circulação não apenas como fonte de informações, mas objeto de análise, com destacado papel de agente político ao atuarem como narradores, comentaristas e dotados de percepções, valores, interesses, sobremaneira a respeito da população negra.

Na realização do projeto de iniciação científica, centrado na análise da chamada grande imprensa, o foco recaiu sobre a Revista *Veja* e os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Uma das primeiras problemáticas levantadas, à época, foi o predomínio do debate, naquelas páginas, da luta antirracista que ocorria fora do Brasil, em particular nos Estados Unidos e África do Sul, em detrimento àquela trazida à tona pela militância negra, que se reorganizava desde 1979, em torno do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial.

Kabenguele Munanga apontou em *Teorias Sobre o Racismo* que as relações raciais dos EUA e da África do Sul recebem mais espaço nos meios de comunicações sociais do Brasil do que a luta que ocorre em solo nacional. A crítica se direcionava para a utilização das relações raciais da África do Sul e dos Estados Unidos como forma de amenizar as práticas racistas no Brasil, de modo a hierarquizá-las, e que tem como

principal resultado a manutenção das estruturas racistas de nossa sociedade e desqualificação da luta antirracista do movimento negro brasileiro⁴.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, mais especificamente em 1995, chegou ao plano governamental o debate sobre a implantação de ações afirmativas, que englobavam uma série de medidas redistributivas com o objetivo de inserção e valorização de grupos desprivilegiados sócio – racialmente. entre as quais o debate acerca das cotas raciais foi o que recebeu mais destaque nos meios de comunicação.

Autores como Yvonne Maggie, Peter Fry e Ali Kamel⁵ apoiavam seus argumentos contra a política de cotas na evidência da mestiçagem existente em solo nacional, sem considerar, entretanto, que tal fato não é exclusivo da história brasileira, e que, ao recorrer “à ideia da inexistência de raças biológicas entre os seres humanos, ou da unicidade da espécie humana”, não atentam ao “fato paradoxal de que, ao falar de mestiçagem ou de miscigenação, estão supondo implicitamente, a existência de raças biológicas no plural”⁶.

Carlos Moore, em *Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*, apontou que, nos Estados Unidos, produz-se argumentos que tendem à perspectiva de que as ações afirmativas lá provocaram uma forma supostamente “mais perversa de racismo”, assentada na perspectiva da “miscigenação”, “formas múltiplas de classificação”, tal como tem sido apontado o Brasil e o significado adquirido pelo conceito de “democracia racial”⁷.

Brasil, Estados Unidos e África do Sul tem, assim, sido articulados internacionalmente, ao sabor das conveniências, tendo em vista interesses de grupos dominantes, os quais, dessa maneira, preservam as estruturas raciais hierárquicas, dificultam ou impedem a implantação de medidas redistributivas entre os diversos grupos que compõem a sociedade.

Aqueles que se asseveravam contra a política de cotas tinham, sobretudo na África do Sul, um de seus focos de estudos. É o caso de Demétrio Magnoli, que escreveu a obra

⁴ MUNANGA, Kabengele. Teorias Sobre o Racismo. In: HASENBALG, Carlos A.; MUNANGA, Kabengele; SCWARCZ, Lília M. *Estudos e Pesquisas. Racismo: Perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira*. Niterói, RJ: EDUFF, 1998, p. 65.

⁵ Ver, por exemplo, FRY, Peter. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; KAMEL, Ali. *Não somos racistas – uma reação aos que querem nos transformar em uma nação bicolor*. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

⁶ D’ADESKY, Jacques. A ideologia da democracia racial no limiar do anti – racismo universalista. In: SALGUEIRO, Maria A. A. *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p.153

⁷ MOORE, Carlos. *Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007, p.290.

paradidática *África do Sul*⁸, publicada em 1992, e *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*⁹, em que faz um percurso pela África do Sul, Estados Unidos e Brasil.

Em minha dissertação de mestrado, *Notícias do apartheid: o racismo nos espaços dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo na década de 1980*¹⁰, que defendi na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2013, apontei como se dava a construção da percepção da prática do racismo instituída na África do Sul quando confrontada com a questão racial no Brasil. Tal questão foi apresentada a partir do racismo enquanto parte da prática social de “outras localidades”, um tema que ocupava majoritariamente o espaço “do exterior” ou “internacional”, entendendo-se EUA e África do Sul como os locais onde, “de fato”, tal prática se manifestava, e que colocava o Brasil na posição de observador e comentarista.

O debate sobre as práticas racistas existente nas páginas dos jornais selecionados na pesquisa de mestrado referente à década de 1980 - Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo - era centrado, sobretudo, na forma de divulgação da experiência sul-africana de luta contra o apartheid. Em um momento de reorganização dos movimentos sociais, surgimento do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, movimentos de mulheres negras no meio universitário, nos bairros e periferias das cidades, bem como a inserção do debate sobre a questão racial na pauta dos partidos políticos e em entidades como a Organização dos Advogados do Brasil, Igreja Católica, a divulgação do racismo focava a realidade existente fora do país, como se aqui não houvesse nada ou, simplesmente, ocorressem apenas casos individuais e esporádicos, que não comprometeriam o suposto caráter nacional brasileiro de harmonia racial¹¹.

Por outro lado, os meios de comunicação sofriam pressões dos diferentes grupos e indivíduos na sociedade brasileira, que se posicionavam contra o racismo em nível nacional e internacional. Eram eles movimentos negros ligados à partidos políticos, entidades religiosas, governamentais, acadêmicas ou militantes e que, ao tratar da luta do negro contra o apartheid, não interpretavam de forma monolítica o significado da articulação das lutas antirracistas ensejadas nas duas localidades.

A realidade do apartheid sul-africano abria espaço para o Brasil atuar, fosse na busca por mercados consumidores, utilizando-se, tal como propôs a Folha de São Paulo,

⁸ MAGNOLI, Demétrio. *África do Sul: capitalismo e apartheid*. São Paulo: Contexto, 1992.

⁹ MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.

¹⁰ SILVA, 2013.

¹¹ Idem.

da sua posição privilegiada no que tange às relações raciais, a fim de estreitar laços econômicos com o mundo africano, e, ainda, vislumbrando-se as possibilidades econômicas que seriam abertas com o fim do apartheid; ou, tal como propôs o Estadão, a prioridade deveria ser privilegiar temas e debates relativos ao mundo europeu e estadunidense, que poderiam render mais frutos ao Brasil.

Caberia ao governo branco sul-africano, de acordo com este último jornal, a tarefa de promover os ditames da chamada civilização e progresso na região sul da África, justificando, assim, a política apartheísta. Desta concepção de racismo, construída nas páginas destes jornais, emergia uma antirracista, assentada na promoção da expansão do capitalismo, do consumo, como formas de “integrar o negro”, à sociedade.

Luiz Felipe Alencastro, em *O Trato dos Viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*, destacou que as relações entre Brasil e África, no período colonial, eram mais tênues do que se havia até então suposto, configurando dois enclaves – litoral da América do Sul e Angola – que escapavam ao controle metropolitano. Assim, Angola era muito mais próxima, no que se refere ao trato das questões sociais, políticas e econômicas, do que o interior da colônia¹². Porém, desde os processos independentistas no século XIX, uma série de mecanismos proibiu e afastou a interação entre as duas localidades, tendo em vista, tal como destacou Jerry Dávila em *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana*, os interesses europeus que se consolidavam na África¹³.

Esta perspectiva, contudo, não deve contribuir para explicações que conduzem ao total rompimento das trocas entre Brasil e África. Tal como pode ser percebido nas páginas da imprensa negra do início do século XX, havia significativos contatos com uma militância internacional, com atuações, sobretudo, na troca de materiais e informações e na inclusão do Brasil na rota de ativistas e lideranças negras estadunidenses e africanas.

Aspectos da construção da modernidade negra no Brasil foram o foco de artigo de Petrônio Domingues sobre a dançarina afro-americana Frida Josephine McDonald (03 de junho de 1906 – 12 de abril de 1975), popularmente conhecida como Josephine Baker, ou, ainda, a Vênus Negra, que causava celeuma por onde passava, devido às suas performances inovadoras. O foco do artigo foram os processos de construção da imagem

¹² ALENCASTRO, Luiz F. *O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹³ DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e os desafios da descolonização africana (1950 – 1980)*. Trad.: Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 17.

de Baker enquanto ícone na imprensa negra no final da década de 1920, os “fluxos e refluxos das ideias modernistas que cruzavam o Atlântico e aportavam no Brasil”¹⁴.

Desde o seu surgimento como política oficial, o apartheid atraiu a atenção das entidades negras, tal como pode ser notado na atuante imprensa negra brasileira, mais particularmente aquela envolvida ao redor do jornal *O Quilombo: Vida, problema e aspirações do Negro*, sob a direção de Abdias do Nascimento (1914 – 2011) e a gerência de Maria de Lourdes Vale Nascimento. Nele, é possível encontrar, para além das propostas antirracistas e caminhos para a elevação cultural do negro, projetos políticos de constituição de identidades que abarcam a busca por diálogos e referências com diferentes realidades raciais, principalmente a sul-africana e a estadunidense.

O jornal representava os anseios de uma parcela da população negra envolvida em torno da atuação do Teatro Experimental do Negro (TEN), colocando-se como um porta-voz desta organização. Em relação à realidade exterior, os olhares de *O Quilombo* iam em 4 direções principais: 1) a postura do negro dos EUA como exemplo a ser seguido, sobretudo no que se referia aos aspectos educacionais, políticos, modelo a ser alcançado pelo negro brasileiro; 2) a busca por diversas personalidades e expressões culturais negras fora do Brasil, que se encaixavam na elevação intelectual proposta; 3) a seleção de experiências semelhantes de exploração e marginalização do negro, casos de discriminação racial e que mostravam o caminho que tais locais, em particular o continente africano, deveriam percorrer; 4) as similaridades nas lutas e formas de exploração, bem como as dificuldades encontradas, decorrentes, sobretudo, da ação do homem branco enquanto um empecilho para o alcance dos ditames da civilização europeia.

Vários meios comunicavam parte da intelectualidade negra com o exterior, e essas trocas são bastante evidentes nas páginas do periódico em questão. Mulheres negras entravam nas primeiras páginas, como a estadunidense Philippa Schuyler, apontada como uma garota que, já aos 2 anos, lia e escrevia, e, aos catorze, apresentou-se oficialmente em um concerto com a Orquestra Sinfônica de Nova Iorque – era filha do jornalista e escritor negro George Schuyler, que matinha contatos diretos com os representantes d’*O Quilombo*¹⁵; e Eseza Makumbi, que teria partido de Uganda para Londres, a fim de

¹⁴ DOMINGUES, Petrônio. A “Vênus negra”: Josephine Baker e a modernidade afro-atlântica. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 95-124, jan. – junho, 2010.p.103. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862010000100005>. Acesso em 06 jul.2022.

¹⁵ NOSSA Capa. *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*, Rio de Janeiro, jan. 1950, p. 02.

estrelar o filme “Atavismo”, descrito como um “drama profundo e humano, denso de poesia e tragédia”, onde o negro era colocado como protagonista¹⁶.

Este mesmo exemplar apontou, no texto “Nossos irmãos da Abissínia” (na seção Tópicos), a saudação a Georges Challaby, que viera ao Brasil em nome do líder etíope Haile Selassie (1892 – 1975) para organizar a representação diplomática no Brasil¹⁷; na literatura, vemos comentários e indicações de livros de escritores como Richard Wright¹⁸, ou a busca por uma produção afro-americana, tal como em artigo de Efraim Tomas Bó intitulado “Poesia afro-americana”, cujo foco era a busca de uma “expressão” dos negros “vindos para a América – qualquer que seja a sua temática”, possuidoras, segundo o autor, de “caracteres intrínsecos da alma lírica do negro em sua manifestação artística”, que “só o negro pode sentir e expressar”, “possível na sua universalidade”, sendo, assim, representativo o cubano Ramon Guirrao¹⁹.

Abdias do Nascimento apontou, em sua primeira edição d’*O Quilombo*, que o problema a ser enfrentado pelo negro era o “predomínio político de uma raça ou grupo étnico de maior força econômica sobre outro grupo étnico ou raça sem meios”, uma questão histórica que perpassou épocas, desde o “tempo que antecedeu a conquista da América [...]”. Não era, pois, uma questão exclusiva ao Brasil: relacionava-se ao período da colonização no continente, e perpetuava-se naquele momento em que “querem arrancar o negro o domínio econômico e político de sua terra, como na África do Sul; tiram-lhe violentamente seus direitos no país que ajudou a formar e construir, como nos Estados Unidos; ou ardilosamente despojam-lhe dos meios psicológicos e mentais que o capacitariam a adquirir a consciência de sua verdadeira condição ante uma igualdade legal, como no Brasil”²⁰.

Os olhares da imprensa negra para os movimentos afro-diaspóricos eram constantes, sendo não apenas observadores, mas partícipes, sobretudo por meio da troca de correspondências e materiais com movimentos e lideranças. Além disso, o país estava incluído na rota de atuações de muitos deles, sobretudo artistas, tais como a própria Josephine Baker, Marian Anderson, Katherine Duran, como trouxe a tese de doutorado

¹⁶ ESEZA Mkumbi. *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*, Rio de Janeiro, jun.1949, p. 03.

¹⁷ NOSSOS irmãos da Abissínia. *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*, Rio de Janeiro, jun. 1949, p. 03.

¹⁸ LEAL, Péricles. O Drama do negro americano. *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*, Rio de Janeiro, 1949, p.09.

¹⁹ BÓ, Efraim T. Poesia afro – americana. *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*, Rio de Janeiro, dez. 1948, p.08.

²⁰ NASCIMENTO, Abdias. Nós. *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*, Rio de Janeiro, 09 dez. 1948. Primeira página, p.01.

de Walter de Oliveira Campos, intitulada *A Lei Afonso Arinos e sua repercussão nos jornais (1950-1952): entre a democracia racial e o racismo velado*²¹.

A partir de tais observações pretende-se compreender que, mais do que comparações e contraposições com uma realidade racial exterior, havia trocas, partilha de referências, leituras de obras, observações de atitudes, e, por meio delas, pode-se observar as experiências negras modernas para além dos limites fronteiriços. Experiências essas ainda parcamente estudadas pela historiografia, no que concerne as práticas políticas da década de 1980, período da chamada redemocratização no Brasil dos anos 1980 e que, na África, era varrida pelas ondas de libertação, emergência de novos países, fim do regime segregacionista sul – africano e a ação da África do Sul como desestabilizadora dos processos de consolidação das diversas nações africanas, sobretudo ao sul do Saara.

Não é possível negar as especificidades de Brasil, Estados Unidos e África do Sul no que tange ao desenvolvimento de suas relações raciais, dentro das particularidades fronteiriças. Nesta pesquisa, contudo, buscamos compreender a luta antirracista em uma perspectiva que extrapole seu caráter isolado, a partir do foco na atuação do movimento negro, que se constituiu ao final da década de 1970 e ao longo da década seguinte. Logo, partimos para a atuação das entidades de mulheres negras brasileiras, tendo em vista como elas incorporaram, em suas pautas de reivindicações, as experiências sul-africanas diante do apartheid, de modo a tecer relações e complementariedades entre as duas formas de luta.

A experiência do negro brasileiro que atuava nas esferas do movimento no eixo Rio – São Paulo, ao dialogar com a realidade do negro sul-africano, era repensada a partir das articulações entre raça, gênero, classe social e política internacional, permitindo que as manifestações do racismo fossem percebidas e debatidas para além do infundável debate das práticas individuais, e produzissem propostas políticas de superação das desigualdades ao nível global, de modo a envolver não apenas as relações entre os dois países, mas novas perspectivas de rearranjos sociais, políticos e econômicos.

Do objetivo principal desdobram-se três objetivos específicos: 1) compreender de que modo sujeitos que tinham suas experiências marcadas pelo racismo produziram, a partir de suas experiências locais, formas de rearranjos globais, tendo em vista a promoção de práticas políticas diante da luta antiapartheid; 2) analisar as formas de

²¹ CAMPOS, Walter de O. *A Lei Afonso Arinos e sua repercussão nos jornais (1950 – 1952): entre a democracia racial e o racismo velado*. Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis. UNESP. Universidade Estadual Paulista. 2016.

intervenções propostas e de que modo constituíam a partir de tais experiências, o debate sobre cultura, política, economia, com os olhares no intercruzamento entre o local e o global; 3) lançar luzes sobre as conexões transatlânticas com foco na luta antiapartheid tendo em vista a análise do movimento negro e do movimento de mulheres negras, a fim de compreender a articulação das demandas do cotidiano com as possibilidades globais de luta e promoção de políticas antirracistas.

Dividiremos nosso trabalho em quatro capítulos. O primeiro tem como foco a luta diante do apartheid na sociedade brasileira com foco na experiência em torno de setores progressistas da Igreja Católica, mais especificamente a entidade Grupo Solidário São Domingos e o Comitê de Solidariedade aos Povos da África do Sul e da Namíbia, este liderado pela sul – africana residente no Brasil Jennifer Dunjwa Blajberg

Em seguida, partimos para compreensão de que modo as diversas entidades do movimento negro, por meio de suas publicações que circularam entre 1977 e 1990, incorporaram a questão do apartheid em sua pauta de discussões divulgadas e, então, centramos nossa análise nas especificidades da luta das mulheres negras diante da mesma questão. Elas haviam buscado meios próprios no caminho para a libertação, criando entidades específicas e que, em suas experiências, articulavam questões da luta do cotidiano com a mobilização internacional, vinculando-a às dificuldades diárias que o racismo impunha às mulheres do sul da África.

A fim de melhor compreender essa rede de articulações, percursos de análises e propostas a partir da experiência de luta contra o apartheid, nossa análise do último capítulo recai na trajetória de Benedita da Silva (1942 -).

O trânsito de Benedita da Silva entre movimento negro, movimento de mulheres negras, partido político e legislatura tornou-se profícuo para pensar a experiência da mulher negra na diáspora, suas propostas de articulação política globais, que articulavam demandas das mulheres negras que viviam nas áreas mais pobres e segregadas das cidades, com os esforços de luta da comunidade internacional contra o apartheid e, mais especificamente, o cotidiano de resistência da mulher negra sul-africana e brasileira.

*

* *

As principais fontes utilizadas nesta pesquisa se referem aos materiais da chamada imprensa negra, o que permite uma regularidade metodológica no seu trato. Tais materiais

são reveladores dos diferentes posicionamentos tomados, representativos de uma ampla variedade de entidades, sejam elas autodenominadas culturais, governamentais, universitárias ou feministas, e foram tomados como fonte e objeto de análise nessa pesquisa.

Estes exemplares têm algumas características em comum, como a irregularidade das publicações e a dificuldade de acesso às coleções completas, sendo encontrados de forma esparsa em diferentes arquivos.

Tendo em vista esta característica, foi necessário recorrer a diferentes arquivos a fim de obter o maior número possível de exemplares. Dentre os principais acervos utilizados nesta pesquisa, estão o acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI)²² do Arquivo Nacional; o Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV); os periódicos pertencentes ao acervo Clóvis Moura, disponibilizado pelo CEDEM da UNESP; o acervo do Grupo Solidário São Domingos (GSSD), pertencente ao CEDIC da PUC-SP e o acervo do Geledés, Instituto da Mulher Negra.

No acervo Geledés foram selecionados os materiais da imprensa negra, da imprensa feminista e suas tentativas de diálogo com o movimento de mulheres negras, bem como os materiais de encontros realizados pelo movimento negro, sobretudo para o final da década de 1980 e da atuação parlamentar de Benedita da Silva. Entre estes materiais estão o Boletim do Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista; Informe Mulher, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Toque de Mulher Negra, material de autoria da deputada federal Benedita da Silva, ano 1992; relatório de encontros realizados, tais como o I Encontro Nacional da Mulher Negra, Boletim do Centenário, Boletim Informativo do I Encontro Nacional das Entidades Negras, Boletim Comunitário Negro – órgão de divulgação da Comissão Afro brasileira pró – diretas, relatório do II Encontro dos Negros das Regiões Sul e Sudeste.

Tal como apontou Sueli Carneiro, os documentos reunidos pela entidade trazem as trajetórias e lutas de mulheres negras, com foco para os temas da saúde, direitos reprodutivos, violência doméstica, articulações entre movimentos localizados nos diversos estados e no contexto internacional. Os itens selecionados, bem como o material

²² O SNI foi criado logo após o golpe de 1964, pela Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, como órgão vinculado à Presidência da República, a fim de “coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação que interessavam à segurança nacional, e seu comandante exercia prerrogativas de ministro de Estado”. Com sua criação, absorveu o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI) e a Junta Coordenadora de Informações (JCI). Vide BRASIL. Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4341.htm. Acesso em 23.11.21.

bibliográfico pertencente ao Geledés se encontra na sede da unidade em São Paulo, já os documentos que tratam de sua fundação estão no Arquivo Edgar Leuenroth, tendo em vista que necessitam de cuidados arquivísticos especiais²³.

Os materiais da imprensa negra fazem parte de um conjunto de impressos produzidos de forma irregular desde o século XIX por indivíduos ou entidades negras que tem como pauta principal o combate à discriminação racial e propostas de superação da desigualdade imposta pelo racismo na sociedade brasileira. Emitem concepções que fazem parte de percepções reais, construídas na sociedade, as quais são selecionadas, reformuladas, retransmitidas, a partir dos posicionamentos ideológicos assumidos.

De um modo geral, sofreram com a falta de recursos, não constituindo a principal atividade de seus editores e colaboradores. Muitos militantes atuavam em várias entidades, escreviam em vários órgãos e atribuem suas formações à leitura destes materiais ou de jornais da imprensa operária, o que contribuiu, também, para a semelhança no que se refere à diagramação dos mesmos. Por vezes, na falta de recursos, eram escritos à mão ou por meio de colagens de reportagens que saíram em outros meios de comunicação.

Sua irregularidade é notória, também, no número de páginas, alguns com 4, tal como o jornal Comitê de Solidariedade aos Povos da África do Sul e da Namíbia – COMÁFRICA, publicado no mês de outubro 1984; outros como o Jornal do Conselho da Comunidade Negra passou de 4 páginas em suas publicações iniciais para 16 ao longo dos anos.

Neles, a seleção das notícias, a forma de composição das mesmas, a dinâmica dos espaços recebidos e o lugar dos diferentes gêneros textuais na página, assim como suas escolhas e formato (se publicadas em notas, reportagens ou entrevistas) são fundamentais para a efetivação dos sentidos que cada entidade pretendia construir. Ali naquelas páginas delineava-se um modo específico de ver e analisar o mundo, e, sobretudo, perspectivas antirracistas assentadas em pressupostos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Os temas pressentes, por sua vez, giravam, no período que esta pesquisa abarca, ao redor da necessidade de aglutinação do povo negro, divulgação e chamamento para a participação nos assuntos da comunidade, como seminários, formação de novas entidades. Dedicaram, em grande parte, espaço voltado para o continente africano, sobremaneira à região sul e assuntos relativos à diáspora negra, sobretudo ações do negro

²³ CARNEIRO, Sueli. Centro de Documentação e Memória Institucional de Geledés. Disponível em < http://acervo.geledes.org.br/cgi-bin/koha/opac-main.pl?news_id=17. Acesso em 26.05.23.

estadunidense e os conflitos causados pela África do Sul e seu rol de apoiadores ocidentais. Tais embates garantiram, inclusive, a própria atualização das discussões nos impressos e sua sobrevivência, tendo em vista que jornais que centravam suas análises na região de Angola e Moçambique foram perdendo espaço para outros e as notícias relacionadas aos conflitos causados pelo apartheid.

A busca por participação política passou a ser temática central ao final da década de 1970 e 1980 e temas em debate na sociedade hegemônica como a elaboração da Constituinte, Centenário da Abolição foram acompanhados, sobretudo as formas de organizações negras para o trato destas questões enquanto sujeitos de ação política.

No acervo do Centro Pastoral Vergueiro há múltiplas evidências desta variedade de órgãos voltados para o combate à discriminação racial e suas propostas de superação do racismo, tendo em vista o final da década de 1970 e a de 1980. Estão disponíveis, entre outros, Boletim Comunitário Negro: órgão de Divulgação da Comissão Afro-Brasileira Pró-Diretas; Informativo Nzinga; Boletim do Grupo União e Consciência Negra; Acorda Negro: Boletim Informativo dos Grupos Negros da Grande São Paulo; Boletim Informativo: coordenação das mulheres negras de São Paulo; SINBA – órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África; JORNEGRO, Jornal do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra.

O CPV foi fundado em 1973 por frades dominicanos, estudantes universitários, professores e profissionais liberais, sob a orientação do Frei Giorgio Callegari²⁴. Esteve vinculado à luta contra à ditadura militar, em uma tentativa de preservação da memória da resistência, naqueles anos, da luta operária. A prática do Centro voltou-se para ações de sustentação das várias entidades e movimentos populares que se reorganizavam, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, quando, tal como cunhou Eder Sader, novos personagens entraram na cena política²⁵.

Constituiu-se como um projeto de formação e informação para estas entidades ao oferecer diversas atividades, como educação popular, assistência jurídica, organizações de palestras, cursos de teatro²⁶, e por se apropriar da tarefa de construção de uma memória,

²⁴ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PASTORAL VERGUEIRO. *Um pouco da nossa história*. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/cpv.php>. Acesso em 23.11.21

²⁵ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 – 1989*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

²⁶ SALLES, Paula R. *Documentação e comunicação popular: a experiência do CPV – Centro de Pastoral Vergueiro (São Paulo/ SP, 1973 – 1989)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.p.29. Disponível file:///C:/Users/fabb_/Downloads/Paula%20Ribeiro%20Salles.pdf. Acesso em 07.06.2022.

com a reunião de documentos produzidos por várias dessas organizações e seus militantes.

Seu amplo acervo está localizado na Comunidade Cristo Operário, rua Vergueiro, zona sul da cidade de São Paulo. Lá estão disponíveis documentos produzidos por movimentos populares, intelectuais, militantes, partidos políticos e centrais sindicais e religiosas no período que se estende das décadas de 1970, 1980 e 1990, sobretudo. Estão classificados a partir de um conjunto de temáticas: Movimento Operário, Mundo do Trabalho, Lutas Urbanas, Educação, Mulher, Negros, Documentação, Igreja, Política, Luta pela Terra, entre outros²⁷.

Analisar documentos do movimento negro em um acervo voltado para as experiências operárias é significativo para a compreensão das múltiplas identidades assumidas pelos militantes, as redes de sociabilidade, as quais, por vezes, tornam difíceis o estabelecimento de limites entre uma e outra entidade. E, também, para uma reflexão sobre aqueles que tiveram a oportunidade de organizar instituições de preservação de suas memórias ao passo que outros grupos e indivíduos, tais como aqueles ligados ao movimento negro e mulheres negras, entram no acervo não como protagonistas na construção de narrativas sobre o processo histórico, dos quais foram sujeitos essenciais.

Buscou-se, assim, pensar a necessidade da “descolonização epistêmica”, tal como proposta por Walter Dignolo em *Desobediência epistêmica: retórica da modernidade, lógica da colonialidade e gramática da decolonialidade*. Tal conceito se refere às formas de pensar as experiências e subjetividades fronteiriças formadas na coexistência e nos conflitos entre a expansão do Ocidente e outras formas de organização, que, por sua vez, trazem histórias silenciadas, subjetividades reprimidas, linguagens subalternizadas.

A retórica que naturaliza a modernidade como um processo universal global oculta seu lado obscuro da reprodução da colonialidade. O conhecimento é, também, um instrumento de colonização e a descolonização abrange o saber e o ser, a subjetividade, ou seja, o que Dignolo chamou de “desprendimento epistêmico”²⁸.

Estes materiais permitem rastrear as percepções e caminhos para as lutas ensejadas pelos diferentes grupos negros. Em sua maioria, há uma articulação de proposta ao nível global, cuidando de especificidades locais, com os olhares voltados para a diáspora e,

²⁷ Ver CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PASTORAL VERGUEIRO. *Acervo*. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/acervo.php>. Acesso em 28 jun.2020.

²⁸ MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica: retórica da modernidade, lógica da colonialidade e gramática da decolonialidade*. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2010.

sobretudo, para a luta pela descolonização africana que, nos anos 1980, tinha como foco principal a luta antiapartheid. Esta discussão englobava a leitura de obras, poesias, bem como a discussão de um pensamento negro-africano, que também orientava os caminhos propostos pelas diferentes entidades e promovia rupturas, críticas e debates sobre temas como política, economia, classe, gênero, política externa e experiência internacional na luta contra o racismo.

Outra fonte de pesquisa foram os materiais recolhidos pelos órgãos de segurança e informação e disponíveis no Arquivo Nacional (AN), que portam posicionamentos e ordenação a partir dos interesses e perspectivas ideológicas do SNI, mas também trazem a ótica e as pressões exercidas pelos vigiados, que não estão passivos diante do processo de construção de uma narrativa sobre eles. O SNI detinha prerrogativas de ministério, além de ser dotado de uma agência central, localizada no Distrito Federal, e outras regionais. Em seu acervo, há documentos emitidos pelas várias agências de informações, localizadas no Rio de Janeiro, em Brasília, na Bahia, em Sergipe e em São Paulo, além de trocas de informações com os sistemas de informações do Ministério do Exército, Ministério da Justiça e Marinha, entre outros.

Em meio a esse material, encontramos registros da atuação de diversos indivíduos e movimento negro, bem como o intercâmbio destas entidades com sindicatos, partidos políticos, igrejas, suas publicações periódicas e panfletárias, organização de eventos e passeatas. Junto aos relatórios produzidos pelas diversas agências do SNI há, por vezes, exemplares da imprensa negra, assim como materiais divulgados nos encontros: panfletos, descrição de exposições realizadas, descrição de discursos de lideranças por entidades identificadas como Polícia Federal, Centro de Informação do Exército, Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica ou Centro de Informações da Marinha.

Na massa documental temos, ainda, relatórios de seminários, de manifestações, atas de encontros, de campanhas políticas, de eventos religiosos, documentos partidários e comemorativos. O SNI se preocupava, sobretudo, com a descrição do evento, usando trechos dos próprios materiais recolhidos para identificar os participantes, nos quais vemos desde militantes negros e membros de partidos políticos, sindicatos até lideranças estrangeiras, sobretudo ativistas africanos em manifestações contra o racismo, que chamavam a atenção do órgão. Seminários promovidos por universidades ou outros grupos interessados no debate ganhavam ressonância, ao passo que se aproximava o Centenário da Abolição da Escravatura.

Quando nos debruçamos sobre a temática de órgãos de segurança e movimento negro, é comum ativistas como Thereza Santos (1930 – 2012), por exemplo, destacarem as práticas racistas sofridas pelas militâncias quando pegas pelos órgãos da repressão, assim como os estereótipos reproduzidos nestes relatórios²⁹. Deve-se atentar para os discursos presentes que tendem a, majoritariamente, excluir o protagonismo dos ativistas e entidades negras e apontar os partidos políticos, sobretudo o Partido Comunista, como principais responsáveis pelas articulações. Tal percepção reflete e reforça o racismo que desassocia a população negra das instâncias de organização política, inserindo-os como passivos e cooptados pelas organizações de esquerda, essas, sim, classificadas como capazes de organização e cooptação.

Estes mesmos relatórios apresentam outras possibilidades discursivas, à medida que reuniam panfletos, jornais, produzidos pelos próprios movimentos, trazendo as experiências múltiplas, entidades negras e indivíduos muito mais díspares e carregados de múltiplas possibilidades discursivas.

Nosso encontro com Benedita da Silva se deu a partir de pesquisa realizada nos acervos do Centro de Documentação e Informação da PUC-SP (CEDIC) sobre o tema do apartheid sul-africano, com ênfase no material produzido pelo Grupo Solidário São Domingos (GSS). Benedita da Silva tornou-se constante referência para a entidade e foi neste acervo que se deu o primeiro com os discursos pronunciados por ela para o trato da luta antiapartheid na segunda metade da década de 1980. Consta no acervo do grupo os discursos dela na Câmara, cartas enviadas à embaixada sul – africana, participação em manifestações e passeatas antiapartheid, recortes de jornais com entrevistas e perfis traçados.

Fundado em 1982, o Grupo tinha o intuito inicial de traduzir textos da Teologia da Libertação e de sindicatos alemães e franceses, para apresentá-los aos operários brasileiros e assessorá-los nas negociações patronais³⁰. Com o tempo, o foco do GSSD ampliou-se para uma variedade de temáticas, entre as quais a que deu maior impulso às suas atuações na década de 1980: a luta contra o apartheid.

O material disponível no CEDIC consiste em uma grande massa documental de 32 caixas, incluindo a coleção reunida e doada por Lilia Azevedo, e que extrapola as

²⁹ SANTOS, Thereza. *Malunga Thereza Santos – a história de vida de uma guerreira*. EdUFscar, 2008.

³⁰ COUTO, Verônica. No fogo cruzado. Disponível em <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/acervo/entrevista-joao-xerri-473358.phtml>. Acesso em 14.04.2020

esferas de atuações do Grupo. Há materiais de reflexão teológica, proposta de cursos promovidos por agentes de pastoral; artigos de jornais que versam sobre a atuação de religiosos, tais como Leonardo Boff e o processo que sofrera frente ao Vaticano, bem como sobre a vertente conservadora da Igreja, liderada por Ratzinger; relatórios sobre a situação da dívida externa do Brasil no início dos anos 1990; materiais sobre a situação das crianças em condições de abandono familiar; a questão da mulher e a teologia feminina, com dossiês de figuras históricas como Marie Olympe De Georges e a Declaração dos Direitos da Mulher Cidadã, produzida à época da Revolução Francesa.

O fundador do GSSD, o frade dominicano João Xerri, apontou que estreitou seus vínculos com a prática da Teologia da Libertação ao ter contato com Bola, líder comunitário e marido de Benedita, a quem qualificou como “pai”, “amigo”, alguém que lhe mostrou a importância da ação, experiência concreta. Tais elementos o orientaram, sobretudo, quando se tornou pároco no Convento dos Dominicanos, a partir de 1980.

Neste material observamos constantes referências aos discursos e pressões exercidas por Benedita no Congresso, bem como sua presença em passeatas contra o apartheid, encontros com lideranças negras que tinham como foco a luta antiapartheid. É notório sua desenvoltura nas diversas entidades do movimento negro, de mulheres negras e feministas e uma série de outras atividades envolvendo a temática, bem como a luta das mulheres negras pobres e periféricas. Não raro foi apresentada ao lado da liderança negra sul – africana Winnie Mandela (1936 – 2018)

O GSSD reuniu uma grande variedade de materiais relacionado às ações antiapartheid dentro das esferas da Igreja Católica. Há propostas de cursos com a temática sul-africana, promovidos por instituições como a Pontifícia Universidade Católica, panfletos de passeatas realizadas em frente ao Congresso ou à embaixada sul-africana, levadas adiante pelo Grupo União e Consciência Negra, notas à imprensa emitidas pelo GSSD, bem como correspondências trocadas com outras entidades voltadas para a temática, tal como o Comitê de Solidariedade aos Povos da África do Sul e à Namíbia (ComAfrica), localizado no Rio De Janeiro, fundado em 1984.

Dentre os vários materiais sobre luta antiapartheid do acervo do GSSD, temos uma série de discursos e notas emitidas sobre a questão, a partir da voz de Benedita. Boa parte dos itens referentes à sua atuação tratam da dimensão parlamentar, com projetos de leis, discursos na Câmara direcionados aos representantes da Assembleia Legislativa e o pedido de medidas mais drásticas, no que se referia ao corte de relações diplomáticas entre o Brasil e África do Sul. Entretanto, a atuação da parlamentar, no que tange à luta

contra o racismo com foco na perspectiva antiapartheid, não se restringiu ao espaço legislativo, apesar da sua atuação significativa.

Benedita esteve presente em manifestações e seminários, incluiu constantemente a temática nas entrevistas que dava aos periódicos da imprensa negra, além dos seus discursos parlamentares servirem de referência para outras lideranças, tais como Abdias do Nascimento. Seu esforço na luta antiapartheid lhe rendeu a escrita do prefácio à obra de Steve Biko, *Escrevo o que eu quero*, traduzida pelo GSSD e publicada pela editora Ática no ano de 1990.

A partir da centralidade dos discursos de Benedita da Silva e sua constante citação por parte dos militantes negros, estendi o alcance dos materiais disponíveis no GSSD através de uma busca no acervo da Câmara dos Deputados, onde também se encontram falas da então deputada federal da Silva, muitas das quais tratando da luta antiapartheid, sobretudo para o final da década de 1980, inclusive com a leitura da obra prefaciada.

Em seus discursos, na Assembleia Legislativa, como deputada federal podem ser observados os significados que aquela luta adquiria para o povo negro, segundo a perspectiva da parlamentar e, sobretudo, quais os caminhos deveriam trilhados para a superação do racismo em âmbito político, econômico, cultural, questão, então, constante em seus posicionamentos.

Seus discursos podem, assim, ser vislumbrados no Diário do Congresso Nacional (DCN)³¹. Este impresso é composto pelas atas das reuniões realizadas no Congresso e dos discursos realizados pelos deputados. Iniciou-se a pesquisa dos exemplares a partir do ano de 1980, mas foi a partir de 1983, com a posse de Abdias do Nascimento, que a questão do apartheid adquiriu maior centralidade no Congresso, passando da condição secundária, nas falas dos deputados, para temática central para a compreensão do caráter da sociedade brasileira, tendo em vista, sobretudo a presença de constituintes negros, eleitos no pleito de 1986 - Benedita da Silva, Paulo Paim, Carlos Alberto Caó, Edmilson Valentim.

*

* *

³¹ Começou a circular a partir de novembro de 1890, com o nome Diário do Congresso Nacional - Estados Unidos do Brasil. Após sofrer várias alterações de nomenclatura ao longo das décadas, passou a chamar-se Diário do Congresso Nacional - Seção I, nome que vigorou entre 1953 e 1995.

A descolonização de África não foi algo meramente africano, mas uma questão de ordem internacional, como destacou Achille Mbembe em sua *Crítica da razão negra*. O processo contou com diversas posturas. Alguns países que se opuseram veementemente ao processo; outros compactuaram com uma libertação consensual, mantendo os antigos vínculos com as ex - metrópoles e garantindo o direito à posse da terra aos colonizadores; outros, ainda, viam o apoio à luta pela libertação e o rompimento dos antigos vínculos metropolitanos como possibilidades abertas ao estabelecimento de novas diretrizes, que facilitariam, com base em argumentos assentados em discursos raciais ou classistas, sua entrada no continente³².

Esta última proposta foi amplamente discutida, aqui no Brasil, a partir de grupos militantes, acadêmicos e/ou intelectuais, que viam a abertura do continente africano como oportuna para o comércio brasileiro, e para o isolamento da chamada linha dura, durante o processo de abertura política da Ditadura Militar, iniciada em 1964.

Ao lançar olhares para as experiências dos militantes negros brasileiros e suas propostas de articulação política e econômica a nível transnacional, utilizou-se, nesta pesquisa, a categoria da diáspora, tal como delineada por Paul Gilroy. Ela propõe uma relação estabelecida, na prática social, entre os descendentes dos africanos espalhados pelo mundo, em decorrência das práticas colonialistas, e as conexões criadas com o continente africano³³, suas propostas de libertação. Esses pontos constroem o que Achille Mbembe especificou como “razão negra”.

A razão negra de Mbembe abarca, a princípio, todos os discursos, saberes e práticas cujo foco são as pessoas de origem africana e que remontam à Antiguidade. São imagens incompletas, fabulosas, estereotipadas e que constituíram um sujeito racial, bem como uma consciência ocidental sobre o negro”³⁴. Em um segundo momento, a razão negra trataria das respostas dadas pelos negros a estas narrativas, no que constitui um olhar para si, sem, contudo, desvencilhar-se das construções hegemônicas iniciais.

Este grito veio de diversas partes: EUA, Caribe, Europa, África e acrescenta-se, nesta pesquisa, o Brasil. São pessoas que viajaram, tal como citou Mbembe, ou ainda, como nota-se neste trabalho, entraram em contato com redes de circulação de ideias da

³² MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018, p.61.

³³ GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Trad.: Cid Knipel Moreira. São Paulo: ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

³⁴ MBEMBE, 2018, p.61.

diáspora, impulsionadas pela oposição ao capitalismo, ao imperialismo, à segregação e que criaram outras epistemologias.

Epistemologias múltiplas, que enfatizavam fatores distintos, da luta de classes à religião, combinavam tais elementos e propunham novas formas de compreensão das hegemonias, com o intuito de entender de que modo a raça moldava as sociedades, suas concepções políticas, econômicas, sociais, culturais e que conduziam às perspectivas para além do trato do “problema do negro” e propostas estruturais de luta antirracista.

A categoria “diáspora” e a formação de uma consciência transnacional, ou “dupla consciência”, surgiram com a intenção de compreender as relações estabelecidas entre a África, seus descendentes e a construção da modernidade, as redes de solidariedades tecidas com base no compartilhar de experiências.

A diáspora teve nos movimentos Black Power e a luta antiapartheid momentos significativos. Ela “pode oferecer alternativas reais para a inflexível disciplina do parentesco primordial e a fraternidade pré-política e automática”³⁵. Assim, reconfigura os espaços territoriais dos limites fronteiriços, traz à tona o entrelugar, ou situação de dupla consciência, ocupado pelos sujeitos que tiveram, em suas trajetórias, a reflexão e a busca de práticas de luta contra a discriminação racial.

Ao longo do século XX, intensificou-se a busca, por parte da população negra, pela fundação de uma consciência própria, portadora, assim, de um segundo momento de produção da “razão negra”, composta por um conjunto de dispositivos epistemológicos fundados na forma como construíram e perceberam suas experiências individuais e coletivas. Tem-se, então, a noção de raça como elemento central. Ela, por sua vez, foi invocada sobretudo pelos poetas da Negritude³⁶, na tentativa de estabelecer uma comunidade e salvar-se da degradação causada pela violência que lhes era imposta³⁷, gerando então uma crítica anticolonial e contra hegemônica.

A razão negra, que tem a raça como armação, designa, assim, para Mbembe, os conhecimentos produzidos sobre a África e suas populações, os modelos de exploração e depredação construídos a partir da experiência colonial transatlântica e, ainda, os

³⁵ GILROY, 2012, p.18.

³⁶ A Negritude foi um movimento cultural de grande produção poética, que surgiu na década de 1930. Ela reuniu jovens escritores da diáspora, sobretudo de língua francesa, e tinha como objetivo principal a valorização da cultura negra e ressignificação dos estereótipos que lhes eram atribuídos. Este movimento se desdobrou em concepções de exaltação para um projeto de emancipação cultural e política de forte impacto nos processos independentistas africanos na segunda metade do século XX. Entre os nomes mais representativos estão Léopold Sedar Senghor (1906 – 2001) e Aimé Césaire (1913 – 2008).

³⁷ MBEMBE, 2018, p.72.

paradigmas que permitiram a construção de modalidades de superação, por parte dessas populações, das figuras e violências que lhes eram impostas, construídas na diáspora, ou seja, para além dos limites fronteiriços, em um incessante fluxo de idas e vindas, com a transferência de mercadorias, atividades financeiras, assim como a disseminação de conhecimentos, práticas culturais, movimentos políticos. Desse fluxo, surgiram as primeiras manifestações de uma consciência negra, de imaginação desnacionalizada, e que acompanhou a constituição da modernidade³⁸.

Tal abordagem coloca em xeque ideias essencialistas referentes à formação identitária e cultural brasileira, que tem sido um dos pontos primordiais do debate racial e tende a lançar o Brasil como experiência única no trato da harmonização das raças ou um suposto modelo de uma experiência pós – racial, como chamou atenção Gilroy no prefácio da edição brasileira³⁹ de sua obra. Neste texto, ele atentou para o impacto causado pelos movimentos negros no Brasil em termos de inserção, na pauta de governos e sociedade civil, sobre a questão racial, e a necessidade de lançar mais luzes sobre esta sociedade, tendo em vista os limites dos modelos políticos baseados exclusivamente na história dos Estados Unidos e a marginalização da experiência do negro brasileiro nos estudos da diáspora, centrados na América do Norte e no Caribe⁴⁰.

Este trabalho tem, assim, o intuito de descentralizar o olhar e compreender os discursos produzidos por militantes negros na década de 1980, de modo a delinear como construíram suas modalidades de superação para além dos limites fronteiriços e a formação de uma consciência negra, ativa e fundamental para a compreensão da modernidade, também fortemente atuante no Brasil.

*

* *

Apesar do interesse que a África do Sul despertou no Brasil, os poucos estudos estão limitados ao rol da política externa e não tem contemplado a significativa atuação em torno da questão por parte das organizações negras, as quais podem ser vislumbradas desde as atenções que a imprensa negra voltou para a luta antirracista em âmbito internacional, com especial atenção à luta antiapartheid, passando pela presença de sul –

³⁸ MBEMBE, p.36.

³⁹ GILROY, 2012. p.09.

⁴⁰ Idem, p.11.

africanos no Brasil atuando em entidades negras, seminários e visitas às entidades, presença de militantes negros em fóruns internacionais de combate ao racismo e ao apartheid até a significativa produção de materiais bibliográficos, livros paradidáticos, músicas, realizações de passeatas, moções públicas, exposições, seminários, entre outras constantes referências documentais que indicam o protagonismo dos povos da diáspora na busca de propostas globais de superação da desigualdade racial nas esferas políticas, culturais, econômicas.

A composição racial e cultural dos países, assim como seus valores, direciona suas relações de proximidade no âmbito da política externa⁴¹. Ou seja, se quiser obter um lugar no chamado “concerto das nações”, o Brasil terá que rever suas estruturas raciais. A promoção de políticas de ações afirmativas, sejam elas no âmbito da raça e gênero, produziram intensos debates sobre a forma como o país conduz a sua política externa, sobretudo em seu relacionamento com as nações africanas.

Nossa tese aborda como as entidades negras do eixo Rio-São Paulo, no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, apropriaram-se da questão do apartheid. Realizavam um debate epistemológico, tendo em vista que os dados levantados conduziam a interpretações específicas sobre a realidade racial, e produziam propostas de articulação internacional, a partir das ideais que circulavam e eram reapropriadas, além das experiências vividas e, constituíam, a contrapelo, propostas de superação do racismo.

O recorte temporal escolhido compreende o processo de abertura política e reorganização dos movimentos sociais, dentre os quais as entidades negras que se direcionavam, naquele momento, para a luta dos povos negros da diáspora, sobretudo a luta pela libertação africana e, no plano interno, por mais espaços de participação política.

O ano de 1977 assistiu à criação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África (SINBA), entidade que se propunha ser um órgão, no Rio de Janeiro, de divulgação e trocas de informações sobre o continente africano e que veria grande parte de seus integrantes atuarem, no ano seguinte, na formação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Estendo a análise desta pesquisa até as disputas em torno da libertação e da visita de Nelson Mandela ao país, em agosto de 1991.

Em maio de 1987 foi a vez do bispo sul – africano Desmond Tutu visitar o Brasil. Ele percorreu diversas capitais – Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo - sendo recebido por autoridades políticas, religiosas e representantes das entidades negras as

⁴¹ MOORE, 2010, p.19-20.

quais, por sua vez, atuavam na pressão para apresentar ao bispo a realidade racial brasileira como não tão distante da sul – africana, contrariando os esforços dos órgãos oficiais os quais buscavam manter Tutu distante desta discussão.

O propósito da visita de Tutu era angariar apoio e pressões para o fim do apartheid naquele momento, no qual eram recrudescidos os pedidos de sanções econômicas contra a África do Sul. Porém, as entidades negras pressionaram para que a pauta da luta antirracista no Brasil fosse incorporada à visita, indo além do oportunismo de várias lideranças que buscavam associar-se politicamente a ele.

Neste encontro foram apontados os caminhos para luta antirracista, a qual passava indubitavelmente por uma coalisão negra global e a ampliação do debate para além das esferas do movimento⁴². A militância negra brasileira entrava em contato com a luta do negro sul-africano na segunda metade do século XX e, diante do recrudescimento da resistência, relacionava a forma como as leis apartheístas perpassavam todas as esferas da vida social, política e econômica da população negra.

Tutu recebeu o título de cidadão de Salvador, Honra ao Mérito da Assembleia Legislativa. Raimundo dos Santos, apontado como “coordenador do Conselho de Entidades Negras da Bahia”, apontou que a presença de Tutu no Pelourinho fazia parte de um momento histórico, “de grande revisão do racismo” e de uma proposta de luta que englobava “a unidade da raça negra. Fernando Conceição, do Movimento de Defesa dos Favelados, apontou as similaridades da condição do negro no Brasil e na África do Sul⁴³.

Foi entregue ao bispo um documento em nome do MNU com denúncias referentes à discriminação racial no Brasil e solidarizando-se à luta do povo sul – africano. Tutu recebeu a imprensa, manteve encontro reservado com D. Hélder Câmara⁴⁴, participou de cerimônia religiosa na Igreja Anglicana, recebeu homenagens na Câmara Municipal do Recife.

Percebe-se toda a ressignificação daquela visita oficial, por parte da militância negra, mais uma oportunidade para trazer à tona a perspectiva transnacional da luta contra o racismo e propostas antirracistas ao nível global.

⁴² CRAVEIRO, Stella. Tutu conclama à luta pela liberdade. Jornal da Bahia. 20 mai. 87. p.09. In.: *FUNDO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES*. Manifestação política contra o apartheid durante a visita do bispo Desmond Tutu a Salvador – BA. Acervo Arquivo Nacional. Disponível em < https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1978289&v_aba=1>. Acesso em 12.06.22.

⁴³ CRAVEIRO, Stella, 20 mai. 87. p.09.

⁴⁴ Idem.

A passagem pelo Rio de Janeiro foi registrada pela Produtora Cor da Pele, com reportagem de Carlos Alberto Medeiros e ocorreu na Associação Brasileira de Imprensa. O registro de 22 minutos contou com trechos de entrevistas com alguns dos presentes - Milton Gonçalves, Raimundo Souza Dantas, Benedita da Silva e Abdias do Nascimento⁴⁵.

Interrogado sobre a importância daquela visita, o ator e militante do movimento negro Milton Gonçalves destacou a importância daquela referência - Prêmio Nobel da Paz em 1984 - para a militância negra, bem como o avanço no que se refere ao conhecimento, por parte dos brasileiros, da cultura, história e realidade africana. A educação, assim, como parte fundamental da consciência política e afirmação social do negro.

Já Abdias apontou que a luta era uma só. Elas apresentavam especificidades, mas tinham em comum elementos primordiais as quais se refletiam nas consequências do racismo para a vida concreta do negro brasileiro. O evento ocorreu sob a bandeira vermelha, preta e verde da unidade panafricana em busca da “liberdade”, “resgate da dignidade humana dos povos africanos”⁴⁶.

O discurso de Tutu foi breve, saudou aqueles “que sofrem o pior sistema conhecido através do mundo, que é o da África do Sul”, agradeceu o engajamento e a recepção e apontou que a necessidade de libertação passava, também, pelo opressor, “aprisionado pelo seu próprio medo” e comemorou a vitória, angariando efusivos aplausos.

A libertação de Nelson Mandela e o pedido de corte nas relações diplomáticas eram apenas as pontas do iceberg e a tessitura de relações entre Brasil e África do Sul trazia propostas de superação das desigualdades raciais em âmbito político, econômico, social, cultural, estratégico ao nível global.

Na primeira semana de agosto de 1991 Nelson Mandela, principal liderança negra sul – africana na luta contra o apartheid, aportou no Brasil, por onde permaneceu por cinco dias. O jornal Folha de São Paulo caracterizou como uma das “visitas mais mal organizadas”, com severas críticas aos atrasos, gastos, inclusão de novas rotas em seu itinerário⁴⁷.

⁴⁵ BISPO Desmond Tutu na ABI. Direção de Filó. Rio de Janeiro: Produtora Cor da Pele, 1987. Acervo CUTNE. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=skyFb1FA0Ig&t=186s>>. Acesso 30.04.23.

⁴⁶ BISPO Desmond Tutu na ABI, Acervo CUTNE.

⁴⁷ ARBEX, José. Atraso e confusão marcam a visita do líder anti – apartheid no Brasil. *Folha de São Paulo*, 06. Ago. 1991. Brasil. p.8.

Acompanhando o percurso de Mandela pode-se compreender que, para além da falta de organização, sua visita trazia à tona um conjunto de questões que colocavam o apartheid no centro de nossas discussões políticas e identitárias, dando, mais uma vez, um novo sentido à visita, tendo em vista as ações levadas adiante pelo movimento negro. A forma como personalidades políticas buscavam fazer promoção com o uso da imagem de Mandela era evidente mas, sobretudo, o que vinha à tona eram as discrepâncias entre aquilo que se esperava da visita, o que ela significava para os diversos grupos de militantes negros, multidões que o cercaram e buscavam um espaço na agenda de Mandela e, por fim, a forma como, para além dos interesses iniciais de Madiba, essas várias disputas puderam, por fim, reformular o pensamento de Mandela sobre o caráter das relações raciais do Brasil.

1. CAPÍTULO I: A LUTA CONTRA O APARTHEID NO EIXO RIO – SÃO PAULO

Ernesto Geisel (1974 – 1979) empreendeu esforços de intercâmbio com os países do Oriente Médio, África, Ásia e América Latina, com o intuito de abrir mercados brasileiros, obter suficiência energética, desenvolver a indústria bélica e captar divisas⁴⁸. Tais aproximações serviram, para Geisel, como um meio na política interna de distensão para isolar a “linha dura”, com uma nova possibilidade de inserção do Brasil no mercado externo, marcando, supostamente, uma entrada em “novos tempos”, para o qual eram vislumbradas outras possibilidades de dinâmica econômica.

José Sarney seguiu as diretrizes da política externa de Ernesto Geisel, mas estava diante de reconfigurações no cenário internacional: a reeleição de Ronald Reagan em 1984 à presidência dos Estados Unidos, e retaliações ao governo brasileiro em decorrência do programa de investimento nuclear nacional e exportação de material bélico ao Irã, à Líbia e ao Iraque. Sarney buscou aproximações com os países da América Latina e restabeleceu relações com Cuba, em um momento denominado “década de crise” por Eric Hobsbawm. Afinal, a forte depressão econômica era marcada pela internacionalização das relações econômicas e a vulnerabilidade dos países quanto às pressões externas, aumento do desemprego e, sobretudo, da desigualdade social⁴⁹.

Já no que refere à África do Sul, o Itamaraty buscava afastamento deste país, tendo em vista o acompanhamento das discussões levantadas no seio da Assembleia Geral das Nações Unidas em relação ao regime apartheísta. Contudo, no que se refere ao intercâmbio comercial entre os dois países houve aumento das trocas, sobretudo na década de 1970, o que não passou despercebido por indivíduos e movimentos sociais, os quais tinham em vista a crítica ao aumento da atuação de multinacionais sul –africanas no Brasil.

Mario Vilalva em *África do Sul: do isolamento à convivência* destacou que, ao buscar recomposição com os países do bloco afro-asiático, o Brasil passou a votar a favor de todas as resoluções condenatórias à África do Sul, mantendo-se contrário apenas

⁴⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto M. *Brasil – Estados Unidos. A rivalidade emergente (1950 – 1988)*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 211.

⁴⁹ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914 – 1991*. 2ªed. Trad.: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 396 – 401.

aquelas que faziam referência ao “uso da força armada mediante ações navais, aéreas e terrestres”⁵⁰.

O aumento das parcerias comerciais com países como Nigéria “que passaria a absorver 60% das exportações brasileiras para a região subsaariana, com o petróleo representando o principal produto de importação”, levava a necessidade de medidas mais concretas no que tange ao afastamento em relação à África do Sul.

Entre 1974 e 1978 suspendeu-se a nomeação do titular para a Embaixada em Pretória, foram cancelados a concessão dos vistos automáticos, sobretudo para as autoridades sul - africanas, encerrou-se “as atividades do setor de promoção comercial em Pretória, fechando o Consulado Geral na Cidade do Cabo”, além disso, foram tomadas medidas “administrativas para a implementação do embargo de armamentos decretado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas”⁵¹.

Entretanto, o esforço do estado brasileiro não foi direcionado para a redução das parcerias empreendidas no setor privado, além de encontrar resistência por parte de setores da sociedade, como parlamentares e jornalistas. Além disso o Brasil marcou presença no Rand Easter Show (1967 – 1968), na Johannesburg International Exposition (1970) e houve a promoção de voo direto para a África do Sul oferecido pela empresa VARIG⁵².

A Anglo American desde 1975 fazia vultuosos investimentos nos setores estratégicos do Brasil. Vilalva destacou que ela adquiriu 49% das ações da Morro Velho de Minas Gerais, “e, por essa via, tornou-se sócia do Grupo Bozano Simonsen, cujas ações também foram repartidas com a MINORCO (Bermudas), a holding da empresa sul-africana para as Américas” Além disso, por meio de subsidiária da De Beers Consolidated Mines, “a AECL, em sociedade com a IBEX participações S.A., tornou-se proprietária de empresas brasileiras na área de explosivos”, entre as quais a Companhia de Explosivos Valparaíba, no Estado de São Paulo⁵³.

Posturas críticas quanto aos posicionamentos do Brasil diante de sua população negra emergiram no diálogo entre Brasil e África no rol política externa. Havia, ainda, pressões das novas nações africanas para mudanças mais efetivas na maneira como,

⁵⁰ VILALVA, Mário. *África do Sul: do isolamento à convivência – reflexões sobre a relação com o Brasil*. Brasília: FUNAG, 2016. p.123.

⁵¹ Idem, p. 124.

⁵² Idem, p. 78.

⁵³ Idem.

durante três décadas, o Brasil havia se posicionado frente a ONU no que tange ao debate sobre o apartheid sul – africano.

Pablo Rezende Saturnino Braga em *A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul* discutiu o ativismo antiapartheid de atores governamentais, intergovernamentais e não governamentais. Apontou que “o estudo de diversas coalizões de países da rede de ativismo transnacional antiapartheid exige um paralelo entre as posições governamentais e a articulação das sociedades civis”⁵⁴.

Ao Brasil, Braga dedicou apenas um apêndice a partir do argumento de que seu estudo tinha como foco entidades que, de fato, foram capazes de influenciar posições governamentais oficiais no sentido da condenação ao regime racista sul – africano e efetivação de sanções, sobretudo econômicas, à África do Sul.

O ativismo internacional antiapartheid iniciou com a iniciativa da Índia na ONU em 1946, porém, prevaleceu o argumento da não intervenção em questões de jurisdição doméstica. Entretanto, desde então, uma série de países tomaram a iniciativa de isolamento da África do Sul, entre os quais a Jamaica, Gana, Tunísia, Finlândia, Suécia, Dinamarca.

A ONU pode ser considerada como o mais importante espaço de legitimação da causa, com um importante ambiente de articulação na Assembleia Geral, mas que não pôde ser mais eficaz em virtude de sua própria organização⁵⁵, sobretudo, o poder de veto dos membros do Conselho de Segurança da ONU – EUA, China, URSS, Rússia, França.

Pablo de Rezende Saturnino Braga destacou o Massacre de Shaperville como um divisor de águas na rede transnacional de ativismo contra o apartheid⁵⁶. No dia 21 de março de 1969 ao sul da província de Gauteng, em Shapervillhe, um protesto pacífico contra a obrigatoriedade do porte de passe de identificação para a circulação dentro do território sul – africano – Lei do Passe, de 1952 - terminou com ofensiva policial e o assassinato de 69 pessoas e centenas de feridos.

O ato foi organizado pelo Congresso Panafricanista (PAC), uma dissidência do Congresso Nacional Africano (CNA), principal entidade de luta antiapartheid. O CNA surgiu em 1912 e desde a década de 1940 inspirava-se na não – violência e nos métodos

⁵⁴ BRAGA, Pablo de Rezende S. *A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p.100. Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/859-africa_do_Sul_A_rede_de_ativismo_transnacional_contra_o_apartheid_na_africa_do_Sul.pdf>. Acesso em 12.06.22.

⁵⁵ Idem, p. 105

⁵⁶ Idem, p.101.

de desobediência civil tendo como principais lideranças Nelson Mandela, Oliver Tambo (1917 – 1993), Albert Luthuli (1898 – 1967) e Walter Sisulu (1912 – 2003). Em 1958 surgiu o PAC a partir das críticas aos métodos conciliatórios do CNA, inspirados pelos movimentos de descolonização e pelos pressupostos do Movimento da Consciência Negra.

A violência perpetrada pelo estado apartheísta marcou o fim da perspectiva de diálogo e luta pacífica, levando, por parte do CNA, à formação do braço armado Umkhonto We Sizwe (Lança da Nação), do incremento da repressão interna e da ampliação da internacionalização do movimento.

As práticas internacionais de apoio aos sul-africanos foram amplas e diversas, desde boicotes esportivos, diplomáticos⁵⁷ em uma rede de ativismo que potencializou as sanções econômicas, estas, por sua vez, fundamentais para a derrocada do regime apartheísta. Entre os atores relevantes na rede de ativismo transnacional antiapartheid estava a ONG Conselho Mundial de Igrejas, a qual reconhece o então deputado federal constituinte Lysâneas Maciel como importante liderança no Brasil⁵⁸.

Segundo Braga, o Conselho reúne 307 igrejas cristãs protestantes e ortodoxas, com mais de 150 países representantes e tem como função principal “fortalecer uma visão comum entre as igrejas e a atividade missionária [...] promover os valores cristãos; apoiar as pessoas carentes; e promover a justiça e a paz”⁵⁹.

Definiu o apartheid como sua temática prioritária ao longo da segunda metade do século XX e criou o Programa Contra o Racismo em 1969 a fim de ajudar financeiramente os movimentos de libertação. Atuou para mobilizar a sociedade, incentivar as igrejas a retirarem seus investimentos de instituições que mantinham relações econômicas com o governo africânder.

O SNI registrou a atuação de Antônio Olímpio de Sant’ Ana (1942 – 2021), pastor e, também naquele momento, Secretário Geral da Igreja Metodista no Brasil, como membro do Programa Contra o Racismo, do Conselho Mundial de Igrejas, em 1987. Em Havana, Cuba, ele participou do Congresso de Igrejas Metodistas, reuniu-se com o Comitê Cubano Antiapartheid, junto ao presidente do Comitê Argentino Antiapartheid, o

⁵⁷ BRAGA, 2011, p. 45 – 46.

⁵⁸ Idem, p.191.

⁵⁹ Idem.

que resultou na proposta de organização de um Festival Antiapartheid Brasil – Cuba, com a participação de cantores como Gilberto Gil⁶⁰.

Carlos Moore destacou que as nações industrializadas do Hemisfério Norte consideram determinadas regiões como estratégicas, em virtude dos recursos naturais que possuem. A África, com sua concentração de 38 dos 48 minerais estratégicos para o mundo industrializado, é uma área fundamental⁶¹. Neste sentido, as relações entre Israel e África do Sul, por exemplo, permitiram que aquele país se tornasse o maior exportador de diamantes, a despeito de não ter este recurso, mas obtê-lo da África do Sul.

O alinhamento do Brasil com Portugal e as relações com Pretória iam de encontro aos interesses de aproximação com a África Negra. Por outro lado, a África do Sul buscava vínculos político-militares com os países da América do Sul, ideia que recrudescer com os movimentos de libertação em Angola e Moçambique, da “interrupção do tráfego marítimo pelo canal de Suez, entre 1967 e 1975, e da expansão da frota naval soviética no Oceano Índico, a partir de 1968”⁶². Os resultados desta suposta ameaça de expansão soviética foram o aumento da militarização da África do Sul e a busca pela aproximação com os países localizados ao sul do continente americano.

O governo da África do Sul promoveu um conjunto de investidas ao Brasil a fim de romper o isolamento. Encontra-se documento do Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhado a José Maria Covas Pereira, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, órgão da Secretaria Geral do Conselho Segurança Nacional. Concluiu o MRE que a suposta ameaça soviética, alegada pelos sul – africanos, era apenas pretexto a fim de romper o isolamento, mas que tinha adeptos dentro de grupos militares, os quais, inclusive, interferiram para a mudança de voto às moções contra a África do Sul na ONU em 1968, na qual o Brasil foi o único país a posicionar-se contra, o que poderia causar mal-estar nas relações com a África e, também, em entidades no Brasil.

Sobre a votação do Brasil na ONU, o SNI, agência Rio de Janeiro, destacou que o “voto do BRASI [...] foi o único contrário a moção condenatória da política de discriminação racial da República da África do Sul”. O representante brasileiro do

⁶⁰SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Atividades de Antônio Olímpio de Sant’Ana - organização do festival antiapartheid Brasil – Cuba. Arquivo Nacional, 06 mai. 1987. Disponível em < https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1869484&v_abas=1>. Acesso em 12.06.22.

⁶¹ MOORE, Carlos. *A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*. 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2010, p.34.

⁶² VILALVA, Mário. *África do Sul: do isolamento à convivência – reflexões sobre a relação com o Brasil*. Brasília: FUNAG, 2016, p.95.

Itamaraty teria sido surpreendido por meio de um telegrama para que o Brasil mudasse seu voto em virtude de "pressões militares" decorrentes do interesse da nossa Marinha de Guerra em "controlar o Atlântico Sul, em colaboração com a África do Sul, Austrália e a Argentina”.

Foi feita denúncia ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 21 julho de 1970 pelo delegado de Gana, o qual, segundo relatório da Agência Central do SNI, chamou a atenção sobre informações divulgadas na imprensa sul – africana de acordos entre a África do Sul e as companhias ROSSI e TAURUS, do BRASIL, e TARLA, da ARGENTINA, na venda de veículos, pistolas, rifles e munições. Os acordos teriam sido feitos quando da inauguração da South African Airways para o Rio de Janeiro e as informações teriam sido confirmadas pelo Itamaraty, o qual alegou que as mesmas não eram utilizadas para fins militares, mas para uso individual⁶³.

José Honório Rodrigues, em *Brasil e África: outros horizontes*, justificou, a partir dos elementos culturais, a necessidade de uma reformulação na política externa brasileira. Valeu-se de seus aspectos raciais como elemento justificável para a busca por uma preponderância do Brasil no cenário internacional, focada na reaproximação com os novos países africanos que emergiam naquele momento.

A África, segundo Honório Rodrigues, havia ficado circunscrita, na história do Brasil, ao período da colonização portuguesa, tendo havido, no pós-abolição, um significativo distanciamento entre os dois locais, sob pressões das relações luso-brasileiras. Caberia à diplomacia e à academia a recuperação da conexão africana, sob a base de toda a herança cultural que poderia justificar tal reaproximação⁶⁴.

Houve, conforme Eli Penha, considerável crescimento, desde a década de 1960, das relações entre Brasil e costa oeste do continente africano⁶⁵, assentando a perspectiva de que as parcerias econômicas nacionais deveriam estar acima de supostas “rivalidades ideológicas” ou “sentimentalismos”, tal como era esboçada quando da crítica ao

⁶³ÁFRICA DO SUL - Relações Brasil/África do Sul (Segurança do Atlântico Sul. Política Sul-africana). dossiê. In.: *FUNDO CONSELHO SEGURANÇA NACIONAL*. 1969. Presidência da República. Gabinete Militar. Disponível http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_N8/0/PSN/EST/0165/BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0165_d0001de0001.PDF. Acesso em 07.06.2022. Acesso em 09.06.22.

⁶⁴ Ver: RODRIGUES, José. H. *Brasil e África: outro horizonte.*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

⁶⁵ PENHA, Eli A. *Relações Brasil - África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 157-160.

alinhamento do Brasil com Portugal e que resultava em dificuldades de inserir-se no mercado africano.

Jerry Dávila apontou a forte influência de Rodrigues na perspectiva de um conjunto de intelectuais e diplomatas atuantes para a redefinição da política brasileira em relação à África. Trazia-se, para o centro da discussão, aspectos históricos que justificavam o interesse e a busca, pelo Brasil, da primazia na região, mas que sofreriam resistências por parte de setores mais conservadores da sociedade. Além disso, a defesa do colonialismo português na África encontraria em Gilberto Freyre seu principal mentor intelectual⁶⁶.

O Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos foi criado por Jânio Quadros em 1961, dentro da perspectiva de lançar uma política externa independente, voltada para o chamado terceiro mundo. Tinha o objetivo de ser um local de promoção de políticas para o Itamaraty, com o envio de relatório à presidência da República e a promoção de conferências, cursos.

Desta instituição viria, mais tarde, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, criado por Cândido Mendes e José Maria Nunes Pereira em 1972 e que passou, em 1973, para um espaço na Faculdade Cândido Mendes. A entidade promoveu cursos de extensão⁶⁷, encontros para a discussão de textos com a reunião de nomes como Carlos Alberto Medeiros (1947 -), Amauri Mendes Pereira (1951 -), Yedo Ferreira (1933 -), Beatriz Nascimento (1942 – 1995), entre outros que, posteriormente, atuaram na formação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial.

1.1 Entidades contra o apartheid a partir da experiência do Grupo Solidário São Domingos e da publicação das “Cartas à África do Sul”.

O Convento dos Dominicanos, desde sua fundação em 1938, foi um espaço em que se aglutinavam estudantes e intelectuais paulistas interessados na ala progressista da Igreja Católica. Promoveu mobilizações públicas, eventos e pregações que tinham como

⁶⁶ Ver D’ÁVILA, 2011.

⁶⁷ ENTREVISTA com José Maria Nunes Pereira: Concedida entre 15 e 28 de dezembro de 2006 no Rio de Janeiro a Verena Albeti e Amílcar Araújo Pereira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro nº39, jan. – jun., 2007, p. 121 – 156. Disponível em < <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Entrevista-com-Jos%C3%A9-Maria-Nunes-Pereira.pdf>>. Acesso em 27.11.2021

alvo central a crítica à Ditadura Militar, apoiaram a resistência armada, abrigaram presos políticos, vincularam-se ao grupo de esquerda Ação Libertadora Nacional. Devido a estas atuações, o Convento, seus frades e a comunidade leiga que frequentava o local foram alvo do DEOPS.

De acordo com João Xerri e Lília Azevedo, a solidariedade com os povos da África do Sul, em sua luta contra o apartheid, surgiu do que chamaram de “coincidências”. Foram convidados, a partir do trabalho no Secretariado para a América Latina da Renovação Cristã, ramo da Igreja Católica, a participar do curso de verão de teologia da Universidade Católica de Lima, coordenado por Gustavo Gutierrez, em janeiro de 1983. Lá, conheceram um jovem sul-africano, Mike Deeb, membro de outro ramo da Ação Católica, e que pediu para que alguém o ajudasse com a tradução. A partir dessa demanda, surgiu o pedido de Mike por um apoio, no Brasil, para o povo de seu país, o que fez nascer, aos poucos, o Grupo Solidário São Domingos. Antes disso, existia um pequeno coletivo, que traduzia textos da teologia da libertação e de sindicatos europeus, para a oposição sindical dos metalúrgicos⁶⁸.

O acervo do GSSD traz uma complexa rede de sociabilidades com documentos para além da própria Igreja, e que ia rumo às reorientações que vinham sendo estabelecidas desde o final da década de 1960, com o Concílio Vaticano II, Conferências de Medellín (1968), Puebla (1979), nas quais a Igreja Católica voltou seus olhares para as populações mais pobres, de modo, ainda, a buscar atuações que tratassem desses mais carentes em suas diferentes especificidades, tais como os movimentos de mulheres, negros, entre outros.

A partir de tais perspectivas, ocorreu, em 1978, em Brasília, um encontro voltado para a evangelização do povo negro, com o comparecimento do Padre Mauro Batista, que, junto com outros padres negros, idealizaram as missas afro, mesclando o catolicismo com as religiões de origem africana⁶⁹. Houve, em seguida, o Encontro dos Agentes de Pastoral Negros, realizado entre 13 e 15 de fevereiro de 1980, na Casa de Encontros e Retiro das Irmãs de Jesus Crucificado, no Capão Redondo, bairro da cidade de São Paulo.

Assim, o interesse do GSSD não era tão casual como propôs seus fundadores, mas ia rumo às perspectivas trazidas pela Igreja de encontro aos mais pobres e suas lutas em

⁶⁸ XERRI, João; AZEVEDO, Lília. Todos os direitos para todos. In: BETTO, Frei; MENESES, Adélia et. Al (ORG). *Utopia Urgente*: escritos em homenagem a frei Carlos Josaphat nos seus 80 anos. São Paulo: EDUC, 2002, p.183.

⁶⁹ ENTREVISTA de Padre Toninho. Disponível em [http://www.portalafro.com.br/dados_seguranca/entrevistas/padretoni/toninho.htm](http://www.portalaфро.com.br/dados_seguranca/entrevistas/padretoni/toninho.htm). Acesso em 13.04.2020.

um esforço que era transnacional e que permitiu que as lideranças sul – africanas antiapartheid pudessem ter mais um espaço de arregimentação das lutas.

Dessas discussões surgiram grupos diversos. O Grupo União e Consciência negra foi criado no primeiro encontro nacional em Brasília, realizado de 5 a 7 de julho de 1981, e acreditava que as discussões sobre a questão racial no Brasil deveriam ser realizadas fora da esfera da igreja. Por outro lado, os Agentes de Pastoral Negros foram fundados em 1983, a partir de vertente que esperava atuações dentro da igreja.

A Arquidiocese de São Paulo divulgou um folder, em 1988, referente a um curso que seria realizado em duas localidades distintas, Catedral da Sé e Centro Pastoral São José, localizado no Belenzinho, sob a responsabilidade do Padre Mauro Batista (1934 – 1995) e do Pastor Olímpio⁷⁰.

O material de divulgação do curso destacou a “fé e compromisso social” das igrejas para a libertação do povo negro. Apontou, em sua primeira página, o processo de libertação e sua articulação com a fé cristã a partir de imagens de negros e negras levantando as mãos em oração, olhos para cima e mãos abertas.

O caminho proposto passava pela fé, pelo compromisso assumido pela igreja e sua articulação com a intelectualidade para a informação e formação do povo negro. Desse modo, o curso seria ministrado tanto por eclesiásticos, ativistas e intelectuais: Edna Roland, Dulce Cardoso e as freiras Irmã Raimunda e Irmã Magda. O terceiro e último dia do curso contou com um diálogo entre o arcebispo da Arquidiocese da Paraíba José Maria Pires (1919 – 2017) e o arcebispo sul – africano Ndumiso H. Ngada.

O curso trouxe a temática da memória, cidadania, mulher, família e o diálogo religioso, que se estabelecia entre a intelectualidade, militância e, sobretudo, entre as diferentes igrejas cristãs, a partir da proposta de união delas na luta contra o racismo e outras formas de subjugação para além das fronteiras do estado – nação.

A temática das formas de combate ao racismo ia para além da denúncia e o tema da saúde da mulher negra e o atendimento psicológico entravam na pauta das entidades negras cristãs e não cristãs. Foi nesta perspectiva que surgiu o Instituto do Negro Padre Batista, em 1987, por meio de um convênio com a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

Conforme apontou Edna Roland houve o convite, por parte de Antônio Olímpio de San’Ana, para a organização, por parte do Geledés, da visita do presidente do SOS

⁷⁰ARQUIDIOCESE de São Paulo. Semana fé e compromisso social. São Paulo, 1988. Folder. Acervo CEDIC.

Racismo da França, Harlem Désir ao Brasil. Foi promovido um debate na OAB e, logo, pintou a ideia de criar uma nova experiência do SOS Racismo, que já havia sido promovida pelo IPCN. A criação de uma nova entidade correu como um intercâmbio entre a OAB São Paulo, o Geledés e o Núcleo de Estudos da Violência da USP, com o financiamento da Fundação Ford⁷¹.

Ampliava-se a noção de combate ao racismo a partir das múltiplas formas com que ele atingia a população negra, tais como no atendimento à saúde, na escola, na mentalidade e os vários sujeitos que poderiam encampar a luta, bem como a ampliação das propostas antirracistas.

Com a aproximação do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil, acompanhado do processo de abertura política e as discussões referentes à Constituição de 1988, são visualizadas, no acervo do Grupo Solidário São Domingos, uma série de ações que tendiam a um maior aprofundamento da questão racial, tendo em vista o próprio tema da campanha da fraternidade “A Fraternidade e o Negro” para o ano do centenário.

João Xerri e Lilia do Amaral realizaram uma viagem de um mês para a África do Sul, no período que se estendeu de setembro a outubro, no ano de 1984. A viagem ocorreu em decorrência do estabelecimento de contato com clérigos sul – africanos pertencentes à Igreja Holandesa Reformada Missionária, que haviam estado no Brasil e se hospedado no Convento dos Dominicanos. Eram o frei dominicano Neville Makario O.P., Michael Deeb e o reverendo James Buys, pastor da Igreja Holandesa Reformada. Os últimos haviam estado no Brasil devido ao Programa de Intercâmbio Teológico e com o intuito, também, de aprofundar os conhecimentos sobre a atuação das comunidades eclesiais de base e, assim, convidaram o frei para conhecer a África do Sul⁷².

Dessas viagens resultou o livro “Cartas da África do Sul”, publicado pela editora Paulinas em 1985, relatando a experiência naquele país. Conforme os autores, a ideia partiu de Plínio de Arruda Sampaio e Frei Betto⁷³. Aquele havia sugerido que o livro fosse escrito em formato de cartas e Betto propôs que fossem destinadas a pessoas conhecidas. Em 1985 foi publicada a obra em formato semelhante à obra de Frei Betto, intitulada “Cartas da Prisão”⁷⁴.

⁷¹ Histórias do movimento negro no Brasil (pp. 391-392). Pallas Editora. Edição do Kindle.

⁷² XERRI, João; AZEVEDO, Lilia. *Cartas da África do Sul: uma experiência do apartheid*. São Paulo: Paulinas, 1985.p.09-10.

⁷³ XERRI, 2002.p.184. 0

⁷⁴ BETO, Frei. *Cartas da prisão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, foi convidado em 1985, a participar de um evento intitulado “Festival da Paz” pela Conferência Episcopal da África do Sul, mas foi exigido que assinasse um documento comprometendo-se a não falar. Ele recusou e, assim, foi impedido de embarcar⁷⁵. Tais fatos, aliado à atuação das igrejas cristãs, à percepção sobre a forma de divulgação nos meios de comunicação brasileiros diante do que ocorria na África do Sul, das pressões do movimento negro nacional e internacional, permitiram que ambos decidissem publicar as cartas com o intuito de divulgar o que ocorria naquele país.

Nesta experiência, os autores destacaram que puderam entrar em contato com uma série de nomes importantes na luta antiapartheid, um cenário internacional que extrapolava fronteiras e demonstrava uma rede de solidariedade transnacional que tinha o Brasil em sua rota. Entre os nomes citados estão: Thoko e Malusi Mpulmwana, Aelred Stubbs, “sacerdote anglicano, vigário e amigo de Biko; o reverendo James Buys, chefe da Igreja Holandesa Reformada”, o reverendo Mike Lapsley, que teve as mãos e antebraços decepados e ficou cego de um olho por uma carta – bomba que recebeu”; “Frei Albert Bolan, que, eleito, não aceitou ser mestre da Ordem dos Pregadores, devido ao seu compromisso com o povo da África do Sul”; “David Mesebring, norte – americano que conseguiu contrabandear os escritos de Biko para fora da África do Sul em plena vigência do apartheid, sendo responsável por sua publicação”; “Francis McDonagh, inglês com quem temos colaborado nas questões da África do Sul, Haiti, Timor Leste, Colômbia...”⁷⁶.

De 82 páginas, ao todo são 12 cartas mais a apresentação do arcebispo da Paraíba José Maria Pires (1919 – 2017), o qual se utilizou da experiência dos EUA e da África do Sul para problematizar o Brasil enquanto uma suposta democracia racial. Para o arcebispo negro, sabe-se, a partir das experiências que cercam os negros, que as oportunidades não são iguais para todos. Os Estados Unidos apenas reconheciam a existência de tais práticas, ao passo que, na África do Sul, elas eram aplicadas com o maior requinte e crueldade⁷⁷.

Na primeira carta, “História e População”, Lilia, ao tentar traçar geograficamente e politicamente a história sul – africana destacou, já no primeiro parágrafo, o grande interesse que havia lá em saber coisas do Brasil (algo que disseram ter motivado a

⁷⁵ XERRI, 1985, p.81.

⁷⁶ XERRI, 2002, p.184 – 185.

⁷⁷ PIRES, José Maria. Apresentação. In. XERRI, João; AZEVEDO, Lilia. *Cartas da África do Sul: uma experiência do apartheid*. São Paulo: Paulinas, 1985. p.05-07.

viagem)⁷⁸. Por diversas vezes (pode-se, até mesmo, destacar que este era um dos objetivos da obra), o Brasil foi aproximado da África do Sul, em sua história de colonização. Tal prática teria colocado, segundo ela, em lados opostos, na África do Sul, brancos e africanos e, no Brasil, brancos e indígenas.

Algo que Lilia disse ser uma “das coisas que mais chamam a nossa atenção” era a “separação entre as raças”. Eles dedicaram uma carta para tratar especificamente deste tema, “Cidades Separadas” Esta situação chamava a atenção particularmente dos dois brasileiros, tendo em vista os preceitos os quais levavam, oriundos da realidade brasileira, que se assentava na suposta convivência harmoniosa entre as raças. Apesar de chamarem a atenção, por diversos momentos, de que há discriminação no Brasil, o princípio da harmonia entre as raças se colocava como um ideal a ser alcançado para eles e a África do Sul se apresentava o que seria o seu oposto.

Esta visão que colocava a África do Sul como um local nada comparável as outras localidades acabava por mascarar que, tanto no Brasil, quanto na África do Sul e EUA existe a segregação racial, marcada pela maioria negra em favelas, periferias, bairros menos favorecidos economicamente. Ou ainda, a ausência de negros em determinados espaços, tais como nos meios midiáticos, nos empregos de maior remuneração, dado o universo de valores presentes que exclui a população negra.

Destacaram as diferenças entre Johannesburgo - “a capital do ouro, cidade moderna, arborizada, com autopistas e prédios luxuosos, onde vivem os brancos”⁷⁹ - e as cidades dos negros, localizadas a quilômetros de distâncias dos centros urbanos, sem as condições mínimas de saneamento básico. Do outro lado estava Soweto, caracterizada como “uma cidade dormitório” cuja “única fonte de renda é o dinheiro que vem do governo federal e dos impostos pagos pelo povo, inclusive o aluguel das casas que são propriedade da prefeitura”⁸⁰.

Notaram, ainda, em plena época em que o Brasil vivia o processo de abertura política, após uma intensa repressão, a constante presença, naquelas regiões, de “tanques de guerra” que demonstram nível de opressão similar entre os dois países⁸¹.

O cerne do apartheid, segundo os autores, estava na lógica de funcionamento do capitalismo que tinha no ouro o principal elemento da economia sul – africana. Destacou

⁷⁸ XERRI, 1985, p.11.

⁷⁹ Idem, p.19.

⁸⁰ Idem, 21.

⁸¹ Idem, 20.

que o processo de exploração do ouro exigia mão – de – obra abundante, barata e, tendo em vista tais elementos, foi organizado o apartheid, assentado em duas premissas básicas: os bantustões, “regiões pobres e improdutivas [...] que obriga os homens a procurar trabalho em outro lugar, geralmente nas minas”; e a política de impostos, de modo que “o nativo foi obrigado a buscar um trabalho remunerado para poder pagar esses impostos”⁸².

Tendo que trabalhar muito a baixos salários, os operários deveriam produzir uma quota mínima. Ao não cumprirem eram penalizados com multas, e o “contrato era acrescido de um dia”, o que fazia os autores se lembrarem das condições de trabalho escravo vigentes no Brasil, na região do Araguaia, “na fazenda Rio Cristalino, da Volks”⁸³. Destacou, assim, que quando “o patrão é o mesmo – o sistema capitalista - o tratamento também é o mesmo”⁸⁴.

A Quarta carta foi dedicada à Ana, Oneide e Elisabeth, três mulheres viúvas de lideranças comunitárias assassinadas – Santo Dias da Silva⁸⁵, Raimundo Ferreira Lima⁸⁶ e João Pedro Teixeira⁸⁷. Destacaram a luta das mulheres “a identificação com a realidade” brasileira, marcada pelo sofrimento, “a mesma opressão, a mesma luta” e até mesmo “no aspecto físico os grupos nos lembram o pessoal de nossas comunidades da periferia”, assim como as crianças da creche que Lilia Azevedo visitou no país, caracterizadas como muito “parecidas com as brasileiras”⁸⁸.

O foco de análise dos autores das cartas estava na busca de similaridades no que tangia às desigualdades, estas desenhadas, pelos inúmeros casos citados, como de cunho social. Mesmo que houvesse alguma similaridade no que tangia à questão racial, marcada pela presença de discriminação nas duas localidades, esta questão foi colocada em um segundo plano e o termo racismo, bem como a realidade sofrida pela população negra brasileira, manteve-se à margem dos relatos.

Para a chamada “vitória final” os autores buscavam exemplos de grupos, indivíduos e práticas que poderiam oferecer oportunidades de aproximações e lutas. Traçaram um histórico da resistência do povo sul – africano que remetia, segundo eles, a

⁸² XERRI, 1985, p.38.

⁸³ Idem, p.39.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Nascido em Terra Roxa, município de São Paulo em 1942, foi morto pela Polícia Militar em 1979 durante uma greve. Era operário metalúrgico e membro da Pastoral Operária.

⁸⁶ Nascido em Marabá, Pará, em 1938. Foi um sindicalista brasileiro e atuava na Comissão Pastoral da Terra. Assassinado na região conhecida como Baixo Araguaia em 1980. Após sua morte, sua esposa Maria Oneide Costa Lima envolveu-se na luta por justiça no campo, sendo presa.

⁸⁷ Nascido em Guarabira no Estado do Paraíba em 1918 foi assassinado por latifundiários na região em 1962. Após sua morte, sua esposa Elisabeth Teixeira assumiu a luta na Liga Camponesa de Sapé.

⁸⁸ XERRI, 1985, p.30.

1894 quando Mahatma Gandhi deu início à mobilização indiana. Destacaram, ainda, a fundação do Congresso Nacional Africano, em 1912, “uma organização extremamente popular”⁸⁹; o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e da Indústria, em 1919; o Congresso Pan – Africano, 1959; a Organização dos Estudantes da África do Sul, 1968, “inspirada da consciência negra e na teologia negra”. Entre todos os grupos visitados a figura proeminente, unânime entre todos os movimentos era Nelson Mandela.

Nenhum destes movimentos citados estava atrelado à Igreja Católica, porém, após este histórico, buscaram, entre aqueles que haviam visitados, os que poderiam servir de exemplo e de possibilidades de trocas e intercâmbios dado o que viam como semelhança das realidades. Entre eles estava o TEAM “(The Ecumenical Action Mouvement – Movimento de Ação Ecumênica) - que tem um excelente trabalho de apoio à luta contra o apartheid”⁹⁰ na região de Nyanga, em Cape Town. Tal interesse estava, possivelmente por ser uma entidade dentro da Igreja, e que fora capaz de reunir vários grupos, entre os quais “da Federação de Mulheres Africanas” e a Frente Democrática Unida (FDU)⁹¹.

Havia, também, a “Black Sash” e sua fundadora, Sheena Duncan. Esta era uma organização de mulheres brancas e de classe alta que se dedicavam a ajudar os africanos em pendências jurídicas. Uma preocupação demonstrada pelos autores era, na África do Sul, transgredir a resistência que havia contra eles por serem brancos e apontaram, em diversos momentos, como enfrentaram tal resistência, diminuída quando relatavam os trabalhos realizados pelas comunidades eclesiais de base. Assim, buscavam, particularmente, grupos com caráter “aglutinador”, entendendo-se compostos por negros e brancos.

Clamavam pela necessidade de união dos povos oprimidos na busca pela justiça e igualdade e para a superação das desigualdades econômicas. Esta era, segundo eles, o foco central a ser debatido e, mereceu destaque, na Quinta Carta, intitulada “A lógica do sistema”⁹².

Nela, endereçada a Plínio de Arruda Sampaio e sua esposa Marieta, houve a busca daquilo que seria as raízes do apartheid e sua conclusão foi a de que era uma questão relacionada primordialmente à economia e o que estava atrelado a ela – capitalismo (“o

⁸⁹ XERRI, 1985, p.46.

⁹⁰ Idem, p.27.

⁹¹ Idem, p.28

⁹² Idem, p.31.

inimigo”⁹³) e colonialismo. Era na luta contra este sistema econômico que todos os esforços – seja no Brasil ou na África do Sul – deveriam se direcionar.

Concluiu que as causas desse regime, a sua lógica interna, são o colonialismo, o domínio branco sobre a população nativa e o capitalismo”. Teria sido a partir da posse de terras e do processo de expropriação que fora, segundo esta concepção, construídas as noções de superioridade e inferioridade, comparável, segundo eles, a realidade dos indígenas brasileiros e, também, a dos peões e posseiros brasileiros⁹⁴, sobretudo aqueles localizados na região do Araguaia, esta já representada anteriormente na obra com a menção a João Pe XERRI, 1985, p.30 e, na Sexta Carta, com o Padre Ricardo Rezende Figueira, da Comissão Pastoral da Terra.

Não houve a utilização, ao longo das cartas, do conceito racismo para a caracterização das práticas as quais resultavam nas desigualdades vigentes nas duas localidades – Brasil e África do Sul. No caso desta foi utilizada a noção de “inferioridade negra”, “preconceito contra os negros”⁹⁵; para o caso da realidade brasileira prevaleceu a noção de “preconceito” e que conduz à generalização das práticas, dado que racismo, discriminação e preconceito acabam se tornando termos equivalentes e generalizantes.

Dedicaram a Nona Carta para tratar especificamente do que denominaram como os casos de “discriminação” que vivenciaram lá e que os faziam pensar no Brasil e em personagens que lhes eram próximos, tal como “Maria, que é negra, e é meu braço direito, pois sem ela não poderia fazer tudo o que faço”, apontou Lília. Caracterizou a discriminação no Brasil como “velada”, por vezes até “muito clara, apesar “de proibida por lei”, ao passo que “na África do Sul, você é obrigado por lei discriminar”, algo que supostamente era contrário ao que chamavam de valores cristãos⁹⁶.

O racismo vai além de casos de discriminações ou preconceitos individuais e enraíza-se dentro do processo de construção das práticas hegemônicas. A situação do negro brasileiro passou ao largo das comparações e a situação dos negros sul – africanos foi aproximada, primordialmente, da realidade indígena, dado o processo de expropriação que viveram, ao serem expulsos de suas terras pelos brancos durante o processo colonialista, mas serem, por outro lado, os verdadeiros donos da terra”⁹⁷.

⁹³ XERRI, 1985, p.41.

⁹⁴ Idem, p.37.

⁹⁵ XERRI, 1985, p.39.

⁹⁶ Idem, p. 59.

⁹⁷ Idem, p.13.

Estes argumentos carregam propostas de superação das desigualdades voltadas para medidas “universalistas”, as quais estavam, segundo os autores, centradas na necessidade de superação do capitalismo por meio da união de esforços entre diferentes localidades, grupos e instituições, cooptando diversos modos de ações, cada qual oferecendo um exemplo de método na luta contra a opressão.

É necessário traçar as diferentes especificidades que giram ao redor da questão indígena, a racial, sexista, preconceitos de classe, cada qual demandam políticas específicas e não podem ser homogeneizadas, dado que este processo conduz à reduções, amenizações das práticas e favorecimento de uns em detrimento a outros. As políticas públicas de caráter universalistas tendem a atingir de modo diferente cada grupo e, assim, reafirmar os processos hierarquizantes.

Para os autores, os debates quanto ao racismo serviriam apenas como estratégia para camuflar algo que eles consideravam muito mais relevante, o conflito capital – trabalho.

Os movimentos negros do Brasil têm mostrado, desde o início do século XX, o racismo estruturante vigente na sociedade brasileira. A vigência de um preceito assentado nos pressupostos da democracia racial e na suposta unicidade da cultura brasileira, não é sinônimo de ausência de racismo, mas, sim, reflete um modelo de relações raciais desiguais, porém camuflada, hierarquizada e que produz segregações nos diversos espaços. Desse modo, a luta antirracista não pode terminar com o apagamento da ideia de raça⁹⁸, pois permanecem outros confrontos, vinculados, ainda, a uma verdade racial imperante e não estritamente socioeconômica, como fazia crer os autores das cartas.

Entre os personagens principais apontados por eles e representativos da luta naquele país estavam o bispo de Durban, D. Denis Hurley, segundo eles figura semelhante a D. Hélder Câmara, ambos importantes na luta pela libertação mas ausentes dos meios de comunicação ou presentes apenas tendo seus nomes associados ao comunismo, de modo a tentar deslegitimar suas práticas; “Allan Boesak, presidente do Conselho Mundial das Igrejas Reformadas”, e que já estava preso há algum tempo mas que “nada se diz na imprensa”; “Frank Chicane, pastor africano, teólogo, secretário geral do Instituto de Teologia Contextual (ICT)” também encarcerado “sem que houvesse qualquer manifestação contra isso”⁹⁹

⁹⁸ GILROY, 2012. p.09.

⁹⁹ XERRI, 1985, p.79

Após a publicação das Cartas, em 1985, Lilia Azevedo e João Xerri organizaram outra obra com foco na realidade sul – africana, desta vez pela Editora Vozes. Tal publicação, intitulada “Ser cristão no país do apartheid”¹⁰⁰ foi pensada em um momento em que as manifestações contra a repressão e a repercussão internacional da violência naquele país ganhavam as páginas do noticiário brasileiro, os debates para a efetivação de boicotes se intensificaram, bem como as críticas de grupos que se organizavam em diversas partes do mundo contra a manutenção de prósperas relações econômicas com a África do Sul, por parte de países como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos e ignoravam os pedidos de boicote, assim como o Brasil, que mantinha relações econômicas e diplomáticas com a África do Sul.

A década de 1980 marcou o momento de dissolução da aliança entre capitalismo e apartheid que vigorava até então; o capitalismo não mais necessitava do apartheid, ao contrário se tornava uma ameaça a este sistema, dado que estava impedindo sua expansão naquele país ao deixar de fora das esferas de consumo uma grande massa negra e, por outro lado, sendo responsabilizado pela sustentação do apartheid dado que as multinacionais passaram a ser acusadas de financiar o sistema.

Indivíduos e instituições se viam, assim, diante da necessidade imposta pelas pressões sociais de rever os posicionamentos que haviam adotado até então em relação à prática do apartheid e às relações que possuíam com a África do Sul, seja ao nível político, econômico ou cultural. Tal exigência se colocou como demasiado urgente para setores das igrejas cristãs sul – africanas, mas que acabaram por ecoar, também, para as igrejas cristãs localizadas em território brasileiro, sobretudo aquelas vinculadas às alas progressistas da Igreja Católica, que alinhavam a luta contra o racismo, apartheid, à luta contra a Ditadura Militar no Brasil.

O apartheid se assentava em argumentos da Bíblia e tinha como sustentáculo do regime a Igreja Holandesa Reformada Sul africana pertencente à família da Igreja Calvinista e suspensa da Aliança Mundial das Igrejas Reformadas em 1982. Outros ramos da igreja, tais como a Igreja Católica, Anglicana, Metodista, Luterana, Presbiteriana passaram a ser acusadas de favoráveis ao sistema dado sua parca militância ou posição de neutralidade assumida ao longo da segunda metade do século XX.

Essa situação levou ao surgimento de um conjunto numeroso de Igrejas Africanas Independentes, fenômeno não apenas sul – africano, mas de toda a África¹⁰¹, mas que

¹⁰⁰ XERRI, João; AZEVEDO, Lília. *Ser cristão no país do apartheid*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

¹⁰¹ HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, 2010, p. 139.

tinha naquele país sua maior concentração e que demonstra a grande desconfiança da população em relação às Igrejas Cristãs.

A Igreja estava perdendo seu significado social e visava recuperá-lo e tal fato estava evidente no grande número de africanos que preferiam seguir as Igrejas Independentes; na definição de Igrejas Africanas Independentes estão incluídos diversos tipos de “seitas, messiânicas ou milenaristas” e que contabilizavam “cerca de 15,5 milhões de fiéis” em toda a África. A maior concentração estava na África do Sul, com 3.000 delas ao passo que a Nigéria possuía por volta de 800¹⁰².

Perante esta necessidade 111 teólogos de diferentes igrejas cristãs se reuniram em agosto de 1985 para a produção de um documento que visava apontar qual deveria ser a postura adotada pela igreja diante de questões demasiado complexas, tais como a violência, desobediência civil, participação na luta e quais deveriam ser as atividades da igreja, não mais centradas no âmbito espiritual mas comprometidas com o social. Este documento ficou conhecido como Documento Kairós e foi traduzido pelo frei dominicano Constantine Mamo, revisado por Lilia Azevedo e publicado pela mesma e João Xerri em 1986.

O livro no qual consta do documento está dividido em duas partes: a primeira escrita pelos organizadores, visa traçar um histórico da situação da África do Sul e os argumentos desenvolvidos são os mesmos presentes nas cartas, ou seja, o apartheid não como um conflito essencialmente racial mas classista, parte da estratégia de exploração capitalista que visa dividir para dominar, de modo a colocar brancos e negros em lados opostos e, assim, promover o processo de expansão e acumulação do capital.

Na segunda parte consta a tradução do documento Kairós, definido como um ensaio “um comentário cristão, bíblico e teológico sobre a crise política da África do Sul” e que se assenta, sobretudo, na crítica ao tipo de atividade que a Igreja deveria assumir.

A ação de religiosos e a mudança de postura para um viés mais combativo assumido pelas igrejas cristãs foram elementos fundamentais para a derrocada do sistema do apartheid e o caminho rumo à democratização e os direitos humanos¹⁰³.

“As grandes Igrejas ocidentais foram certamente lentas em sua associação na luta contra o racismo e o imperialismo na África”, particularmente a sul – africana que se via, na década de 1980, diante da necessidade de posicionar-se, apesar de um de seus líderes já ter sido laureado com o prêmio Nobel da Paz na década de 1960, o chefe Albert Luthuli.

¹⁰² HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, 2010, p.623.

¹⁰³ Idem, p.1138.

Em 1984 foi a vez do bispo anglicano Desmond Tutu. Foi, ainda, dentro “das próprias Igrejas reformadas holandesas da África do Sul que, com o passar do tempo, se elevarão algumas das mais eloquentes vozes contra o apartheid” que entre as “mais vibrantes” está a de Alan Boesak¹⁰⁴.

1.2. Uma entidade voltada prioritariamente à luta contra o apartheid – COMAFRICA.

O Instituto de Estudos da Religião (ISER), entidade fundada em 1970 na cidade de Campinas e transferida para o Rio de Janeiro no ano de 1979, lançou em 1988, no Centenário da Abolição da Escravatura, no espaço Cultural Sérgio Porto, um Catálogo de Entidades do Movimento Negro, composto por 89 páginas e que está disponível no Fundo do Serviço Nacional de Informações do Arquivo Nacional e no site do ISER¹⁰⁵.

Nomeada, a princípio, de Instituto Superior de Estudos Teológicos, a organização foi fundada por teólogos protestantes e católicos com o apoio do Conselho Mundial de Igrejas. Sua atuação está direcionada para estudos e pesquisas de temas relacionados à diversidade religiosa, meio ambiente, direitos humanos e passou a circular, desde 1981, a revista Comunicações do ISER.

Em um período de reorganização dos movimentos, retorno dos exilados políticos após a Lei da Anistia, a entidade ampliou suas atuações e, nesta perspectiva, lançou Comunicações do ISER que buscava tecer mais contatos com as entidades do universo acadêmico a partir da divulgação de pesquisas, sobretudo de membros da entidade¹⁰⁶.

O levantamento das entidades negras, feito na edição de número 29 da revista, segundo informações do próprio catálogo, foi obtido por meio da participação de indivíduos e grupos ligados ao movimento negro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Conjunto Universitário Cândido Mendes (RJ), Grupo União e Consciência Negra de Duque de Caxias (RJ), Agentes de Pastoral Negros - Quilombo Central (SP) e Instituto

¹⁰⁴ HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, 2010, p.40.

¹⁰⁵ CATÁLOGO de entidades do Movimento Negro. *Comunicações do ISER*, nº 29, 1988. In.: Serviço Nacional de Informações. Agência RJ, 03 mai.1988. 48fls.

¹⁰⁶ LINHA do tempo ISER. Disponível em <<https://www.iser.org.br/linha-do-tempo/>>. Acesso em 23.01.22

de Pesquisas das Culturas Negras - IPCN (RJ)¹⁰⁷. Além do levantamento com os nomes, endereços e contatos foi elaborado um perfil composto por Caetano Damasceno, Micênio Santos, Sônia Giacomini, membros do Programa Religião e Negritude Brasileira do ISER.

O Programa Religião e Negritude do ISER organizou no ano de 1988 as edições de número 28 e 29 da revista, dedicadas à discussão sobre a questão racial no Brasil. O programa foi criado em 1985 tendo o pastor Joaquim Beato (1934 – 2020) e Antônio Olímpio de Sant’Ana como seus fundadores.

Naquele período de acirramento das discussões sobre o significado do Centenário da Abolição da Escravatura, o objetivo da publicação era promover a articulação destes grupos, tendo em vista os preparativos para o conjunto de eventos programados para aquele ano de 1988. Foram elencadas entidades conceituadas como movimentos, sociedades, associações, grupos, vinculados às instituições partidárias, governamentais, religiosas, universitárias. O lançamento do catálogo contou com a presença de alguns conhecidos militantes negros, como Januário Garcia, Abdias do Nascimento, Milton Gonçalves¹⁰⁸.

Na apresentação ao catálogo foi apontado que a ideia surgiu no ano de 1986, momento em que já havia uma listagem das entidades, a qual, então, foi atualizada. A proposta era “facilitar o contato entre elas e a organização dos mais diversos eventos” naquele ano do Centenário da Abolição. Chegaram a 573 grupos espalhados por todo o Brasil tendo como critério “incluir todo e qualquer grupo a partir da indicação daqueles que já faziam parte das listagens iniciais”¹⁰⁹.

As entidades elencadas eram aquelas que, de “maneiras as mais diversas”, lutavam “contra a discriminação e o preconceito racial contra o negro”. Foi traçado um perfil com base em um questionário que havia sido enviado a todas, contudo apenas 10% responderam. Nele há os campos para identificação, atuação (local, regional, nacional, internacional) vinculações seculares ou religiosas, se pertenciam às universidades, sindicatos, partidos políticos ou outras entidades do movimento negro, quais atividades desenvolvidas (assessoria, imprensa, audiovisual, educativa, filantrópica), temas tratados

¹⁰⁷ CATÁLOGO de entidades do Movimento Negro. *Comunicações do ISER*, nº 29, 1988. *Serviço Nacional de Informações*. Disponível em < <https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/07/comunicacoes-do-iser-catalogo-de-entidades-de-movimento-negro-no-brasil.pdf>>. Acesso em 14.06.22

¹⁰⁸ CATÁLOGO de entidades do movimento negro do Brasil. In.: *Serviço Nacional de Informações*. Agência Rio de Janeiro, 03 mai.1988.

¹⁰⁹ CATÁLOGO de entidades do Movimento Negro. *Comunicações do ISER*, 1988. p.03.

(escravidão, mulher negra, religião, racismo, trabalho, educação, cultura negra, saúde), se promovia cursos, debates, quem eram os beneficiários das atuações (crianças, mulheres, religiosos, artistas, universitários, etc.) e, por fim, se poderiam indicar outras instituições que também atuavam contra a discriminação racial. Foi um total de 50 perguntas, divididas em 4 blocos – Beneficiários, Atividades Desenvolvidas, Campo de Atuação e Identificação.

Foram listadas as publicações das entidades, cidade, periodicidade ou início de circulação. Tendo em vista os objetivos iniciais desta pesquisa, o foco recaiu no levantamento daquelas localizadas no eixo Rio - São Paulo, onde foram catalogadas 156 e 182 entidades, respectivamente. Entre elas, foram apontadas a circulação do periódico do Centro Estudo Afro-asiáticos (RJ), do Grupo de Trabalho André Rebouças, o Boletim Informativo do IPCN, Nzinga Informativo (ambos do Rio de Janeiro). Para São Paulo: a Revista Afro – brasileira (Agentes de Pastoral Negro); África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP; Grupo Negro da PUC; Dédado - Revista de Arqueologia e Etnologia (Museu de Arqueologia e Etnologia da USP); o Boletim Informativo Carapinha (União Cultural Negra de Botucatu).

Buscou-se fazer um levantamento inicial referente a quais eram as entidades que tinham como foco a luta internacional contra o racismo e, mais especificamente, o trato do apartheid. Duas foram encontradas - o Comitê Antiapartheid e o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da África do Sul e da Namíbia (COMAFRICA), ambos localizados no Rio de Janeiro.

A iniciativa de formação de um Comitê Antiapartheid no Rio de Janeiro se deu pela atuação do Centro de Estudos Afro-asiáticos em parceria com representantes da ONU e do recém-formado Movimento Negro Unificado, no ano de 1980. Já o COMÁFRICA se deu a partir da iniciativa de Jennifer Dunjwa Blajberg, sul – africana, doutora em filosofia pela Universidade de Viena, membro do CNA e que vivia no Rio de Janeiro¹¹⁰.

A intenção da idealizadora do COMAFRICA foi tomar como referência a estratégia de atuação do Congresso Nacional Africano, o qual buscava a abertura de escritórios em vários países, e a partir daí, centralizar as ações voltadas para a luta antiapartheid¹¹¹.

¹¹⁰ BRAGA, 2011.p. 245.

¹¹¹ Idem.

Por meio do depoimento de Jennifer Blajberg ao livro de Pablo Rezende pode-se perceber sua interpretação do significado da luta antiapartheid. Ela explicitou que, “enquanto no Brasil os negros clamavam por políticas raciais”, tal como ocorria nos Estados Unidos, “o ComAfrica enfatizou a necessidade da sociedade brasileira ser solidária à construção de uma África do Sul democrática e não racial, e, para isso, o discurso fundamentado na questão racial não poderia orientar o ativismo antiapartheid no país”¹¹².

O acervo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, disponível no Arquivo Nacional, registrou a atuação do Instituto Unificado de Relações Internacionais. Dossiê da entidade é composto por memorando da Secretaria de Estado das Relações Internacionais de 05 de abril de 1982, informe do Centro de Informações da Marinha, de março do mesmo ano e do Centro de Informações do Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal. Os três documentos tratam da recém-formada entidade e um perfil de três de seus integrantes – Salomon Blajberg, Albano Walau e Flávio Wanderley, apontados com antecedentes de atuações relacionadas à contestação à Ditadura e atuação em grupos de esquerda, além de Jennifer Blajberg¹¹³.

Junto à perspectiva de aproximação do Brasil com os países afro-asiáticos no rol da política externa, desenvolvia-se, nas universidades, centros de pesquisa e estudos que tinham como foco os estudos africanos. Esse processo se deu no “Institutos Unificados de Relações Internacionais (IURI), o qual abrigou um novo centro de pesquisas para estudos africanos, o Instituto de Estudos Africanos (INEAFRIC)”. Este atuou para a promoção e disseminação de “informações sobre a luta antiapartheid na África do Sul e Namíbia”.

O IURI/INEAFRIC cooperou com o Centro de Informações da ONU no Rio de Janeiro (UNIC), estabeleceu contatos com as representações do ANC em Bonn, Lusaka e Luanda, com o Conselho das Nações Unidas para a Namíbia e Comissão Especial contra o Apartheid. Um espectro crescente de organizações antiapartheid no Brasil iniciou contato com o IURI/INEAFRIC, especialmente organizações do movimento negro”¹¹⁴

¹¹²BRAGA, 2011.p.250.

¹¹³ INSTITUTO Unificado de Relações Internacionais. In.: *Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores* (dossiê). 38p. dez.1981 – abr. 1982. Disponível em < http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_Z4/DPN/ENI/0120/BR_DFANBSB_Z4_DPN_ENI_0120_d0001de0001.pdf>. Acesso em 01.05.23.

¹¹⁴ BRAGA, 2011, p. 246.

Em 1984, o IURI/INEAFRIC recebeu o grupo cultural Amandla, do CNA, no Festival de Artes Negras do Rio de Janeiro. Participaram de sessão na Câmara Municipal, conferências e estabeleceu contatos com os integrantes do movimento negro¹¹⁵.

Anexo aos relatórios consta documento da entidade enviada ao Ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro e livreto com apresentação da instituição voltada para a promoção dos estudos africanos no Brasil, cooperação internacional e aperfeiçoamento linguístico.

Originou-se, segundo o livreto, da iniciativa do cientista político Salomon Blajberg e da africanista Jennifer Dunjwa Blajberg a fim de “preencher lacunas de informação sobre Relações Internacionais para o público brasileiro”. Sua data de fundação ocorreu em 7 de abril de 1981 e sua sede estava no centro da cidade do Rio de Janeiro. Apontou-se como uma entidade “sem fins lucrativos com o objetivo de manter, promover, coordenar e divulgar atividades de ensino, estudo e pesquisa [...] no campo das Relações Internacionais”, além de prestar serviços de assessoria, consulta, planejamento, entre outras atividades. Já contava com o INEAFRIC - Instituto de Estudos Africanos; INECOPI - Instituto de Estudos para a Cooperação Internacional; e INELINGUA - Instituto de Estudos para Aperfeiçoamento Linguístico e tinha planos para a abertura de novos institutos¹¹⁶.

Salomon Blajberg obteve por parte dos órgãos de segurança um dossiê próprio elaborado pelo Serviço Nacional de Informações, Agência Central. Nele, cita-se Jennifer Blajberg, sul – africana formada em Direito que estava no Brasil por indicação do comitê Assessor do CNPq a fim de realizar estudos no Centro de Estudos Afro – Asiáticos da Faculdade Cândido Mendes. Ao longo do dossiê são apresentadas longas listas de telefones, referentes às contas apresentadas por Salomon em comprovação à abertura de escritório. Verificou-se os destinatários das chamadas tendo em vista a busca por mais instituições ou indivíduos, os quais, supostamente financiavam as atividades do casal no Brasil¹¹⁷.

¹¹⁵ BRAGA, 2011, p. 248.

¹¹⁶ INSTITUTO Unificado de Relações Internacionais (dossiê).11p. Rio de Janeiro. In.: INSTITUTO Unificado de Relações Internacionais. Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. 38p. dez.1981 – abr. 1982.

¹¹⁷ ATIVIDADES de Solomon Blajberg (dossiê).18p In.: *Serviço Nacional de Informações*. Agência Central, Rio de Janeiro, 1981. Disponível em http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/81020057/BR_DFA_NBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81020057_d0001de0001.pdf. Acesso em 01.05.23.

Em comemoração aos 70 anos de Nelson Mandela, o jornal O Globo destacou o relançamento do livro "A luta é minha vida" pela Fundação Internacional de Defesa e Auxílio para a África Austral pela editora Globo, com prefácio de Jennifer Dunjwa Blajberg, apontada como “uma das diretoras do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos povos da África do Sul e Namíbia”. Nascida na Cidade do Cabo, a sul – africana optou por fugir de seu país de origem em virtude do estado de emergência decretado após o Massacre de Shaperville¹¹⁸.

Desde 1968 ela vivia no bairro do Flamengo, junto a Salomon Blajberg e a filha. Jennifer Blajberg apontou, de acordo com a reportagem de Eliane Lobato, o Brasil, não como exemplo no que tange às relações raciais, tal como havia pensado quando aqui desembarcou, mas como um país que apontava caminhos, segundo ela, e que era lamentável a “segunda África [...] o país que tem o maior número de africanos depois da própria África” a omissão diante da África do Sul¹¹⁹.

Nesta perspectiva surgiu a ONG COMAFRICA em 22 de agosto de 1985 com o intuito de pressionar o governo brasileiro para a mudança de sua política externa, mobilizar a opinião pública, potencializar os encontros com lideranças sul – africanas¹²⁰. Entre suas principais atuações estavam a realização de exposições, seminários, atos nas ruas com a distribuição de panfletos para a conscientização da população brasileira sobre os efeitos da discriminação racial, sessões solenes em âmbito legislativo com foco na luta antiapartheid, recebimento de lideranças sul – africanas, seleção de datas e escolha de homenageados que envolveram nomes como Desmond Tutu, Steve Biko, Nelson Mandela.

Uma dessas exposições foi acompanhada pelo SNI, o qual relatou a realização em 06. 11. 1986 na Universidade Santa Úrsula localizada no RJ e intitulada “Exposição 10 anos de Soweto”, com foco na vida cotidiana dos negros sul – africanos¹²¹.

O foco do relatório centrou-se na participação de grupos e indivíduos ligados ao Partido Comunista (PC) e naqueles que haviam financiado o evento, no qual foi apontado o COMAFRICA entidade que tem por função o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e África do Sul, conforme o relatório simplificou.

¹¹⁸ LOBATO, Eliane. A dor de Mandela. *O Globo*, 22 set. 1988. Z7. In.: *Serviço Nacional de Informações*. Atividades do Comitê de Solidariedade aos povos da África do Sul e da Namíbia (COMAFRICA), no Rio de Janeiro. Agência Rio de Janeiro. 06.out.1988.

¹¹⁹ LOBATO, Eliane, *O Globo*, 22 set. 1988.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ EXPOSIÇÃO sobre o apartheid. In.: *Serviço Nacional de Informações*. Agência Rio de Janeiro. 22.out.1986.

Anexo consta um exemplar do jornal “COMAFRICA - Comitê de Solidariedade aos Povos da África do Sul” em sua primeira edição. Nele é possível ver os principais posicionamentos do grupo, que não se aproximava dos ideais defendidos pelo PC, tal como o relatório induzia a crer e tinha suas atuações para além do rompimento das relações diplomáticas, apesar da constante reiteração da necessidade de que o governo brasileiro inserisse essa prática como prioritária.

O jornal Comitê de Solidariedade aos Povos da África do Sul e da Namíbia – COMÁFRICA - foi publicado em seu primeiro número no mês de outubro 1984. Dividido em 4 páginas ele apresentou “O que é o COMAFRICA”, uma sessão “Especial/ Documento” e, ao final “Um país em chamas”.¹²²

Sobre o COMAFRICA destacou:

[...] é uma entidade que pretende levar o povo brasileiro as informações sobre as lutas dos patriotas sul – africanos e namibianos contra o racismo e a discriminação racial.

Para realizar este trabalho, queremos o apoio de todos os setores da democracia da sociedade brasileira e todos aqueles que se identificam com a luta destes povos no sentido de levar ao governo brasileiro a romper todos os laços com o regime de Pretória. Para levar adiante essa luta é necessário a passagem para realizações concretas de solidariedade com estes povos. Por isso a nossa tarefa é de mobilizar a opinião pública brasileira para contribuir na eliminação do colonialismo, discriminação racial e do regime de Pretória, que vem cometendo a cada dia mais crimes contra os direitos humanos e ignorando os apelos da comunidade internacional para a eliminação do apartheid.

O COMÁFRICA também luta pela libertação imediata e sem condições de todos os presos políticos sul – africanos e namibianos e, queremos prestar nosso apoio material às famílias dos presos políticos [...]. A nossa luta é pacífica e se enquadra no movimento internacional de apoio aos patriotas sul – africanos de todas as raças que desejam a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A criação do comitê não é fruto de uma tomada de consciência súbita [...]. Ela é o resultado de anos de mobilização da opinião pública brasileira, da realização de atos e manifestações contra o regime de Pretória. Também a situação política neste momento, permitiu uma mobilização maior e, que cresceu com as sanções presidencialistas ao governo racista sul – africano¹²³.

O objetivo da entidade era levar informações, promover ações de solidariedade, mobilizar a opinião pública, valendo-se do momento histórico que vivia a sociedade brasileira, de abertura política e promoção da democracia. A luta contra o racismo perpetrada pelos sul – africanos se encaixava na luta da sociedade brasileira pela democracia, vivenciada naqueles anos 1980. A luta antiapartheid estava, por sua vez,

¹²² COMAFRICA: Comitê de Solidariedade aos povos da África do Sul e da Namíbia. Rio de Janeiro, out. 1985. In.: *Serviço Nacional de Informações*. Agência Rio de Janeiro, 22 out. 1986.

¹²³ COMAFRICA, 1985.p. 01

assentada nos ideais da democracia, no poder da opinião pública, direitos humanos, pacifismo, justiça. Eram esses os principais elementos que norteariam a solidariedade de todos os brasileiros e não apenas os negros na luta contra o apartheid.

O COMAFRICA ampliou suas atuações para os diversos estados, com abertura de seções em São Paulo, Sergipe, Bahia e Brasília e, tal mobilização foi acompanhada pelos órgãos de segurança, o qual acompanhou o ato na Bahia em 22.10.85, com a participação de artistas, estudantes, intelectuais, políticos¹²⁴; e, em Sergipe, o Departamento da Polícia Federal de Sergipe destacou a abertura de um Comitê sergipano antiapartheid em 27 de outubro de 1985¹²⁵.

A tarefa dos comitês era promover a divulgação de informações sobre a luta do povo sul – africano, mobilização da população com a promoção de atos de repúdios contra a ocupação ilegal da Namíbia pelo regime de Pretória, pelo fim do apartheid e pela libertação dos presos políticos sul – africanos e namibianos. Visava dar apoio material às famílias, pressionar o governo brasileiro para o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países e fim do tráfego aéreo.

No ano de 1988, mais especificamente aos 22 anos do início da luta armada pela independência da Namíbia, a entidade, em comemoração à data, exigia do governo brasileiro o apoio à SWAPO e À ONU para a libertação da Namíbia, com a ações efetivas para o isolamento da África do Sul e a adesão do Brasil à Convenção Internacional sobre a Repressão e Punição do Crime do apartheid.

Em telegrama enviado ao presidente da República José Sarney e ao Ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré (1917 – 1999), Salomon Blajberg apontado como presidente do COMAFRICA em 1988, destacou que as ações concretas exigidas estavam assentadas no pressuposto do comprometimento da paz no Atlântico Sul e que, naquele momento, era marcado pela suposta expansão da ameaça soviética na região. A penetração dos interesses políticos e financeiros dos sul – africanos no Brasil fortalecia os sentimentos racistas e antidemocráticos, sendo, então, uma ameaça à democratização da sociedade brasileira. Além das medidas já citadas, acrescentava-se o fim do tráfego marítimo Brasil – Namíbia e o apoio político, técnico e econômico ao SWAPO e CNA¹²⁶.

¹²⁴ATO de criação do comitê antiapartheid. In.: *Serviço Nacional de Informações*. Agência Bahia, 21 ago. 85.

¹²⁵ MOVIMENTO negro em Aracaju/ Sergipe. In.: *Serviço Nacional de Informações*. Ministério da Justiça. Departamento da Polícia Federal. Superintendência Regional no Estado de Sergipe, 04 nov. 85.

¹²⁶ ATIVIDADES do comitê brasileiro de solidariedade aos povos da África do Sul e da Namíbia (COMAFRICA) no Rio de Janeiro. In.: *Serviço Nacional de Informações*. Agência Rio de Janeiro, 06.10.1988.

Salomon Blajberg esteve no Seminário Sobre a Responsabilidade Internacional pela Independência da Namíbia em Istambul realizado entre 21 e 25 de março de 1988. Ele declarou:

"O COMÁFRICA, cômico da importância das Nações Unidas para a preservação da paz e contínuo progresso da humanidade, sente-se honrado com o convite e de poder participar deste seminário. O COMÁFRICA deseja aos organizadores e participantes um exitoso e profícuo trabalho no sentido de reafirmarem cada vez mais em seus países e organizações o apoio incondicional à luta de libertação nacional da Namíbia sob a liderança da SWAPO, ao mesmo tempo que chama a atenção para a necessidade de apoio irrestrito ao movimento de libertação nacional do povo sul-africano, o AFRICAN NATIONAL CONGRESS, pois somos de opinião que sem a libertação nacional da África do Sul, a Namíbia dificilmente poderá conseguir ou manter a independência.

Além disso, é nossa convicção de que uma Namíbia livre e a eliminação do apartheid e do colonialismo são condições essenciais para a paz e a segurança do Atlântico Sul.

Estamos, como organização não-governamental brasileira, a par da posição oficial de nosso governo a favor da independência da Namíbia, contra o apartheid e pela manutenção do Atlântico Sul como uma Zona de Paz e Cooperação, e continuaremos a fazer tudo, na medida de nossas forças para mobilizar o povo brasileiro a fim de levar o nosso governo a, constantemente, observar essas posições, obrigando à ação mais concreta em apoio à SWAPO como único e legítimo representante do povo da Namíbia. A luta continua! Obrigado¹²⁷.

O COMÁFRICA assentava-se nos princípios da “preservação da paz”, “progresso da humanidade”. O caminho para a superação do apartheid passava pela tomada de consciência por parte de toda a sociedade brasileira, promoção de manifestações, abaixo – assinado, criação de comitês antiapartheid os quais pudessem realizar este trabalho nos diferentes estados, ação política governamental, tendo em vista que, de acordo com o trecho analisado acima, as sanções presidenciais impulsionaram a mobilização.

A entidade também organizou atos públicos, nos quais divulgava informações sobre a realidade de discriminação racial imposto pelo apartheid ao cotidiano do sul – africano. Realizou a exposição “Infância e Juventude na Luta contra o apartheid”¹²⁸, junto com a UERJ, acompanhado de um ato ecumênico pela libertação de Nelson Mandela. Divulgou panfletos informativos e boletins com as principais ações da entidade, enviou telex ao presidente José Sarney e a Ministro do Exterior com cobranças por posições mais contundentes no apoio a SWAPO e a ONU.

¹²⁷ COMITE Brasileiro de Solidariedade aos Povos da África do Sul e da Namíbia (boletim). Rio de Janeiro: ano 1, nº 1, abr. 1988.p.03- 04 In.: *Serviço Nacional de Informações*. Agência Rio de Janeiro, 06.10.1988.

¹²⁸ ATIVIDADES do comitê brasileiro de solidariedade aos povos da África do Sul e da Namíbia (COMAFRICA), 988. In.: *Serviço Nacional de Informações*. Agência Rio de Janeiro, 06.10.1988.

As propostas seguidas tinham como referência as ações levadas adiante pelo CNA. Em 24.02.88 após várias ondas de manifestações pelo país, várias entidades foram proscritas, entre as quais a Frente Democrática Unidade. Houve, ainda, prisões, torturas, endurecimento da censura e que dificultava, ainda mais, o desmascaramento dos crimes cometidos pelo regime apartheísta.

Todas essas ações mostravam a necessidade de intensificar “as campanhas contra o regime de Pretória, e a agir em solidariedade”; jornalistas deviam agir para romper o silêncio imposto por Pretória e dar voz ao povo, sobretudo ao CNA. Propunha-se o isolamento da África do Sul “de todos os foros internacionais - políticos, religiosos, acadêmicos, culturais e desportivos”, “proibição compulsória de comércio de armas” e, também, de petróleo e derivados, campanhas para o rompimento de relações diplomáticas com a África do Sul do apartheid” e “apoio político e material ao Congresso Nacional Africano (ANC), Congresso Sul-Africano de Sindicatos (SACTU) e à SWAPO”¹²⁹

O jornal do COMAFRICA também dedicou espaço para a divulgação da chamada Carta da Liberdade. Este documento foi produzido em 1955 no Congresso do Povo em Kliptown como uma forma de integrar a oposição antiapartheid sul – africana em uma plataforma de mobilização que congregava indianos, mulatos, liberais, socialistas. Nas palavras de Nelson Mandela, era “mais do que uma simples enumeração de exigência de reformas democráticas”, mas “as mudanças consideradas não podem ser levadas a cabo sem a destruição da presente estrutura política e econômica da África do Sul”. As “ações de massas” deveriam ser “as mais amplas possíveis”¹³⁰.

No transcurso do 22º aniversário da luta armada pela independência da Namíbia foi realizado um abaixo assinado o qual exigia que o governo brasileiro apoiasse concretamente a SWAPO e a ONU rumo à concretização de ações para a independência da Namíbia e para o fim do apartheid, com sanções, adesão à Convenção Internacional sobre a repressão e punição do crime de apartheid.

Entre os nomes identificado na assinatura e que revelam as redes tecidas estavam membros do "Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua", da Comissão Estadual do Rio de Janeiro; membros de partidos políticos – Partido dos Trabalhadores

¹²⁹ O que é o ComAfrica. *COMAFRICA*: Comitê de Solidariedade aos povos da África do Sul e da Namíbia, Rio de Janeiro, ano 1, nº01, out. 1985. p.01. In.: *Serviço Nacional de Informações*. Exposição sobre o apartheid. Agência Rio de Janeiro, 06.10.1988.

¹³⁰ CARTA da liberdade: visão de uma África do Sul popular. *COMAFRICA*: Comitê de Solidariedade aos povos da África do Sul e da Namíbia, Rio de Janeiro, 1985. Especial/Documento.p.01. In.: *Serviço Nacional de Informações*. Exposição sobre o apartheid. Agência Rio de Janeiro, 06.10.1988.

do Rio de Janeiro, Convergência Socialista, Partido Comunista, Partido Democrático Trabalhista - Abdias do Nascimento e Elisa Larkim Nascimento, do Instituto de Pesquisas e Estudos dos Afro-Brasileiros - IPEAFRO¹³¹.

Declarar a África do Sul “pertence a todos os que nela vivem, negros e brancos”, tal como proposto na Carta da Liberdade refere-se ao acesso de todos às mesmas oportunidades, Estado democrático baseado na vontade do povo, com direito “ao desenvolvimento de sua cultura própria”, ação do Estado para a promoção da igualdade de acesso à terra, liberdade de movimento pelo território sul – africano, direito à sindicalização, igualdade salarial, ensino obrigatório e universal a todas as crianças¹³².

Ao atentar-se para as entidades no Brasil cujo foco era exclusivamente o trato do apartheid, tal como trazido a partir das análises efetuadas no catálogo do ISER, vê-se que eram poucas, restringindo-se ao redor da proposta trazida pelo COMAFRICA. Contudo, o debate estava disseminado pelas entidades do movimento negro, as quais incorporaram o tema a partir de prismas diversos ao trazido por esta entidade. A amplitude que a discussão sobre a questão suscitou na sociedade brasileira serviu, inclusive, de mote para que entidades do movimento negro na década de 1980 pudessem se inserir no debate político dos anos 1980.

¹³¹ ATIVIDADES do comitê brasileiro de solidariedade aos povos da África do Sul e da Namíbia (COMAFRICA), 988. In.: *Serviço Nacional de Informações*. Rio de Janeiro: Agência Rio de Janeiro, 06.10.1988.

¹³² CARTA da liberdade, 1985.p.02. In.: *Serviço Nacional de Informações*. Agência Rio de Janeiro, 06.10.1988.

CAPÍTULO 2: Movimento Negro brasileiro e a luta contra o apartheid: uma proposta de análise a partir dos materiais da imprensa negra.

Com o golpe militar de 1964 houve uma mudança na forma de atuação da militância negra brasileira, que voltou suas atuações de modo mais acentuado para o exterior. As trocas já ocorriam, mas as dificuldades, sobretudo ao nível econômico, impediam que esta militância estivesse nos fóruns e seminários realizados fora e que tinham como temática central a luta panafricanista.

Parte-se, nesta pesquisa, da análise de Lélia Gonzalez em “Lugar de negro” a qual esboçou que, apesar da variedade de caminhos para a superação da desigualdade racial proposta pelo movimento negro, o qual, assim, poderia ser colocado no plural, prefere-se utilizar o termo movimento negro no singular. Isso, em virtude de que, apesar de nós negros não constituirmos um bloco monolítico, de características rígidas e imutáveis há elementos que unem tais movimentos, qual seja, sua organização em torno de algo real e visível na sociedade, a desigualdade entre os seres humanos tendo em vista suas características fenotípicas e culturais e que remetem a uma herança e a uma história em comum¹³³.

Foi no pós-64 que a experiência internacional da militância negra brasileira se intensificou, passando da troca de informações e materiais para a presença de lideranças nos fóruns internacionais, sobretudo a partir da atuação de Abdias do Nascimento (1914 – 2011), Lélia Gonzalez (1935 – 1994) e Tereza Santos (1930 – 2012), que, em função do endurecimento dos órgãos da repressão no Brasil, teriam na atuação internacional o principal meio de contestação política.

Com o exílio de Abdias entre 1968 e 1981, o intercâmbio se dinamizou pela presença dos militantes negros em fóruns internacionais dedicados ao trato do tema da descolonização. O Brasil estava incluído na rota dos militantes negros africanos e estadunidenses, no que concerne, também, à presença de lideranças sul-africanas no Brasil na luta contra o apartheid.

A década de 1970 foi marcada por grande efervescência no que se refere à formação de entidades negras, sobretudo aquelas de base cultural, voltadas mais

¹³³ GONZALEZ, Lélia. Movimento ou movimentos negros? In.: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p.18.

diretamente para a produção artística e estética negra, como teatro, poesia, escolas de samba, tendo em vista que o período era de Ditadura Militar desde 1964.

Em 1971 ocorreu a criação do Grupo Palmares no Rio Grande do Sul. Oliveira Silveira, ao descrever a formação do grupo, destacou que seu interesse em participar mais da comunidade negra levou-o aos trabalhos já existentes, realizados pelo teatro, tais como o Teatro Novo Floresta Aurora e o Grupo de Teatro Marciliense¹³⁴.

O ano seguinte viu, em São Paulo, a fundação do Centro de Cultura e Arte Negra, o CECAN, do qual fazia parte Milton Barbosa (1948 -) , Thereza Santos (1930 – 2012), Eduardo de Oliveira e Oliveira (1923 – 1980). O primeiro chamou a atenção para as atividades de exposições realizadas pela entidade, apontou as redes de solidariedade tecidas, que permitiram contatos com entidades negras de outras localidades, como do interior e Rio de Janeiro, além de apontá-la como embrião, em São Paulo, do MNU:

Nós tivemos uma sede na rua Maria José, no Bela Vista, e a gente fazia reuniões, atividades, debates e organizava trabalhos, que eram feitos fora de lá. Fizemos uma exposição sobre candomblé. Foi muito interessante e muito bonito, porque foi com uma mãe de santo lá de São Vicente. Conversamos com essa mãe de santo e ela se propôs a fazer uma exposição. Montamos uns tipos de bonecos, pusemos as roupas dos orixás e foram “arriadas” algumas obrigações. Teve uma menina que passou a fazer parte da religião e, com certeza, influenciou muito outras pessoas. Então, foi muito legal o trabalho do Cecan, que foi uma entidade cultural importante em São Paulo, porque era através dela que a gente fazia atividades na cidade toda, nos relacionávamos com outras cidades do interior do estado e com o Rio de Janeiro, e tínhamos contato com outras organizações¹³⁵.

Amauri Mendes Pereira destacou que foi no Centro de Estudos Afro – Asiáticos no Rio de Janeiro que passou a ter mais informações sobre a história e a luta dos povos africanos. Estudante de Educação Física na Universidade Federal do Rio de Janeiro, lá encontrou outros nomes como Yedo Ferreira, Carlos Alberto Medeiros, os quais atuaram na fundação da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, SINBA, em 1974.

Haviam participado das reuniões no CEAA na Faculdade Cândido Mendes, a convite da cunhada de José Maria Nunes Pereira, a socióloga Beatriz Nascimento, a qual chamou negros da UFF, UFRJ ao centro, espaço considerado por Yedo Ferreira como fundamental para o conhecimento de uma biblioteca negra, africana e diaspórica.

Foi a partir da perspectiva de aglutinar, pesquisar, informar e se solidarizar que ocorreu a criação do SINBA e sua dissidência, o Instituto de Pesquisa e Culturas Negras

¹³⁴ Histórias do movimento negro no Brasil (p. 177). Pallas Editora. Edição do Kindle.

¹³⁵ Idem, p. 182.

(IPCN), que surgiu em 1975 composto por indivíduos que também se reuniram no CEAA, ligados ao teatro e à televisão, como Milton Gonçalves, Jorge Coutinho, Léa Garcia, Zózimo Bulbul, Vera Manhães¹³⁶.

SINBA surgiu com a proposta de informar a população brasileira sobre a luta africana, promover a articulação com a luta antirracista que ocorria no Brasil, a partir de uma perspectiva ampla de ativismo que congregava a luta dos povos negros contra o imperialismo, a exploração e o racismo e que tomava como referência os nomes de Samora Machel, Amílcar Cabral, Agostinho Neto.

Em seguida, deu-se a ruptura e a formação do IPCN, sob a proposta de valorização das pesquisas das culturas negras para a articulação da libertação. É muito difícil estabelecer um recorte entre as duas instituições, tendo em vista que nomes como Yedo Ferreira, Milton Barbosa circulavam entre as entidades, colaboravam com os diferentes periódicos. As entidades tiveram momentos de maior aproximação e outros de distanciamento.

2.1 SINBA - A libertação do negro brasileiro e a experiências de luta da África Austral

O jornal SINBA – “Órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África” circulou de forma irregular entre os anos 1977 e 1980, tendo, ao todo, 5 edições em um total de 8 páginas divididas em: África, Movimento Negro, Opiniões e Debates, Notas e Notícias, Momento.

Tendo Carlos Alberto Silveira como diretor responsável naquele momento, o Jornal SINBA contava com Amauri Mendes Pereira, Célio de Oliveira, Jorge Miranda, Theodoro, José P. Silva, Thierno Gueye e Yedo Ferreira. Outros nomes que foram incluídos nos exemplares seguintes foram, Suzete Paiva (secretaria de redação), Togo Ioruba (Ilustração), Orlando Fernandes (Diagramação), José Ricardo d’Almeida, Olímpio Marques dos Santos (colaboração e revisão).

O SINBA apareceu como resposta aos interesses pelos processos de libertação na África, debates que vinham sendo realizados sobre o caráter das associações negras, bem como as divergências existentes entre elas, disputas sobre quem eram os verdadeiros

¹³⁶Histórias do movimento negro no Brasil (p. 187 - 188). Pallas Editora. Edição do Kindle.

representantes do negro brasileiro, seja no Brasil ou exterior, críticas às escolhas governamentais para os festivais internacionais de arte negra, bem como a necessidade de posicionar-se diante dos debates políticos e econômicos dos rumos do Brasil no cenário global.

O moçambicano Samora Machel (1933 – 1986), poeta da negritude e primeiro presidente do país, teve alguns de seus poemas publicados no SINBA, assim como o poeta e presidente Agostinho Neto (1922 – 1979). Este último foi um dos fundadores da Casa dos Estudantes do Império, em Portugal e, junto a Amílcar Cabral, Mário de Andrade, Marcelino dos Santos e Francisco José Tenreiro fundou o Centro de Estudos Africanos, organização clandestina fechada em 1951 pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado e na qual José Maria N. Pereira iniciou suas atuações políticas e se inspirou para a formação do CEAA.

O espaço dedicado às estas produções poéticas, no jornal, era, geralmente, a última página. De modo geral, SINBA não se ateve às questões culturais enquanto prioritárias, centrando sua discussão mais contundente no debate político. Assentava-se na busca pelos valores construídos em solo africano ou no seio da diáspora negra, divulgados nessas poesias, a fim de oferecer caminhos às problemáticas políticas que eram publicadas.

O SINBA apresentou, já na sua primeira edição, dois propósitos principais: ser um órgão de debates das diversas entidades negras do período e atuar para a promoção “dos movimentos que lutam contra o racismo e o colonialismo, com especial atenção ao noticiário sobre a realidade dos povos africanos que lutam na Rodésia, Namíbia e África do Sul”¹³⁷.

O primeiro número do SINBA trouxe em sua primeira página a realidade sul-africana, tal como apresentada pelo olhar um jovem estudante. Trata-se do um depoimento de um líder estudantil sul-africano sobre as manifestações em Soweto, ocorridas na África do Sul em 1976. Tal depoimento já traz indícios sobre os olhares que orientavam o jornal SINBA e as perspectivas assumidas dali por diante.

Publicado em julho de 1977, o relato ocupou a primeira página inteira do jornal, acompanhado de mapa, localizado ao centro da página, seguido de setas que denotam a interconexão entre o continente africano e o seu encaixe geográfico com o Brasil.

¹³⁷ COMUNICADO. SINBA: órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Rio de Janeiro, julho de 1977, p.07.

No ano de 1976, os jovens sul – africanos haviam acabado de vivenciar uma nova onda de protestos, cujo estopim foi a imposição do uso do africânder nas escolas. A recessão, o desemprego, as novas ideias assentadas no princípio da Consciência Negra e as vitórias dos países africanos vizinhos na luta pela libertação colonial deram ímpetus para a ação dos jovens estudantes.

O texto destacava que, diante da enorme repressão sofrida pela população negra sul – africana bastavam “poucas iniciativas” para que ações diárias se transformassem prática de ação política. Tais ações eram, por sua vez, resultado das “atrocidades a que os brancos” submetiam a população negra. Frisava a autonomia e independência da militância:

[...]Não temos a necessidade de que nos ditem nossa conduta. Sabemos muito bem o que quer dizer “educação bantu”: um conceito e uma prática introduzidos pelo regime com a finalidade de ensinar as crianças negras a servirem ao homem branco, assim que elas se tornem membros ativos da força de trabalho [...] Recentemente, os departamento de administração e educação bantu decidiram que os estudantes negros deveriam aprender a “viver” em duas línguas, inglês e afrikaans, idioma inventado pelos brancos e meio privilegiado de submissão do estudante negro, medida que nos levou a desencadear greves, especialmente nas escolas secundárias, onde essas normas foram aplicadas primeiro. As greves foram de maio a junho. Depois de contactarmos várias escolas secundárias, decidimos organizar uma manifestação pacífica, a 10 de junho, no curso de um dia inteiramente dedicado à revolta contra os africaans: “Não somos Boers”, foi o nosso slogan. Havíamos combinado nos encontrar no fim, em uma escola para um comício, a que se seguiria a publicação de um manifesto às autoridades, rejeitando o novo idioma e manifestando nossa intenção de só voltar às aulas quando essa lei fosse revogada. Depois de percorrermos as ruas de Soweto, fomos para o encontro marcado. A polícia havia chegado primeiro e tentamos parlamentar - mas como única resposta obtivemos bombas de gás lacrimogêneo. Quando começamos a fugir, a polícia abriu fogo, indistintamente. Muito de nós morreram. O balanço oficial foi de 177 mortos nos três primeiros dias de rebelião, mas sabemos que só em Soweto e nos arredores morreram 353. Mais de mil foram presos, enquanto muitos eram dados como “desaparecidos”¹³⁸.

Naquele momento a política apartheísta impunha às crianças negras o ensino de duas línguas, inglês e afrikaans, esta última, sobretudo, rejeitada por elas, levando-as à prática das greves, manifestações pacíficas, mas que foram duramente reprimidas pelo governo, o que resultou em centenas de mortos e feridos e propagação da revolta por toda a população de Soweto:

[...] Também nós ficamos muito chocados com o morticínio do primeiro dia – mas esse choque transformou-se em raiva, um ódio profundo que rapidamente

¹³⁸ DEPOIMENTO de um líder estudantil de Soweto. *SINBA*: órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Rio de Janeiro, jul. 1977.p.01.

se comunicou a toda a população de Soweto. A partir desse momento tudo o que simbolizava o branco e sua repressão foi destruído: sedes de órgãos municipais, bibliotecas, etc. O regime racista declarou, depois, que entre os estudantes, haviam agitadores comunistas cuja intenção era derrubar o governo. Então nós, estudantes, gritamos em resposta que as leis contra os comunistas são na verdade leis discriminatórias que permitem ao regime dedicar uma soma mínima à educação das crianças negras, enquanto quantias colossais são reservadas aos serviços de segurança ou da defesa (...). Diante dessa atitude do governo, depois dos três primeiros dias de protesto, resolvemos continuar nossas manifestações, não só contra a imposição dos africanos, mas também a fim de conseguir a libertação dos companheiros presos¹³⁹.

Eram as condições de atrocidades e opressão impostas ao cotidiano dos sul-africanos que levavam à prática política e à luta organizada. Foi a obrigatoriedade do *africânder* que desencadeou as manifestações pacíficas, assim como foi a repressão policial que ocasionou a revolta da população, destruição de “sedes de órgãos municipais, bibliotecas” e incluiu novas demandas, como a libertação dos presos políticos.

Foi ano de 1912 que se formou a primeira organização política negra sul - africana, o Congresso Nacional Africano (CNA), composta por indivíduos egressos das escolas missionárias, universitários formados nos EUA, Europa e que tinham a convicção de que o diálogo com o governo sul - africano poderia ocorrer e que, diante das divisões entre bóeres e ingleses no país, as pressões da Inglaterra poderiam ser o caminho para angariar maior espaço político à população negra do país.

Além desta instituição, ao longo da primeira metade do século XX surgiram, também, o Sindicato de Comércio e Indústria, em 1920¹⁴⁰, entidades religiosas, igrejas separatistas voltadas à luta contra o *apartheid*¹⁴¹.

As manifestações em Soweto foram organizadas pelo Congresso Panafricanista (PAC), uma dissidência do Congresso Nacional Africano, principal entidade de luta antiapartheid. O CNA desde a década de 1940 inspirava-se na não – violência e nos métodos de desobediência civil tendo como principais lideranças Nelson Mandela, Oliver Tambo (1917 – 1993), Albert Luthuli (1898 – 1967) e Walter Sisulu (1912 – 2003). Em 1958 surgiu o PAC a partir das críticas aos métodos conciliatórios do CNA, inspirados pelos movimentos de descolonização e pelos pressupostos do Movimento da Consciência Negra de Steve Biko.

¹³⁹ DEPOIMENTO de um líder estudantil de Soweto, *SINBA*, jul. 1977.p.01

¹⁴⁰ PEREIRA, Analúcia D. *A Revolução Sul – Africana: classe ou raça, revolução social ou libertação nacional*. São Paulo: UNESP, 2012.p. 71.

¹⁴¹ HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA VIII, 2010, p. 303.

A forte demanda por matéria – prima durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) colocou fim à estagnação econômica na região da África Austral, aumentou a demanda por matérias – primas na região, promoveu o crescimento econômico e os processos de urbanização, com a entrada em cena de multinacionais e novos grupos sociais citadinos. “Anglo - American Corporation, Tanganyika Concessions, British South Africa Company, Lonhro, entre outras [...] investiram na indústria do setor açucareiro e frutífero, na pecuária e na silvicultura”¹⁴².

Paralelo a este crescimento, desenvolveu-se uma classe média negra e um proletariado urbano que passou a reivindicar melhores condições de trabalho e representação política. Os protestos, liderados pelo CNA, multiplicaram-se. Outras entidades, como Partido Comunista Sul-africano e a Liga da Juventude do CNA, apontavam os vários caminhos para a luta, bem como as divergências, sobretudo referentes ao tom demasiado conciliatório do CNA com os brancos liberais:

Em 1949, o CNA formou com os indianos, os mestiços e os brancos liberais uma Aliança dos Congressos que elaborou um “Programa de Edificação da Nação”. Em 1952, o CNA e os seus aliados organizaram, em escala nacional, uma campanha de protestos durante a qual 8.500 pessoas foram arrestadas. Em 1955, um Congresso dos Povos, no qual africanos, mestiços, indianos e brancos estavam representados, adotou uma “Carta das Liberdades para a África do Sul Democrática do Futuro”, preconizando uma África do Sul livre, unida e não racista, e deliberou uma Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana. Diante da unidade e da militância dos negros, o governo nacionalista decidiu aplicar medidas reacionárias e repressivas – interdição do direito à reunião, vigilância e perseguição policiais, dissolução dos partidos políticos, tortura, prisão domiciliar e encarceramento de militantes. Com o apoio tácito do United Party e do Progressive Party, o Parlamento exclusivamente branco votou uma série de leis repressivas¹⁴³.

A onda de protestos pacíficos realizadas pelo CNA não obteve resposta favorável aos negros, ao contrário, promoveu o endurecimento do regime, com a votação de um conjunto de leis, entre as quais a *Goup Areas Act*, a qual instituía a segregação do espaço a partir da identificação racial. Outras medidas foram: o fim do direito à sindicalização negra, banimento do Partido Comunista em 1950, instituição das *homelands* ou áreas de grupos, a qual separava os africanos negros em grupos étnicos tradicionais e lhes reservavam determinadas áreas do território¹⁴⁴, as quais, em seu conjunto, constituíam 13% do país.

¹⁴² HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA VIII, 2010, p. 304.

¹⁴³ Idem, p. 306.

¹⁴⁴ Idem, p. 306 - 307

A resposta às manifestações pacíficas foram as prisões, banimentos, entre os quais a de Nelson Mandela em 1962, então presidente do CNA, sob a acusação de traição e, também, à formação de dissidências políticas como o PAC por Robert Mangaliso Sobukwe:

Ele opunha-se a uma política multirracial, dirigida pelos brancos, os quais, aos seus olhos, eram todos “acionistas da Sociedade Anônima dos Opressores da África do Sul”. Ao mesmo tempo, militantes decepcionados com o multirracial South African Congress of Trade Unions que apoiava o CNA, criaram uma federação sindical exclusivamente africana, a Federation of Free African Trade Unions of South Africa (FEFATUSA). De uma maneira geral, o CNA e o PAC recrutavam os seus militantes em meio às mesmas camadas sociais – classe média, proletariado e massas camponesas¹⁴⁵.

O PAC organizou em março de 1960 campanha para a queima dos passes de identificação e que foram duramente reprimidas, sobretudo a realizada em Sharpeville, na qual policiais fortemente armados atiraram contra manifestantes causando a morte de mais de 70 pessoas.

Após estes acontecimentos, as entidades negras foram banidas e, entre elas, o braço armado do CNA, Umkonto we Sizwe (Lança da Nação). Ao final da década de 1960 uma nova geração se reorganizava e ganhava popularidade, sobretudo entre os mais jovens. Steve Biko teve forte papel intelectual e político na formação do Movimento Consciência Negra e na organização da entidade estudantil SASO (South African Students Organization)¹⁴⁶.

Diante da onda de manifestações, o Partido Nacional adotou uma série de medidas repressivas, como a interdição dos partidos políticos multirraciais e o aumento do seu poder bélico. Ao mesmo tempo, estudantes e sindicalistas se reorganizavam e, entre eles estava Steve Biko e Movimento Consciência Negra.

O estudante de medicina da Universidade de Natal fundou em 1969 a South African Students Organization como expressão de sua crítica às organizações multirraciais, tuteladas por brancos liberais ou de esquerda. Cabia ao negro assumir o controle das entidades de luta em seu país, tal como salientado no trecho acima – “Não temos a necessidade de que nos ditem nossa conduta”¹⁴⁷ e a autonomia e autodeterminação no encaminhamento da luta do negro passou a ser um dos princípios fundamentais do movimento.

¹⁴⁵ HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA VIII, 2010, p. 308.

¹⁴⁶ Idem, p.310.

¹⁴⁷ DEPOIMENTO de um líder estudantil de Soweto, SINBA, jul. 1977.p.01.

Este processo partia dos ideais do pan-africanismo preconizado por George Padmore, Kwame Nkrumah, “a negritude celebrada e preconizada por Léopold Sedar Senghor e Aimé Césaire”, assim como “as teses revolucionárias de Frantz Fanon, de Malcom X e de Amílcar Cabral” e o “o socialismo de Sékou Touré e de Julius Nyerere”:

Este movimento ideológico conhecido sob o nome de Black Consciousness [Consciência Negra], pôs a nu as falhas do nacionalismo africano ortodoxo e, igualmente, levou ao conhecimento a ação dos movimentos de libertação e de guerrilha. Ele esteve na origem da aliança entre estudantes e operários realizada pela SASO, a Black Allied Worker’s Union [Sindicato dos Operários Negros Confederados], a Black People’s Convention (BPC) e o Soweto Students Representative Council [Conselho Representativo dos Estudantes de Soweto]. Estas organizações retomaram, em conjunto, as práticas militantes abandonadas após a tragédia de Sharpeville¹⁴⁸.

Lançar os olhares para a população jovem negra sul – africana na luta contra o apartheid e a forma como se manifestavam no dia – a – dia e os efeitos do racismo em suas práticas cotidianas, já em sua primeira edição, permite lançar luzes sobre os caminhos propostos pelos membros do SINBA para a superação da desigualdade racial a partir da busca pelos laços de solidariedade com o continente africano.

As questões relacionadas ao apartheid e à região sul do continente africano apareceram com mais intensidade na página 2, seção intitulada “África”, seja em notas que confirmavam posições já assumidas ou que traziam à tona a repressão do governo aos militantes, reportagens sobre encontros, conferências, sobretudo realizadas no seio da ONU, as quais emitiam, sobretudo, posicionamentos críticos em relação a participação das potências ocidentais para a perpetuação do domínio branco.

Uma das principais problemáticas era a libertação do Zimbabwe e da Namíbia, questão levada à Conferência Especial das Nações Unidas, a qual reuniu representantes do Conselho de Segurança da ONU, Comitê de Libertação da OUA, e do Conselho da ONU para a Namíbia e representantes dos países Linha de Frente¹⁴⁹; outra questão presente no jornal foi a divulgação das imagens de líderes africanos como Idi Amin, de Uganda e os estereótipos dos meios de comunicação de massa quando o assunto era o continente africano¹⁵⁰.

¹⁴⁸ HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA VIII, 2010, p. 326.

¹⁴⁹ A CONFERÊNCIA de Maputo. SINBA: órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Rio de Janeiro, jul. de 1977.p.02.

¹⁵⁰ O QUE o Brasil tem a ver com Idi Amin?. SINBA, jul. 1977, África, p.02

Página voltada, de um modo geral, para o trato das posições editorialistas, a página 2 traz questões centrais para aqueles que compõem o órgão e que orientam as percepções lançadas nas páginas seguintes. Ali SINBA centralizou seu olhar na África Austral, processos de libertação do Zimbábue e da Namíbia, considerados baluartes racistas do Continente Africano, assim como fez, também, o jornal Frente Negra do IPCN nos anos seguintes.

O apoio das potências ocidentais ao colonialismo e racismo foi trazido em notas que mostravam, por exemplo, os laços entre EUA, Israel e África do Sul no envio de armas ao continente. Levantava-se a hipótese sobre testes nucleares feitos pela África do Sul, a visita do general israelense ao país e o suposto envio, por parte dos EUA, de armamento à África do Sul, via Israel¹⁵¹.

Cada pequena nota selecionada reforçava os posicionamentos assumidos, seja por meio da seleção de eventos que confirmavam a ação das potências ocidentais para promoção do apartheid na região ou a luta do negro para a derrocada deste sistema. Assim também foi composta, na página 2, a seção “Notas & Notícias”.

Neste lugar SINBA apontou, por meio de nota curta, localizada no centro da página, dois contrapontos: de um lado a criação do Comitê Antiapartheid sob a iniciativa do CEAA da UCAM em comemoração ao 21 de março¹⁵²; de outro, a ação do estado brasileiro, o qual, tal como reportagem citada a partir do Jornal do Brasil, intensificava suas parcerias comerciais com a África do Sul na contramão da recomendação da ONU¹⁵³.

Além da divulgação do colonialismo, dos mecanismos de luta, SINBA empreendeu um esforço de formação do negro brasileiro sobre o que acontecia naquela região. Em “‘Apartheid’ é o regime racista da África do Sul” foi apresentado ao negro brasileiro o que era o apartheid, a luta do negro sul – africano e o significado do dia 21 de março, dia internacional da luta contra o racismo. Não era possível compreender as ações dos governos de maioria branca na África Austral sem atentar-se para os “interesses econômicos das potências ocidentais (EUA, França, Inglaterra, Alemanha) que têm os olhos muito grandes no ouro, nos diamantes, no urânio e em outros minerais estratégicos, que lá existem em grande quantidade”¹⁵⁴.

¹⁵¹ CONTRA o sionismo e o racismo (II). SINBA: órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Rio de Janeiro, mar. 1980. África, p.02.

¹⁵² COMITÊ antiapartheid. SINBA: órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Rio de Janeiro, abr.1979. Notas & Notícias, p.02.

¹⁵³ APARTHEID” é o regime racista da África do Sul. SINBA: órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Rio de Janeiro, abr. 1979. África, p.02..

¹⁵⁴ Idem.

Os esforços de luta dos africanos já haviam expulsado o colonialismo português, cabendo aos povos da “Namíbia, Zimbábue e África do Sul, libertarem os últimos focos do colonialismo e racismo” na região.

Em relação ao Comitê, o jornal não deu continuidade à cobertura de sua criação. A proposta do SINBA preconizava a autonomia e o trato das especificidades que cercavam a luta do negro africano e da diáspora a partir da ação de entidades negras. Talvez por isso o assunto não tenha mais sido tratado nos exemplares seguintes. Aliás, tal situação já denota como a luta antiapartheid era incorporada por diversos setores na sociedade brasileira, de modo nem sempre convergente.

Conforme Lélia Gonzalez, iniciativas como a de criação de um Comitê Antiapartheid no Brasil esbarravam na indiferença de partidos políticos e de outros movimentos sociais, ligados tanto aos grupos de esquerda quanto de direita, indiferentes à forma como o racismo estrutura as relações sociais, políticas e econômicas na sociedade brasileira. O fortalecimento da luta pela libertação ao sul do continente africano só ocorreria, naquele momento, em confluência com a atuação da diáspora negra e, neste contexto, o Brasil era lugar fundamental para a luta, daí a importância em atentar-se para a criação da entidade.

Foi possível acompanhar discussão no fundo do Sistema Nacional de Informações, na qual a Agência Rio de Janeiro destacou o interesse e as ações rumo à formação de entidade voltada à luta antiapartheid. O relatório focou a realização de um ato em 26 de agosto de 1982, alguns anos depois, portanto, no Sindicato dos Médicos (SINMED), em comemoração ao “Dia da NAMÍBIA”, em que se deu um chamado a todos os “setores democráticos e antirracistas da sociedade brasileira a se integrarem na luta internacional contra o Apartheid”¹⁵⁵.

A proposta de criação da entidade foi descrita como algo que vinha desde o começo da década de 1980 e era assinada por uma série de entidades, entre as quais o Instituto Cultural Brasil – África, Grupo de Desenvolvimento da Cultura Negra, Grupo de Mulheres Negras, Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Movimento Negro Unificado, Partido Democrático Trabalhista e o Sindicato dos Médicos¹⁵⁶.

¹⁵⁵ FORMAÇÃO de um Comitê Antiapartheid no Brasil. *Serviço Nacional de Informações*. Agência Rio de Janeiro. 23 mai. 1984. Informe nº 055/19. Disponível em <
https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1887457&v_aba=1>. Acesso em 12.06. 22.

¹⁵⁶ Idem.

A conjugação de esforços, a qual buscava reunir todos os setores democráticos, ia na direção do processo de abertura política que ocorria no Brasil e o tema do apartheid congregava a luta, mobilizava a população, pautava a questão racial, sobretudo nos meios de comunicação sociais.

No ano seguinte, 1983, reunião no Instituto Metodista Benett, propôs a criação de um estatuto para a entidade antiapartheid e o endereço de correspondência era do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras. O processo de organização e chamamento das entidades negras foi assinado por Eustáquio José Rodrigues, nomeado como coordenador e, também, membro do IPCN¹⁵⁷.

O texto de 1 página, assinado por Eustáquio José Rodrigues, coordenador da Comissão de Fundação do Comitê Antiapartheid, convocava os “participantes de Entidades Negras e atuantes do Movimento Social” para reunião “no dia 17 de maio de 1983 às 19:30 hs no Instituto Metodista Bennett” no bairro do “Flamengo para debate de assuntos referentes ao Comitê Antiapartheid”. Outra reunião já havia sido realizada em 28 de abril no qual foram feitos esclarecimentos sobre como o apartheid se manifestava, além da distribuição de cópias do estatuto da entidade.

Além do relatório do SNI, da convocação feita pelo Eustáquio há, também, um texto que busca informar a população sobre o que é o apartheid, como ele reproduz as diferenças na saúde, educação, salário, as ações dos africanos no país e de que modo as relações econômicas dos empresários brasileiros com a África do Sul atuavam na perpetuação do sistema.

Ao Brasil coube a crítica à maneira dúbia como lidava com questão ao votar contra o apartheid mas ignorar o estreitamento dos laços econômicos com a África do Sul. Havia, inclusive, a existência de um voo direto para aquele país partindo de aeroportos brasileiros, além da propaganda que estimulava o turismo bem como o lobby exercido sobre os jornalistas brasileiros.

Uma das medidas utilizadas pela embaixada sul – africana era manter contatos com governos estaduais e empresas privadas, obter cooperação técnica com a África do

¹⁵⁷ RODRIGUES, Eustáquio José. Formação do comitê antiapartheid. In.: *Serviço Nacional de Informações*, Rio de Janeiro, 10 mai.1983.Disponível em < https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1887457&v_abas=1>. Acesso em 12.06. 22.

Sul em setores nos quais os sul-africanos estavam adiantados ou convidar jornalistas para viagens aquele país¹⁵⁸.

O governo brasileiro lançava-se como opositor ao racismo no cenário internacional mas, por meio da atuação das multinacionais, continuava a apoiar e projetar o segregacionismo, com base em argumentos assentados na expansão do livre comércio, posicionamento que tende a corroborar a propagação do racismo a partir de pressupostos assentados em noções de “neutralidade” e que omite as relações hierárquicas e exploratórias e que tendem a destinar ao negro os lugares subalternos nas escalas de produção econômica.

Eustáquio Rodrigues convocava todos para saírem às ruas, afinal, a realidade cotidiana do negro sul – africano não era muito diferente daquela vivida pelo negro brasileiro, com a exigência da “Carteira Profissional” a qual “se assemelha ao livro de referência da África do Sul”; nossas favelas se assemelhavam “às reservas destinadas aos negros; as nossas deficiências de água, luz, esgoto, escola, saúde e desemprego lembram àquelas condições em que vivem os negros na África do Sul”. Estava tecida a “relação entre as lutas de libertação dos negros sul africanos e as nossas reivindicações”. A divulgação das “lutas internacionais junto a nossa população” levava “em contrapartida” à divulgação de nossas próprias lutas, “dando-nos o respaldo necessário através da vigilância da opinião pública mundial”¹⁵⁹.

A conjugação de forças internacionais na luta contra o racismo cabia também aos africanos, na promoção de uma política externa que levasse em consideração o negro brasileiro. A atuação da diáspora negra também era fundamental, fosse ao exercer pressões sobre seus governos, ou, sobretudo, na superação do racismo e do colonialismo na forma como ele se manifestava no dia - a - dia da população negra localizada em diversas partes do mundo. A luta do negro brasileiro era entendida como parte do mesmo processo, de modo a justificar a tessitura das redes de solidariedade internacional.

Alemanha Ocidental e Israel foram acusados de colaboradores do regime do apartheid nas páginas do jornal SINBA¹⁶⁰, ao passo que caberia ao negro brasileiro

¹⁵⁸PENNA Filho, Pio. África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.44, n.1, p. 69 – 93, jan./jun. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292001000100006&script=sci_arttext>. Acesso em 28 fev. 2013.

¹⁵⁹ RODRIGUES, Eustáquio José, *Serviço Nacional de Informações*, Rio de Janeiro, 10 mai.1983.

¹⁶⁰ IRMÃOS gêmeos. *SINBA*: órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Rio de Janeiro, março 1980. Momento, p.07.

solidarizar-se com a luta de todos os povos oprimidos, tal como o povo palestino. Neste sentido, o jornal louvou as ações do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e do Movimento Negro Unificado na promoção de atividade de solidariedade à causa. Este posicionamento era uma questão de princípio, tendo em vista que o Sionismo fora apontado “como uma doutrina racista”, além da própria colaboração armamentista Israel – África do Sul¹⁶¹.

Após lançar o primeiro exemplar, a circulação do SINBA sofreu um hiato de dois anos. O jornal alegou falta de espaço e recursos para a continuidade das atividades. Voltou anunciando novos projetos, bem como o uso da sede do IPCN para a redação¹⁶². Expressava, porém, em suas páginas várias críticas à entidade apesar dos laços tênues entre as atuações de uma e outra.

O periódico seguiu com a proposta de promover uma imagem do continente africano diferente daquela oferecida pelos grandes meios de comunicação. Argumentou que nada era dito na grande imprensa sobre as lutas de libertação no continente, ou das “misérias causadas pelo colonialismo do qual Idi Amin é um fruto”, nem sobre a “reconstrução nacional dos povos que lutaram pela liberdade em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique”¹⁶³.

E a quem interessava essas lutas? O jornal tratou que os brasileiros tinham muito que aprender com elas, entendendo-se que o futuro da libertação do negro brasileiro caberia a estas experiências africanas, seja ao oferecer caminhos para a libertação, seja para o pós libertação. Ou seja, não era o Brasil como suposto modelo de relações raciais que supostamente guiaria a África, mas as lutas africanas que ofereciam modelos ao negro brasileiro.

O acompanhamento em relação a luta do negro sul-africano e os problemas enfrentados ganhou espaço em análises como a de *Racismo e corrupção andam juntos*. Nessa reportagem, o SINBA noticiou a renúncia do então presidente da África do Sul, John Voster (1915 – 1983), em virtude dos escândalos de corrupção. O texto focou em como o racismo estrutura uma sociedade excludente, repressora, desigual e que, ao conceder poderes a um determinado grupo social, acaba por valer-se de todo tipo de

¹⁶¹ A LUTA do povo palestino. SINBA, 1980, p.07.

¹⁶² A VOLTA. SINBA: órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Rio de Janeiro, abril de 1979, p.01.

¹⁶³ O QUE o Brasil tem a ver com Idi Amin?. SINBA: órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Rio de Janeiro, abril de 1979. África, p.06.

subterfúgios para mantê-lo, dentre os quais as práticas de corrupção, “inerente aos regimes ditatoriais, em qualquer parte do mundo”¹⁶⁴.

Os esforços de solidariedade eram justificados a partir de uma experiência em comum, assentada no colonialismo, racismo e imperialismo. Isso levou o jornal a lançar seus olhares, também, para países do Sudeste da Ásia, África, Oriente Médio e a Nicarágua, tidos como vítimas de variantes de uma opressão, a “exploração colonial”, e que continuavam financiando o apartheid “no sul da África, e a repressão a movimentos de libertação em outras partes do mundo”¹⁶⁵.

A busca pelos contatos e a tessitura de redes de solidariedade com entidades e indivíduos, dentro e fora do Brasil, na luta contra o colonialismo e o racismo, sobretudo tendo em vista o intercâmbio com o continente africano, fez-se presente no SINBA sob vários formatos. Além da divulgação de notícias sobre a África, de poemas e livros, houve a promoção de visitas ao jornal, tais como a do arcebispo anglicano Patric Matolengwe (1937 – 2019), da Cidade do Cabo. De “passagem pelo Rio de Janeiro, em direção aos Estados Unidos”, local onde morava naquele momento, ele “resolveu utilizar o seu curtíssimo tempo para conhecer de perto algumas instituições através das quais os negros brasileiros lutam contra o racismo”, entre elas, a redação do SINBA¹⁶⁶.

A vitória das eleições de Robert Mugabe para primeiro – ministro pela União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU) foi apontada como a “inauguração de um novo período na marcha do povo do Zimbábue para a total libertação” e, a partir daquele momento, o país se tornaria “a melhor base de apoio para os movimentos de libertação dos negros sul – africanos”. A libertação foi caracterizada como “irreversível”, ou seja, os dias para o fim do apartheid também estavam contados¹⁶⁷.

Mudar a forma de divulgação das notícias referentes ao sul da África, promover encontros com lideranças negras da diáspora, utilizar-se das esferas de participação política a fim de ocupar os espaços, promover processos de formação, conscientização e organização da comunidade negra em uma base ampla e comum, atuando, por exemplo, na explicação de temas e termos considerados importantes foram os principais caminhos antirracistas apontados pelo SINBA.

¹⁶⁴ RACISMO e corrupção andam juntos e cairão juntos. *SINBA*: órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Rio de Janeiro, agosto de 1979. África, p.02.

¹⁶⁵ NICARÁGUA, *SINBA*, 1979. Momento, p.07.

¹⁶⁶ UMA visita tão boa quanto inesperada. *SINBA*: órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Rio de Janeiro, ago. 1979. África, p.08.

¹⁶⁷ DE RODÉSIA a Zimbábue. *SINBA*: órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Rio de Janeiro, mar.de 1980. África, p.02.

Para o SINBA, desde 1950 a África havia despertado ao mundo no que tange ao “incremento de uma consciência política”¹⁶⁸. Alguns não tiveram outra opção no processo de luta do que recorrer à violência. Todavia, mesmo diante das dificuldades impostas, foram apontados vários exemplos de luta pela liberdade, sobretudo no sul do continente.

A repressão às lideranças sul – africanas pelo governo transcendeu espaços no jornal, tal como a aplicação da pena de morte ao Solomon Mahlangu (1956 – 1979)¹⁶⁹ publicado em nota de última página. Estudante de Soweto quando muitas escolas foram fechadas devido à onda de manifestações, ele pertenceu ao CNA e seu braço armado, a Umkhonto We Size. Preso em 1977 foi enforcado em 6 de abril de 1979. Além dele, naquele ano haviam sido executados 53 negros militantes dos movimentos de libertação da África do Sul¹⁷⁰.

Analisar as lutas africanas era um caminho a traçar ao negro brasileiro, ao qual cabia à solidariedade, mas, sobretudo, o despertar da consciência, determinação, união e autonomia na luta contra o racismo, seguindo os moldes daquilo que os africanos faziam ao sul do continente.

2.2 SINBA – Movimento negro, associações e a necessidade de romper o elitismo.

As divergências políticas dentro do movimento negro foi outra questão central para SINBA que dedicou espaço no jornal intitulado “Movimento Negro e Associações” ou “Movimento Negro e Consciência ou, ainda, apenas “Movimento Negro”, localizado na página 3 ao longo das edições, no qual foram tecidas críticas às lideranças negras, posicionamentos assumidos, propostas de ações ensejadas.

No primeiro exemplar, o jornal teceu críticas à questão que retomou em vários momentos, o chamado elitismo das entidades negras e seu afastamento das populações mais pobres. Tanto a política externa brasileira, a diplomacia africana e o movimento negro brasileiro deveriam voltar-se para os mais pobres, estar no meio do povo em vez dos círculos da elite dominante.

¹⁶⁸ COLONIALISMO, descolonização e racismo. *SINBA*, jul. 1977.p.07.

¹⁶⁹ LÍDER negro enforcado pelo governo da África do Sul. *SINBA*: órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Rio de Janeiro, abr.1979. p.08.

¹⁷⁰ REPRESSÃO na África do Sul. *SINBA*: órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Rio de Janeiro, ago. 1979. África, p.02.

Para SINBA, tal tendência elitista e classificada por eles como intelectualista girava em torno da formação do IPCN. Nele, aglutinavam-se Milton Gonçalves, Léa Garcia, Zózimo Bulbul, Benedito Sérgio. Amauri Mendes Pereira em entrevista ao História do movimento negro no Brasil destacou que, apesar da articulação que havia entre eles, as críticas eram contundentes:

[...] a gente dizia assim: “Eles são os negros burgueses. A pequena burguesia negra. Nós estamos fora. Somos revolucionários negros, nossa visão é revolucionária. Nosso referencial não é Estados Unidos. Estados Unidos criaram uma elite negra. Nossa visão são as lutas de libertação africanas, luta armada.” Esse era o nosso referencial: Samora Machel, Eduardo Mondlane, Agostinho Neto, Amílcar Cabral... A gente fazia essas cisões, que depois vimos que eram completamente inconsistentes. Mas demoramos a aprender¹⁷¹.

O que dificultava a tessitura da solidariedade racial buscada, segundo o SINBA, eram duas questões principais - a falta de consciência do negro brasileiro, por vezes, alienado das questões que afligiam a comunidade, na busca pelo embranquecimento; e, de outro, as divisões internas no movimento negro brasileiro, as quais remontavam ao período colonial.

Diante da necessidade de aglutinação foi apontado que havia duas tendências do movimento negro ao longo da história do Brasil, ou seja, aqueles atuavam na conciliação com o sistema e os que foram apontados como unidades de resistência:

[...] O primeiro grande exemplo de divisão ocorreu no Quilombo dos Palmares 1º - Em 1678 Gana Zona entregou o Quilombo em troca de sua liberdade e de seus seguidores.

2º Porém, um outro grupo, liderado por Zumbi decidiu continuar a luta até o fim.

A primeira tendência continuou durante a escravidão através dos movimentos de compra de alforria. Eram movimentos dentro da ordem, ligados a irmandades católicas e naturalmente beneficiavam aqueles mais chegados, e que não se comprometessem com rebeldias.

A segunda tendência continuou com a fuga cada vez maior de escravos para os quilombos, que nas palavras de Clóvis Moura “foram incontestavelmente, as unidades básicas de resistência do escravo.

As duas tendências correspondiam respectivamente a visão do “NEGRO DE CASA GRANDE e do NEGRO DO EITO”.

Com a abolição, essa divisão se acentuou, com uma minoria se apegando ao paternalismo do antigo senhor, enquanto que a grande maioria ou permaneceu quase no mesmo modo de vida nas zonas rurais ou se deslocou para as favelas e cortiços miseráveis das cidades.

E foi com essas posições antagônicas que entraram na nova época os movimentos de afirmação do negro na sociedade.

¹⁷¹ Histórias do movimento negro no Brasil (pp. 187-188). Pallas Editora. Edição do Kindle.

De um lado, locais de grande concentração de negros com seus clubes de caráter recreativo, ou então associações em torno de suas manifestações culturais, como: o samba, o jongo, o afoxé, o frevo, etc.

De outro os “NEGROS DE CASA GRANDE” que preferiam se distanciar “dos espaços onde o negro sempre foi marginalizado”, procurando explicar o “problema negro” pela sua visão de ascensão social e de assimilação dos valores da raça e classe social dominante.

Desde os movimentos da década de 30 em São Paulo e os que se seguiram depois também no Rio de Janeiro tem-se mostrado mais ativa a tendência que representa a visão do negro de classe média – tipo atual do “negro de Casa Grande”¹⁷².

O artigo destacou que a história de formação das associações negras brasileiras correspondeu às suas condições materiais de existência e às demandas sociais, políticas e econômicas impostas, bem como as lutas pela sobrevivência, sobretudo daqueles que ascendiam socialmente e viam de modo mais explícito as barreiras impostas pelo racismo brasileiro. Entretanto, tal percepção não impediu que o órgão criticasse tais instituições a partir do diálogo que elas estabeleciam com outras entidades, tais como as irmandades católicas.

As propostas das associações criticadas pelo SINBA, deram, entretanto, subsídios para a articulação das demandas sociais, ao formarem redes de solidariedade que garantiram à sobrevivência durante a escravidão e no pós – abolição, diante das dificuldades impostas ou, ainda, formaram futuros militantes. Ou seja, muitos daqueles que atuavam nas novas entidades negras de final da década de 1970 e de toda a década de 1980 eram oriundos de entidades como o Teatro Experimental do Negro, também fortemente criticada no texto por sua suposta perspectiva integracionista:

Em 1944 foi fundado no Rio de Janeiro o Teatro Experimental do Negro (TEN). Em pouco tempo transformou-se, de um grupo teatral de negros, em um movimento que mais tarde seria definido pelo seu líder Abdias do Nascimento de seguinte maneira: “É essa uma das finalidades mais importantes do nosso movimento: a de suscitar o florescimento de uma elite de homens de cor, capazes de empreendimentos de envergadura, na esfera da cultura”. Ao se arvorarem em elite, os líderes negros daquele tempo passaram a se comportar em relação aos negros como toda elite em face de qualquer massa, ou seja, pretendiam *“adestrar gradativamente a gente negra nos estilos de comportamento das classes média e superior da sociedade brasileira”*.

Fazemos questão de citar estas palavras dos líderes negros do passado porque elas representam fatos que já pertencem à História. E é com base neste conhecimento que não podemos aceitar a continuidade pura e simples daquela tendência elitizante, porque nossa obrigação, atualmente é sermos críticos de nossa história e não repeti-la, como estão fazendo as atuais associações de “NEGROS DE CASA GRANDE”.

De todas as entidades criadas recentemente algumas se dividiram ou até se dissolveram, outras vão marcando passo com seus estudos e pesquisas; mas

¹⁷² MOVIMENTO negro e associações. SINBA: órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Rio de Janeiro, jul.1977. p.03.

nenhum foi capaz, até agora, de superar a sua própria limitação fundamental: - Não conseguiram sair do berço onde nasceram. Não conseguiram superar as contradições que lhes impede de estar junto com a grande maioria dos negros brasileiros¹⁷³.

A formação do Teatro Experimental do Negro na década de 1940 e o trabalho desenvolvido pelos atores e atrizes negras em projetos de alfabetização, circulação de informações, divulgação de nomes das diásporas, promoção de concursos de beleza, contribuíram para a afirmação identitária, tessitura de redes de solidariedade e laços com o continente africano em um momento em que tais fluxos eram interrompidos por parte do estado brasileiro. Além disso, esta geração, seja no pós 1945 ou no período de abertura pós Ditadura Militar, passou a buscar mais lugares nos espaços formais da política. Serviu e, até hoje, inspira militantes que atuaram em diversos espaços sociais, políticos.

Pode-se, ainda, acrescentar a constante referência a nomes como Ruth de Souza e Abdias do Nascimento, citados como constantemente por grande parte dos homens e mulheres negros e negras na luta nas décadas de 1970 e 1980.

O surgimento do Teatro Experimental do Negro foi uma resposta dada às teorias raciais que predominaram na primeira metade do século XX, a crença de que os valores das comunidades negras espalhadas pelos diversos países eram contributos essenciais para o alcance dos ditames da dita civilização e progresso.

Pode-se acrescentar que a própria existência do jornal SINBA era o legado daquela geração e daquela história, marcada, porém, por processos de continuidades e descontinuidades. Assim, tal classificação proposta pelo artigo citado é demasiado simplista e, deve-se considerar a importância das entidades de cunho essencialmente cultural, meio oriundo de grande parte da geração dos anos 1970 e 1980, espalhadas por todo o território nacional.

Naquele final dos anos 1970 e início dos anos 1980 o SINBA buscava articulação das várias entidades, mas seu olhar estava direcionada para a busca por diálogo com as experiências comunitárias, afinal, as questões continuavam “sendo debatidas fora do ambiente e longe dos setores sociais onde de fato estes problemas são perpetuados” Tais movimentações culminaram com a formação do MNU, mas a experiência não foi suficiente para agrupar as várias tendências numa estrutura de ação única¹⁷⁴.

¹⁷³ MOVIMENTO negro e associações, *SINBA*, jul. 1977. p.03.

¹⁷⁴ UNIDADE necessária. *SINBA*, ago1979. Editorial. p.05.

As dificuldades de aglutinação da militância com a maioria negra eram evidentes e o órgão responsabilizou as perspectivas integracionistas¹⁷⁵, propostas por entidades como o IPCN, com distanciamento do movimento, ao longo de sua história, em relação às bases sociais.

As saídas apontadas pelo SINBA foram apresentadas a partir da divulgação de ações que tendiam para projeção da discussão para além dos muros da academia. O jornalista negro Olympio Marques dos Santos, por exemplo, levou ao I Seminário de Estudos e Debates Trabalhistas, realizado na ABI, o debate sobre a participação do negro no processo político¹⁷⁶, ação apontada como exitosa para o órgão.

A formação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial e as dificuldades de aglutinação dos vários posicionamentos existentes receberam críticas do SINBA em Editorial chamado “Sem Rumo”. Nele, apontou o grupo como “sem saber o que quer, nem o que pretende fazer e, novamente, o foco foi o alijamento da maioria negra das discussões. Lamentou a não frutificação da entidade que havia sido lançada no ano anterior e a falta de consenso na Assembleia Nacional de 9 de setembro de 1979¹⁷⁷.

Nesta data ocorreu a Assembleia Nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, no Rio de Janeiro. Amauri Mendes Pereira destacou que ele e Yedo, após as manifestações de julho de 1978, fizeram o estatuto e a Carta de Princípios do movimento com base em modelo retirado do livro de Samora Machel, *A luta continua*, no qual consta o estatuto da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) As divergências levaram à aprovação de um outro estatuto, com a aceitação de Lélia Gonzalez, Vera Mara, Hamilton Cardoso e o Eduardo de Oliveira. As divergências quanto à elaboração e carta de princípios levaram ao racha da entidade, com a saída dos integrantes do SINBA¹⁷⁸.

As maiores divergências que tornaram aqueles integrantes do SINBA como minoritários nas esferas do MNU estavam relacionadas aos métodos de ação, tendo em vista que o SINBA acusou, por diversas vezes, o MNU e o IPCN de elitista por distanciar-se da maioria negra e centrar o debate nas esferas acadêmicas.

SINBA destacou o significado de consciência racial, questão largamente debatida pelas entidades naquele momento. Alegou que consciência racial era algo que todo negro

¹⁷⁵UM negro após a ascensão. *SINBA*, ago. 1979. Editorial. p.04.

¹⁷⁶ A problemática negra na ABI. *SINBA*, ago. 1979. Notas & Notícias.p.06.

¹⁷⁷ SEM rumo. *SINBA*, ago. 1979. Editorial, p. 05.

¹⁷⁸ Histórias do movimento negro no Brasil (pp. 209-210). Pallas Editora. Edição do Kindle.

adquiria na vida, mais cedo ou mais tarde, em virtude do preconceito e da discriminação. Era necessário ir além e abarcar o lugar que ele ocupava na sociedade, compreendendo-se a necessidade de atuar nas várias instâncias políticas e tratar das condições sociais as quais viviam os negros, das favelas, do analfabetismo, desnutrição, criminalidade, violência policial.

2.3 SINBA e Árvores das Palavras: a África como caminho para a luta do negro brasileiro.

As dificuldades de aglutinação do SINBA e do MNU foram apontadas como decorrentes dos posicionamentos daqueles que atuavam no movimento e eram oriundos da chamada Convergência Socialista, criada em 1978.

Milton Cardoso declarou que, na data de fundação do MNU, já não estava mais na entidade, mas ela contava com Hamilton Cardoso e Neusa Pereira. Esta era editora assistente do jornal *Versus*, o qual passou a publicar a partir da sua 12ª edição o suplemento “Afro-Latino-América”. Este caderno foi apontado por nomes da militância negra como um importante núcleo para o debate sobre as questões raciais naquele momento em São Paulo¹⁷⁹.

Versus circulou entre 1975 e 1979 e foi fundado pelo jornalista gaúcho Marcos Faerman (1943 – 1999). Era bimestral, repleto de imagens, metáforas, quadrinhos, poemas, e compreendia a cultura como forma de ação política. Neusa Pereira apontou que foi na redação de *Versus* que teve acesso a escritores como “Samora Machel, Agostinho Neto, Steve Biko, e Nelson Mandela”. Também o “movimento Black Panthers e seus mentores como Eldridge Cleaver, Stockely Carmichael, Bobby Seale, Hue Newton, Angela Davis, Malcom X. E outras referências literárias, musicais, sobretudo nomes ligados à luta pela libertação na América Latina¹⁸⁰”.

Versus tornou-se um espaço de aglutinação de exilados do Cone Sul, entre eles brasileiros que lançaram a Convergência Socialista, ramo da Liga Operária¹⁸¹. Nesta entidade, militantes negros fizeram circular o jornal *Árvore das Palavras* entre 1972 e

¹⁷⁹ Histórias do movimento negro no Brasil (p. 154). Pallas Editora. Edição do Kindle.

¹⁸⁰ PEREIRA, Neusa Maria. *O Afro Latino América que vive em mim*. Disponível em < marcosfaerman.s3-website-us-east-1.amazonaws.com/8_NeusaPereira.html>. Acesso 12.06.22.

¹⁸¹ Trata-se de organização fundada na Argentina em 1974 por exilados brasileiros, liderados por Jorge Pinheiro, antigo militante do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).

1978, o qual deu forte espaço à divulgação e apresentação dos intelectuais da negritude, com apresentação de seus nomes, fotografias e suas atuações no processo de libertação do continente africano e, também, nos EUA¹⁸².

De poucos recursos, com textos escritos à mão ou colagens retiradas de impressos de grande circulação, o órgão é apontado por nomes como Milton Barbosa e Flávio Jorge Rodrigues da Silva como aglutinador, em São Paulo, de nomes da militância negra que, logo, estariam na formação da Convergência Socialista e do MNU¹⁸³.

O jornal apresentava 4 páginas, sem especificação das funções, editoriais ou nomes de colaboradores. Apontava, em maio de 1976, que seu propósito não era “ser bonitinho nem dono da verdade”, mas promover a discussão e cooperação da comunidade. Esboçou fortes críticas à falta de união que se refletia na própria produção do impresso, marcado pela carência, falta de materiais e, até mesmo, segundo eles, falta de interesse a passarem o jornal para parentes e amigos. Buscava o que apontou como nossa maior herança, a “cooperação e união”, desde a colonização e as caixas de empréstimos que compraram liberdades nos tempos da escravidão¹⁸⁴.

O jornal, que era distribuído nos bailes em São Paulo, tratou também, de ações na luta contra o racismo nos EUA, no continente africano, deu foco às condições dos escravizados e os traumas psicológicos que acarretou à população negra. Publicava cartas de presidiários e, sobretudo, lançou luzes sobre as lutas pela libertação no continente africano, buscava apresentar aos leitores os países da África, suas lideranças como Amílcar Cabral, na Guiné Bissau, Samora Machel em Moçambique, Agostinho Neto¹⁸⁵.

O jornal dedicou espaço para tratar dos conflitos na África do Sul, com foco para os acontecimentos do ano 1960 e a onda de protestos contra os passaportes internos que culminaram com a morte de 69 ativistas. Destacou que a onda de revoltas não se restringia a este país. Grande parte da África, naquele momento, era varrida por “revoluções e revoltas a fim de expulsar o colonizador branco e criar governos negros para a população negra”. Eram eles, Moçambique, Guiné – Bissau, Angola, Rodésia, Namíbia e a África do Sul¹⁸⁶.

¹⁸² GUERRA de libertação. *Árvore das Palavras*, São Paulo, mai.1978. p.04.

¹⁸³ Histórias do movimento negro no Brasil (pp. 215-216). Pallas Editora. Edição do Kindle.

¹⁸⁴ UNIÃO. *Árvore das Palavras*, São Paulo, mai.1978. p.01.

¹⁸⁵ No Centro Pastoral Vergueiro constam 3 exemplares do jornal *Árvore das Palavras*, de maio a agosto de 1978.

¹⁸⁶ ÁFRICA DO SUL: da próxima vez o fogo. *Árvore das Palavras*, São Paulo, ago.1976. p.05.

O governo do apartheid impunha a obrigatoriedade do africânder e os protestos haviam se espalhado por várias cidades, culminando com forte repressão por parte do estado. Entretanto, *Árvore das Palavras* concluiu que, apesar da desigualdade de forças, a população sul – africana continuava a agir.

A repercussão internacional foi apontada como tímida por parte da ONU e da Inglaterra. Entretanto, vários países abandonavam os Jogos Olímpicos como forma de protestar contra a Nova Zelândia que havia disputado partidas de Rugby na África do Sul, rompendo o boicote esportivo. A nota publicada fora retirada de outros órgãos da mídia, mas sem a referência, assim como também podem ser vislumbrados recortes no jornal ao longo das publicações analisadas.

Flávio Jorge Rodrigues da Silva, um dos fundadores do Grupo Negro da PUC em 1979, destacou que participou de reuniões no Clube Coimbra e, lá, o Astrogildo pedia para xerocar no Centro Acadêmico da Faculdade de Economia, o jornal *Árvore das Palavras*. Eram impressos ao redor de quinhentos exemplares. Nos idos de 1977 e 1978 já começava a se articular neste grupo as movimentações para a organização do Movimento Negro Unificado¹⁸⁷.

Com olhares centrados para o continente africano e as lutas pela libertação no continente, *Árvore das Palavras* focava, sobretudo, as formas de luta possíveis e as redes de solidariedade com os povos da diáspora, em especial os povos da região sul da África. O grupo também, assim como o SINBA, encontrou dificuldades de articulação com o grupo majoritário do MNU.

Olhavam primordialmente para a África como caminho para a luta do negro brasileiro. Centraram seus olhares para as condições de vida dos mais pobres, com atenção ao menor abandonado, aos presidiários, às dificuldades enfrentadas pelas mulheres. Teceu críticas à URSS e centrou seu debate nas questões de raça e divergiu, assim como, também, o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), quanto aos caminhos trilhados pelo recém-criado Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial.

Entende-se a necessidade por parte dos integrantes do SINBA, no Rio de Janeiro, e, *Árvore das Palavras*, em São Paulo, de partir das bases sociais negras, definir-se espaços de atuação política e promoção de condições que favorecessem a melhoria das condições econômicas nas esferas cotidianas. Era, então, a parte da militância negra

¹⁸⁷ Histórias do movimento negro no Brasil (pp. 215-217). Pallas Editora. Edição do Kindle.

brasileira inserindo-se na rota das discussões das diferentes tendências de pensamento negro da África e da diáspora negra

Tal como apontou Appiah, foi Dubois quem lançou as bases intelectuais e práticas do movimento panafricano e, sua trajetória insere-se na própria história do movimento, da Conferência de Berlim à independência de Gana, em 1957, quando ele foi testemunha ativa. A teoria e prática da unidade africana, proposta de retorno ao continente ou, ainda, de formação de comunidades assentadas nos valores africanos percorreu toda a colonização, mas, no século XX, ela constituiu novos contornos, além da sistematização de um conceito e de encontros formais capazes de congregar estes esforços, os quais adquiriram diferentes enlaces ao longo do século XX.

Nos dois órgãos impressos analisados, para além da aplicação de uma teoria marxista ou trotskista já esboçada era necessário partir das realidades sociais a fim de que se construísse seus próprios caminhos, em entidades independentes, mas articuladas com setores sociais diversos e que abrissem novos contornos para a política externa, relações econômicas, que fossem além das práticas culturais, as quais deviam se constituir em elementos mais contundentes para a promoção política.

No que concerne à luta antiapartheid era necessário favorecer as entidades que tinham como objetivo a união do continente em bases políticas e econômicas sólidas, tais como a Organização da Unidade Africana e os movimentos de libertação localizados ao sul do continente, criar e fortalecer os movimentos antiapartheid, também no Brasil, cuja relação com a África deveria levar em consideração os interesses das camadas desfavorecidas, bem como suas práticas culturais ou o que o pesquisador senegalês Thierno Gueye descreveu como “elemento negro afro – brasileiro e de sua comunidade”¹⁸⁸.

No caso do SINBA suas concepções eram ligadas aos ideais da Consciência Negra de Steve Biko. O despertar da consciência negra seria o caminho rumo à libertação, daí os vários artigos publicados pelo SINBA, críticos aqueles tidos como embranquecidos e afastados da comunidade. A unidade era necessária, assim como a busca pelos seus matizes culturais. O foco do órgão direcionou-se, entretanto, muito mais para a busca por espaços e formas de organização política, do que à caracterização ou definição de quais os elementos compunham esses matizes culturais.

¹⁸⁸ ÁFRICA – BRASIL: uma relação diplomática – étnica. SINBA, mar., 1980. Momento, p.07.

2.4 A Frente Negra Brasileira dos anos 1980 – aglutinação como segmento avançado na luta.

Em entrevista a Amílcar Araújo Pereira e Verena Alberti ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no ano de 2003, Yedo Ferreira destacou que, após 5 edições, o jornal SINBA encerrou suas atividades. Ele e Amauri já estavam na administração do IPCN e, logo, publicaram mais dois jornais os quais tiveram apenas um exemplar de circulação cada um, o Coisa de Crioulo e o Frente Negra.

O jornal Frente Negra foi lançado em agosto de 1983 e o acesso ao primeiro e único exemplar da entidade foi possível devido sua apreensão pelo SNI, Agência Rio de Janeiro, a qual destacou sua venda, sua busca pela recuperação da memória da Frente Negra Brasileira (FNB) e a tentativa de aglutinação de todas as entidades negras existentes naquele momento¹⁸⁹.

Seu surgimento ocorreu após projeto desenvolvido por Amauri e Yedo sobre a FNB, organização que surgiu em 1931 e contou com mais de 20 mil integrantes e entidades espalhadas por todo o Brasil¹⁹⁰. O projeto de pesquisa naqueles anos 1980 era financiado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), organização sem fins lucrativos e que tinha entre seus fundadores Herbert de Souza (1935 – 1997) ou Betinho.

¹⁸⁹ FRENTE NEGRA - RIO DE JANEIRO/RJ. In.: *Serviço Nacional de Informações*. Rio de Janeiro: Agência Central, 03 ago. 1983. Disponível em < https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/download_novo.asp?NomeArquivo=1325325E6E4A1139231A3C1706332A064055404E61414A64515B604540745F594C557C4D33F2EDAC447F753C2E92E14BDB0753E62759F51343EF064ACF3F8FA3DC8220DA7419D6E586F4C7205C3C41A68DDAD34923F4&arquivo=050705160A7745565A555B4C534253575556475F5F5B5B415954FC9B4A512017E0D1AA9C0C4A8E755FDE1EF7E166B85F16F9EDD9CF7B1AA0B1DAE2251611DBCE90996B61C22A91E948CD377E823773FDCDB8947C53C431E8FB282E5F6891A3A89505644381D59EC27372A9BE9FB220&apresentacao=1>. Acesso em 02.04.23

¹⁹⁰ A esse respeito Petrônio Domingues apontou “Em 27 de maio de 1932, a FNB contabilizava possuir em seus quadros da capital 15.000 sócios. Pelas estimativas de um de seus dirigentes, a entidade reuniu no seu auge 30.000 filiados, somando os efetivos de todas delegações (“filiais”). Na verdade, existe uma polêmica sobre essa questão. As estimativas mais moderadas apontam 6.000 filiados em São Paulo; já as previsões mais exageradas indicam 200.000 filiados para todo o país”. Para mais detalhes Ver. DOMINGUES, Petrônio. Os descendentes de africanos vão à luta em terra Brasilis - Frente Negra Brasileira (1931 – 1937) e Teatro Experimental do Negro (1944 – 1968). Projeto História, São Paulo, n.33, p. 131-158, dez. 2006. Disponível em < <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2288/1382>>. Acesso em 02.04.23.

Este havia entrado em contato com a militância negra e aberto as portas do instituto para a realização de atividades. A proposta dos militantes negros foi o resgate da história de luta do movimento negro, com realização de pesquisa para a produção de um vídeo sobre a Frente Negra. Segundo Yedo, a proximidade com Henrique Cunha Jr., “que era filho do Seu Henrique Cunha”, levou-os a, constantemente, presenciar este último aludir aos “tempos da Frente Negra Brasileira”. Após a obtenção do dinheiro para financiamento da pesquisa foi possível, também, desenvolver outras publicações e, daí, veio o jornal Frente Negra¹⁹¹.

Composto por espaço dedicado ao continente africano, denúncia de casos de racismo, Painel do Movimento Negro, Editorial, Opinião e debates, Manifestação Cultural, o exemplar tratou de fazer um balanço do movimento negro brasileiro, divulgou casos de racismo, encontros, manifestações, convenções, congressos as quais tinham como foco a luta contra o racismo.

Sua marca, localizada no canto superior esquerdo da primeira página, trouxe um dos propósitos defendidos ao longo da edição. Trata-se de um mapa do Brasil o qual possui na frente uma pessoa negra carregando uma bandeira, onde se lê “Frente Negra”. Recuperava-se, assim, dois dos vários propósitos da entidade dos anos 1930: uma reflexão sobre a identidade nacional brasileira, lançando luzes sobre o elemento negro que fazia parte dela; a necessidade de constituição de uma frente ampla brasileira na luta contra o racismo, com o objetivo de que a proliferação de entidades que surgiram naqueles anos 1980, desse lugar a uma entidade única e representativa.

Já em sua primeira página destacou:

No início dos anos trinta surge em São Paulo a maior organização negra de combate ao racismo deste século A FRENTE NEGRA BRASILEIRA.

Em outubro de 1937, por decreto de Getúlio Vargas, esta organização era fechada, após mobilizar mais de 200 mil negros em todo país, segundo os militantes da época.

Este fato histórico jamais mereceu dos nossos historiadores maiores atenções. Hoje, tentando recuperar a memória social da nossa luta contra a discriminação que a sociedade nos impõe, e procurando fazer justiça a todos os militantes do Movimento Negro daquela época como: José Correia Leite, Raul Joviano do Amaral, Aristides Barbosa, Henrique Cunha e outros, é que resolvemos dar ao nosso Jornal o nome de FRENTE NEGRA.

Nova época

Novas Condições

Mas a responsabilidade é mesma: mobilizar a grande maioria dos negros¹⁹².

¹⁹¹ FERREIRA, Yedo . Yedo Ferreira (depoimento, 2003). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (6h 40min). p. 77 a 79. Disponível em < <https://www.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista1184.pdf>>. Acesso em 02.04.23.

¹⁹² FRENTE NEGRA. Rio de Janeiro, jul/ago. 1983. Primeira página.

Recuperação da memória do negro brasileiro, mobilização e aglutinação da militância negra nacional em uma entidade única apareceram no artigo do jornal “Frente Negra” como as duas questões primordiais naqueles anos 1980. Este último item demonstra que a principal preocupação do jornal em reunir os militantes em uma única associação vem da forma como, lá nos anos 1930, a FNB atingiu tal feito, bem como as críticas ao MNU em atingir tal representatividade.

O jornal Frente Negra de agosto de 1983 dedicou sua página 3 às ações do movimento negro espalhadas em todo o território nacional. Divulgou o 1º Encontro Afro – Brasileiro promovido pelo Centro de Estudos Afro – Asiáticos e destacou como ponto alto do encontro a possibilidade de reunir, no Rio de Janeiro, militantes de diversas partes do país. Citou projeto cultural no Rio Grande do Sul denominado Feitoria, o qual com 4 meses de programação voltadas às atividades artísticas, foi apontado como “o maior projeto cultural negro da história do Brasil”. O evento contaria com feira, exposição de fotografias, palestras e curso ministrado “por professores brasileiros e africanos”. O encerramento ocorreria no dia 20 de novembro com shows com artistas negros¹⁹³.

Endossou suas críticas ao MNU ao destacar que a entidades, nos diversos estados, não deu divulgação e faltou empenho para a organização da IIª Convenção Nacional do Movimento Negro¹⁹⁴. Tais críticas trazem evidências da percepção do órgão de que o MNU não havia atingido seus objetivos de representação nacional.

Divulgou, ainda, o IIº Encontro de Negros do Norte e Nordeste, evento enviado para a publicação por Mundinha (Maria Raimunda Araújo) do Maranhão, realizado entre 02 a 04 de junho com o propósito de discutir e melhorar a forma de organização da luta do negro¹⁹⁵; o IV Congresso do Movimento Negro Unificado, realizado entre 03 a 05 de junho em Taboão da Serra, São Paulo, com foco para a necessidade de ampliação das discussões a nível nacional, que englobasse toda a sociedade brasileira¹⁹⁶.

A proliferação de entidades do movimento negro e a falta de uma organização única e representativa eram os aspectos que mais incomodavam o órgão. As várias siglas existentes foram caracterizadas como pouco representativas e o caminho proposto eram ações rumo ao “engajamento dos militantes numa prática conjunta”, apontado como

¹⁹³ PROJETO cultural negro no RS. *Frente Negra*, jul./ago.1983, p. 03.

¹⁹⁴ A CONVENÇÃO do Movimento Negro, *Frente Negra*, jul./ago.1983. p. 03.

¹⁹⁵ IIº Encontro de Negros do Norte e Nordeste, *Frente Negra*, jul./ago. 1983. p. 03.

¹⁹⁶ IV Congresso do Movimento Negro Unificado, *Frente Negra*, jul./ago.1983. p. 03.

“fatores fundamentais para a superação” dos “problemas que emperram o crescimento do Movimento Negro. Na seção “Opinião e debates”, frisou:

Um estrangeiro conhecedor das lutas dos povos, que chegando ao Brasil observe com atenção a quantidade enorme de instituições como: Grêmios Culturais, Clubes Recreativos, Escolas de Samba, Blocos Carnavalescos e outras organizações fundadas ou mantidas por negros, na certa vai custar a entender porque a nossa luta contra o racismo é tão ineficiente.

Se a atenção do nosso amigo for mais além e se retiver nas Associações de Moradores das Favelas das grandes cidades, onde a maioria dos seus habitantes são negros, é bem provável que ele, caso não embarque rápido de regresso ao seu país, acabe "entrando em parafuso". É evidente que inúmeras razões podam ser apresentadas para justificar nossa incapacidade em não saber articular os diferentes setores negros ou de maioria negra. Mas há casos tão simples que a articulação só não é realizada pela nossa total falta de visão política.

Se o nosso amigo estrangeiro em visita a uma entidade negra do SEGMENTO AVANÇADO NA LUTA CONTRA O RACISMO, perguntasse aos presentes:

- Porque não se promove a articulação entre as diversas entidades negras, entre os clubes recreativos, por exemplo? e mais.

Por que não se utiliza de maneira efetiva as estruturas dos clubes recreativos, entre outros, na luta contra o racismo?

A estas perguntas, simples à primeira vista, não cremos que os presentes possam dar, na hora, respostas convincentes. Na verdade, nunca fomos capazes de discutir, entre nós, uma estratégia para a nossa luta. A grande maioria nem ao menos tem uma reflexão a este respeito¹⁹⁷.

As críticas, assim, estavam direcionadas às estratégias de luta, dificuldades de arregimentação política e articulação das entidades culturais, associações de moradores com aquelas descritas como de “segmento avançado”, entendendo-as como as que tinham a luta contra o racismo como questão prioritária.

A suposta incapacidade de se organizar, articular as demandas culturais, sociais e políticas era uma questão que afligia os responsáveis pela edição. Entre os participantes dela estavam: Luiz Antônio dos Santos, apontado como jornalista responsável; Aderaldo Pereira dos Santos, Amauri Mendes Pereira, Yedo Ferreira, editores responsáveis. No Conselho editorial apareceram, além dos já citados, Cecília, Luis de Oliveira, Hamilton Cardoso, Romeu Macedo, Carlos Alberto Veríssimo. Outros nomes como Denise Barbosa de Souza, Suzete Paiva dos Santos, Togo Ioruba, Paulo Gonçalves faziam a ilustração, diagramação, divulgação e distribuição dos exemplares.

Naquele momento era possível vislumbrar várias frentes de lutas possíveis contra o racismo. Em seus diversos ângulos, todas elas lidavam direta ou indiretamente dos

¹⁹⁷ ARTICULAÇÃO da cultura, *Frente Negra*, jul./ago. 1983.p.07.

efeitos do racismo na sociedade brasileira, seja tendo em vista seus impactos sociais, culturais ou políticos, mesmo que tal discussão não tenha sido exposta de maneira explícita por todas as entidades. A luta dos moradores das favelas por moradia, habitação, contra a violência policial, a valorização da estética artística negra ou uma discussão que colocava no centro da análise o debate sobre os efeitos da discriminação racial perpassava as múltiplas siglas criticadas pelo órgão. Além disso, as articulações pretendidas pelo jornal Frente Negra já vinham sendo efetuadas de modo mais contundente desde o final dos anos 1970, quando o processo de abertura política possibilitou a entrada na cena política não apenas de novos personagens, mas novas discussões e perspectivas epistemológicas para a análise do jogo político, dos movimentos sociais e das possibilidades de abertura.

Grande parte dos militantes que integravam as organizações negras voltadas para o trato da discriminação racial vinham de entidades artísticas ligadas, sobretudo, ao teatro e à promoção de atividades culturais. Por outro lado, estreitavam-se os laços entre as mulheres negras dos morros e periferias e a luta das mulheres negras universitárias, as quais incluíam em suas demandas a ocupação dos espaços políticos.

Entretanto, a crítica do jornal Frente Negra estava direcionada para que tais entidades incluíssem de modo central em suas ações a discussão sobre o racismo e a proposta prioritária de ocupação dos espaços políticos hegemônicos, sendo este o elemento apontado pelo jornal como “segmento avançado” na luta.

Outra questão que aproximava os responsáveis pelo jornal com a entidade dos anos 1930 era a busca pelo diálogo com a sociedade hegemônica. A FNB, entidade da primeira metade do século XX, “não era sectária. Permanentemente, buscou o apoio político e estabeleceu alianças pontuais com autoridades públicas, escritores e intelectuais brancos”, com atividades que contaram com a presença de “Artur Ramos, Cassiano Ricardo, e dos modernistas Oswald de Andrade e Menotti Del Picchia”¹⁹⁸.

O jornal de 1983 primava pela independência, mas reforçou a necessidade de aglutinação das diversas entidades negras e a busca por mais espaço de participação política nas esferas governamentais como questões antirracistas primordiais. Mesmo aqueles grupos apontados como “segmento avançado da luta contra o racismo”, não possuíam a articulação desejada com outras entidades, tais como o compartilhamento dos

¹⁹⁸DOMINGUES, 2006.p.137.

espaços para a promoção das atividades. Tratava-se, então, segundo o jornal, de incapacidade de articulação de uma estratégia de luta conjunta.

Tendo em vista os propósitos de ocupação dos espaços hegemônicos da política, o jornal *Frente Negra* dedicou uma página inteira aos negros que já estavam lá, com foco para a discussão sobre o significado da presença de cada um deles para o conjunto da população negra brasileira.

Com imagem de sua atuação nos palcos, cantando, foi dado destaque ao deputado federal eleito pelo PDT Agnaldo Timóteo (1936 – 2021). Eleito em 1983 cumpriu seu mandato entre 1983 e 1987. Foi citado no jornal por ser chamado de palhaço pelo líder da Câmara Federal e membro do PDS, Néelson Marchezan.¹⁹⁹ Outro nome que recebeu espaço abaixo das linhas dedicadas à ação de Agnaldo Timóteo foi Abdias do Nascimento, também deputado federal eleito pelo mesmo partido. Este teve como foco seu projeto de lei referente à criminalização do racismo. Considerou que “a lei que até agora se propõe punir manifestações de racismo existe há 32 anos e nunca puniu ninguém”²⁰⁰

Neste mesmo espaço, situado na página 5, foi produzido outro box, página inteira, ocupando metade da folha, sob o título “Há negros no poder do Rio? O que isto representa para a grande maioria dos negros e para o conjunto da população”. Nele consta as fotografias de Ediale da Nascimento (Promoção Social), Coronel Siqueira (Polícia Militar), Carlos Alberto de Oliveira Caó (Trabalho e Habitação)²⁰¹.

Carlos Alberto Caó (1941 – 2018) havia sido eleito ao cargo de deputado federal nas eleições de 1982 pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) do Rio de Janeiro, mas se licenciou do cargo para atuar na Secretaria do Trabalho e Habitação a convite do governador Leonel Brizola. Sua função teria, de acordo com o jornal, entre seus principais desafios, os “conjuntos habitacionais da CEHAB, Invasões, Loteamentos Clandestinos”, assim como os conflitos pela posse da terra nos municípios do interior. Seu trabalho também foi apontado como central, tendo em vista as condições de desemprego e subemprego da maioria da população negra e as dificuldades em colocar-se no mercado de trabalho em decorrência do racismo vigente nos critérios de seleção. Coube, ainda, ao

¹⁹⁹ FALA Timóteo, *Frente Negra*, jul./ago.1983. p. 05.

²⁰⁰ Já era tempo. *Frente Negra*, jul./ago. 1983. p.07.

²⁰¹ Há negros no poder do Rio. O que isto representa para a grande maioria dos negros e para o conjunto da população? *Frente Negra*, jul./ago. 1983.p.07.

jornal se questionar sobre como os setores empresariais e o mercado de trabalho se comportariam diante de um secretário de trabalho negro.

Formada em Medicina pela Universidade de Valença no Rio de Janeiro, Edialeida Nascimento, por sua vez, enquanto Secretária de Promoção Social tinha como foco o combate à miséria e já mostrava, de acordo com o órgão, sua ação fulminante ao tratar os casos de abuso, violência e irregularidades em centros de recuperação. Já para Carlos Magno Nazareth Cerqueira, secretário de Polícia Militar do RJ, o maior problema era a violência, sobretudo aquela produzida pelos estereótipos raciais dentro das corporações policiais. Sendo assim, a grande questão para o jornal era, de que modo sua nomeação iria repercutir na consciência dos policiais. O mínimo esperado pelo órgão era que tais questões fossem pautadas na corporação

A divulgação das ações destas três lideranças tinha como objetivo destacar a presença negra no legislativo e, mais especificamente, em cargos da alta hierarquia da administração do estado do Rio de Janeiro. Era assim, para o jornal, louvável a atitude do fundador do PDT Leonel Brizola (1922 – 2004), assim como as ações encaminhadas por este partido, no reconhecimento da existência do racismo no Brasil. Naquele estado havia sido entregue secretarias a três representantes negros, centrais para o estreitamento dos laços entre o governo e a população mais carente, de maioria negra. Apontava ser este o caminho trilhado de promoção da igualdade racial.

As mulheres negras também ganharam espaço no jornal, dividido na página 07 com a seção “Opinião e debates”, assim como a fotografia de Benedita da Sila apareceu já na primeira página, com destaque para seu apoio ao I Encontro de Mulheres de Favela e Periferia em 1983.

No que concerne à luta internacional contra o racismo, já em sua página 2, o jornal Frente Negra divulgou um painel com várias notas curtas e descritivas relativas aos vários países localizados ao sul da África, acompanhado de um mapa da região, com foco para a ação desestabilizadora da África do Sul nas regiões vizinhas. Enfatizou o difícil processo de organização política em Angola e Moçambique, cujos governos pagavam um “preço elevadíssimo para aguentar a guerra contra o regime racista da África do Sul”. Jonas Savimbi, líder das ações desestabilizadoras, foi apontado como alguém que alimenta o divisionismo, além de ser um “testa de ferro dos interesses estrangeiros”. Por

outro lado, Samora Machel foi apontado como “o mais firme estadista dos países linha de frente”²⁰².

Botswana, mesmo sendo “muito pobre [...] está na linha de frente contra o racismo sul – africano”, ou seja, as condições materiais de existência não eram empecilhos para o engajamento²⁰³. Mugabe, por sua vez, daria outro exemplo, ao unificar seu partido ZAPU com o partido adversário ZANU liderado por N'KOMO, o qual teve que se refugiar na Inglaterra²⁰⁴. Estas ações ampliariam as possibilidades de auxílio ao CNA e sua luta contra o apartheid. O caminho da aglutinação era, então, uma estratégia de luta contra o racismo que deveria ser encampada por todos os negros.

Outra questão essencial nesta luta era o trato das práticas de violência perpetradas contra a população negra, decorrentes, sobretudo, dos estereótipos que recaem sobre ela. Esta violência havia sido, conforme o jornal, presenciada pelo brasileiro Martinho da Vila, que esteve em Moçambique e viu bombardeio de aviações sul – africana, “e testemunhou para a imprensa brasileira, a verdadeira selvageria cometida pelos aviões, que atacaram contra as populações dos bairros populares”²⁰⁵.

Toda a onda de violência divulgada pelos grandes meios de comunicação paulista²⁰⁶ não era negada por esta militância negra que atuava ao redor da Frente Negra, mas compreendida enquanto prática e consequência do racismo.

Em Soweto, “milhares de pessoas mortas” viviam um “estado de tensão permanente” e a violência afetava a todos, “crianças, velhos, mulheres, enfim, pessoas que se manifestam contrárias às duras condições de opressão, colonização, humilhação e discriminação racial praticadas no regime do apartheid”. Caberia a nós, brasileiros, “compromissados com os povos em luta pela sua libertação” pressionar o Itamaraty contra sua política de aproximação com a África do Sul²⁰⁷.

Chamavam a atenção para a violência, “tensão permanente”, “tortura”, “assassinato” a todos aqueles que se opunham ao apartheid e pena de morte perpetrada contra “três jovens militantes [...] Mosolodi, Montaung e Mogoerane”. Era a violência diante do desejo de liberdade, igualdade e dignidade do homem sul – africano.

²⁰² MOÇAMBIQUE. *Frente Negra*, jul./ago.1983. p.07.

²⁰³ BOTSWANA. *Frente Negra*, jul./ago. 1983.p.07.

²⁰⁴ ZIMBABWE. *Frente Negra*, jul./ago. 1983.p.07.

²⁰⁵ MOÇAMBIQUE. *Frente Negra*, jul./ago. 1983.p.07

²⁰⁶ SILVA, 2013.

²⁰⁷ MAIS uma agressão racista. *Frente Negra*, jul./ago. 1983. p.02.

Estes ideais eram, assim, ressignificados a partir da experiência do negro. A forma como a luta deveria ser direcionada naquela região orientava, assim, as ações do negro brasileiro e a aglutinação política como o principal caminho antirracista. Esta junção das diversas entidades negras na luta contra o racismo, colonialismo, fim do apartheid e reestruturação dos países africanos deveria ser feita dentro e fora dos limites fronteiriços e cabia ao negro brasileiro juntar forças à luta do negro em outras partes do mundo, sobretudo o negro - africano.

2.5 JORNEGRO. Colhe-se os frutos de uma entidade a serviço da promoção da consciência do negro ao final dos anos 1970

JORNEGRO, órgão da Federação Brasileira das Entidades Negras do Estado de São Paulo, do qual fazia parte o Centro de Cultura e Arte Negra, localizado em São Paulo, noticiou o ato de fundação do então Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial na Praça Ramos de Azevedo, em frente ao Teatro Municipal, em 7 de julho²⁰⁸, cujo estopim foi a morte de Robson Silveira da Luz após sofrer torturas policiais e, também, a denúncia de que o Clube de Regatas Tietê barrou em sua entrada 4 jovens atletas negros.

Entre aqueles que assinaram a Carta de fundação do MNU não consta a assinatura do CECAN apesar da participação de seus representantes na fundação da entidade. O MNU vinha, justamente, de um rompimento da perspectiva posta pelo CECAN, às críticas quanto a sua posição voltada para a formação de uma consciência negra, restrita aos espaços da entidade, com foco em atividades culturais. Cobrava-se, naqueles anos de abertura política, mais articulação com os movimentos sociais e pressões políticas nas ruas, bem como diálogos com outras entidades e atuações para fora da sede do CECAN. Por outro lado, este grupo não via com bons olhos a participação de militantes de grupos ligados à esquerda no MNU, questionando a perda de autonomia do movimento²⁰⁹.

Milton Barbosa, integrante do CECAN e um dos fundadores do MNU, destacou que aquela entidade foi um embrião para a formação do Movimento Negro Unificado. Amauri e Yedo, ambos do SINBA, apontaram que a entidade era o ponto de referência do movimento negro do Rio de Janeiro para as atividades desenvolvidas em São Paulo.

²⁰⁸ O NEGRO exige o fim da discriminação racial. *JORNEGRO*, São Paulo, 04 set. 1988. p.08.

²⁰⁹ Ver.: SILVA, Joana Maria F. S. *Centro de Cultura e Arte Negra*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

Lá nasceu o Feconezu (Festival Comunitário Negro Zumbi), Quilombhoje tal como destacou Luiz Cuti²¹⁰.

O jornal do CECAN – JORNEGRO - passou a circular a partir de 1978, com o espaço de circulação localizado no estado de São Paulo, mas o intercâmbio com o SINBA e a formação do MNU permitem mostrar as redes de circulação, ideias que a militância negra produzia em plena Ditadura Militar e que lançavam seus tentáculos em ações partidárias, governamentais, comunitárias, diplomáticas, bem como mostravam as diferentes concepções ideológicas das entidades negras.

O JORNEGRO fazia parte da tentativa de congregar as entidades negras do Estado de São Paulo em uma única federação - Federação das Entidades Afro Brasileiras do Estado de São Paulo - e viabilizar a criação de um órgão de divulgação, o qual circulou de 1978 a 1981.

A entidade foi idealizada por Thereza Santos, a qual havia chegado em São Paulo em 1969 ao fugir da repressão política em decorrência de sua atuação na Juventude Comunista, movimentos estudantis e Círculos Populares de Cultura.

Mulher, negra, atuante dentro dos grupos de esquerda, Thereza Santos também havia realizado trabalho com crianças no Morro da Mangueira, Rio de Janeiro, e foi atriz do Teatro Experimental do Negro²¹¹. Sua crítica à forma como as entidades de esquerda lidava com as questões raciais, bem como sua experiência no TEN levou-a à busca e dedicação a grupos que tratassem exclusivamente da questão racial e, foi dentro desta perspectiva, que se viabilizou a criação do CECAN.

As propostas preliminares para a criação da entidade vieram do grupo Coral Crioulo, criado para apresentar-se na Feira Internacional da Indústria Têxtil de 1969 e que contava com os sociólogos Eduardo de Oliveira e Oliveira e o angolano K. Massang²¹².

Temendo o fim do grupo após a apresentação, Eduardo, junto a Thereza, decidiram montar uma entidade mais ampla que congregasse à preocupação de ambos com a luta contra a discriminação racial no Brasil. A proposta era a promoção de atividades culturais, sociais, recreativas à luz da nova literatura negra, sobretudo escritores como Aimé Césaire e Léopold Senghor²¹³. Contudo, a partida de Thereza Santos para Angola parece ter sido elemento importante para que o grupo enfraquecesse,

²¹⁰ Histórias do movimento negro no Brasil (p. 194 - 195). Pallas Editora. Edição do Kindle.

²¹¹ SANTOS, Thereza. *Malunga Thereza Santos* – a história de vida de uma guerreira. EdUFscar, 2008. p.18.

²¹² Idem, p. 22.

²¹³ Idem, p. 23.

sendo retomado por seu vice-presidente, Odacir Mattos, o qual inaugurou uma segunda fase do movimento em 1976²¹⁴.

Neste segundo momento, houve ampliação das atividades, promoção de cursos, como alfabetização, inglês, seminários, atividades sociais, tais como filmes, organização de bibliotecas²¹⁵. Foram montadas equipes de trabalho dedicadas aos mais variados temas – cultura, educação, criança, biblioteca – com atividades realizadas primordialmente nos espaços da unidade, adquirida em 1977, localizada no bairro do Bela Vista em São Paulo.

JORNEGRO era impresso nos Diários Associados e possuía, em seu primeiro ano de circulação, entre 7 e 8 páginas divididas em Editorial, Cartas, Notas, Arte, Pesquisa, Nossa Gente, Variedades e Exterior. Suas edições saíram bimestralmente e seu expediente contava com Leonardo Ferreira, Francisco Marcos Dias, Odacir Mattos, Francisco Carlos S. dos Santos, Tânia Regina Pedro, Jacques Félix Trindade, Ubirajara Motta.

Tratou, já em sua primeira página da edição 1, do Carnaval e as ações tomadas em São Paulo que afastavam a população pobre e negra dos festejos. Destacou as visitas de personalidades negras da África e da diáspora no Brasil, tal como o cineasta Ola Balogun. Publicou poemas, tirinhas e trouxe nomes na seção “Nossa Gente” em que, se de um lado teceu críticas à postura política de Pelé quanto à questão racial, louvou Gilberto Gil e sua música Refavela, a qual deu nome ao álbum lançado em 1977.

Em seu primeiro exemplar JORNEGRO publicou em sua última página na seção Exterior “Todos querem salvar a África”²¹⁶, com críticas aos múltiplos interesses que eram direcionados ao continente africano pelas potências ocidentais, as visões enviesadas dos órgãos de comunicação de massa acusados de não oferecerem informações confiáveis e os interesses, sobretudo das duas grandes potências naqueles tempos de Guerra Fria, em relação ao continente africano.

Este espaço vinha ao encontro da proposta lançada pelo CECAN que era a promoção de redes de solidariedade e divulgação dos assuntos relacionados aos povos negros em diversas partes do mundo, entre os quais aqueles que apareceram com mais frequência foi o continente africano e a luta do negro dos Estados Unidos, sobretudo do Harlém.

Nas páginas de JORNEGRO, a região sul da África foi apontada como último reduto da minoria branca, a qual estava, porém, com seus dias contados. No entanto eram

²¹⁴ SANTOS, 2008. p. 23 – 30.

²¹⁵ Idem, p. 41 – 48.

²¹⁶ TODOS querem salvar a África. Por que? *JORNEGRO*, São Paulo, mar. 1978. Exterior, p.08.

sustentados por potências ocidentais – Inglaterra, França, EUA – as quais visavam mais a sustentação de seus interesses do que dos africanos. A suposta ameaça comunista proclamada pelas potências ocidentais surgia como argumento para o apoio ocidental aos regimes de coalização “com negros e brancos, isto é, «uma democracia racial» conforme os modelos conhecidos” ou, ainda, governos nacionalistas moderados que abririam seus países a novas formas de colonialismo.

Em “Apartheid: racismo e exploração” a realidade racial na América foi apresentada como diferente da sul – africana na medida em que, naquela, a escravidão era coisa do passado apesar de seu legado e, na África, a política de exploração racial vigorava.²¹⁷ O maior exemplo que a luta da região sul da África oferecia às dificuldades encontradas pelo negro brasileiro no pós-abolição eram os caminhos para a libertação.

Os conflitos na África do Sul despertaram os olhares da entidade, em particular em seus primeiros números. O JORNEGRO traçou histórico da região, desde os colonizadores até a implementação do apartheid enquanto política oficial de estado. Apontou a atuação da ONU e a “força política dos países africanos” na conquista de vitórias contra o segregacionismo. Tratou das condições de vidas das mulheres sul-africanas, sobre as quais o apartheid era “ainda mais esmagador”. Separadas dos maridos, impedidas de circular, com maiores dificuldades de conseguirem emprego, seu salário era ainda menor que o dos homens, tendo em vista que lhes eram destinadas as ocupações menos remuneradas²¹⁸.

Tanto no Brasil quanto na África do Sul, a população negra foi apontada como elemento indispensável para o funcionamento do sistema de exploração, mas também, a sua maior ameaça. Mesmo diante das dificuldades, foram apontadas as longas lutas de resistência, desde os primeiros invasores, passando pelas greves e queimas de passes na primeira metade do século XX até chegar aos distúrbios de Soweto em 1976.

Na mesma edição de “Apartheid: Racismo e Exploração”, foi publicada “13 de maio da juventude negra”, na qual JORNEGRO apontou as contradições do sistema escravista, bem como as rebeliões feitas pelos escravizados. A escravidão, assim como o apartheid, fora financiada pelas potências ocidentais e o fim dela também não levou em consideração o interesse dos negros. Ou seja, a luta antiapartheid deveria ser conduzida pela população negra a fim de que naquele processo final seus direitos fossem garantidos.

²¹⁷ APARTHEID, racismo e exploração. *JORNEGRO*. São Paulo, mai. 1978. p.08.

²¹⁸ Idem.

Enquanto propostas antirracistas que deveriam ser encaminhadas pelo negro brasileiro ressaltou a necessidade de olhar para a realidade dos povos africanos na luta contra “os últimos vestígios de colonialismo” e traçar “os contornos de uma nova humanidade”, distante das práticas do “embranquecimento como condição para o reconhecimento de seus direitos de cidadão”. Era preciso unir as forças, promover a ampla participação política da comunidade negra em entidades e “participação ativa e consciente de cada um para o fortalecimento delas e para pôr em prática nossa consciência de comunidade”²¹⁹.

Apesar de alegar em seus editoriais as dificuldades enfrentadas, sobretudo para a distribuição dos exemplares, em seu primeiro ano de circulação JORNEGRO manteve a bimestralidade, mantendo-se regular, algo não vigente nos órgãos aqui analisados até então. Divulgou, em sua terceira edição, que contaria com anunciantes, entre os quais vê-se salão de cabeleireiro, restaurante e churrascaria, empresa de pavimentação e construção, o que denota grande circularidade e aceitação no meio social. Passou a contar, também, com novos colaboradores, entre eles, Henrique Cunha, o qual já havia atuado na imprensa negra nos anos 20 e 30 e Vera Lúcia de Oliveira. Incluiu um novo espaço no jornal intitulado “Mulher Negra”, o qual, apesar da promessa na edição 3 de manter-se constante, não mais apareceu.

A cobrança do jornal por mais participação política se estendeu e passou a ocupar mais espaço nas edições no ano de 1978. As propostas do jornal iam rumo às ações para o despertar da consciência da comunidade. Foi nesta premissa que a FEABESP realizou, com a colaboração da Escola de Samba Paulistano da Glória, reunião com os candidatos negros a cargos políticos e seus representantes²²⁰. O intuito era aumentar a proximidade e promover debate entre os candidatos negros e os membros da comunidade negra. Estiveram presentes “Hélio Santos, candidato a Deputado Estadual-MDB; Milton Santos, a Deputado Federal-MDB e vereador Paulo Rui de Oliveira, a Deputado Federal-MDB”. Além deles, outros representantes de candidatos que não puderam comparecer – “Nair Vasconcelos, representando Oscarlino Marçal, candidato a Dep. Est. MDB e João Batista de Araújo representando a Deputada Theodosina R. Ribeiro”²²¹.

JORNEGRO elogiou a participação da comunidade negra neste encontro. Focou, a partir de trechos das falas de Hélio Santos, a necessidade de o parlamentar negro atuar

²¹⁹ 13 de maio da juventude negra. *JORNEGRO*. São Paulo, mai. 1978. p.06.

²²⁰ ELEIÇÕES e a nossa participação. *JORNEGRO*. São Paulo, jul. 1978. p.07.

²²¹ O PARLAMENTAR e a comunidade. *JORNEGRO*. São Paulo, set., 1978. p.03

a serviço da comunidade, bem como a importância de se ocupar espaço político, a força eleitoral da comunidade e a necessidade da consciência negra, afinal, mesmo estados como a Bahia, “com 80% de população negra nunca elegeu um prefeito negro”, o que para eles era um indício do não engajamento da comunidade.

Foram destacados trechos das falas dos candidatos que apontavam, além de suas diferentes trajetórias e preocupações, as propostas de JORNEGRO. Foi dado foco à fala de Paulo Rui de Oliveira no que se referia à sensibilização das famílias negras para a adoção, tema já trazido pelo jornal²²², Para Milton Santos, o jornal destacou sua preocupação para que o negro participasse não apenas da vida política, mas da vida partidária.

Destacava que faltava ao negro brasileiro a consciência do negro sul – africano e estadunidense, tal como a consciência do negro do Harlém, questão apontada em “Harlém, inferno ou paraíso”. Local de contradições, desemprego, altas taxas de criminalidade era lá, também, em que todos os negros eram “conscientes de sua condição de negro numa terra de brancos” e em que todos lutavam “pelo mesmo ideal” de uma “comunidade sadia”²²³. Ali residia “muitos homens e mulheres eminente”, que nutriam forte “dedicação” à comunidade, o que a tornava “triumfante e não vencida”. Era, assim, o Harlém utilizado para se buscar ao negro brasileiro o mesmo engajamento e participação nos assuntos da comunidade e nas tarefas culturais promovidas.

Da África vinha exemplos no que concerne aos processos de libertação, mas, sobretudo, a base a qual se assentava os aspectos culturais, políticos e filosóficos da população negra brasileira, a qual, conforme destacou em “Nós e a África” havia muitas diferenças “entre nós os que ficaram” mas “semelhanças [...] muito fortes” e que remetem à forma como o periódico se apropriava dos princípios da negritude dos anos 1940:

Foi de lá que trouxemos o misticismo e a religiosidade que aqui transformaram-se em umbanda, kimbanda, candomblé. O espírito jocoso, brincalhão, o gosto pelo bom tempero, o gingado do corpo, o balanço pra dançar, tudo isto nós temos porque somos negros, porque estamos ligados pelos nossos antepassados a Mãe África.

Por isso as transformações que produzem novas condições de vida no continente mãe têm especial significado para nós descendentes de africanos espalhados pelas Américas. Portanto, é indispensável aproveitarmos os ensinamentos positivos da libertação africana pura que aprendamos a trabalhar melhor nossas necessidades aqui e agora²²⁴.

²²² NÃO querem adotar as crianças negras, por quê? JORNEGRO, São Paulo, jul., 1978. p.02.

²²³ HARLÉM, inferno ou paraíso. JORNEGRO, São Paulo, jul., 1978. p.08.

²²⁴ NÓS e a África. JORNEGRO. São Paulo, set., 1978. p.04.

Princípios apropriados do senegalês L. Senghor, “segundo a qual ‘a razão é helênica e a emoção é africana’”, os elementos culturais assentados no ritmo, nas formas específicas de relacionar-se com o outro e na culinária, e em oposição ao que seria europeu foram reforçados e não inferiorizados, princípios que uniam negros localizados no Brasil e África. Tal como destacou Valdés, para chegar a tal formulação, Senghor renunciou ao nacionalismo, à sua autoimagem de francês, seguiu as inspirações do movimento Harlém Renaissance a fim de produzir “novo negro” e, logo transcendê-lo²²⁵.

A partir de seu exemplar número 4 o foco de JORNEGRO se direcionava primordialmente para a África portuguesa, sua produção cultural, sobretudo poética, como o caminho para o despertar das novas nações, da revolução nasceria, conforme o órgão, uma nova cultura popular e, da cultura popular uma nova nação.

Guiné – Bissau foi tema de *África, Poesia e Vida*. País a qual a idealizadora do CECAN, Thereza Santos, havia partido para o exílio e o qual o jornal direcionou sua atenção, tendo em vista a atuação política e poética de Amílcar Cabral e a fundação do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde em 1956²²⁶.

Esta perspectiva parece não ter tido tanta aceitação no seio da comunidade a qual o jornal circulava. Como nota-se nos exemplares de mais regularidade e circulação nos anos 1980, as atenções se direcionavam primordialmente para os eventos políticos do sul da África e a perspectiva de mais atenção aos assuntos da política hegemônica, relegando aos elementos culturais papel secundário. O ano II de circulação foi marcado por grandes modificações no órgão, contando com menos cores e imagens, perdendo o perfil comum de jornal e passando para folhas datilografadas sob alegação de falta de recursos. Chegou a 20 páginas, por vezes, com recortes de matérias que circularam nos grandes meios de comunicação. No que concerne à temática, apesar de afirmar que não havia ocorrido mudanças, o órgão voltou-se cada vez mais para os assuntos culturais, deixando de lado os debates políticos, salvo para a tessitura de críticas, sobretudo aos caminhos tomados pelo MNU, reproduzindo, inclusive, trecho do SINBA que compartilhava as mesmas críticas.

Neste momento, dedicou-se para a divulgação de atividades culturais. As seções anteriormente destacadas não eram mais divididas. Divulgou “Curso de Madureza

²²⁵ DEVÉS – VALDÈS, Eduardo. *O pensamento africano subsaariano: conexões e paralelos com o pensamento latino – americano e o asiático (um esquema)*. Rio de Janeiro: Clacso Ediciones/Educam, 2008. p.103.

²²⁶ ÁFRICA, poesia e vida. JORNEGRO. São Paulo, nov. 1978. p.06

Ginasial”, as ações do FECONEZU, a violência policial. Teceu fortes críticas à comunidade negra, bem como ao MNU. Atribuiu o que chamou de fracasso ao desinteresse do povo negros pelas suas coisas e a falta de propostas concretas dos grupos organizados. Para a entidade, a fase de ouro do movimento foram os anos de 1974 a 1976, de efervescências das atividades culturais, tais como a realização da I Semana do Negro na Arte e Cultura, 1975. Foram os anos de formação do Grupo Teatro Evolução em Campinas, do CECAN, Grupo Rebu, em São Carlos.

Avaliou negativamente a participação política negra e questionou, sobretudo, de quem era a culpa do fracasso nas eleições de 1978. Apontou a falta de conscientização da população negra, lamentando, por exemplo, a necessidade de desativar cursos promovidos pelo CECAN por falta de alunos.

As atividades culturais e educativas como prioritárias para o processo de conscientização e emancipação do negro, desenvolvido ao longo dos anos 1970, não foi em vão, apesar de, naquele momento, o órgão assim caracterizar. Novas entidades surgiram e os membros do CECAN espalhavam-se para vários outros órgãos que tenderiam, cada vez mais, a aproximar-se das práticas políticas hegemônicas. A avaliação da situação social e econômica vivida pela comunidade negra no que tange as suas condições sanitárias, de habitação, emprego, violência, menor abandonado, mulher negra, apartheid e a busca por espaço político fazia com que a proposta inicial do CECAN não mais correspondesse aos anseios dos anos 1980.

O CECAN não sobreviveu às novas demandas de arregimentação política para fora dos muros da entidade e propostas de articulação política, busca por mais espaços por parte da militância negra, assim como faria sua idealizadora, Thereza Santos ao voltar do exílio.

Foi em sua edição número 09, do ano de 1980, que comunicou aos leitores a extinção da FEABESP, “entidade a cargo da qual estava a responsabilidade pela publicação do jornal”. A responsabilidade passaria exclusivamente ao CECAN.

O jornal continuou suas atividades, com foco para as escolas de samba, religiosidade negra. Conforme apontou Joana Maria Ferreira da Silva em seu livro sobre a entidade, suas atividades se estenderam até 1981 quando, diante do encerramento do contrato de locação, optou por não o renovar e pelo fechamento da sede. Estava lançada, no meio social, o debate sobre os efeitos do racismo nas múltiplas esferas da vida social, seja no acesso à cultura, educação, ou seja, o CECAN havia, sim, cumprido o seu papel,

mas, a falta de uma política de intervenção ampla mais direta no meio político inviabilizou a continuidade da entidade²²⁷.

A entidade encerrou suas atividades, mas cônica de que os objetivos tratados inicialmente haviam sido atingidos. Afinal, formava-se toda uma geraão combativa, consciente e que, naquele momento, atuava em mltiplas direões. No haviã desenvolvido uma poltica de intervenão mais direta, porẽm, nomes que atuaram rumo a esta intervenão ao longo dos anos 1980 tem a entidade como local de formaão e ponto de referẽcia.

2.6 Conselho de Desenvolvimento e Participaão da Comunidade Negra e o apartheid enquanto questão estratgica para inserão no debate nacional.

Em maio de 1984 o governador do estado de Sã Paulo, Andrẽ Franco Montoro (1916 – 1999) assinou Decreto 22.184 que instituiu o Conselho de Participaão e Desenvolvimento da Comunidade Negra, em reconhecimento, naquele estado, das desigualdades raciais existentes em solo nacional e o compromisso de desenvolver estudos e medidas que visassem a eliminaão da discriminaão racial nas esferas sociais, econõmicas, polticas, culturais²²⁸.

O Conselho vinha como resposta às demandas de ativistas negros naqueles anos e que, desde a criaão do Conselho Estadual da Condião Feminina²²⁹, pressionavam para que uma entidade especfica para o trato das questões da comunidade negra fosse criada ao nvel governamental.

A entidade buscava representatividade nas instâncias governamentais, ampla discussão sobre o negro na sociedade, mudanças na forma de divulgaão da populaão negra nos meios de comunicaão de massa, canais de participaão e ampliaão dos fõruns

²²⁷ SILVA, 2012, p. 72.

²²⁸BRASIL. Decreto nº DECRETO N. 22.184, de 11 de maio de 1984. Cria o Conselho de Participaão e Desenvolvimento da Comunidade Negra. Assembleia Legislativa do Estado de Sã Paulo: Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentaão e Informaão, Sã Paulo, 1984. Disponvel em < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1984/decreto-22184-11.05.1984.html>>. Acesso em 05.10.21

²²⁹BRASIL. Decreto nº 20.892, de 4 de abril de 1983. Cria o Conselho Estadual da Condião Feminina. Assembleia Legislativa do Estado de Sã Paulo: Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentaão e Informaão, Sã Paulo, 1984. Disponvel em < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1983/decreto-20892-04.04.1983.html>>. Acesso em 18.10.21

de discussão da temática racial, sobretudo para o interior do estado de São Paulo. O debate foi lançado para as diversas cidades na busca por parceiros, articulação com movimentos espalhados pelo estado e fundação de novas organizações, promoção de seminários e momentos de diálogo.

A ideia de criação do Conselho já era gestada desde maio de 1983. Franco Montoro assumiu o governo do estado naquele ano e viu-se incumbido pela tarefa de acomodar as lideranças da comunidade negra e sua busca por espaço nas esferas governamentais. O mesmo ocorria no Rio de Janeiro com a eleição de Leonel Brizola que nomeou membros da comunidade negra para secretarias em seu governo, tal como o jornal Frente Negra já havia trazido em suas páginas.

Em entrevista à Verena Alberti e Amilcar Araújo Pereira publicada em *Histórias do movimento negro no Brasil* Ivair Alves dos Santos apontou que tinha acabado de chegar de Angola quando foi chamado para participar do governo Montoro para a Secretaria de Assuntos Políticos do governo.

Ivair dos Santos destacou o quão significativo foi sua estadia em Angola entre os anos de 1979 e 1983 como consultor da Unesco e sua preocupação para que os brasileiros integrantes de entidades negras tivessem informações não idealizadas sobre a África. Desse modo, ele reunia grande quantidade de material e enviava a diversos pontos do país:

Eu achava que tinha um papel militante lá também. Aí, no primeiro dia em que fiquei lá, comecei a mandar sistematicamente jornais, revistas e livros para o Brasil inteiro. Mandeí milhares, pode colocar milhares. Eu chegava segunda-feira no correio com 50 pacotes de jornais, revistas e livros. Ficava circulando lá, via o que interessava, sábado e domingo ficava fazendo o pacote e mandava para o Brasil. Fazia isso com o meu dinheiro. Eu ganhava bem, era consultor da Unesco [...]²³⁰.

De volta ao Brasil e trabalhando no governo Montoro, encontrou Hélio Santos, que trabalhava no cerimonial. Atentos à ausência de negros na esfera governamental e diante da criação do Conselho da Condição Feminina, sugeriu “ao chefe de gabinete Carlos Figueiredo” a criação de um conselho negro. Estavam com ele, Hélio Santos, Antônio Carlos Arruda (do Movimento Negro dos Estudantes da PUC – SP e jovem advogado) e Genésio de Arruda (ferroviário, tapeceiro, vereador em Carapicuíba e atuante na causa da criança negra abandonada)²³¹.

²³⁰ *Histórias do movimento negro no Brasil* (p. 100). Pallas Editora. Edição do Kindle.

²³¹ SANTOS, Ivair Augusto. *O Movimento Negro e o Estado* (1983 – 1987) - o caso do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra no Governo do Estado de São Paulo. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo. p.83.

O decreto de criação da entidade foi assinado em 11 de maio de 1984, não sem pressão da militância negra que, um ano antes, havia marcado um ato de protesto contra o racismo para que, justamente, o governo se visse pressionada para a efetivação da proposta que havia sido lançada. Diante das reflexões em torno do 13 de maio de 1983 uma pergunta foi dirigida ao governador “Por que não criar um Conselho do Negro, a exemplo do Conselho da Mulher?” Diante da cobertura televisiva coube a Montoro anunciar as medidas que levariam à criação da entidade, o que demorou um ano de trabalho²³².

A possibilidade de criação de uma entidade governamental voltada para as questões da comunidade negra trouxe divergências tendo em vista que os tempos eram de Ditadura Militar e, ainda, a preocupação sobre a possibilidade de o órgão ser utilizado como um instrumento de tutela das aspirações sociais do negro:

Mas o Conselho, veja só, não surgiu de uma demanda do movimento negro. Muitos negros tinham o entendimento de que aquilo poderia ser uma Funai, ou alguma coisa que fosse tutelar os negros. E naquela época havia uma tensão muito grande, pelo seguinte: qualquer participação no Estado era uma cooptação, você estava sendo cooptado e tal. Eu tinha clareza de que era mais uma arena política em que a gente estava trabalhando. Mas isso nos impediu, por exemplo, de ter uma aproximação maior com o movimento, que ficou muito desconfiado com o que ia ser aquilo ali.

O Conselho foi o primeiro órgão de governo, depois do regime militar, criado para combater a discriminação racial e fazer políticas públicas. Tínhamos uma pauta bastante concreta. A pauta era o que o movimento negro vinha defendendo: contra o racismo no trabalho, na educação, enfim, nas diferentes áreas. A gente fez como se fosse um trabalho de desbravar a máquina de Estado. Começamos a fazer trabalhos em várias frentes: na educação, no trabalho, na área de comunicação... Isso criou uma avalanche de atividades²³³

O órgão fez circular o *Jornal do Conselho da Comunidade Negra: órgão informativo do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra* a partir de janeiro de 1985. Em seu primeiro número publicou editorial sobre os objetivos da entidade, entre as quais estavam a organização da “luta do negro em busca de sua real emancipação”, para além do que escreveu como “simples idealismo, entendendo-se à ocupação dos espaços políticos hegemônicos como elemento essencial. Era necessário, naquele momento de reorganização do estado brasileiro rumo ao fim a Ditadura Militar, que os negros pudessem fazer parte das discussões, ocupando as esferas governamentais,

²³² Histórias do movimento negro no Brasil (p. 288). Pallas Editora. Edição do Kindle.

²³³ Idem, p. 289.

“sob o risco de, não o fazendo, estar fadada a amargar, por muito tempo ainda, uma marginalização que grupos dominantes procuram nos impingir”²³⁴.

Foi apresentada a Comissão Executiva e, na presidência e vice-presidência, estavam Hélio de Souza Santos e Ivair Augusto Alves dos Santos. O órgão estava dividido em várias secretarias, que se estendiam para Secretaria de Governo, Economia e Planejamento, Justiça, Educação, Promoção Social, Relações do Trabalho, Cultura, Segurança Pública, Negócios Metropolitanos²³⁵.

Sobre a ideia de criação do órgão Ivair salientou:

Nosso primeiro evento foi na Secretaria do Trabalho. O secretário de Trabalho era o Almir Pazzianotto. Foi uma atividade no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que, na época, era presidido pelo Joaquinção, um líder sindical importante. E foi interessante porque a gente pegou um assunto quente, que era o mercado de trabalho. E aí nós utilizamos uma foto muito bonita de um jornalista negro chamado Luiz Paulo, que mostrava um trabalhador negro. Aquela matéria acabou indo para o boletim informativo do Palácio Bandeirantes, que era o boletim do governo do estado. E aí eu falei: “Ficou muito bonita, está mostrando como nós estávamos agitando.” Fui conversar com o diretor da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e pedi a ele dez mil exemplares daquela matéria. Ele falou: “Não, vamos fazer um jornal.” O diretor da Imprensa Oficial era o Audálio Dantas, jornalista de peso, o cara que apresentou para a sociedade a grande escritora negra Carolina Maria de Jesus, a “cinderela negra”, autora do livro Quarto de despejo. Ele falou: “Vamos fazer um jornal.” Aí, tudo bem. “Qual a tiragem do jornal?” Eu falei: “50 mil exemplares.” “Tudo bem, vamos fazer.” Quando eu cheguei no Conselho e falei, eles ficaram loucos: “Como é que nós vamos distribuir 50 mil exemplares? É muito jornal.” Eu falei: “Vamos, que a gente consegue. 50 mil para o estado de São Paulo.” E aí nós fizemos o jornal, que foi o nosso grande instrumento. Começamos com 50 mil e chegamos a quatrocentos mil exemplares²³⁶.

O jornal do Conselho circulou a partir de janeiro de 1985, com periodicidade irregular. Inicialmente composto por 4 páginas chegou a atingir 16 divididas em Editorial, Governo, Aconteceu, Dia – a Dia, Letras Jurídicas, Educação, Cultura, Interior, Saúde, Variedades. Assinavam Vera Lúcia Benedito (jornalista responsável), Hélio Santos, Ivair Augusto Alves dos Santos, Genésio Arruda, Maria Cristina da Conceição Oliveira, Antônio Carlos de Arruda e Davi Poli. Outros nomes apareceram como colaboradores nas edições seguintes, entre os quais Jamu Minka, que já havia atuado no CECAN, bem como Cuti (Luís Silva).

²³⁴ MONTORO cria Conselho da Comunidade Negra. *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*: órgão informativo do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. São Paulo, jan.1985. Editorial, p.01.

²³⁵ 1ª REUNIÃO do Conselho. *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*: órgão informativo do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. São Paulo, jan.1985. p. 2.

²³⁶ Histórias do movimento negro no Brasil (pp. 289-290). Pallas Editora. Edição do Kindle.

O primeiro exemplar foi dedicado à apresentação do Conselho, sua criação, comissão responsável. Apresentou a realização de seu primeiro seminário voltado às questões do Mercado de Trabalho e este tipo de atividade esteve marcante ao longo dos outros exemplares, o que dá indícios que esta tarefa passou a ser a principal do conselho

Apresentou a estrutura do conselho que composta por membros da sociedade civil (efetivos e suplentes). Entre os efetivos estavam Alberto Alves da Silva Filho, Antônio Carlos Arruda, Antônio Joel da Conceição, Antônio Olímpio Sant' Ana, Oswaldo Ribeiro, Maria Cristina da Conceição Oliveira, Genésio de Arruda, Hélio Santos, Ademir José da Silva e Milton Santos. Alguns nomes quase não apareceram nas edições seguintes, sendo, assim, sua participação era apenas simbólica.

Além dos seminários, o jornal deu bastante foco aos encontros realizados com autoridades dentro e fora do país, tais como com delegações africanas, mas o que mais angariava espaço eram os encontros com autoridades políticas brasileiras, tal como com Tancredo Neves que havia sido realizado em dezembro de 1984.

Apontou os temas tratados no encontro, entre os quais estavam a “revalorização do negro na sociedade brasileira, através dos meios de comunicação”, uma política nacional de emprego, a “extensão do ensino público e gratuito a todos os níveis de escolaridade, permitindo ao negro acesso aos bancos escolares”, acesso à profissionalização por parte do “menor carente/abandonado”. Focou a “intensificação de intercâmbios culturais, políticos e econômicos com países africanos” e pelo “rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a África do Sul, já que o nosso País é um dos poucos do mundo a manter relações diplomáticas e comerciais amistosas com o regime racista da África do Sul”²³⁷.

Logo ao lado da reportagem “Encontro com Tancredo”, após a apresentação da comissão do conselho, já na página 2 tratou do tema da Constituinte e apontou que promoveriam dali em diante, ampla discussão convocando todos a participarem²³⁸.

Novas seções foram lançadas a partir da segunda edição, entre as quais estavam, Entrevista, Internacional e Carta de Leitores. Este se manifestou como um espaço de validação das ações do órgão, tendo em vista as cartas majoritariamente elogiosas e, também, as que alegavam a inexistência de racismo no Brasil, de modo a mostrar que não

²³⁷ ENCONTRO COM TRANCREDO. *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*: órgão informativo do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. São Paulo, jan.1985. Editorial. p. 2.

²³⁸ CONSTITUINTE. *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*, jan.1985. Editorial. p. 2.

havia unanimidade em relação ao trato do tema e tais discussões acabavam até mesmo por legitimar a existência do órgão.

Em seu primeiro espaço dedicado às questões internacionais tratou de “Simpósio Reflexões sobre 100 anos de dominação da Namíbia”, promovido pela Funafro/Ipeafro na cidade do Rio de Janeiro entre 14 e 15 de novembro de 1984 na Câmara Municipal.

Os meios de comunicação de massa bombardeavam com informações sobre situações de violência envolvendo conflitos raciais entre brancos e negros no sul da África e o órgão buscava contextualizar, evidenciar quais eram as reivindicações do negro da região. As elencadas, entretanto, aproximavam-se daquelas tidas como prioritárias, também, para o Conselho, de modo que o olhar para a realidade apartheísta sul – africana e para a Namíbia era orientado, sobretudo, pelas percepções que pautavam os membros desta entidade e suas propostas para a superação da desigualdade racial brasileira.

A luta antiapartheid, naquela década, mostrou-se ao Conselho enquanto uma oportunidade para a ampliação do debate sobre o racismo, tendo em vista que, de acordo com os fundadores da entidade, tratar do apartheid captava as atenções da sociedade brasileira muito mais do que falar especificamente do racismo no Brasil. Tratar do apartheid era estratégico pois colocava o Conselho da Comunidade Negra na pauta da Agenda Nacional, atraía a atenção da sociedade civil, do governo, das embaixadas africanas e do movimento negro em suas várias entidades.

Em resposta ao noticiário de propagação da violência, o jornal do Conselho publicou poema em homenagem a 3 jovens enforcados pelo regime sul – africano, em 09.6.83.

Mosololi, Motaung e Mogoerane
três vontades firmes empedrecendo a caminhada louca
da sangüinária e invasora botha
guardiã fanática das ricas posses do inferno branco

Mosololi, Motaung e Mogoerane
três vidas correndo risco pra riscar do mapa
o país-prisão que enjaula os mais puros sonhos
em carapinha sonhados

Mosololi, Motaung e Mogoerane
três vezes o M coincidindo nomes
se repetia na militância ativa pra mudar o mundo

Ao monstro branco era imperdoável a ousadia negra
ditatorial rigor oficializou o vocabular terror
pendure-se na força as possibilidades da letra M
para qualquer não-branco, a tradução do M será
miséria, martírio e morte

Milhões de gargantas cúmplices enfeitiçaram o jogo do alfabeto
 e cada língua é agora uma cartilha viva
 ensinando que com M também se escreve
 coragem
 união
 e luta.
 JAMU MINKA / Jun.83/SPFrente ²³⁹.

O poema de Jamu Minka, pseudônimo do ativista José Carlos de Andrade, traz à tona as circularidades culturais que envolviam as entidades negras, as quais nem sempre eram convergentes, porém, com forte laços de solidariedade e diálogo entre elas. No ano de 1983 o jornal do IPCN, Frente Negra, havia divulgado que três jovens do CNA - Mosolodi, Montaung e Mogoerane - haviam sido condenados à morte por “desejarem a liberdade de seu povo”. Nenhum país havia se mobilizado para “impedir o assassinato dos militantes negros”. Naquele momento, o jornal destacou que a luta era de todos, inclusive dos brasileiros “compromissados com os povos em luta pela sua libertação” e que se viam diante da política de aproximação do Itamarati junto a um governo que cometia os piores tipos de agressão ao seu próprio povo²⁴⁰.

Jamu Minka atuou em várias entidades negras dos anos 1970 e 1980, entre as quais os jornais *Árvore das Palavras*, *JORNEGRO*, no Centro de Cultura e Arte Negra e foi um dos fundadores dos *Cadernos Negros*, em 1978. Neste poema, toda a violência divulgada diariamente nos meios de comunicação foi ressignificada, afinal, sanguinário não eram os negros, cotidianamente retratados dessa forma nos meios de comunicação de massa, mas, sim, o governo Botha.

A juventude negra, massificada nas páginas dos meios de comunicação de grande circulação, aqui foi nomeada, eram eles, Mosololi, Motaung e Mogoerane. Três vidas em luta contra o “o país-prisão que enjaula os mais puros sonhos”. Seus nomes ressoavam ao mundo o governo monstruoso, “ditatorial” que, para além da “miséria, martírio e morte”, traziam ao mundo a possibilidade de com M escrever-se “coragem, união, e luta”, tal como expressou Jamu Minka.

Foi no mês de agosto de 1985 que o Jornal do Conselho retomou acontecimento de 1983. Era, justamente, o momento em que buscavam mais espaço no meio político e ampliação das esferas de discussão com o intuito de indicarem um militante negro para os trabalhos preparatórios da Constituinte.

²³⁹ EM MEMÓRIA dos militantes do ANC enforcados em Pretória (África do Sul) em 09.6.83. *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*: órgão oficial do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. São Paulo, ago/set. 1985. p.06.

²⁴⁰ MAIS uma agressão racista. *FRENTE NEGRA*, jul./ago. 1983. p.02.

José Sarney apresentou projeto de convocação da Assembleia Nacional Constituinte na forma de uma PEC e, logo, assinou o Decreto nº 91.450 de 18 de julho de 1985 que instituiu a “Comissão Provisória de Estudos Constitucionais” ou “Comissão dos Notáveis” ou “Comissão Afonso Arinos”, a qual tinha como principal objetivo a elaboração de um projeto prévio à Constituição²⁴¹.

Caberia ao presidente da República a escolha de 50 nomes que iniciaram os trabalhos em 20 de agosto de 1985. Conforme apontou Natália Neris a iniciativa foi malvista pela sociedade civil e por juristas, tendo em vista que a ditadura estava em vigor, bem como seu arcabouço legislativo²⁴².

No dia 1º de agosto de 1985, 15 “representantes de entidades negras de São Paulo foram recebidas pelo governador Franco Montoro, em audiência solicitada pelo Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra para a entrega de documento contendo os reclamos desta diante dos últimos acontecimentos na África do Sul. O tema do apartheid ganhou cada vez mais espaço nas páginas do órgão e a terceira edição trouxe a chamada de primeira página “São Paulo contra o racismo” junto a foto de 5 embaixadores africanos no Brasil, junto a Franco Montoro.

A discussão sobre a questão racial ganhava cada vez mais espaço na sociedade brasileira e a nota abaixo da fotografia de mais de meia página dá indícios de que, além da atuação dos ativistas negros, a luta contra o apartheid se apresentava como uma das principais responsáveis pela temática do racismo ganhar cada vez mais amplitude na sociedade brasileira. Na nota, em 2 linhas, abaixo da foto com os embaixadores, lê-se “Centenas de pessoas presas, mais de 100 mortos pela polícia sul – africana nos últimos meses. O regime do apartheid dá sinal de falência²⁴³.”

A discussão sobre o apartheid passou a ser estratégica para o Conselho e suas dificuldades de inserir sua pauta de discussões na sociedade civil. A luta do negro sul – africano abria novos canais de participação para as entidades negras. Ao cobrarem uma postura mais ativa da diplomacia brasileira no que tange à luta contra o apartheid colocavam em pauta o racismo e trilhavam caminhos para o angariar de espaço político:

²⁴¹ NERIS, Natália. *A voz e a palavra do Movimento Negro na Constituinte de 1988*. Belo Horizonte: Letramento; Casa do Direito, 2018. p.37

²⁴² Idem.

²⁴³ SÃO PAULO protesta contra o racismo. *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*: órgão informativo do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. São Paulo. Primeira página.

O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, juntamente com as demais entidades, através do seu vice-presidente Ivair Augusto Alves dos Santos, destacou a forma com que o governo brasileiro vem tratando a questão da África do Sul, nas duas últimas décadas, ressaltando que, na atual conjuntura, o Brasil não pode ficar simplesmente contemplando o regime do apartheid com notas diplomáticas de protesto, sem tomar uma decisão efetiva contra um governo de minoria branca, que ao longo de mais de 100 anos, vem impingindo um massacre à população de maioria negra naquele país, confinando-a em territórios delimitados pelo governo de Pieter Botha, tal qual nos campos de concentração nazista, assim como, tolhendo essa mesma população do livre exercício democrático de escolha de seus representantes, para reivindicação da melhoria de suas condições de vida, participação política, social e econômica²⁴⁴.

O negro brasileiro não podia ficar passivos diante dos acontecimentos da África do Sul. Cabe destacar, assim, que as conquistas dos negros brasileiros eram, também, derivadas da própria luta dos negros sul – africano, as quais ressoam no Brasil.

Na mesma página 3 em que se destacou as ações do conselho diante do apartheid e, sobretudo, o pedido de rompimento de relações diplomáticas, comerciais e culturais com a África do Sul consta reportagem “O Conselho e a Constituinte”. A busca, por parte do conselho, de mais espaço para o trato das discussões sobre a elaboração da constituinte viu a repercussão das discussões sobre o apartheid como um momento profícuo para se inserir, de modo mais contundente, na agenda política nacional.

Ivair Augusto A. dos Santos apontou que, diante da inexistência de negros na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, resolveu montar uma estratégia a fim de que alguém fosse indicado à base da pressão. Fazer parte da Comissão dos Notáveis, eleger representantes no Congresso Nacional, lutar pela terra (reforma agrária e luta pela posse dos remanescentes quilombolas e demarcação de terras indígenas), direitos da criança, trabalho doméstico, mulher negra, ensino de história e cultura afro – brasileira, mudanças na política externa eram as pautas antirracistas essenciais da entidade e passaram a compor a temática dos diversos encontros que foram realizados naquele momento.

Para aquele momento, a ideia era chamar a atenção para o órgão e as ações propostas foram diversas, estendendo-se por caminhadas, shows, leituras públicas de poemas, discursos de lideranças, exposições e performances, tais como ocorreu no ato em 22 de agosto. Nesta data, após uma caminhada no Museu de Artes de São Paulo (MASP) em direção ao consulado Sul-Africano, na Av. Paulista, o artista plástico Lizar queimou

²⁴⁴ PROTESTO contra o racismo. *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*: órgão oficial do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. São Paulo, ago./set. 1985. p.03.

uma “tela que simbolizava o sofrimento de milhares azanianos mortos em combate contra o apartheid”²⁴⁵.

Ivair apontou que foi no encontro com os embaixadores africanos que articulou para que um negro fosse indicado à comissão:

Assim, teve uma situação em que eu coleí no governador: “Governador, nós temos que fazer alguma coisa contra o apartheid.” E a Folha de S. Paulo ouviu e registrou que os negros de São Paulo estavam preocupados com a África do Sul. “Então vamos fazer um ato.” Aí fizemos um ato no Palácio contra o apartheid. Chamamos vários cônsules que estavam em São Paulo e embaixadores africanos, chamamos a banda militar para tocar o Hino Nacional e tal. Fizemos tudo como manda o figurino, e dentro do governo do estado. A embaixada da África do Sul mandou uma carta protestando, e um representante do Ministério das Relações Exteriores devolveu a carta sem abrir, como um gesto elegante para dizer: “Nós vamos fazer o ato e acabou.” Antes, nós sentamos no Conselho e dissemos: “Vamos planejar bem esse ato. Ele tem um objetivo muito concreto. É apartheid? É. Entretanto, Hélio, nós queremos é entrar na Comissão Constituinte. Então você vai ter que falar disso: não tem um negro lá... Temos que protestar em relação a isso.” Aí falamos assim: “Você, Jurandir, quando o Hélio falar isso, você fica de pé e bate palmas, dizendo que é isso mesmo.” Tudo combinado. Não deu outra. Fomos lá, fizemos, quando o Hélio começou a falar — o Hélio fala muito bem —, um levantou, o outro levantou, aí a plateia levantou: “Onde já se viu não ter um negro na Constituinte?” Aí o Montoro, que não é bobo nem nada, pegou o microfone e disse: “Eu vou falar com o Tancredo. Eu vou ligar agora e pedir para um negro entrar, e o negro vai ser o Hélio Santos.” Foi nessa aí que o Hélio virou o cara da Comissão dos Notáveis para a Constituinte. De presidente do Conselho ele virou um cara nacional²⁴⁶

Tal como publicado no *Jornal do Conselho*, a reunião com os embaixadores ocorreu em 22 agosto de 1985. Anteriormente, em 01 de agosto, o governador havia recebido membros da comunidade negra que entregaram documento contendo as reivindicações. Outro ato, em 22 de agosto, havia mobilizado mais de 300 pessoas e fora convocado “por várias entidades negras e não negras do Estado de São Paulo”. Tancredo Neves já havia falecido e a responsabilidade sobre a formação da comissão estava a cargo de José Sarney.

No exemplar Ano II, nº. 4, foi divulgado protesto realizado na Praça da Sé, “unidos pela fé, pela palavra, e pela música”. Neste encontro é notório a heterogeneidade dos participantes, que se estendiam de religiosos, “líderes políticos, sindicais, artistas”. Mais uma vez apontaram a busca pelo rompimento das relações diplomáticas com o governo

²⁴⁵ PROTESTO contra o racismo. *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*, ago./set. 1985. p.03.

²⁴⁶ Histórias do movimento negro no Brasil (pp. 300-301). Pallas Editora. Edição do Kindle.

da África do Sul como foco da ação. Contudo, na própria descrição do ato, pode-se perceber que a questão ia muito além da diplomacia²⁴⁷.

Convocada por Martinho da Vila, “idealizador do Dia da Solidariedade do Povo Brasileiro”, este punha em pauta a africanidade do Brasil que fazia com que a luta sul – africana fosse também nossa. Diferente, contudo, da perspectiva que focava os impactos do racismo, o foco nesta reportagem foi a perspectiva de Martinho de que o Brasil deveria lançar na luta contra o apartheid, afinal, seria, nesta visão, um exemplo mais harmônico de relações e que serviria de admiração por parte dos países africanos, apesar do reconhecimento da discriminação racial vigente²⁴⁸ e abriria portas ao Brasil no estreitamento de relações econômicas na África.

Caberia, então, nossa solidariedade racial que, conforme descrito, em clima de festa gritava “Botha fora”, em referência ao presidente Pieter Botha, da África do Sul. O ato teve a participação de múltiplas entidades, ligadas à luta pelos direitos humanos, associações empresariais, comerciais, sindicais, tais como “Sindicato dos Metalúrgicos, CUT, CONCLAT, Centro Santos Dias de Direitos Humanos, OAB, ABI/SP, Associação Comercial do Estado de São Paulo, FIESP, FCESP, União das Escolas de Samba de São Paulo”, e mais o Coletivo das Mulheres Negras, Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra”. A esta interpretação dada por Martinho, ao menos exposta pela reportagem, não coincidia com aquela levada adiante pelas entidades negras até então aqui analisadas e que não costumavam lançar o Brasil como exemplo de relações raciais para aquele país.

Além dos grupos citados chamou atenção a grande quantidade de artistas, sobretudo ligados ao samba, entre os quais estavam Beth Carvalho, Leci Brandão, Alcione, Roberto Ribeiro, Jair Rodrigues, Fundo de Quintal. Foram cinco horas de ato finalizados com uma ligação direta com Joanesburgo, na qual o bispo Tutu “passou uma mensagem [...] agradecendo pelo ato de solidariedade”²⁴⁹.

O Jornal do Conselho destacava a importância da chamada Nova República e sua necessidade de afirmação enquanto nova e redemocratizante. Para isso, ela deveria valer-se da adoção de uma nova postura no que concerne à luta pelos direitos humanos. Era

²⁴⁷ BOTHA fora. *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*: órgão oficial do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. São Paulo, jan. 1986. p.05.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ PAULA, Rosângela de. Rompimento com as relações. *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*: órgão oficial do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. São Paulo, jan. 1986. p.05.

necessário lançar-se no cenário internacional e, para isso, o rompimento das relações diplomáticas com a África do Sul era algo que deveria ser feito, em uma demonstração de “consciência civilizada contemporânea” contra a chamada “barbárie”.

No plano interno, esta atitude se afirmaria enquanto mote para a reflexão sobre os crimes cometidos pelo estado brasileiro contra a população negra. Apontou como inconcebível a existência da política do apartheid “40 anos após a queda do 3º Reich [...] na antevéspera do 3º milênio”, como se tal política fosse avessa aos princípios das chamadas potências ocidentais, cúmplices daquele sistema. Esta cumplicidade foi reiterada por todos os órgãos aqui analisados, bem como de que modo, economicamente, o sistema beneficiava a população branca sul – africana, em detrimento aos negros, 85 por cento da população, concentrados nos guetos, sem energia elétrica, e com apenas 13 por cento do território²⁵⁰.

Em seu segundo ano de publicação, a pauta principal do Jornal do Conselho girou em torno do debate para a elaboração da Constituinte e a necessidade da presença de líderes negros que pautassem a questão racial. No ano de 1986 candidataram-se à Câmara Federal, Benedita da Silva, Edson Cardoso, Milton Barbosa, Paulo Paim, pelo PT; Abdias do Nascimento, Carlos Alberto Caó, João Franciso, PDT; Edmilson Valentim, PC do B. Foram eleitos Benedita, Caó, Valentim, Paim, os quais passaram a fazer parte da Constituinte.

No Jornal do Conselho foram apontadas algumas conquistas desde a fundação do Conselho, mas o tom de otimismo dos primeiros números perdeu espaço para o reivindicatório e para a prestação de contas em relação às conquistas efetuadas, as quais tinham um tom de resposta às críticas que eram feitas, sobretudo aqueles que se posicionavam contra a institucionalização do movimento ou cooptação do mesmo pelo estado.

Destacou algumas conquistas, visualizavam mudanças nos meios de comunicação, com abertura de espaço para o negro, dificuldades no que caracterizou como necessidade de reciclar a polícia militar diante das novas demandas vividas pelo Brasil. “Ela continua fazendo detenções, prisões, espancamentos e até mesmo assassinatos de negros!” e, para aquele ano de 1986 era necessário continuar a luta para

²⁵⁰ SANTOS, Hélio. África do Sul: pelo rompimento total. *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*: órgão oficial do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. São Paulo, jan. 1986. p.05.

reverter este quadro desfavorável”. A grande arma, apontou, estava nas instâncias democráticas e no direito de voto²⁵¹.

Tal como destacou Ivair Augusto Alves dos Santos a indicação de Hélio Santos fez do jornal um espaço de manifestações, sugestões, denúncias a serem incorporadas na Constituição. Realizou, aliás, entrevista com Hélio Santos, o qual sugeriu que as pessoas encaminhassem propostas para serem postas em debate²⁵².

Já em seu Ano III de circulação os debates giravam em torno do tema do Centenário da Abolição da Escravatura e o alcance dos ditames da chamada civilização e progresso passam a constituir enquanto demanda principal do grupo.

Durante a gestão de Orestes Quércia (1938 – 2010), a partir de 1987 para o governo do estado de São Paulo, o posto de presidente do Conselho era de Eduardo Joaquim de Oliveira e o vice, Ivair Augusto Alves dos Santos. Outros 30 nomes compunham o Conselho Pleno entre os quais Tereza Santos, Francisco Lucrécio.

O maior espaço dado pelo órgão se concentrou, neste momento, ao redor de lideranças políticas que atuavam em torno do PMDB, inclusive com a divulgação de perfil na seção Especial/ Mulher, de Sônia Cruz, apontada como uma das fundadoras do PMDB, Secretária de Saúde do Município de Osasco. Um amplo currículo dela foi apontado em box no espaço inferior da página 14, sendo este um dos únicos lugares dedicados à atuação feminina, presente, também, no espaço dedicado à literatura.

Um homem negro estampa o rosto da Estátua da Liberdade na edição de maio de 1988 e trecho da fala de Martin Luther King²⁵³ traz à tona a heterogeneidade dos integrantes do Jornal do Conselho, situação que se refletiu na ausência de uma orientação política definida e o predomínio de uma tendência mais afinada com as diretrizes do PMDB de Quércia.

O jornal, pertencente a uma entidade governamental, readequava-se politicamente, distanciava-se das demandas apontadas inicialmente de reformulação política, a partir de um tom integracionista e seu caráter mobilizatório apontava para a necessidade de denúncia mas sem uma política antirracista que contemplasse as

²⁵¹ *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*: órgão oficial do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. São Paulo, jan. 1986. p.02.

²⁵² O NEGRO e a Constituinte. *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*: órgão oficial do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. São Paulo, jan. 1986. p.06.

²⁵³ *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*: órgão oficial do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. São Paulo, mai. 1988. Primeira Página.

discussões dos mais desfavorecidos economicamente e os efeitos cotidianos do racismo, tal como parte dos impressos aqui analisados vinham trazendo ao longo dos anos 1980.

Ao mesmo tempo em que convocava os negros a irem às ruas contra as comemorações do 13 de maio de 1988 e pela denúncia do racismo, trazia vozes que destoavam, tais como a de Francisco Lucrécio, apontado como ex dirigente da FNB que vigorou até 1937 e que, apesar de salientar o tom crítico da data, apelava para que as tradições fossem mantidas, como forma de resgatar a importância dos abolicionistas, entre os quais, André Rebouças (1838 – 1898) que ganhou destaque na edição²⁵⁴.

A seleção dos personagens tidos como emblemáticos à memória negra traz evidências dos posicionamentos políticos assumidos, das atitudes esperadas. Assim, o pai de André Rebouças foi trazido como alguém que “se orgulhava de ter sido no Parlamento o representante da raça negra”. O filho obteve educação formal, especializou-se na “construção de docas e vias férreas”, foi professor de nível superior, defensor da divisão das terras, “um progressista”, mas que não aceitou, porém, a República e foi à África em busca de suas raízes.

Luiz Carlos dos Santos, professor da UFBA trouxe informações sobre a realidade sul africana, desde os primeiros tempos da colonização até aquele momento. Ali, segundo o autor, reuniam-se os maiores exemplos de aglutinação em torno da causa negra, em nome da luta panafricanista. Moçambique, Angola, Zimbabwe, Zâmbia, Tanzânia formavam os Estados Linha de Frente conseguindo uma ação conjunta que, até então, o continente tinha dificuldades em obter. Estavam diante de uma causa concreta, qual seja, a exploração e a precariedade imposta pelo racismo à população negra. Caberia, dali por diante, a busca, não somente pela independência política, mas a união pela emancipação econômica²⁵⁵.

Na mesma página do artigo de Luiz Carlos, intitulado “Morra a África do Sul”, reportagem sobre as manifestações do 13 de maio clamavam pela união do povo negro em torno do MNU e da agenda do Conselho para a data. O fim do apartheid passava pela aglutinação política em torno da causa e este deveria ser o caminho trilhado pelo negro brasileiro

²⁵⁴ ANDRÉ Rebouças. *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*: órgão oficial do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. São Paulo, mai. 1988. Memória, p.12.

²⁵⁵ SANTOS, Luiz Carlos. Morra a África do Sul. *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*: órgão oficial do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. São Paulo, mai. 1988. Manifesto, p. 10.

As manifestações em torno do 13 de maio no Brasil não mantinham tal congruência de esforços e se fazia um apelo às entidades negras, culturais, religiosas, recreativas para que participassem apenas da agenda posta pelo Conselho junto ao MNU, a qual ocorreria nas ruas, associações de moradores, escolas. Era hora de dar um basta e o caminho passava pela participação nos encontros, eventos, seminários realizados pelas entidades políticas que gravitavam ao redor do MNU²⁵⁶.

A agenda dos eventos foi divulgada. Caminhada do Largo do Paissandu para a Praça da Sé contaria com a presença de entidades políticas, culturais, recreativas, sindicais, partidos políticos. Os integrantes do MNU, contudo, não deram seu parecer ao jornal, o qual ficou a cargo da voz de Oswaldo Ribeiro, amigo pessoal e Secretário de Assuntos Fundiários do governo Quéricia. Ele apontou a importância para que as chamadas minorias participassem das atividades e tornassem públicas suas reivindicações naquele momento. O secretário tinha acabado de voltar dos EUA onde foi divulgar o centenário e convidar personalidades para a programação feita em conjunto com o governo do estado e o MNU.

Haveria Corrida para a Liberdade São Paulo, 1º Congresso Internacional dos Trabalhadores Negros, Ciclo de Debates na USP, Mostra Internacional de Cinema Negro, entre outras atividades realizadas ao longo do mês de maio de 1988²⁵⁷.

Ricardo Alexino Ferreira em *A representação do negro em jornais no centenário da abolição da escravidão no Brasil* analisou jornais de circulação nacional e regional e apontou que, naquele ano, houve maior espaço de divulgação das ações da militância negra nos meios de comunicação de massa. O debate na imprensa ocupou várias editorias jornalísticas, porém, o foco se direcionava, sobretudo, para a divulgação de casos discriminação racial e os aspectos culturais das festividades²⁵⁸.

Ganhou repercussão na imprensa brasileira os conflitos decorrentes aos eventos do dia 13 de maio de 1988 ocorridos no Rio de Janeiro²⁵⁹. Amauri Mendes Pereira destacou que “o momento foi muito bem-preparado”, desde o ano anterior, ao redor do

²⁵⁶ MANIFESTO contra o 13 de maio. *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*: órgão oficial do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. São Paulo, mai. 1988. Manifesto, p. 10.

²⁵⁷ CAMINHADA de luta põe abolição em dúvida. *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*: órgão oficial do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. São Paulo, mai. 1988. p. 11.

²⁵⁸ FERREIRA, Ricardo A. *A representação do negro em jornais no centenário da abolição da escravidão no Brasil*. 1993. 185p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

²⁵⁹ NO RIO, marcha de negros é barrada pela polícia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 mai. 1988. Cidades, p. 14.

IPCN, entidade que congregava todos, mesmo que muitos só tivessem a carteirinha e não atuassem. Apesar das diferenças “foi criado um estado de mobilização”. A Marcha ocorreria “da Candelária à Central”²⁶⁰ e causou polêmica manifestação do Frei David acerca das críticas a Duque de Caxias.

Frei David atuou na formação dos Agentes Pastorais Negros e do Grupo de União e Consciência Negra, fundados nos anos 1980. Em 1987 produziu cartilha intitulada “Ouvi o clamor deste povo... negro” pela editora Vozes, com o intuito de reconstruir a história brasileira a partir da crítica ao que chamou de “falsos heróis”²⁶¹.

Havia saído entrevista do Frei David o qual ele tinha falado sobre Caxias, como apontou Amauri Mendes Pereira, ele “não falou nada que ia jogar coisas”, só falou que se tratava de um escravista, “conivente com a repressão aos escravos [...]”. “Mas ele não falou em agressão, não falou em nada disso”. Entretanto, no estado do Rio de Janeiro um “monte de tropas [...] nas ruas: os tanques, armaram casamata, aqueles sacos enormes, metralhadoras”²⁶².

Para Frei Davi o confronto foi essencial para recolocar a pauta do movimento negro no debate político, levantar o tema do negro naquela fase”, dar “um novo impulso para a questão do negro”²⁶³

Já sobre a marcha em São Paulo, Edna Roland apontou que a discussão do Centenário da Abolição teve uma organização diferente no que tange às entidades negras femininas. Elas participaram mas não estavam diretamente envolvidas na organização, pois já se arregimentavam separadamente. A ação esteve sob o comando do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra, entidade que se tornou, assim, essencial para o processo crescente de maior visibilização do movimento²⁶⁴, sobretudo ao final da década de 1980.

²⁶⁰ Histórias do movimento negro no Brasil (p. 358). Pallas Editora. Edição do Kindle.

²⁶¹ Idem, p. 359.

²⁶² Idem, p. 359.

²⁶³ Idem, p. 360.

²⁶⁴ Idem, p. 362.

CAPÍTULO 3: ÁFRICA LIBERTA EM SUAS TRINCHEIRAS QUANTAS ANÔNIMAS GUERREIRAS BRASILEIRAS - O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS E A LUTA CONTRA O APARTHEID

A ONU declarou o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, o que repercutiu para a reunião, no Rio de Janeiro, de um grupo de mulheres, junto à Associação Brasileira de Imprensa. Elas promoveram a “Semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira”, o que resultou na criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB) e outras entidades análogas, “ressaltando-se o surgimento, em São Paulo, dos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, ainda nesta segunda metade da década de 1970, além do *Mulherio*, já nos anos 1980”²⁶⁵, que contou com a colaboração de Lélia Gonzalez entre os anos de 1981 e 1984.

O CMB congregava mulheres de diferentes posicionamentos ideológicos, o que resultou em divergências internas, entre as quais, a discussão sobre a existência ou não de uma estrutura mais descentralizada para a organização. Tais contendas levaram ao rompimento de algumas delas motivadas, também, pela abertura política que possibilitava o surgimento de novas entidades. Foi assim que surgiu o “Coletivo de Mulheres do qual se originou o SOS Mulher”²⁶⁶.

A pesquisadora Joana Maria Pedro destacou que o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher faz parte de uma narrativa de “‘origem’ do ressurgimento do feminismo no Brasil, na década de 1970”, marcado por disputas de poder entre os diversos grupos feministas e entre elas e os personagens envolvidos na luta pela abertura política do país²⁶⁷.

A narrativa que aponta o ano de 1975 como “ano inaugural do feminismo no Brasil” é contestada por outras vozes, entre as quais a de Rose Marie Muraro (1930 – 2014), que destacou que “já era feminista”, conhecida, aliás, nacionalmente por suas publicações antes dessa data²⁶⁸.

²⁶⁵ SOIHET, Rachel. Encontros e desencontros no Centro da Mulher Brasileira. *Revista Gênero*, Niterói, v.7,nº.2, p.237-254,1º.sem.2007. p. 241. Disponível <
<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30983/18072>>. Acesso em 14.06.22.

²⁶⁶ Idem, p. 248.

²⁶⁷ PEDRO, Joana M, Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 249-272.2006.p.250. Disponível em<<https://www.scielo.br/j/rbh/a/YJb8D9N6Kv4sNvRYkDkvBcP/?format=pdf&lang=pt.>>

²⁶⁸ Idem, p. 257.

Outros acontecimentos já haviam reunido grupos de mulheres para o tratamento de questões diretamente relacionadas à “situação da mulher”, tais como em 1972 quando a “advogada Romy Medeiros realizou um congresso, promovido pelo Conselho Nacional da Mulher e liderado por ela”. Ela havia criado o Conselho Nacional de Mulheres, que lutava por direitos. Havia, ainda, desde o início da década de 1970, grupos de reflexão para a discussão de textos sobre a questão.

A Década da Mulher foi mola propulsora para que outras entidades voltadas para o trato da situação da mulher fossem criadas em diversos países. Acompanhava-se, no Brasil, o processo de redemocratização e reorganização dos movimentos sociais, bem como a inclusão na pauta de entidades diversas, de questões trazidas pelas organizações femininas para o âmbito político.

As propostas não eram unânimes e mostravam grandes divergências nas entidades feministas, o que inviabiliza que elas sejam caracterizadas como homogêneas, assim como aquelas destinadas ao trato da questão racial. Tais entidades traziam o debate epistemológico e a busca por uma práxis que levou à criação de grupos para o trato de tais questões dentro dos partidos políticos, a constituição de delegacias especializadas para as mulheres, localizada, a princípio na cidade de São Paulo no ano de 1985 e, também, encontros nacionais e internacionais, entre eles o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe em Bertioga (SP), realizado em 1985, momento no qual as divergências entre as demandas das organizadoras do evento e um grupo de mulheres negras brasileira se tornaram mais evidentes.

Abdias do Nascimento, por exemplo, esteve em uma destas ações, mais especificamente em 29.05.1982, no auditório do Colégio Nossa Senhora de Sion, em Higienópolis, momento em que as mulheres feministas brancas realizaram o Tribunal Bertha Lutz²⁶⁹.

O tribunal era uma espécie de julgamento que tinha como foco a discussão da relação da mulher e o mercado de trabalho. O objetivo era sensibilizar a população para a discriminação de gênero. Ali estavam Abdias, já ícone internacional da luta contra o racismo e, na plateia, a jovem Sueli Carneiro, cuja biógrafa trouxe a questão já nas primeiras linhas do livro “Continuo Preta”, publicado em 2021.

Abdias do Nascimento pediu a palavra e chamou a atenção para a falta de representatividade das mulheres negras naquele tribunal, suas demandas sociais e o

²⁶⁹SANTANA, Bianca. *Continuo preta – A vida de Sueli Carneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p.11.

racismo inerente na relação entre aquelas mulheres ali presentes e suas empregadas domésticas negras que, naquele momento, deveriam estar à beira do fogão para que elas estivessem ali²⁷⁰.

Quando se trata de associações de mulheres negras voltadas à luta contra o racismo é possível visualizar, de acordo com Petrônio Domingues, entidades femininas ou departamentos dentro das entidades negras, desde as primeiras décadas do século XX, tal como o Clube 13 de Maio de São Paulo que mantinha um “Quadro de Damas”. Outras eram formadas essencialmente por mulheres, como a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa Isabel, RS, e o Grupo das Margaridas e a Sociedade Beneficente Feminina Arte Culinárias, SP²⁷¹.

Nota-se, nas entidades atuantes até 1945, forte presença feminina apesar do alijamento delas das questões decisórias. Ficavam, de um modo geral, restritas, tal como na Frente Negra Brasileira, às “tarefas de apoio dentro das entidades”, “auxiliares”, “atendimento aos sócios”, “limpeza da sede”. Naquele momento, mesmo as entidades com quadros femininos exclusivos tinham pouca representatividade na esfera pública e não “tomavam os problemas da mulher negra como uma questão específica”.

O Teatro Experimental do Negro, por meio do Jornal Quilombo, manteve espaço dedicado às mulheres negras, chamado “Fala Mulher”, realizado por Maria de Lourdes Vale Nascimento. Tratou de questões como o trabalho doméstico, incentivou a participação das mulheres nos partidos políticos e a adotarem o “voto racial e sexista” em 1950, articularam a criação do Conselho Nacional das Mulheres Negras e elaboraram uma série de propostas, como cursos profissionalizantes, de alfabetização e serviços de assistência social e jurídica, os quais, contudo, não saíram do papel²⁷².

Outra entidade, a Associação Cultural do Negro, localizada no centro de São Paulo, também contava com Departamento Feminino e teve importantes nomes como Sebastiana Vieira e Nair Theodoro Araújo. Domingues destacou que, nesta fase (1945 – 1964), elas tiveram mais espaço na imprensa negra, trouxeram discursos que focavam as várias formas de exploração que recaem sobre as mulheres negras – raça, classe, gênero - mas ainda se encontravam no apoio ou em atividades secundárias, fora das esferas decisórias.

²⁷⁰SANTANA, 2021. p.13.

²⁷¹Ver.: DOMINGUES, Petrônio. Entre *Dandaras* e *Luizas Mahins*: mulheres negras e antirracismo no Brasil. In.: PEREIRA Amauri M.; SILVA, Joselina da. (Org.). *Movimento negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

²⁷² DOMINGUES, 2009. p.28 - 31.

Longe de ser uma dissidência do Movimento Negro ou do Movimento Feminista, as entidades femininas negras que surgiram na década de 1980 eram resultantes das experiências, demandas e práticas políticas das mulheres negras, em seus diferentes espaços de atuação, seja ele o espaço universitário, as favelas, os partidos políticos, igrejas, nas quais essas mulheres lançavam os olhares a partir das especificidades que as cercavam e em consonância com a proposta de abertura política e reorganização dos movimentos sociais.

As contradições do chamado “milagre brasileiro” tiveram como consequência a expansão dos movimentos sociais e a busca por uma intervenção política mais direta, assentado em uma consciência democrática, antirracista e anticolonial. No caso dos movimentos de mulheres negras deste período, elas também estavam conectadas com os movimentos internacionais e, sobretudo, com a luta antiapartheid. Esta mobilização permitiu-lhes reverem suas demandas e irem além da prática da denúncia do racismo, evidenciando, a partir da contraposição com o cenário sul – africano, como é que o racismo atua nas diversas esferas cotidianas da mulher negra.

Lélia Gonzalez participava de viagens internacionais desde o final dos anos 1970 quando partiu para os EUA junto a Abdias do Nascimento e Elisa Larkin Nascimento. Lá participou de eventos acadêmicos, apresentou trabalhos sobre a exploração da mulher negra, racismo e sexismo, juventude negra, apartheid. No ano de 1979 partiu para África, onde foi recebida por Carlos Moore e Shawna, exilados em Dacar²⁷³.

Dali em diante sua experiência internacional se intensificou, com a participação na “Conferência Mundial das Mulheres sobre Direitos Humanos e Missão, do Conselho Mundial de Igrejas, 1979; “Conferência Alternativa da Década da Mulher” realizada em Copenhague, no ano 1980; “Seminário da ONU “A Mulher e o Apartheid, no Canadá e Finlândia²⁷⁴.

Lélia Gonzalez rodou o mundo como porta voz da questão da mulher negra e, na década de 1980, engajou-se na luta contra o apartheid em sua atuação como vice-presidente do seminário *Woman under Apartheid*, organizado pela ONU e a Liga das Mulheres do Québec. Ela também participou da Conferência Internacional *Sanctions against South Africa*, promovido pelo Comitê Antiapartheid (ONU) e como convidada especial do *Symposium in Support of the Struggle of the Namibian People for Self-*

²⁷³ RATTs, 2010, p.135 – 138.

²⁷⁴ Idem, p.138 – 139.

Determination and Independence, promovido pela ONU, em San José/Costa Rica²⁷⁵. Nestas conferências, Gonzalez produziu comunicações, entre as quais “O apoio brasileiro à causa da Namíbia: dificuldades e possibilidades”, questionando-se como ficaria a comunidade afro-brasileira diante dos acontecimentos no sul da África.

Neste texto, Lélia destacou que, devido à posição internacional do Brasil enquanto segundo maior país do mundo em população negra, a importância do movimento negro se dava na medida em que atuava em um “longo processo histórico de resistência panafricanista e de luta por libertação da comunidade afro-brasileira, sujeita a condições extremas de exploração econômica e opressão racial”²⁷⁶. Essa força deveria seguir rumo a pressões para novas relações diplomáticas do estado brasileiro com o continente africano, o que ressoaria, nas décadas de 1970 e 1980, em propostas de novos rearranjos econômicos, políticos e sociais.

3.1 As mulheres da Aqualtune e a busca de um espaço para reflexão.

A expansão do movimento de mulheres naquele momento se deu em torno dos movimentos de classe média, de bairros, favelas e, também, de mulheres que se reorganizavam no interior do movimento negro e em diálogo com a expansão do movimento feminista. Surgiram uma série de entidades negras femininas entre o final da década de 1970 e toda a década de 1980, como a Aqualtune em 1979, Luiza Mahin, 1980, Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro em 1982, Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, 1984²⁷⁷.

Edna Roland destacou para o período a formação de 17 grupos, espalhados por todos os estados do Brasil, tendo em vista a aglutinação de mulheres negras em entidades que tratassem de modo específico de suas demandas. Para o eixo Rio – São Paulo destacou: Luiza Mahin (1980), Nzinga, (1983), Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista/ Casa de Cultura da Mulher

²⁷⁵ Projetomemoria.art.br. [Internet]. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil; 2018. [13.10.2018]. Disponível em: <http://projetomemoria.art.br/leliaGonzalez/vida/do-brasil-para-o-mundo.jsp>.

²⁷⁶ GONZALEZ, Lélia. O apoio brasileiro à causa da Namíbia: dificuldades e possibilidades. In: *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.65-74.

²⁷⁷ GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. In.: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.101 - 104

Negra, localizada em Santos, fundada em 1986; Centro de Mulheres de Favela e Periferia, Rio de Janeiro no ano de 1986; Geledés - Instituto da Mulher Negra, fundado em São Paulo no ano de 1988; Comissão de Mulheres Negras de Campinas, fundado em 1989²⁷⁸.

O periódico Nzinga Informativo, pertencente ao Nzinga: Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, convidou em 1986, as mulheres do Aqualtune para uma entrevista, com intuito de homenageá-las, sob a justificativa de esta ter sido a primeira experiência de mulheres negras unidas no Rio de Janeiro, dentro das esferas dos movimentos sociais que se reorganizavam nas décadas de 1970 e 1980²⁷⁹.

O Aqualtune surgiu em 1979, no Rio de Janeiro, e estava vinculado ao IPCN. O grupo é comumente apontado como a primeira experiência a se dedicar especificamente à luta das mulheres negras no período da chamada redemocratização. O encontro das duas entidades ganhou a primeira página da edição número 3 de fevereiro/ março de 1985 com fotografia de Jurema Gomes da Silva. Na fotografia vê-se Vera Lúcia, Joana Angélica, do Centro de Mulheres de Favela e Periferia (CEMUFP), Suzete Paiva e Pedrina de Deus, da Aqualtune. Reforçava-se, assim, o diálogo entre elas, as quais, apesar de atuarem em entidades diferentes, promoviam uma série de atividades para o diálogo.

O ano de 1983 é apontado como de criação do NZINGA- Coletivo de Mulheres Negras, em 16 de junho na Associação de Moradores do Morro dos Cabritos, por Jurema Batista, Geralda Alcântara, Miramar da Costa Correia, Sonia C. da Silva, Sandra Helena, Bernadete Veiga de Souza, Victoria Mary dos Santos, Lélia González. O Nzinga pautava sua atuação a partir da perspectiva de luta para além dos limites acadêmicos e, também, fronteiriços, lema representado em sua marca e cores, conforme apontou Lélia:

A famosa rainha Jinga (Nzinga) teve um papel da maior importância na luta contra o opressor português em Angola. O pássaro que usamos como símbolo tem a ver com a tradição nagô, segundo a qual a ancestralidade feminina é representada por pássaros. E nossas cores têm a ver, o amarelo com Oxum e o roxo com o movimento internacional de mulheres.²⁸⁰

Destacou, ainda, que o encontro delas com o movimento de favelas ocorreu na campanha eleitoral de 1982, como resultado do processo de abertura política e a atuação

²⁷⁸ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In.: GUIMARÃES, Antônio Sérgio (Org). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: PAZ e Terra, pp. 237 – 256.

²⁷⁹ENTREVISTA. *Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, fev/mar. 1986. p.03 – 06.

²⁸⁰GONZALEZ, 2020, p.108.

dos partidos políticos na busca por lideranças comunitárias. Foi assim que entrou em contato com Benedita da Silva e Jurema Batista:

A troca de saberes/ experiências foi extremamente proveitosa para ambos os lados, e o ponto de entendimento comum foi justamente a questão da violência policial contra a população negra. No final da campanha nossas falas estavam inteiramente afinadas, apesar das diferenças individuais²⁸¹.

Jurema Batista começou sua atuação política na Associação de Moradores do Andaraí, no Rio de Janeiro, em 1979. No ano seguinte, na Faculdade Santa Úrsula entrou em contato com os debates relacionados à questão racial e filiou-se ao IPCN. Logo, em seguida, “a Lélia criou o Nzinga Coletivo de Mulheres Negras — eu participei com a Lélia da fundação”²⁸², destacou.

Em 1982, Benedita da Silva, Jurema Batista foram candidatas à vereadora e Lélia à deputada federal. Eleita, Benedita levou ambas para atuar como suas assessoras. Logo, o coletivo nascia das discussões internas sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras no seio do movimento negro, feminista, na busca por diálogo com as mulheres pobres e que estavam fora dos meios acadêmicos e com olhares voltados para as experiências internacionais, para as lutas das mulheres latinas, caribenhas e africanas.

Neste sentido atuaram em ações nas comunidades, tal como a fundação de creche, passeatas, sobretudo tomando as efemérides como pontos para pautar, tais como o 08 e 21 de março ou 20 de novembro, além de eventos fora do país, entre os quais o 2º Encontro Feminista Latino – Americano e do Caribe, realizado em 1983 no Peru

O coletivo publicou a partir de 1985 o Nzinga Informativo, de periodicidade irregular e que circulou de 1985 a 1989. Contava com 6 páginas, subdivididas em seções como “Aconteceu...acontecendo”, “Lendo e aprendendo”, “Entrevistas”, “Ainda em tempo”. Empreendeu esforço de informação e conscientização das mulheres negras brasileiras, posicionou-se como aquele que levaria informação e formação, com indicação de livros, organizações de grupos de mulheres, divulgação de festas, lançamentos de livros, participações nas discussões políticas hegemônicas como em seções na Câmara em homenagem a personalidades negras, amostras culturais, cursos e, sobretudo, participação em seminários.

A seção “Lendo e Aprendendo” promoveu a divulgação de livros como “O que é Constituinte”, “O que é racismo”, “O que é feminismo” de Marília Garcia, Joel Rufino

²⁸¹ Idem, p. 106

²⁸² Histórias do movimento negro no Brasil (p. 306). Pallas Editora. Edição do Kindle.

dos Santos e Branca M. Alves e Jacqueline Pitangui, respectivamente²⁸³. Divulgou bailes em homenagem ao dia da mulher, passeatas, encontros, exibições de filmes, congressos internacionais, programas de intercâmbio que visavam colocar essas mulheres em contato com experiências nacionais e internacionais múltiplas.

Experiências associativas negras foram divulgadas, tais como o convite feito pela deputada Benedita da Silva do PT para a formação da Comissão de Negros do PT; a expansão de entidades femininas pelo Brasil como o Conselho Municipal da Condição Feminina, em Curitiba, no Paraná, Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista ou a divulgação do periódico “Jornal da Comunidade Negra”. Promoveu ações como a Passeata em 21 de março contra o apartheid da África do Sul, realizada por entidades diversas e que, na maioria das vezes, culminava com ato em frente ao consulado da África do Sul²⁸⁴.

As responsáveis pelas edições variavam, com os nomes de Miramar Correia, Helena Maria de Souza, Mariza Martins Pereira; colaboravam, ainda, Elizabeth Viana, Bárbara R. Costa, Cláudia, Maria Pinto, Rosália Lemos. Os textos, contudo, de um modo geral, não eram assinados, o que denota a perspectiva de que buscavam coletivizar as questões propostas, falar em nome do grupo de mulheres as quais representavam. Apontou que era um coletivo, dado que as decisões eram tomadas em conjunto, baseadas em discussões prévias e diversidade de opiniões, além de atuarem em múltiplas esferas, participando da luta contra a violência contra a mulher, questões relacionadas ao trabalho feminismo, creche, assédio, educação escolar, corpo, discriminação sexual.

Em diversos momentos criticaram aqueles que as apontavam como divisionistas ou que afirmavam que a esfera de atuação delas devia girar em torno do movimento negro, enquanto, pontuavam ao longo das páginas quais eram as especificidades que cercavam as questões das mulheres negras, seja enquanto mulheres, seja enquanto negras, que as colocam como o setor mais explorado e mais oprimido da sociedade brasileira.

Qual era, então, o objetivo do coletivo? Atuar na conquista por direitos, na promoção da justiça social, atuação junto à comunidade negra, de modo a promover a conscientização e informação sobre múltiplas formas de discriminação que recaem sobre as mulheres negras – o racismo, sexismo e a exploração econômica.

Exemplares do *Nzinga Informativo* podem ser encontrados no acervo do Centro Pastoral Vergueiro e no Arquivo Nacional a partir da apreensão de exemplares por parte

²⁸³ Ver.: *Nzinga Informativo*. Disponível em < <http://www.cpvsp.org.br>>. Acesso em 29.11.21

²⁸⁴ Aconteceu...acontecendo. *Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, jul. 1985.p.07.

dos órgãos de Divisão de Segurança e Informação. O último exemplar do jornal disponível para consulta circulou no ano do centenário da Abolição da Escravatura em 1988.

O encontro das mulheres do Nzinga com Aqualtune em 1986 tinha como objetivo inicial as homenagens referentes ao 8 de março e o resgate da história das associações negras femininas em consonância com projeto levado adiante pelo Nzinga. Apontaram que eram 11 convidadas ao todo, mas apenas compareceram Pedrina de Deus, Vera Lúcia, Suzete Paiva e mais “Jô (Joana Angélica) do CEMUFP — Centro de Mulheres de Favela e Periferia”²⁸⁵.

A entrevista ganhou 3 páginas inteiras do jornal e foi publicada como uma conversa entre elas, com o acréscimo de algumas notas explicativas. Trataram, a princípio, da atuação no IPCN e do assédio que as mulheres negras sofriam – “eram todas cantadas”. Reclamavam que havia mulheres no SINBA e no IPCN mas não se tratavam pontualmente das questões da mulher negra, “não estavam pensando a questão da mulher negra”, de uma forma organizada, por meio de um movimento protagonizado por elas.

A gota d’água para uma ação mais organizada foi a publicação do artigo “A Omissão da Mulher Negra” nas páginas do SINBA e a resposta de Suzete Paiva, momento em que, segundo ela, foi convocada a “mulherada para sentar e discutir” e a elas novos nomes se juntaram, como Pedrina de Deus e Estela Oir.

Passaram, então, a se reunirem-se no espaço do IPCN, mas havia várias divergências com aqueles que eram acusados de dar pouca importância aos momentos de discussão delas, além de reproduzirem as relações hegemônicas, atribuindo-lhes determinadas tarefas como “varrer, arrumar, limpar, servir café, providenciar a divulgação (sair pelas ruas distribuindo panfletos), fazer comida para vender e arrecadar finanças para as instituições”²⁸⁶.

Foi, então, que um grupo delas decidiu romper com o IPCN ao passo que outras optaram por permanecer. Dessa cisão surgiu o Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, “composto pela Adélia, Abgail, Mary Isabel, Jô”, responsáveis, por sua vez, pela realização do 1º Encontro de Mulheres Negras do Rio de Janeiro em 1983.

²⁸⁵ ENTREVISTA, *Nzinga*, 1986, p.03 – 06.

²⁸⁶ PEREIRA, Amauri M. Pedrina de Deus: militância e teoria em corpo e alma. In.: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri M. *O movimento de mulheres negras: ensaios sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyaala, 2014. p.209.

Sobre este último aspecto, aliás, Suzete apontou suas divergências com os posicionamentos de Lélia Gonzalez, “porque ela afirmava num depoimento que já se falava sobre a mulher na época que o IPCN se reunia na Cândido Mendes”. Suzete apontou na entrevista ao Nzinga que a “imagem que ela (Lélia) me passava era a de feminista, e eu tentei mostrar que o que havia em termos de reivindicação dentro do conjunto de mulheres organizadas eram reivindicações feministas²⁸⁷.”

Em nota acrescentada à entrevista, o jornal Nzinga reforçou este argumento, qual seja, a presença de mulheres negras nos movimentos feministas. Destacou que, em 1975, na reunião que ocorreu na ABI, o qual levou a surgimento do CMB, estavam presentes as mulheres negras do CEAA. Frisou que “Silvio Back fez um documentário "Mulheres Guerreiras" para a TV Globo, com algumas das mulheres do Centro - (Stella, Alba Valéria, Lúcia e Zumba, entre outras)”. Desse modo, Nzinga destacava que reivindicações específicas de mulheres negras “antecederiam a própria existência do IPCN”²⁸⁸ sem, entretanto, constituírem um movimento organizado especificamente por elas.

O Aqualtune promovia o que Suzete Paiva chamou de “grupo de agitação”, o qual não acreditava em “atos públicos, em manifestações convencionais (esse negócio de palanque, discurso, etc.)”, mas buscava ocupar espaços estratégicos como praças, com “impressos, megafone e cartazes sobre a questão racial”, atuando, ainda, dentro das esferas do IPCN enquanto um grupo de reflexão:

Vera Lúcia — A proposta era preparar as mulheres para discutir a questão da mulher e do negro em seu local de atuação. Nós escolhíamos um tema, discutíamos, debatíamos, levávamos para casa, refletíamos. . . reuníamos outra vez e escrevíamos um texto. Esse texto era impresso e distribuído.

Pedrina — Era um trabalho de formiguinha. A gente se reunia, discutia, aprofundava a ideologia que nós iríamos combater e formávamos uma contra-ideologia. Fora isso, cada uma levava a discussão para o grupo em que atuava — algumas estavam no CMB (Centro de Mulher Brasileira) outras no IPCN [...] Aquelas que não pertenciam à entidade nenhuma, discutiam em casa, com a família. Éramos um Grupo de Reflexão.²⁸⁹

Segundo Suzete Paiva, o Aqualtune surgiu de contendas sobre a necessidade de uma discussão pontual que englobasse a união daquelas mulheres em uma plataforma de luta direcionada, tendo em vista o novo momento histórico, de abertura e de entrada na cena política de novos personagens. O debate dentro do IPCN foi inflamado, segundo as

²⁸⁷ ENTREVISTA, *Nzinga*, 1986, p. 03.

²⁸⁸ Idem, p. 03.

²⁸⁹ ENTREVISTA, *Nzinga*, 1986, p. 05.

entrevistadas, pela divulgação de artigo, na edição número 1, do Jornal SINBA, no ano de 1977.

A publicação do artigo se deu já na edição número 1 na seção Movimento Negro e Associações. O artigo dizia:

De quem sempre foi a culpa da omissão da mulher negra nos movimentos negros? É evidente que para essa pergunta haveria várias respostas. Entretanto, o que interessa no momento, é que a mulher reflita sobre o papel que poderia desempenhar no movimento negro atual, não como mulher no sentido exato da palavra, mas como um elemento que sofre os mesmos problemas que os homens, pois se não se aperceber disso, será ultrapassada e logicamente ficará marginalizada dentro do movimento.

Participar do movimento negro, não significa “curtição” e sim muito trabalho com certa gama de responsabilidade, porque há aquela que pensa que está participando do movimento negro simplesmente indo a locais de curtição, e o pior, ainda não percebe que a escravidão não acabou e sim houve apenas mudanças de rótulo.

Continua endeusando a Princesa Isabel e não procura inteirar-se do que aconteceu antes dela.

É importante que a mulher negra não fique esperando o paternalismo dos homens, e sim deve tomar a iniciativa participando e colocando sua posição²⁹⁰.

Percebe-se que o texto é uma resposta a uma discussão que já vinha sendo realizada, ou seja, os debates não se iniciaram com ele, mas este foi apontado pelas integrantes do movimento, por outros órgãos impressos daquele momento e em entrevistas de militantes, como a gota d’água para uma reflexão que buscava delimitar as fronteiras no que concerne às demandas que eram específicas das mulheres negras.

O texto delimita que o espaço de atuação da mulher negra deveria estar centrado no movimento negro, “não como mulher no sentido exato da palavra”, mas como aquela que tem como problemática central a luta contra o racismo, sendo ela “um elemento que sofre os mesmos problemas que os homens”.

Nota-se o tom crítico em relação às demandas feministas, inserindo as questões raciais como prioritárias. Ou seja, a interseccionalidade²⁹¹ proposta pelo SINBA limitava-se às discussões de raça e classe, sendo eles inaudíveis para as demandas impostas pelas questões de gênero. Cobrou mais participação delas dentro das esferas do movimento

²⁹⁰ A OMISSÃO da mulher negra. SINBA: órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Rio de Janeiro, jul. 1977. p.03.

²⁹¹ O termo interseccionalidade foi proposto pela estadunidense Kimberlé Crenshaw apenas em 1989 em “Desmarginalizando a interseção entre raça e sexo” e se refere às múltiplas formas de subjugação que recaem sobre as mulheres negras. Professora de direito, ela atentou para a forma como políticas públicas atingiam de modo específico as mulheres negras, bem como os estigmas a ela associados, questão, então, que seria prioritária, também, para o movimento de mulheres negras brasileiras ao longo de toda a década de 1980.

negro, em resposta à militância em entidades feministas, tal como era o caso da trajetória de Pedrina de Deus (1950 – 2017).

“A omissão da mulher negra”, é um texto curto, está localizado na parte inferior do jornal, na mesma página 3 em que SINBA fez sua análise das associações negras, dividindo-as em duas tendências - “Negros de Casa Grande”, “Negro do Eito”. Consta ainda, ao lado do artigo, o poema de Solano Trindade (1908 – 1974) dedicado às mulheres “Rainhas e Escravas”.

Nos impressos, a dinâmica dos espaços recebidos por uma temática, o foco dado, bem como quais os elementos que estão em torno das notas, notícias ou artigos, as repercussões levadas adiante pelo próprio órgão permitem caracterizar como um determinado assunto é apropriado, discutido pelo grupo, produzindo sentidos específicos. Neste poema de Solano Trindades foram apontadas as dificuldades encontradas pelas mulheres pobres, evidenciando de que modo a classe era uma questão central nas discussões - “Da janela do apartamento/ Vejo só barracos no morro/ Onde moram as rainha do Carnaval” - e, ao mesmo tempo, mostrava as contradições vividas pelas mulheres negras devido ao racismo - “Imponentes rainhas de ritmo e de sexo/ Rainhas por três dias alegres/ Escravas no resto do ano”²⁹².

A proposta do SINBA de inserir a discussão da participação da mulher negra no movimento em um espaço do jornal destinado à “opinião” mostrava a busca por diálogo com elas, a possibilidade aberta para a contraposição de ideias mas, ainda assim, continuava a não consistir na visão hegemônica do órgão. Trata-se, assim, de apenas uma página específica, mesmo que ela tenha aumentado significativamente posteriormente, mas que, nas seguintes, seriam tomadas por outras temáticas não pautadas por elas. Assim, tem-se aquilo que era visto como prioritário, nas notas e notícias apresentadas ao longo das edições, e, de outro lado, as pautas classificadas como opinativas, as quais não orientavam, ao menos de modo significativo, a forma como o periódico continuava a selecionar, organizar e analisar o mundo em suas páginas.

Conforme Pedrina de Deus, após as reuniões iniciais as mulheres começaram a serem vistas, dentro do IPCN como uma espécie de Departamento Feminino, o que incomodou algumas delas e promoveu uma crise interna. “A Suzete, que era uma das que achavam que devíamos brigar pelo espaço do IPCN, ficou lá, e nós saímos e passamos a nos reunir na casa de alguém”²⁹³.

²⁹² TRINDADE, Solano. Rainha e Escravas, *SINBA*, 1977. p.03.

²⁹³ ENTREVISTA, *Nzinga*, 1986, p. 04.

As entrevistadas do Nzinga se esforçaram para negar a existência de um racha, alegaram que as integrantes participavam do IPCN e, também, do Aqualtune. Contudo, dali em diante novas entidades surgiram com foco cada vez maior nas questões específicas relacionadas às mulheres negras. Daí, também, conforme Suzete Paiva sairia o Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro.

Suzete — Como as pessoas não estavam entendendo o que era ser Aqualtune — não era fazer parte de outro grupo —, houve outro racha, de onde surgiu o GMN — Grupo de Mulheres Negras, composto pela Adélia, Abgail, Mary Isabel, a Jô, que fizeram aquele encontro lá no.. .

Beth — 1º Encontro de Mulheres Negras. . .

Suzete — .. . Bennett. Se bem que antes a gente tenha se unido para participar em conjunto do 1º Encontro de Mulheres do Rio de Janeiro.

Pedrina — Nós, as que saímos do IPCN, continuamos abertas a todas as mulheres que quisessem participar sem ter que optar por um grupo. Elas poderiam se reunir conosco, não como representantes de entidades, mas como mulheres discutindo a questão da mulher negra. [...]²⁹⁴

O jornal Frente Negra em sua única edição de 1983 retomou o assunto, posicionou-se contra o rompimento e criação de novas entidades negras e criou um boxe no qual destacou sua intenção de tratar ali as questões femininas negras. Retomou o artigo de 1977 e buscou apontar a conjuntura em que foi escrito o artigo *Omissão da Mulher Negra*:

No início da discussão do Jornal mais especificamente do espaço da mulher os homens da equipe tentaram dar sugestão e até falaram o que não poderia sair nessa página; as receitas de bolo, por exemplo, coisa muito comum em página que mulher escreve. O tempo foi passando e as poucas mulheres da equipe foram se afastando, ficando apenas uma. Esta se encontrando só, pediu ajuda a outras mulheres de artigos para o jornal e as mesmas não vieram. Então os outros membros da equipe fizeram um artigo sobre a OMISSÃO DA MULHER NEGRA. Fiquei muito indignada e disse que não admitiria a publicação de tal artigo. Voltei à algumas mulheres para contribuir e novamente elas não apareceram.

Senti-me então na obrigação de escrever este artigo, pois também sou mulher e pertencço à equipe do Jornal. Nós mulheres somos a maioria da população, e se negro é maioria consequentemente nós mulheres negras somos a maioria. Nosso espaço e nosso papel sempre foi limitado e quando temos um espaço num jornal para levantar a nossa questão nos omitimos...

Acredito eu que os homens estão vencendo, gostaria de ver nessa página até receita de bolo, mas não quero que os homens a ocupem, pois será um retrocesso para nós²⁹⁵.

Conforme já salientado anteriormente, SINBA e o IPCN eram entidades bastante próximas, cujos membros participavam ativamente de uma e outra, com momentos de maior aproximação e distanciamento entre as entidades. Outra questão já apontada é a

²⁹⁴ ENTREVISTA, *Nzinga*, 1986, p. 04.

²⁹⁵ EM debate a questão da mulher. *Frente Negra*. Rio de Janeiro, jul./ago.1983. p.07. In.: Serviço Nacional de Informações. Agência Central. 03 ago. 1983.

difículdade da imprensa negra, com jornais de periodicidade irregular, ora com uma única edição ou com grandes intervalos. Assim, debates e reportagens, por vezes, eram publicados com atraso ou retomados após longo período, assim, o debate de 1977 era retomado pelo jornal *Frente Negra*, em 1983, o que evidencia, ainda, o impacto das discussões no seio da militância negra.

Tendo em vista a frequente citação do artigo publicado no SINBA na memória das militantes, sua repercussão ao longo de várias edições e outros periódicos, mostram a importância do momento, o qual pode ser posto como marco para o surgimento das entidades femininas negras autônomas pós 1970.

A página 07 do jornal da *Frente Negra* na qual foi publicada “Em debate a questão da mulher”, dividia espaço com a seção “Opiniões e debates”. Neste espaço foi criticado a proliferação de entidades negras em prol da articulação delas, aquelas voltadas para as questões culturais e aquelas classificadas por eles como do “segmento avançado da luta”.

Participação dentro das entidades do movimento negro ou em entidades separadas? A discussão posta referente à presença destas mulheres nas discussões, nem que fosse para a publicação das receitas de bolo, denota que a elas era reservado um espaço ou uma seção no jornal, por exemplo, tal como ofereceu o jornal *Frente Negra*, ou, ainda, a ocupação de uma sala de reuniões.

A ausência delas, por sua vez, traz indícios da recusa destes pequenos espaços, tal como se evidenciou com a formação de entidades e periódicos produzidos por elas, nas quais suas demandas e perspectivas de mundo poderiam ser mais organizadas, para além de pequenas notas em cantos de página.

Foi salientado, na mesma página do jornal *Frente Negra*, a existência do Grupo de Mulheres Negras, que se reunia todas às quartas-feiras no IPCN, com a participação de cerca de trinta mulheres. A entidade fundada em julho de 1982 e que atuara na realização do 1º Encontro de Mulheres Negras do RJ, estava se preparando para a participação no II Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, marcado para julho de 1983 e que contaria com a participação de Adélia Azevedo dos Santos, Abigail Paschoal e Jurema Batista da Silva²⁹⁶.

Uma nota, localizada no canto direito da página, trouxe à tona um novo rumo das reivindicações femininas. A realização do 1º Encontro de Mulheres de Favelas e Periferia”. Tais ações, para as mulheres que criaram o Coletivo Nzinga, não eram mais

²⁹⁶ AS MULHERES negras. *Frente Negra*, jul./ago. 1983. p.07.

secundárias, mas prioritárias. Assim, ocupar boxes ou seções dedicadas à emissão de opiniões passou a ser pouco para as mulheres que buscavam cada vez mais um espaço que fosse composto por elas mesmas.

3.2 Não somos omissas! Pela formação de entidades negras, femininas e autônomas.

Diferente do que exposto no artigo “A omissão da mulher negra”, elas, conforme já salientado, tem um histórico de participação no movimento negro que remete às entidades femininas ainda no período da escravidão. Desde então, têm encontrado inúmeros obstáculos para participar das instâncias decisórias das entidades negras, angariar espaço político, pautar temas, tendo em vista a forma como as desigualdades de gênero reproduzem-se, também, dentro das esferas dos movimentos sociais.

Participar do movimento negro sempre esteve ligado a trabalho, responsabilidade e, também, curtição. O que eram os bailes promovidos, desde as primeiras entidades do pós abolição, concursos de beleza, entre outras atividades recreativas? Curtição assentada na subversão dos valores estéticos hegemônicos também se apresentou como proposta antirracista, sobretudo para as mulheres negras.

O artigo do SINBA insuflou o debate, soou como uma resposta a uma série de discussões já existentes e repercutiu nas edições e anos seguintes, desta vez com mulheres negras assinando artigos, posicionando-se, tecendo inúmeras críticas aquele texto inicial, contando sua história de luta desde a abolição, os caminhos para a superação das desigualdades de raça, classe e gênero. Algumas delas não se conformavam com apenas um espaço dentro do jornal ou salas e a omissão deve ser entendida como demandas diferentes, as quais, a partir de então, elas pautariam, seja por meio dos órgãos impressos ou na realização dos encontros de mulheres negras que passaram a ser constantes nos anos 1980.

A discussão extrapolou, assim, o espaço que lhe fora dedicado, indo parar na primeira página do SINBA, com a chamada “Mulher Negra: escreve uma mulher”²⁹⁷, publicado na seção “Opiniões e Debates” na edição 3. Desta vez SINBA fez questão de destacar que trouxe uma mulher negra, tal como expressou na chamada, a qual reforçou

²⁹⁷ MULHER negra: escreve uma mulher. SINBA: órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Rio de Janeiro, ago.1979.Primeira página.

a maior parte dos argumentos expressos no artigo inicial, com ênfase na tentativa de justificar a chamada omissão a partir do que acreditavam ser a maior assimilação cultural da mulher negra, em seu processo de ascensão social, quando comparada ao homem negro e numa tentativa de responder as críticas feitas à entidade, prioritariamente masculina:

Um maior número de homens negros no Brasil ascendeu socialmente, ainda assim poucos são os assimilados culturais mas a ascensão social da mulher negra tende sempre a assimilá-la, quando não contribui para desenraizá-la totalmente de sua cultura, devido a uma maior tensão social que a mulher negra sofre na sociedade brasileira [...]²⁹⁸

E desenvolveu suas argumentações a fim de justificar tal situação:

As consequências da corrida à ascensão social, sem maiores questionamentos e reflexões a que somos levadas, nos conduz a um isolamento total, principalmente no setor profissional. Em qualquer contexto somos sempre a minoria das minorias. Por estarmos sempre isoladas isto faz com que muitas de nós, que ascenderam socialmente se omitam dos movimentos de base social, e em decorrência, do <<movimento negro>> (razões que nos impendem de assumirmos uma posição de ativas participantes)”. Existem porém algumas de nós que militam no movimento estudantil, sendo que estas no entanto, se recusam a participar como mulher negra, que seja no movimento feminista, quer seja no movimento negro, numa demonstração de vergonha pela cor de sua pele²⁹⁹.

O artigo contestava a participação da mulher negra em outros movimentos, tais como o estudantil ou feminista, apontando que esta participação só seria aceitável se a questão racial fosse a pauta prioritária delas. Caberia, então, às mulheres negras pertencentes ao movimento negro de base acadêmica promoverem um trabalho “de conscientização de alguns de seus valores enquanto negras”, perdidos em seu processo de ascensão social.

Deve-se salientar, entretanto, que tal situação é um dos efeitos do racismo, tendo em vista que a ascensão econômica prevê a adoção de padrões estéticos, culturais eurocêntricos, essenciais à própria sobrevivência destas mulheres nas ocupações. Algo, aliás, que não se restringe a elas.

Já no que tange à participação delas em outros movimentos, sabe-se que o processo de tomada de consciência racial de muitos militantes ocorreu, justamente, a partir da participação em entidades voltadas para a luta sindical, classista, estudantil, tal como algumas delas citaram em Histórias do movimento negro no Brasil, tal como Edna Roland.

²⁹⁸ A OMISSÃO da mulher negra. SINBA, ago. 1979. p.04.

²⁹⁹ Idem.

Esta destacou de que modo a consciência de sua identidade racial se deu durante sua estadia nos EUA pelo programa de intercâmbio do American Field Service. De volta ao Brasil ela criou vínculos com a Organização de Combate Marxista-Leninista — Política Operária, mas a repressão a obrigou a deixar Minas Gerais e ir para São Paulo, onde entrou para o mestrado na PUC-SP. Foi neste percurso que o interesse pela questão racial se intensificou e ela participou da fundação do Coletivo de Mulheres Negras em São Paulo, no ano de 1984 e, também, do Geledés Instituto da Mulher Negra, em 1988³⁰⁰.

Ou, ainda, tal como relatou Thereza Santos em sua autobiografia:

Para mim, pertencer à Juventude Comunista era o caminho, pensava que resolveria a questão da miséria, da discriminação, e me dedicava com afinco à causa. Eu era a única negra do meu grupo e sempre buscava espaço para abordar a questão do negro, via de regra recebia como resposta que a questão era social e não racial e acabava o assunto [...]. Nas poucas vezes que eu insistia, talvez com medo de perder os novos amigos, recebia a explicação de que era consequência da escravidão e que no mundo socialista que estávamos construindo todos seriam iguais sem distinção. Eu acreditava nisso, talvez porque quisesse ou precisava acreditar em alguma coisa, mas juntava-se a isto o complexo de inferioridade que nós negros inconscientemente carregamos, que sempre funcionou como se a nossa verdade fosse ditada pelo branco³⁰¹.

Tereza Santos, nascida em 1938, foi uma das fundadoras do CECAN, do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo e do Conselho Estadual da Condição Feminina. Apontou que, desde pequena, sua avó já havia preparado para o enfrentamento do racismo, o qual sofreu na escola e, também, na Juventude Comunista. Passou, então, a abrir várias frentes de luta, tal como na escola de samba Mangueira, local em que ministrou aulas de reforço de Português e Matemática, montou biblioteca, peças de teatro infantil³⁰².

Já na Faculdade Nacional de Filosofia, atuou na União Nacional dos Estudantes e no Centro Popular de Cultura, locais em que, mais uma vez, pautou a questão racial, sem sucesso³⁰³. Na UNE conheceu Fidelis Cabral, da Guiné Bissau e entrou em contato com José Maria Nunes Pereira que a levou para a atuação no Movimento pela Libertação dos Povos Africanos de Expressão Portuguesa³⁰⁴. Com a Ditadura Militar e a repressão, a prisão de Fidelis Cabral e Nunes Pereira partiu para São Paulo onde criou o Centro de Cultura e Arte Negra.

³⁰⁰ Histórias do movimento negro no Brasil (p. 94). Pallas Editora. Edição do Kindle.

³⁰¹ SANTOS, 2008, p. 19.

³⁰² Idem, p. 29 e 30.

³⁰³ Idem, p.25.

³⁰⁴ Idem, p. 36 e 37.

Em um momento em que a Lei de Segurança Nacional de 1969³⁰⁵ destacava o trato das questões raciais como ameaça e incitação ao ódio e à discriminação e em que os meios de comunicação de massa propalavam a vigência, no Brasil, de uma democracia racial, não raro foi entre os militantes negros a afirmação da descoberta da negritude ou a atuação militante quando já estavam na universidade ou atuando enquanto professores, na militância sindical, partidária ou comunitária.

Pode-se acrescentar, ainda, o caso de Lélia Gonzalez. Ela passou a se envolver com o movimento negro por volta de 1974, quando já atuava como professora, tradutora, uma das fundadoras “do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro” de modo a experimentar “uma relativa ascensão social, que ainda não se refletia em ação política”³⁰⁶. Foi após suas incursões nos estudos da psicanálise, candomblé, samba, em um processo de redescoberta individual e coletiva que Lélia passou a atuar nas esferas do movimento negro. Esta mudança era expressa, também, em sua estética, no cabelo “usado agora entre cacheado e crespo, volumoso, mais ao natural, e às vezes, no estilo black power”, acompanhando outras mulheres negras de países diversos, como “Angela Davis, Alice Walker, Nina Simone, Miriam Makeba e Beatriz Nascimento”³⁰⁷.

Nota-se, assim que, a partir das trajetórias elencadas, a crítica quanto ao desinteresse que as mulheres negras militantes tinham quando o assunto eram as questões de raça, eram infundadas. Acompanhava a forma como a sociedade hegemônica e suas instituições sociais lidavam com a questão racial em plena Ditadura Militar, bem como as especificidades no que concerne à descoberta da negritude, suas trajetórias individuais, familiares, bem como a forma com que as instituições políticas, sindicais e partidárias lidavam com a questão do racismo na sociedade brasileira.

Pedrina de Deus, antes de entrar para o IPCN, fazia parte do Centro da Mulher Brasileira. Destacou que foi ali que conheceu Estela Costa Monteiro e, juntas, desenvolveram militância no IPCN³⁰⁸. Esteve no CMB até o fim da instituição, depois atuou no setor administrativo do IPCN. Apontou que as discussões sobre raça e gênero

³⁰⁵ BRASIL. Decreto nº 898 de 20.892, de 29 de setembro de 1969. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica. Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/9/1969, pág.8162 (Publicação Original)Disponível em< <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 07.04.23>

³⁰⁶ RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010 (Retrato do Brasil Negro). p.53.

³⁰⁷Idem, p.70.

³⁰⁸ PEREIRA, 2014. p.208.

começaram a se intensificar com a formação da Reunião de Mulheres Negras Aqualtune. Acrescentou que o motor para o nascimento do grupo foi um filme chamado “Á força invisível”, sobre a exploração da mulher negra sul – africana e que iniciou a discussão sobre os estereótipos que recaem sobre as mulheres negras³⁰⁹.

Estava lançada, no depoimento de Pedrina, mais uma pista que denota como a experiência internacional sul – africana de luta contra o racismo foi de fundamental importância para o movimento negro naquele período e, dessa vez, mote para que as recém-formadas entidades femininas negras reformulassem suas pautas de ação política, bem como os diálogos estabelecidos, entre os quais, com os movimentos de mulheres nos bairros e favelas e internacional

Conforme apontou o texto de Léa Garcia, chamada para o SINBA para discutir a questão da mulher negra, Suzete Paiva organizou entre os meses de setembro a novembro de 1979, na sede do IPCN, uma série de debates cujo objetivo foi tratar da participação da mulher negra no Movimento Negro. O intuito era promover a mobilização delas, em consonância com a proposta trazida também pelo SINBA, da necessidade de aproximação do Movimento Negro com as comunidades, a fim de romper com seu suposto elitismo e intelectualismo, questão pontuada diversas vezes pelo jornal³¹⁰.

Léa Garcia apontou que, conforme observou no 1º Debate “A Omissão da Mulher Negra”, ocorrido em 22 de setembro “não pode existir omissão por parte de quem não compreende o processo sócio – econômico – cultural que nos envolve”, quando se é “inconsciente quanto a origem dessa dominação”. Já quando “a mulher tem conhecimento da sua problemática, recusando-se a afirmar a sua identidade como negra, e recua [...] aí sim, podemos considerá-la omissa” e este não era o caso de grande parte das mulheres negras³¹¹.

Frisou a tripla exploração sofrida por elas, esmagadas “pela grande opressão e repressão direta (racismo) que sofre por parte das classes dominantes e dos próprios elementos oprimidos (mulher branca e homem negro).

³⁰⁹ PEREIRA, 2014. p.209.

³¹⁰ GARCIA, Léa. Ação das mulheres negras. *SINBA*: órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Rio de Janeiro, mar. 1980. Opiniões e Debates, p. 04.

³¹¹ Idem.

Ela recorreu à história de luta, desde a escravidão, trouxe à tona nomes como o de Aqualtune, Maria Felipa³¹², Zeferina³¹³, Luiza Mahin³¹⁴, apontou o extermínio das mulheres negras e as propostas de controle de natalidade, tão discutidas naquele momento, as quais incidiam na desumanização delas e de seus filhos. Somente a organização das massas femininas negras, a consciência da origem da situação em que viviam, sua participação nos movimentos negros e femininos a fariam adquirir o que apontou como lucidez, entendendo-se como caminho para ações que as levassem a maior articulação das mulheres negras e pobres no espaço político.

Era preciso que a mulher negra que fizesse parte do ambiente intelectual e acadêmico hegemônico se incumbisse da tarefa de dialogar com as mulheres negras que estavam fora dessas esferas, a fim de que promovesse o que chamou de conscientização ou lucidez. A trilha deveria permitir que o negro olhasse para si, sua história, ressignificasse os atributos negativos que lhes eram conferidos, de modo a romper com o imperialismo epistêmico na busca pela presença negra na construção de um novo mundo. Este processo marcaria o despertar da consciência negra e seria o momento inicial, tendo em vista que o próximo passo era valer-se da ocupação dos espaços de manifestação política.

Pedrina de Deus em artigo no SINBA intitulado *Mulher Negra e as lutas feministas* respondeu a crítica sobre a suposta omissão da mulher negra à luz das condições dos movimentos sociais naquele momento histórico. Iniciou seu texto, que ocupou 2 colunas e meia das três disponíveis, destacando que o movimento negro é um movimento político, ideológico e que “será um movimento social” na medida em que passar a incluir as mulheres mais pobres, as quais constituíam a maioria. Criticou a falta de compreensão desta questão por parte dos próprios membros do movimento negro, os quais não possuíam, segundo ela, uma elaboração a respeito desta questão. Aliás, para ela, o movimento negro não era compreendido nem pelas forças progressistas, os quais “jamais refletiram o que o movimento negro pode vir a representar no conjunto das lutas sociais no Brasil”, muito menos a compreensão do poderia significar um movimento de mulheres negras.

³¹² Viva na tradição oral, Maria Felipa de Oliveira, descendente de sudaneses, nasceu escravizada na Ilha de Itaparica na Bahia e é conhecida pela atuação na luta pela independência no contexto da proclamação de 1822 e os conflitos na região em 1823.

³¹³ Nascida escravizada chegou ao Brasil ainda criança na primeira metade do século XX e liderou o Quilombo do Urubu, no século XIX, localizado na Bahia.

³¹⁴ Trazida escravizada ainda pequena, Luiza Mahin aportou em Salvador, onde participou de insurreições no estado, sendo marcante, sobretudo, na chamada Revolta dos Malês em 1835.

Para ela, o entendimento do movimento negro e do movimento feminista deve passar pelas formas de dominação inerentes ao sistema capitalista. Salientou a desigualdade com base na exploração de raça, classe e gênero não ser algo específico deste sistema, mas, tomá-lo como ponto de partida torna a realidade mais palpável, sobretudo às mulheres negras e pobres, constituindo este o elemento essencial na luta antirracista. Era, assim, necessário compreender a desigualdade racial na forma como ela atingia as mulheres pobres e negras em suas esferas cotidianas, sendo essa desigualdade fruto do próprio racismo.

Pedrina apontava que tais mulheres tinham uma outra forma de enxergar o mundo, as opressões e que não cabiam nas análises do movimento negro até então predominantemente masculino em suas instâncias decisórias e nem o movimento de mulheres majoritariamente brancas:

Falar simplesmente em “dupla exploração da mulher negra” e que “mulata virou profissão” é muito mais frase de efeito do que argumento consistente para levá-las a refletir seus problemas. Quem alcançou um determinado grau de reflexão sabe que a forma como o machismo aparece na sociedade capitalista obriga a “mulata” a utilizar seu corpo e sua raça como meio de trabalho, até achar um branco “de grana” para lhe sustentar a dependência, já que a realidade do homem negro não comporta essa possibilidade. Mas que, como elas, ainda não alcançou esse grau de reflexão, só entende que estas “feministas chatas” querem lhe tirar o ganha pão³¹⁵.

Não era possível tratar o feminismo sem refletir sobre as condições de exploração que afligiam as mulheres mais pobres e negras. Como apontou Pedrina, as questões postas pelo movimento feminista eram distantes da vida das mulheres negras, as quais não tinham, segundo ela, entre as questões prioritárias, demandas relacionadas à libertação do trabalho dentro de casa, por exemplo, tendo em vista que o trabalho fora era a base da mulher negra para a sobrevivência familiar:

Para a maioria das mulheres negras da época, a liberdade era ter um homem negro com condições financeiras de sustentar a casa. Como entender a aparente contradição daquilo que para uma era escravidão, para outra ser libertação, numa época de pouco acesso à leitura?

O pensamento feminista brasileiro da década de 60/70 era simultaneamente reflexivo e reivindicativo, porque era constituído de mulheres de classe média. O Movimento Negro das décadas de 60 e 70 era simultaneamente cultural e reivindicativo. O que faltava em um sobrava no outro. E ninguém tinha tolerância para juntar os (bons) pedaços.

As mulheres negras vieram à tona, na época, juntando a reflexão + reivindicação + mobilização. Foram golpeadas pela premência do amplo

³¹⁵ DEUS, Pedrina. Mulher negra e as lutas feministas. *SINBA*: órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, Rio de Janeiro, mar. 1980. Opiniões e Debates, p. 04.

movimento pelas liberdades democráticas, anistia e volta de exilados políticos.³¹⁶

O Movimento de mulheres que se articulavam ao redor do CMB, do qual Pedrina integrou, foi marcado por intensas disputas entre diferentes tendências, com propostas liberais, anarquistas, marxistas – leninistas, o que levou a rompimentos e que impedem que, também ele seja caracterizado por uma suposta homogeneidade.

Assim, também, as demandas das mulheres negras acabaram por constituir novas entidades e espaços de discussão. Nota-se a percepção, por parte destas últimas, da necessidade de uma reflexão que colocasse o racismo no centro da análise, assim como as relações entre raça, gênero e luta de classes, as quais colocavam mulheres brancas e negras em lados opostos do setor produtivo, assim como a existência de demandas antagônicas. Por outro lado, tais reflexões aproximavam, cada vez mais, a militância negra feminina dos movimentos de bairros, favelas e mulheres negras localizadas em outras partes do mundo, tal como o sul da África e as vítimas do apartheid.

3.3 Ainda em tempo: sobre a Constituinte e a internacionalização da luta das mulheres negras brasileiras.

Naquele ano de 1985 o Nzinga, em editorial, apontou a especificidade do movimento de mulheres negras. Apontou os avanços do movimento desde 1975 com a criação de entidades estaduais, municipais voltadas para o trato das questões da mulher, bem como as delegacias das mulheres; e o movimento negro, na ampliação da discussão, aprofundamento das reflexões sobre a exploração racial e classista.

A busca por mais espaço de participação política esteve presente no Informativo Nzinga que, no ano de 1985, teceu críticas à ausência de mulheres negras na Comissão Provisória para Estudos Constitucionais (Comissão dos Notáveis)³¹⁷. Por pressões da comunidade negra sobre o governo houve a indicação de um único negro, pertencente ao Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo, Hélio Santos.

³¹⁶PEREIRA 2014, p. 213.

³¹⁷ AINDA em tempo: sobre a Constituinte. *Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, jul. 1985. p.04.

Em sua edição número 3, em julho de 1985, em meio à manchetes sobre o apoio dado ao povo negro sul – africano, as ações que o órgão julgavam necessárias, tais como a criação de um comitê antiapartheid e pelo rompimento das relações diplomáticas entre os dois países, estava a chamada “Ainda em tempo: Sobre a CONSTITUINTE”, publicada logo após o decreto de julho de 1985 que instituiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, voltada para a elaboração de um anteprojeto de constituição³¹⁸.

A chamada do Nzinga apontava para notícia de última hora:

Quando estávamos fechando este informativo fomos surpreendidos com a lista dos nomes daqueles que pretendem nos representar na elaboração da Constituinte. Deixamos aqui nosso repúdio pela ausência de um nome que possa, com representatividade, falar em nome das mulheres negras; e anunciamos que dedicaremos nosso próximo número ao tema "Constituinte".
EXIGIMOS OS LEGÍTIMOS REPRESENTANTES DO POVO NA CONSTITUINTE³¹⁹

Reclamava, então, que, da lista de nomes indicados a Constituinte não havia ninguém que representava os anseios das mulheres negras. Comprometeu-se a trazer o tema da Constituinte para a pauta das próximas edições.

O órgão se colocava assim, como um meio para esclarecer as mulheres negras. Era, assim preciso esclarecer sobre a importância da Constituinte, do voto, sobre o porquê de se ter um 8 e 21 de março, 20 de novembro.

Era preciso informar e formar-se. Então, divulgou na seção “Aconteceu.... acontecendo” a realização de eventos, passeatas, encontros, lançamentos de livros, seções na câmara em prol da causa negra, amostras culturais, festas. A mulher negra deveria formar-se, participar dos eventos da comunidade, elucidar-se e usar este esclarecimento em prol da causa negra. Outra seção “Lendo e aprendendo” divulgou cadernos de estudos, cartilhas de alfabetização, jornais, cursos de capacitação.

Tal como apontou Natália Neris em “A voz e a palavra do Movimento Negro na Constituinte em 1988”, o Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra, a qual pressionou para a inclusão de Hélio Santos na Comissão dos Notáveis, já vinha participando das articulações para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte ao menos desde 1984 quando “600 ativistas reuniram-se em Uberaba – MG

³¹⁸ AINDA em tempo: sobre a Constituinte. *Nzinga Informativo*, fev./mar. 1986. p.02.

³¹⁹ Idem.

e encaminharam resoluções do encontro a Tancredo Neves. Houve, no mesmo ano, o encontro “O Negro e a Constituinte” na Assembleia Legislativa de Belo Horizonte³²⁰.

As mobilizações para a elaboração de uma nova Constituição provocaram entre fevereiro e março de 1987, “datas de instalação da ANC e a eleição da mesa diretora”, discussões acerca de quem seriam aqueles que participariam do processo, como seria o funcionamento do Congresso, se paralelo ou não à elaboração da Constituição, a elaboração de seu Regimento Interno, discussões sobre quem seriam os integrantes da mesa diretora, bem como os arranjos político – partidários³²¹.

Foram estabelecidas 8 Comissões Temáticas - I Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, II – Comissão da Organização do Estado, III – Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, IV – Comissão da Organização Eleitoral, Partidária, e Garantia das Instituições, V – Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, VI – Comissão da Ordem Econômica, VIII Comissão da Ordem Social, VIII – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação³²².

Cada uma dessas comissões contava com 63 membros titulares e igual número de suplentes e estavam divididas em subcomissões que atuavam, assim, de modo descentralizado. A Comissão responsável por tratar das questões raciais era a Comissão de Ordem Social e ela estava dividida em Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, Subcomissão da Saúde, Seguridade e Meio Ambiente e a Subcomissão dos Negros, Pessoas Deficientes e Minorias³²³.

Ao todo foram 594 parlamentares, 559 titulares e 35 suplentes, assim representados nas comissões. Os trabalhos foram conduzidos pela Mesa Diretora, sob a presidência de Ulysses Guimarães.

Mas o que exatamente era a Constituinte, como ela se articulava com a luta contra o racismo empreendida pelas mulheres negras? Era preciso informar a população negra, engajá-la para a importância de estar bem representada. Era necessário que os deputados e senadores, bem como todos aqueles que ocupassem cargos públicos, atuassem com o compromisso de representar a sociedade, composta por mulheres, negros, indígenas, moradores de favelas, etc.

³²⁰ NERIS, 2018. p.72

³²¹ Idem, p. 42.

³²² Idem, p.45 e 46.

³²³ Idem, p.46.

A mulher negra era a maioria da população e deveria ter os seus direitos garantidos. Para isso, era de grande importância para o Nzinga, o voto racial, desde que direcionados aqueles indivíduos comprometidos com a luta de libertação das mulheres e dos negros.

Na edição de número 3, dos meses de fevereiro e março de 1986, retomou, então, o Informativo anterior de julho de 1985 no qual demonstrou a indignação pela ausência de uma pessoa que pudesse falar com representatividade em nome das mulheres negras na Comissão dos Notáveis. Após alguns meses foi incluído Hélio Santos.

Prosseguiu o texto, “Ainda em tempo: Sobre a Constituinte”, já na página 2, ou seja, de nota curta posta ao final da edição, a seção ganhou a página 2 apresentando-se como temática prioritária ao órgão. Ali apresentou o significado da palavra Constituinte, presente naquele momento na “propaganda da televisão, nos discursos das autoridades, nas conversas de botequim, ou seja está nas ruas”, mas ainda pouco entendida, conforme acreditava³²⁴.

Para Nzinga, a Constituinte e a Constituição estavam intimamente ligadas, dado que a Constituição “é a lei mais importante de um Estado (no sentido de País)”, base para “outras leis”, a qual “estabelece os direitos e deveres de cada cidadão e até onde o Estado pode interferir nas liberdades de cada um”, e que deve refletir “a vontade do cidadão”. Naquele momento, o importante era estar atento sobre “quem elabora, isto é, quem faz a Constituição”, alguém que soubesse que os desejos e esperanças da população negra também cabem dentro dela³²⁵.

São os deputados e senadores, representantes do povo, os responsáveis pela elaboração da Constituição e é por isso que o Nzinga defendeu a necessidade de que eles fossem “escolhidos entre os grupos de mulheres, de negros, de índios, dos sindicatos, das associações de moradores e de favelas, das igrejas e etc., porque só assim teremos leis que garantam realmente os nossos direitos”³²⁶

Cabia à mulher negra, maioria da população, estar representada. Não que a lei sozinha fosse capaz de mudar toda a estrutura racista da sociedade, nem mesmo “a Lei Afonso Arinos de 03/07/1951 nunca foi capaz de punir alguém pelo crime de racismo”, mas estava ali um importante passo, o qual deveria ser acompanhado pela criação de mecanismos capazes de garantir o seu cumprimento:

³²⁴ AINDA em tempo: sobre a Constituinte. *Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, fev./mar. 1986. p.02.

³²⁵ Idem.

³²⁶ Idem.

A Constituição por si só não resolverá todos estes problemas, mas, dependendo de como for feita, poderá garantir alguns de nossos direitos. Por isso acreditamos que a Constituinte tem que ser discutida em todos os lugares: em casa, no trabalho, na escola, no samba, no pagode. . . Nós, mulheres negras, temos que votar em candidatos homens e mulheres negros. Não qualquer negro, mas aqueles companheiros que efetivamente estão comprometidos com a luta de libertação das mulheres e dos negros³²⁷.

Na edição 4, de julho e agosto de 1988 já acompanhava os candidatos negros no Congresso. Eram eles Benedita da Silva (PT), Carlos Alberto de Oliveira Caó (PDT – RJ), Edmilson Valentim (PC do B) e Paulo Renato Paim (PT). Estes foram aqueles eleitos e apontados como comprometidos em “legislar levando em consideração a questão racial no Brasil, fazendo de suas vozes a voz do Movimento Negro, ao desmascarar o mito da democracia racial, e assim vão derrubando as barreiras que nos impedem de exercer nossa cidadania”³²⁸.

Várias ações evidenciam os olhares delas para a luta antiapartheid, seja a partir da exigência do pedido de corte das relações diplomáticas entre os dois países, divulgação de informações sobre o que era o apartheid, o 21 de março, passando por eventos referentes aos 70 anos do líder sul - africano Nelson Mandela, realização de debates, tais como “Mulher negra e o apartheid”, no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, promovido pela Comissão Organizadora do 1º. Encontro Nacional de Mulheres Negras³²⁹.

Manifestações, abaixo – assinado, protestos contra a propaganda turística sul – africana no Brasil, debates foram os principais caminhos na luta contra o apartheid e, sobretudo, os encontros de mulheres negras pautaram a questão e trouxeram novas ações orientadoras.

No III Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, quatro mulheres negras do Rio de Janeiro foram com o intuito de pontuar a questão da desigualdade racial, o que resultou na criação do Comitê de Mulheres Latino – Americanas e Caribenhas contra a Discriminação Racial³³⁰ e um posicionamento oficial quanto à política do apartheid sul – africano:

O NZINGA contra o APARTHEID

³²⁷ AINDA em tempo: sobre a Constituinte. *Nzinga Informativo*, fev./mar. 1986. p.02.

³²⁸ O que andam fazendo nossos deputados negros. *Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, jul./ ago. 1988. p.08.

³²⁹ ACONTECEU....acontecendo. *Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, jul./ ago, 1988. p. 08.

³³⁰ GONZALEZ, Lélia. O apoio brasileiro à causa da Namíbia: dificuldades e possibilidades. In.: GONZALEZ, 2020, p.72.

Nós do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras não podíamos nos calar diante de tão grande crime "Oficial" que está instaurado na África do Sul, levando ao extermínio coletivo do povo negro. O regime do Apartheid chegou ao seu mais cruel estágio. Na sua agonia pela supremacia da minoria branca, este regime odioso, com suas medidas cada vez mais compressivas, caminha a passos largos no sentido de levar o povo a uma guerra civil cruel. Assim é que, conscientes do nosso papel, nós do Nzinga estamos, através dos atos públicos (Rio e São Paulo) onde nos fizemos presentes denunciando a crueldade do Apartheid e exigindo medidas realmente de repúdio, por parte do nosso governo a este regime.

Por meio de carta aberta à população, convocamos todos para refletir sobre o genocídio que se instaurou na África do Sul através dessa política de minoria branca.

Também em Bertioga (SP), no III Encontro Latino-Americano e do Caribe, marcamos nossa presença denunciando o apartheid. Usando como recurso um grande painel, apresentávamos, através de manchetes de diferentes jornais e revistas, "Uma semana com Apartheid", expondo os conflitos permanentes na África do Sul. Mostrando que mesmo numa condição de extrema desigualdade em termos de armamentos, o povo negro sul-africano está organizado e firme na decisão de defender sua cidadania.

A partir daí, e também de nossas denúncias nas diferentes sessões do III Encontro, sensibilizamos as demais companheiras de todo o Continente Latino e do Caribe ali presentes. E assim conseguimos que fosse elaborada uma moção em repúdio ao Apartheid. Aproveitamos este espaço para transcrever seu último parágrafo:

"Entendemos que a luta feminista implica um compromisso ativo com a paz e a liberdade. Por isso, nós, Latino Americanas e Caribenhas aqui presentes, nos comprometemos com a luta, em nossos países, pelo rompimento das relações diplomáticas e comerciais com a África do Sul e nos solidarizamos com a resistência cotidiana de seu povo"

PELO FIM DO APARTHEID³³¹.

O coletivo classificou o apartheid como crime oficial, responsável pelo extermínio do povo negro. Cruel, odioso, a realidade sul – africana recebia daquelas mulheres um conjunto de ações que visavam informar a população, conscientizá-la, denunciar e exigir medidas efetivas por parte dos governos.

Entre tais ações estavam passeatas, divulgação de carta aberta, realização de exposições, tal como a realizada no III Encontro Latino-Americano e do Caribe. Nele, as mulheres negras brasileiras pautaram a realidade africana a partir de exposição de manchetes de diferentes jornais e revistas, mas que mostravam às mulheres negras brasileiras que, mesmo diante das dificuldades, o povo se organizava. Era preciso, no Brasil, também organizar-se para a luta contra o racismo.

A moção de repúdio que as mulheres do Nzinga disseram ter conseguido das companheiras do III Encontro era apenas a ponta de um iceberg, no qual o pedido de rompimento das relações diplomáticas e comerciais com a África do Sul tinha, no seu bojo, uma discussão sobre o racismo cotidiano que afetava a vida das mais pobres e negras

³³¹ O NZINGA contra o APARTHEID. *Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, jul. 1985.p.05.

tanto no Brasil quanto na África do Sul, questão que vinha sendo discutido desde o início da década pelas entidades aqui analisadas ao longo dos capítulos.

O Nzinga atuou no sentido de informar as mulheres negras sobre a realidade da mulher sul – africana, o significado do apartheid, como o racismo atuava no cotidiano dessas mulheres, de modo a tecer relações com a realidade das mulheres negras brasileiras, promover redes de solidariedade, atuar para a criação de comitês, pressionar a política externa brasileira rumo ao rompimento das relações diplomáticas e, por fim, lançar luzes sobre as lideranças negras femininas, de modo que elas pudessem instigar as mulheres negras brasileiras ao engajamento e participação política.

Protestos, abaixo assinado contra a prisão e assassinato de líderes políticos, denúncia sobre as relações do governo brasileiro e a África do Sul e de propagandas turísticas veiculadas nos meios de comunicação brasileiro eram parte das ações antirracistas delas em relação à luta antiapartheid, assim como, também, a produção de materiais que mostravam a realidade sul – africana e, para o caso do Nzinga, sobretudo, tendo em vista a luta diária das mulheres negras daquele país.

O exemplar número 2 do Informativo Nzinga foi todo dedicado ao tema do apartheid e trouxe as seguintes manchetes: “Todo apoio ao povo negro sul africano”, “O NZINGA contra o APARTHEID: Pelo Comitê, Pelo rompimento das relações diplomáticas”, “A Mulher Negra Sul – Africana: A vida nos Bantustans, A força na Militância”, “Winnie e Zinzi”, “D. TUTU – Um Prêmio Nobel no APARTHEID”³³².

Nesta edição foi apresentada uma linha do tempo da história sul – africana até o ano de 1984, com a decretação do estado de emergência e a violência que marcava a região, as condições das mulheres sul – africanas, entre elas, com foco para Winnie e Zinzi Mandela e as ações tomadas pelo Nzinga.

Independente do país e dos governos estabelecidos, em situações de crise a mulher é sempre a mais afetada, defendeu o jornal. O Informativo internacionalizou a discussão sobre a mulher negra, colocou a sul - africana como exemplo da tripla exploração sofrida pelas mulheres negras – “na condição de mulher, na condição de elemento da raça negra e, por último, na condição de classe desfavorecida”³³³.

O exemplar reafirmava a tripla exploração sofrida pelas mulheres negras sob o julgo do apartheid na medida em que ele reforçava “os princípios patriarcais, impondo a ordem que só ao homem cabe o papel produtivo” e que contrastava como as formas de

³³² *Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, jul. 1985.

³³³ APARTHEID: mulher, a maior vítima. *Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, jul. 1985.p.02.

organizações nas sociedades pré-coloniais, nas quais a mulher “tinha o direito ao trabalho”. Este sistema estava, assim, intrínseco ao processo de exploração capitalista na medida em que efetuava a “divisão capitalista do trabalho” e relegava “à mulher negra o único direito de reproduzir a mão-de-obra africana”, restritas aos bantustões, sem poder deslocar-se sem autorização, ao passo que aqueles os quais elas geravam estavam destinados ao trabalho nas “zonas brancas”³³⁴.

O apartheid era a destruição da “célula familiar”, dos laços comunitários tão essenciais para a manifestação da cultura e ancestralidade africana. Sozinhas na criação dos filhos, essas mulheres estavam diante de poucos pedaços de terras improdutivos, os quais deviam utilizar para retirar o sustento. Este espaço equivalia a 13% do território Sul-Africano destinado à “toda a população negra”, a qual correspondia a 70%.

A realidade das mulheres do país era marcada pela subnutrição, ausências, perdas, realidades as quais as impeliam para a luta. Eram, assim, exemplos para as mulheres negras brasileiras, pobres, vítimas das mesmas condições árduas de sobrevivência, as quais deveriam, também, ser impelidas à luta contra a opressão tal como a mulher sul – africana.

O jornal traçou um histórico da ocupação sul da África e a presença banto anterior à chegada dos colonizadores europeus, passando pelos conflitos entre ingleses e holandeses, os quais atuaram na apartação dos negros das instâncias de participação política, na proibição de organizações, eliminação de direitos eleitorais, separação das áreas de residência e controle da locomoção³³⁵.

Apesar dos altos valores direcionados pelo governo para a propaganda, naquele momento, o governo da África do Sul já não conseguia mais conter a resistência, a qual se fortalecia a cada dia; o Congresso Nacional Africano aglutinava um número cada vez maior de militantes e o Nzinga conclamava a todos, no Brasil, a juntar-se à causa do povo negro com a criação de um Comitê de Apoio ao Povo Negro da África do Sul.

Justificou a importância do protagonismo político e destacou nomes de mulheres negras que atuavam na luta, mais particularmente duas delas – Winnie e Zinzi Mandela.: Winnie Mandela foi caracterizada como aquela que desafiava as leis racistas, casada “com Nelson Mandela, teve seu inquérito reavaliado depois de terem passado 20 anos em prisão domiciliar”. Com o marido em prisão perpétua do marido, banida por 5 anos de Soweto,

³³⁴ Idem.

³³⁵ MULHERES, crianças e homens; negros e brancos. Reflitamos sobre a condição do Povo Negro da África do Sul. *Nzinga Informativo*, Rio de Janeiro, jul.1985. p. 05.

proibição de se reunir “com mais de uma pessoa por vez, de participar de encontros públicos e ser citada publicamente”, de sair de casa aos finais de semana, ela continuava na luta³³⁶. Deveria, assim, ser uma inspiração nos métodos de luta para as mulheres negras brasileiras.

Sua filha, Zinzi Mandela, aos 23 anos, atuava como porta voz do pai, o qual negava benefícios individuais de soltura em prol da libertação de todos os negros e pelo fim do sistema segregacionista.

Além delas foi dedicado espaço, também, à atuação de Desmond Tutu, o qual havia sido laureado com o Prêmio da Paz em 1984, mas cujos apelos eram ignorados pelo governo de Pieter Botha. Tutu pretendia intermediar as negociações com o governo, tinha respaldo internacional, mas Botha insistia em não o receber demonstrando a falta de interesse do governo para a promoção do diálogo³³⁷.

O olhar direcionado para a região sul do continente africano e para a luta das mulheres negras a partir da centralidade da figura de Winnie Mandela era uma resposta às ações das mulheres negras que se organizavam desde o final da década de 1970 e que, na segunda metade da década de 1980, atuaram na constituinte, arregimentaram candidaturas, buscaram ocupar os espaços políticos, responder às críticas, divergências e desafios constantemente postos a elas.

O intercâmbio delas com as mulheres sul – africanas recebeu atenção do SNI que apontou a busca por contato entre entidades negras no Brasil e Winnie Mandela, a partir do intermédio da OAB e a Organização para a Libertação da Palestina. Farid Swwan, chefe da OLP entre 1979 e 1989 no Brasil solicitava que Yasser Arafat (1929 – 2004) intermediasse os contatos para que Winnie Mandela viesse ao Brasil e fosse ao encontro das comunidades no ano de 1986³³⁸.

Benedita da Silva, tal como será analisado no próximo capítulo, foi outra mulher negra elevada à categoria de exemplo, nas páginas do *Nzinga*. Assim como Winnie Mandela, ela também foi apontada como alguém que desconstruía as linhas fronteiriças e articulava suas demandas com a de outras mulheres que, nas várias comunidades

³³⁶ MULHERES negras e guerreiras: Winnie e Zini Mandela, *Nzinga Informativo*, Rio de Janeiro, jul., 1985.p.05.

³³⁷ DESMOND Tutu - um Prêmio Nobel no Apartheid, *Nzinga Informativo*, Rio de Janeiro, jul., 1985.p.05.

³³⁸ POSSÍVEL visita de Winnie Mandela ao Brasil. *Serviço Nacional de Informações*. Agência Brasília, jun. 1986. 2p. Disponível em <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/86057508/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_86057508_d0001de0001.pdf>. Acesso em 22.03.23.

espalhadas pelo mundo, sofriam as mesmas formas de opressão oriundas do racismo, sexismo e exploração econômica. Foi este o paralelo feito pelo Nzinga Informativo entre Benedita e Winnie Mandela, cujas ações permitiam a visualização das formas de combate ao racismo e sua manifestação em âmbito da violência policial, relações afetivas, estética, violência doméstica, trabalho, infância.

Com a elaboração dos trabalhos da Constituinte e a comemorações e debates referentes à apromixação do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil em 1988, as discussões sobre o racismo no Brasil e na África do Sul apareciam cada vez mais articuladas, com passeatas que pautavam não apenas os questionamentos referentes à abolição mas, sobretudo, à atuação de Winnie Mandela e à soltura de Nelson Mandela.

O boletim número O do Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, disponível no acervo Geledés, publicado em março de 1989, dedicou, na seção “Negritando”, espaço para tratar das atuações de Winnie Mandela. O boletim consta, ainda, com as seções “Falando Sério”, no qual tratou do significado do dia 21 de março, deu dicas de livros em “Coisas Nossas”, publicou as seções “Orixás”, “Quadro Negro”, “Olho Vivo”. Entre os nomes que assinaram a edição estavam Alzira Rufino (coordenadora geral, responsável pela edição), Alaide Matilde Ferreira, Maria Rosa Pereira. Estas compunham a redação. Outros nomes que compuseram a edição foram Luiz Ferreira, na diagramação, e ilustrações de Rodolfo Reis e Luiz Ferreira³³⁹.

Nascida em Santos, em 1949, Alzira Rufino atuou na fundação do PT em sua cidade e, diante das dificuldades encontradas no interior do partido para articular as questões de raça, decidiu pela fundação do Coletivo³⁴⁰. Fundado em 21 de março de 1986, propunha-se a atuar em diversas frentes na luta contra a discriminação – “cor, sexo, idade, religião ou raça”, além da busca pela participação da mulher negro em diferentes espaços, elemento primordial que orientou a sua primeira edição³⁴¹.

Destacou que, naqueles anos, havia atuado na produção de materiais, tais como cartilhas informativas, criação de coral infantil, participação em feiras internacionais -

³³⁹ Ver. BOLETIM do Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, Santos, mar. 1989. Acervo Geledés.

³⁴⁰ Ver. FRANÇA, Lorraine Thayse P. Alzira Rufino e o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista: nós, mulheres negras, resistimos. Trabalho de conclusão de curso. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/2022/05/alzira_rufino_e_o_coletivo_de_mulheres_negras_da_baixada_santista_nos_mulheres_negras_resistimos.pdf. Acesso em 28.05.23.

³⁴¹ UM Coletivo de Mulher Negras. BOLETIM do Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, Santos, mar. 1989. Olho Vivo, p. 09. Acervo Geledés.

Feira Intercioanl do Livro Feminista em Montreal, Canadá - e preparava um grupo teatral³⁴².

Em Falando Sério, já na página 3, o jornal expôs o significado do dia 21 de março e os acontecimentos na localidade de Shapervillhe, a decretação da ONU, em 1966, para a proclamação do Dia Intercioanl para a Eliminação da Discriminação Racial e a homenagem do coletivo à 4 figuras, Winnie Mandela, o bispo Desmond Tutu, Nelson Mandela e Dulcie September (1935 – 1988), militante sul – africana morta em frente ao escritório do CNA em Paris, além das “figuras anônimas de milhões de negros e sul – africanos que diariamente enfrentam a violência assassina do apartheid”³⁴³.

Divulgou, ainda, em uma página destacada em fundo preto, notas com destaque para casos de discriminação racial, entre o de maior repercussão, o praticado pela Empresa Mazzini. Esta havia publicado, em 13 de abril de 1986, no jornal A Tribuna, anúncio recrutando uma secretária branca, solteira e entre 20 e 29 anos. Diante do racismo cometido, Alzira fez boletim de ocorrência e o evento provocou uma série de protestos na cidade³⁴⁴. Por outro lado, a mesma página trouxe a especulação sobre a indicação de Benedita da Silva para vice de Lula no próximo pleito eleitoral, o que não se efetivo, mas foi apresentado com entusiasmo.

Publicou a articulação do 1º Encontro de Mulheres Negras da Baixada Santista. Além dos encontro outros eventos ocorreriam, como a festa do dia 13 de maio no Teatro Municipal de Santos com a participação de Leci Brandão e um grupo de maracatu, exposição de arte africana. Contava com a presença de todas as mulheres, negras e brancas, restringindo a participação masculina³⁴⁵.

Para o Coletivo, então, quem era Winnie ou Nomzamo Winifred Madikizeh? Nascida na pequena aldeia de Transkei, África do Sul, casada com o líder Nelson Mandela, ela participava da luta contra o apartheid e pelos direitos humanos desde a juventude, ou seja, desde cedo desafiava as leis do apartheid. Primeira mulher negra Assistente Social na África do Sul, viveu anos na clandestinidade, banida por diversas vezes desde 1958 e mantida em prisão domiciliar. Apesar de tudo, Winnie continuava a dedicar sua vida à causa da resistência negra. Assim, naquele momento em que se buscava

³⁴²UM Coletivo de Mulher Negras. BOLETIM do Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, Santos, mar. 1989. Olho Vivo, p. 09. Acervo Geledés.

³⁴³ 21 de março. BOLETIM do Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, Santos, mar. 1989. Falando Sério, p. 03. Acervo Geledés.

³⁴⁴ FRANÇA, 2022, p. 09.

³⁴⁵ 1º ENCONTRO de mulheres negras. BOLETIM do Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, Santos, mar. 1989. p.09. Acervo Geledés.

a mobilização da comunidade negra, intensificada com os debates em prol da elaboração de uma nova Constituição e às vésperas do Centenário, Winnie se mostava como um exemplo de luta e mobilização para as mulheres negras, tal como trouxe o boletim³⁴⁶.

Tanto para o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista quanto para o Nzinga, assim, passo fundamental na luta antirracista era a ocupação dos espaços da esfera pública. E foi com base nessa perspectiva que Nzinga, por sua vez, anunciou os preparativos para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 02 de dezembro de 1988.

Os encontros de mulheres negras marcaram a década de 1980. Os impressos fazem várias menções às suas organizações, balanços, assim como a memória das militantes fazem questão de evocá-los como experiências fundamentais. Os órgãos de segurança acompanharam, relataram e reuniram materiais de vários deles, realizados ao longo da década, sejam regionais, nacionais ou internacionais.

3.4 Os encontros de mulheres negras nos anos 1980, a disseminação de entidades reivindicativas e uma pauta de ação diaspórica

O Fundo do Serviço Nacional de Informações possui informe de 5 folhas datado de 13 de abril de 1983 produzido pelo Centro de Informação do Exército, a respeito do I Encontro de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, organizado pelo Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, o qual ocorreu entre os dias 04 e 06 de março no Instituto Metodista Bennet, no bairro do Flamengo³⁴⁷.

O relatório acompanhou o dia – a – dia do encontro e registrou as participantes, as entidades vinculadas, alguns dos temas tratados no evento e as medidas que seriam tomadas dali por diante.

O primeiro dia contou com a presença de Joselina da Silva, presidente da mesa e membro do GMN; Benedita da Silva, vereadora pelo PT/RJ e Presidente de Honra do GMN; Walquíria de Almeida Carvalho, do GMN; a socióloga Teresa Cristina; Lélia Gonzalez, do MNU e assessora de Benedita da Silva na Câmara dos Vereadores do RJ;

³⁴⁶ WINNIE. BOLETIM do Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, Santos, mar. 1989. Negritando, p. 10. Acervo Geledés.

³⁴⁷ I ENCONTRO de mulheres negras do Rio de Janeiro. *Serviço Nacional de Informações*. Agência Central/ Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. 13 abr. 1983. Disponível em < BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_83032581_d0001de0001.pdf>. Acesso em 09.04.23

Celso da Silva Soares, advogado, membro da OAB/RJ; Adélia Azevedo dos Santos, do IPCN.

O evento contou com a participação de entidades diversas e mostrou a busca por parte delas pela formação de redes de coalisão e diálogo, com entidades como a OAB, partidos políticos, associação de moradores, intelectuais. Tais eventos marcavam o anseio por diálogo das intelectuais e militantes negras, acadêmicas, com outras mulheres e homens pertencentes a entidades múltiplas. Este intercâmbio permitiu que os pensamentos fossem desafiados, reformulados e pautados em amplos setores da sociedade ao longo dos anos 1980.

Apesar do relatório ter sido produzido pelos agentes de segurança, o qual focava, em suas descrições, as ausências, divergências, a busca pelo que, aos seus olhos, eram incongruências ou falhas, é possível vislumbrar pistas de parte dos posicionamentos dessas mulheres, tendo em vista que alguns deles coincidem com o debate realizado em outras esferas, tais como aquele efetuado na imprensa negra e seus materiais de divulgação que, por vezes, constavam nestes mesmos relatórios, em anexo e eram utilizados para a produção dos agentes de segurança.

O relatório fez uma breve descrição de cada dia do evento, participantes e encaminhamentos. No primeiro dia foi tratado das múltiplas formas de discriminação sofrida pelas mulheres negras, situação do negro no mercado de trabalho; já o segundo teve como tema central “A Mulher Negra e a militância”, e “A cultura negra no cotidiano e na escola”. Discutiu-se as maneiras de ampliar o debate, com a formação de grupos que buscassem o desenvolvimento da cultura negra nas escolas, bem como fizesse a fiscalização no que concerne à forma como ela era ensinada, demanda que irá perpassar toda a década e que fará parte dos debates quando da elaboração da Constituinte.

No terceiro e último dia de evento as ações recaíram sobre o tema “Mulher Negra contra a violência” e “Participação do negro nas Artes”. Tratou-se da violência policial, intercâmbio entre as entidades negras e a OAB, formação de grupos de mulheres negras para a promoção de um encontro de artistas negros, entre outras questões.

As propostas encaminhadas por elas deveriam seguir para 3 direções convergentes: canalização das demandas para o governo federal; intercâmbio com outras entidades governamentais e não governamentais, de modo que a discussão fosse além das esferas do movimento negro e mais momentos de encontros, reuniões com pessoas e entidades representativas, entre as quais, os partidos políticos. Estes, por sua vez, buscavam lideranças comunitárias e nomes de pessoas ligadas a movimentos sociais a

fim de que emplasassem candidaturas políticas, fortalecessem as novas legendas partidárias criadas.

O foco dentro das esferas do movimento negro e do grupo de mulheres nele envolvido se direcionava para a discussão referente ao racismo e às políticas antirracistas nas esferas do cotidiano, particularmente das mulheres negras, pobres e faveladas, de que modo vivenciavam, no dia – a – dia, os efeitos do racismo, tal como quando iam à escola do filho, na ausência dos serviços de atendimento ao público, na maneira como não se viam representados nos meios de comunicação.

Dois meses após o encontro idealizado pelo GMN -RJ, deu-se a criação do Nzinga Coletivo de Mulheres Negra na sede da Associação do Morro dos Cabritos, Rio de Janeiro. Nzinga aglutinava mulheres de diferentes posições sociais, entidades, tais como universitárias, feministas, mulheres de classe média, de bairros e favelas e esta aglutinação possibilitou um olhar descentralizado, que articulava as demandas locais com as globais.

Em julho de 1983, Benedita da Silva articulou a realização de um outro encontro, o I Encontro de Mulheres de Favelas e Periferia do Rio de Janeiro, também acompanhado pelo SNI, Agência Rio de Janeiro³⁴⁸.

Por parte das acadêmicas negras que vinham das esferas do movimento negro, a busca, inicialmente, era pela promoção e conscientização das mulheres negras e pobres, que a mulher negra do meio intelectual e acadêmico dialogasse com as mulheres negras que estavam em outras esferas, promovendo-lhes conscientização. Entretanto, ao decorrer da interação entre elas, notou-se que não lhes faltava consciência, mas havia questões que lhes eram específicas e que envolvia a forma como o racismo afetava o cotidiano das mais pobres, aliado a outras formas de opressão, tal como a de classe e gênero.

Entre os grupos participantes da organização do evento estavam: - Centro da Mulher Brasileiro, Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, Coletivo Nzinga de Mulheres Negras, IPCN, Jornal “Favelão”, Amigos Negros de Favela e Periferia. Contaram com a realização de assembleias preparatórias nos diversos morros e bairros do

³⁴⁸ I ENCONTRO de mulheres de favelas e periferia do Rio de Janeiro. *Serviço Nacional de informações*. Agência Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 05 ago. 1983. Disponível em < https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/download_novo.asp?NomeArquivo=1325325E6E4A1139231A3C1706332A0640554B4E61414A64515B6045437E5F584D557D4225FAF7B4BE047FC72095E975E30159FE1853ED2CB4E97D53C63996A5D3873FD40E1F25E898FEEF12440E699795CDCB3B55C4&arquivo=050705160A77455D5A555B4C5342535755554D5F5E5A5B40565F84EC424E280AF8CA51960544856057C426E1EA5041491DEEF7C3C60D014FAAF4DB33667DCA2CAD84015FD40FAAC662E0225BA9151DD9D99DBF62652ADC8CEFCB01755DB4818F693E417EFDE778F455248A4C62CC0E&apresentacao=1>. Acesso em 09.04.23.

Rio de Janeiro, junto às associações de moradores a fim de que levantassem as demandas a serem discutidas no evento.

Dessa vez o relatório de 6 páginas foi produzido pelo SNI Agência Rio de Janeiro. Parte deste relatório se baseou nos materiais que elas mesmas produziram e os temas e objetivos declarados: “discussão dos problemas das mulheres que habitam as favelas e a periferia da cidade do Rio de Janeiro, esclarecendo-as e melhorando seus conhecimentos”. Nota-se, assim, o objetivo de formação e conscientização, “dando-lhes uma estrutura mais sólida para o enfrentamento das dificuldades atuais” rumo a busca por reivindicação de seus direitos “no contexto mais amplo do país”³⁴⁹.

Na abertura do evento houve apresentação de dança, exibição de filme e, sob a liderança de Benedita da Silva, a formação de grupos de trabalho. Ao final, foi produzido um documento com as reivindicações a serem encaminhadas ao governador do Estado do RJ.

Além de Benedita da Silva tiveram participação ativa no encaminhamento dos trabalhos dos grupos: Edileida Salgado do Nascimento, secretária de Promoção Social no RJ na primeira gestão de Brizola ao governo do estado (1983 – 1987) e uma das fundadoras do PDT; Antônio Pereira da Silva Filho (“Pereirinha”), vereador pelo PDT, sindicalista e, no biênio 1983 – 85, 1º secretário na Câmara Municipal do Rio de Janeiro; Lúcia Beatriz Arruda, deputada Estadual pelo PT/RJ; Diana Antonás, da Associação de Moradores da Barra da Tijuca e da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro.

Gabriela Leite em seu livro autobiográfico *Filha, mãe, avó e puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta*, narrou sua participação no evento, após convite da então vereadora Benedita da Silva:

O I Encontro de Mulheres de Favela e Periferia foi realizado no imenso galpão do Centro de Convivência do Metrô, vizinho à Vila Mimosa. Lá havia cerca de 500 mulheres lideradas por Benedita. Estavam a deputada Lúcia Arruda e a falecida Angela Borba, feminista de grande competência, até hoje lembrada e reconhecida. Estava ali para ouvir, e foi o que eu fiz. Passei um dia inteiro ouvindo mulheres de diversas origens falando sobre suas condições de vida. Tinham as mulheres que viviam no morro, sem saneamento ou condições básicas de sobrevivência, completamente abandonadas pelo Estado. Tinha as empregadas domésticas, que começavam a se organizar. Tinha trabalhadoras rurais da Baixada Fluminense e muitas outras. Um exército de mulheres pobres e sofridas do Rio de Janeiro. Benedita era a sensação do momento. Mulher, negra e favelada³⁵⁰.

³⁴⁹ I ENCONTRO de mulheres de favelas e periferia do Rio de Janeiro, 05 ago. 1983, p.01.

³⁵⁰ LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. pp. 132-133

O relatório do SNI destacou que elas trataram, sobretudo, das faltas que afetavam seus cotidianos - a falta de postos de saúde eficientes, creches, escolas, condições de transportes, emprego. Salientaram as dificuldades de relacionamento entre profissionais das escolas e famílias, violência policial, racismo, necessidades de áreas de lazer nas comunidades, água encanada, canalização de valas, coleta diária de lixo.

O jornal do IPCN, Frente Negra, divulgou o evento no espaço dedicado às questões das mulheres, salientou os principais pontos de discussão - “saúde, educação, trabalho, violência”, as assembleias preparatórias e destacou o texto final, com o “conjunto de reivindicações e estratégias apresentadas”³⁵¹, as quais, serviram de apoio para a produção do relatório citado.

Falta de atendimento ginecológico, de informações sobre sexualidade e maternidade, falta de respeito em relação ao corpo das mulheres negras, necessidade de relações mais humanas entre médico e paciente, professores e alunos; creches e uma educação libertadora, sobretudo para as mulheres, valorização do trabalho da mulher e reconhecimento do trabalho doméstico foram as principais demandas apontadas.

Estes encontros traziam questões cotidianas, as divergências em relação ao feminismo hegemônico, seja ele de tendência liberal, marxista, mas composto majoritariamente por mulheres brancas, cujas demandas não eram as mesmas daquelas trazidas pelas mulheres negras. Por parte destas, delimitava-se a consciência das especificidades de suas propostas, seja diante do movimento feminista ou movimento negro e muitas delas apontavam que não se contentavam em ocupar apenas alguns espaços secundários que lhes eram dedicados naqueles movimentos e em seus meios impressos. Outras, por sua vez, utilizaram tais ambientes para ampliar o alcance das discussões e reformulá-las, de modo a pautar suas demandas na sociedade.

Expandia-se a discussão sobre as ações antirracistas e iniciavam-se questionamentos sobre a legitimidade daqueles espaços as quais elas começaram a ocupar e decolonizar, ainda dentro das esferas de um governo não representativo e antidemocrático.

Em São Paulo, a formação de entidades negras femininas no processo de abertura política acompanhou as discussões referentes às eleições no ano de 1982 quando um grupo de mulheres feministas elaborou uma pauta de reivindicações para apresentar ao

³⁵¹AS MULHERES negras. *Frente Negra*, jul./ago. 1983. p.07.

governador André Franco Montoro (1916 – 1999), do MDB, o que resultou na criação do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF).

Marta Arruda, radialista negra de grande audiência à época, chamou a atenção ao fato de não existir nenhuma mulher negra entre as conselheiras, convocando-as à insurgência. Houve a alegação, por parte da Comissão Executiva do Conselho, de que não havia organizações de mulheres negras entre as quais elas pudessem ser recrutadas. Assim, Sueli Carneiro, Marta Arruda, Thereza Santos, Sônia Nascimento, Solimar Carneiro, Edna Roland, Vera Saraiva criaram o Coletivo de Mulheres Negras entre 1983 e 1984³⁵².

Thereza Santos, que havia voltado do exílio no continente africano após partir para Guiné – Bissau e Angola, foi eleita conselheira do CECF e Vera Lúcia Freitas sua suplente. O prestígio político de Thereza vinha, sobretudo, por sua história na militância negra, desde o Teatro Experimental do Negro, sua luta contra a Ditadura Militar, seu exílio e participação nos movimentos de libertação em Angola e Guiné – Bissau ao longo dos anos 1970.

Havia fortes críticas naquele momento no que tange à suposta cooptação de integrantes de movimentos sociais nas esferas do governo, questão também pontuada quando do surgimento do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra, em 1984. Thereza apontou suas discordâncias políticas com Marta Arruda, mas, à época, assinalou que não era o momento para a exposição das divergências na esfera pública. Aquela era, sim, uma oportunidade para a reivindicação de espaço em âmbito político hegemônico para a mulher negra.

Em *Malunga Thereza Santos: a história de vida de uma guerreira* ela relatou as dificuldades que as mulheres negras encontraram, sobretudo quando ingressaram no conselho:

Éramos cerca de 30 mulheres negras [...] As feministas não nos aceitavam e para nós não era nenhuma novidade, dado que elas nunca incorporaram a nossa questão e não tinham nenhum compromisso com a nossa causa. Elas tomaram posse sem a nossa participação. Continuamos a luta e o governador, já que elas não cederam, foi obrigado a aumentar o número de conselheiras para encaixar a mulher negra. Fui indicada pelas mulheres negras para ir para o Conselho, com o direito de que minha suplente também fosse negra, Vera Lúcia Saraiva, grande guerreira³⁵³.

³⁵² SANTANA, 2021. p.128.

³⁵³ SANTOS, 2008, p. 90 – 91.

Para Sueli Carneiro, a incorporação das mulheres negras foi decorrente de uma verdadeira batalha e era preciso que elas, mesmo após a indicação das conselheiras, continuassem articuladas “para dar sustentação ao mandato das conselheiras negras, produzir ideias e documentos”³⁵⁴.

Com “a década da mulher” Eva Blay, presidenta do CECF conseguiu a elaboração de uma publicação dedicada ao assunto. Thereza Santos reivindicou um capítulo dedicado à mulher negra. Considerado “o primeiro estudo do país a desagregar os indicadores sociais de gênero, raça e classe, isto é, botar no papel os números das desigualdades entre mulheres brancas e negras no Brasil”, o estudo sobre a mulher negra foi realizado por Sueli Carneiro sob o título “Mulher negra: Política governamental e a mulher”³⁵⁵.

Sueli Carneiro foi eleita para o cargo de conselheira em 1986 e as demandas das mulheres negras foram institucionalizadas dentro do conselho por meio da criação da Comissão para Assuntos da Mulher Negra e, como apontou, “chegamos a ter, acho, umas 20 mulheres negras trabalhando nessa Comissão [...]”³⁵⁶.

Nesta comissão, como apontou Sueli Carneiro, ocorreu a produção de materiais tais como “o primeiro calendário sobre a mulher negra no Brasil, que é de 1985, eu acho, e do qual tenho um orgulho enorme”:

Conseguimos trazer 12 biografias de mulheres, uma para cada mês: Auta de Souza, nossas lideranças religiosas — mãe Senhora, mãe Menininha do Gantois, mãe Aninha.. De todas as mulheres negras esquecidas. Também produzimos um dossiê sobre as diferentes formas de manifestação do racismo e da discriminação racial contra as mulheres negras, que trouxe uma massa de informações que, na época, teve muito impacto. Isso tudo foi feito no Conselho Estadual. Foi quando a gente começou a introduzir o recorte racial nos diferentes temas que têm a ver com a mulher. Na educação, introduzimos a questão não apenas de uma educação antirracista, mas antissexista. No tema da violência, trouxemos, além das formas consagradas de violência contra a mulher — violência doméstica, sexual —, a violência simbólica, a violência psíquica, que a desvalorização social e estética das mulheres negras produz — as sequelas emocionais que isso traz para a auto-estima. No tema da saúde começamos a introduzir a questão das doenças de prevalência na população negra, o reconhecimento das especificidades que as mulheres negras apresentam em termos de saúde, os índices superiores de mortalidade materna, os fatores de risco que têm a ver com a disposição genética, a questão da alimentação. Ou seja, a gente começou a abrir a agenda feminista para a introdução dessa nova dimensão³⁵⁷.

³⁵⁴ Histórias do movimento negro no Brasil (p. 240). Pallas Editora. Edição do Kindle.

³⁵⁵ SANTANA, 2021, p. 131 - 132

³⁵⁶ Histórias do movimento negro no Brasil (p. 241). Pallas Editora. Edição do Kindle.

³⁵⁷ Idem, p. 346 – 347.

Havia no CECF mulheres de diferentes áreas – “saúde da mulher, planejamento familiar, educação, trabalho, violência, creche”. As publicações traziam uma ampla perspectiva acerca do cotidiano e o racismo, tal como “Mulher Negra: Dossiê sobre a discriminação” com dados “sobre as desigualdades e discriminações no trabalho, na escola, no controle de natalidade, na violência policial e nas doenças psiquiátricas”³⁵⁸.

O SNI Agência São Paulo produziu relatório referente às atividades de movimentos negros em São Paulo, com destaque para a realização entre 10 e 12 de agosto de 1984, no Palácio das Convenções do Anhembi, do I Encontro Estadual da Mulher Negra, organizado pelo Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo³⁵⁹.

Naquele ano de 1984 várias entidades realizavam protestos no Largo 13 de Maio, em Santo Amaro, contra a Lei Áurea, por eleições diretas e pela Assembleia Nacional Constituinte³⁶⁰. Além do evento, o relatório apontou a ressignificação do 13 de maio por parte dos grupos negros que atuavam em São Paulo, os quais o transformavam em data de contestação.

No que se refere ao encontro das mulheres negras destacou os temas tratados por elas: participação política, mercado de trabalho, violência e as desigualdades existentes entre as mulheres brancas e negras.

O relatório transcreveu fala de Sueli Carneiro no encontro. No trecho selecionado ela apontava de que modo a discriminação racial e sexual perpassava o cotidiano das mulheres negras, “desde a escola e o trabalho até os livros didáticos” e meios de comunicação³⁶¹.

Além de São Paulo, os encontros estaduais das mulheres negras foram acompanhados pelo SNI em outros estados como Minas Gerais e Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, em novembro de 1987, em Nova Iguaçu, o evento contou com a participação de ativistas do MNU, da deputada federal Benedita da Silva e, entre as organizadoras estavam: Joana Angélica, Joselina da Silva, Vera Lúcia, Sandra Helena Torres Bello, Acácia Vieira, entre outras³⁶².

³⁵⁸ SANTANA, 2021, p. 133.

³⁵⁹ ATIVIDADES do Movimento Negro em São Paulo. In.: SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Informe nº 264. Agência São Paulo, 1984. 3p. Disponível em <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/EEE/84016431/BR_DFA_NBSB_V8_MIC_GNC_EEE_84016431_d0001de0001.pdf>. Acesso em 19.03.23

³⁶⁰ ATIVIDADES do Movimento Negro em São Paulo, SNI, 1984.

³⁶¹ Idem, p.02

³⁶² I ENCONTRO Estadual da Mulher Negra. In.: SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Agência Central, 1987, 2p. Disponível em <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/88064705/BR_DFA_NBSB_V8_MIC_GNC_AAA_88064705_d0001de0001.pdf>

O relatório dos agentes destacou em torno de 200 e 300 pessoas e entre os temas tratados estavam: mercado de trabalho, família, democracia racial e ideologia do embranquecimento, política de controle da natalidade, sexualidade, arte, violência e a participação das mulheres negras em sindicatos e partidos políticos. Esta última demanda ganhava, então, novos contornos, dado que vinha desde o final da década de 1970 a discussão sobre a necessidade de as mulheres negras atuarem em várias esferas, mas, naquele momento, debatia-se o lugar secundário em que suas reivindicações eram postas naquelas entidades.

O relatório do SNI apontou o pronunciamento de Benedita da Silva no encerramento do evento e o histórico traçado por ela referente às mulheres negras desde os tempos coloniais e o papel que a sociedade hegemônica tem atribuído, “tais como, rendeiras, fiandeiras, padeiras, etc, as quais não se traduziram em melhoria da condição social”. Eram necessárias mudanças econômicas e educacionais para a reversão deste quadro.

Em anexo o relatório apresentou as propostas elencadas por elas. Propunha-se maior articulação entre as entidades de mulheres negras e outras, com o intuito de levar a mulher negra à ocupação dos espaços de poder. Resolveu-se a criação de outros encontros, para o ano de 1988 – I Encontro das Mulheres Negras da Região Serrana e o Encontro das Mulheres Negras da Baixada Fluminense³⁶³.

Estes encontros eram importantes para a sistematização de discussões realizadas por elas em seus diferentes espaços de atuação, para articulação de demandas, promoção de contatos com outras entidades e, também, para a percepção das dificuldades encontradas até ali, tais como a de reunir grande quantidade delas, tendo em vista questões relacionadas ao deslocamento, dificuldades financeiras, demandas cotidianas e desafios enfrentados dentro e fora de suas entidades. Logo, assim, outros encontros em locais distintos ou a busca pela formação de novas entidades eram questões sempre presentes.

Aliás, os próprios relatórios trazem, também, a multiplicidade dos movimentos criados por elas, com listas de participantes em anexo que mostram mulheres ligadas a partidos políticos, ao MNU, a grupos negros voltados para as questões culturais, centros de estudos, tais como o Centro de Estudos Brasil – África (CEBA) e as entidades

³⁶³ PROPOSTAS e resoluções apresentadas. In.: SNI. Agência Central, 1987, 2p. Disponível em <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/88064705/BR_DFA_NBSB_V8_MIC_GNC_AAA_88064705_d0001de0001.pdf>

governamentais ou indivíduos que atuavam em âmbito municipal ou estadual também marcavam presença nestes encontros.

As distâncias entre o movimento de mulheres negras e o feminismo também eram postas nestes encontros, sobretudo na segunda metade da década de 1980 e um dos pontos marcantes, trazidos pelas mulheres negras constantemente ocorreu durante o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe.

Em agosto de 1985 foi realizado em Bertioga o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe. Havia, para a participação no evento, o pagamento de inscrição no valor de Cr\$ 360.000 para estadia e alimentação durante 4 dias. Houve bolsas financiadas pelas agências internacionais e o Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras apontou que realizou o pedido com antecedência e obteve duas delas, as quais foram destinadas para companheiras que viviam em “diferentes favelas do Rio”³⁶⁴.

Tal situação não foi suficiente para muitas delas, as quais alegaram que a grande maioria continuaria de fora da discussão. Algumas mulheres do Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, da Aqualtune decidiram ir ao encontro e fretaram um ônibus rumo ao evento, mas foram impedidas de entrar por falta de pagamento e da inscrição. Ficaram do lado de fora e, assim, apontaram para a exclusão das mulheres negras e pobres, das diferenças que as colocavam em lados opostos, tendo em vista o racismo e as condições de classe as quais estavam expostas e as dificuldades delas em se constituírem enquanto sujeitos de ação política dentro do movimento feminista.

Esta situação foi citada em outros momentos como decisiva para o delineamento das diferenças entre as demandas do movimento de mulheres negras e o movimento feminista. Joana Angélica pautou a questão no seminário “Participação e Direitos dos Negros”. Segundo informe de 1986 feito pelo SNI intitulado *Fórum de Debates sobre o Movimento Popular*, ela destacou as críticas ao Encontro Feminista de Bertioga³⁶⁵.

Em pleno debate sobre a elaboração da Constituinte, o relatório apontou a realização em 04 de maio de 1986 no auditório Teotônio Vilela na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, de seminário que tinha como foco a participação política e os

³⁶⁴ NZINGA e o III Encontro Feminista Latino – Americano e do Caribe, *Nzinga Informativo*, jul. 1985, p.04

³⁶⁵ FÓRUM de debates sobre o Movimento Popular e a Constituinte. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Comissão Naval São Paulo, 06 mai. 1986, 2p. Disponível em < http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/EEE/86017876/BR_DFA_NBSB_V8_MIC_GNC_EEE_86017876_d0001de0001.pdf>. Acesso em 19.03.23

direitos da população negra. O relatório destacou que participaram do evento pessoas provenientes das periferias do Estado de São Paulo.

Houve, na ocasião, a apresentação de uma fita de vídeo – cassete que mostrava a discriminação das mulheres negras no evento em Bertioga. Em seguida, Joana Angélica, comentou o ocorrido, a tentativa de participar do evento por meio do pagamento de dois mil cruzados e a recusa das feministas e exigência do “pagamento de um dólar por pessoa”.

Tal evento contou, além da fala de Joana Angélica, com a apresentação de outras entidades, tais como o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista que distribuiu material anexado ao informe - *Contribuição ao debate sobre a questão do negro no Brasil* - além da apresentação de Geraldo Nascimento do MNU que pautou o regime racista sul – africano, as diferenças salariais entre brancos e negros e a discriminação racial na Volks de São Bernardo do Campo, onde “apenas 10% dos funcionários são negros e exercem funções como faxineiros, copeiros, arrumadores etc, raramente exercendo funções profissionais qualificadas dentro da empresa”³⁶⁶.

Produzido por representantes dos órgãos de segurança, no caso do informe acima citado, sob o selo da Comissão Naval em São Paulo da Marinha do Brasil, os olhares daqueles que escreviam os relatórios centravam, na maioria das vezes, para as falhas apresentadas, as discordâncias das participantes, número de envolvidos, críticas tecidas, entidades e países internacionais referenciados.

Os relatórios não refletem a complexidades das questões pautadas no encontro, a tessitura de relações efetuadas, mas, em confronto com os materiais produzidos pelas entidades negras, os quais, por vezes, encontravam-se em anexo, é possível ver as discussões travadas que, para além das discordâncias, trazem percepções diferentes a partir dos lugares sociais ocupados e como percebiam as diferentes formas de exploração que recaíam sobre as mulheres negras e a tessitura de relações com o debate em âmbito internacional, este sempre acompanhado pela militância negra que nunca perdeu os laços com os povos da diáspora. Desse modo, tal como apontou Paul Gilroy, a noção de diáspora nos leva a ver a noção de raça e solidariedade enquanto resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos os quais incorporavam mas também modificavam e transcendiam³⁶⁷.

³⁶⁶ FÓRUM de debates sobre o Movimento Popular e a Constituinte, SNI, 06 mai. 1986, 2p.

³⁶⁷ GILROY, 2001.p25.

As mulheres do Aqualtune, em entrevista ao Nzinga, mais uma vez na voz de Joana Angélica, em março de 1986, destacaram a ida ao Encontro e frisou que “nós não entramos porque éramos pobres”. Apontou que na ocasião foi feito um vídeo que mostra 23 mulheres que não entraram, mas destacou a importância da repercussão internacional do evento, o qual colocava a mulher negra enquanto sujeito de ação política³⁶⁸.

Já o Nzinga Informativo posicionou-se de modo crítico à atuação das mulheres que fretaram o ônibus. Destacou os critérios para a participação no evento, o qual “constava o pagamento da Inscrição — Cr\$ 360.000, para custeio da estadia e alimentação pelos 4 dias que duraria o Evento”. Foram disponibilizadas 2 bolsas, “isto é, a isenção do pagamento da inscrição, incluindo transporte da cidade de São Paulo a Bertioga”. Duas mulheres que viviam nas favelas do Rio de Janeiro foram contempladas³⁶⁹.

Nzinga destacou que o preço inviabilizou a participação de um grande número delas, sobretudo “aquelas de baixa renda”, mas posicionou-se pelo cumprimento do requerimento de participação e pedido de “isenção da taxa, através da solicitação de bolsas”. A participação em tais eventos foi apontada como essencial, mas salientou que tais reivindicações deveriam ser feitas de “maneira correta, de igual para igual para podermos assim exigir as condições de igualdade e respeito pelas quais tanto lutamos”.

Entende-se que eram contra o embate público e primavam pela discussão das questões relacionadas à mulher negra dentro do movimento feminista. Vê-se, assim, que outras optavam pelo distanciamento em relação a tais entidades em virtude do espaço secundário em que se viam em tais locais.

No ano de 1985 foi realizado no Quênia a Conferência Internacional sobre a Década Mulher. A escolha do local permitiu um “contingente expressivo de mulheres africanas”, tal como trouxe Maria Luiza Heliborn para o jornal *Mulherio*, permitindo foco nas múltiplas “matizes do ser feminino, suas múltiplas determinações, suas variadas identidades”, bem como que as mulheres africanas apontassem o eurocentrismo de certas posições feminista³⁷⁰.

O Jornal o *Mulherio* circulou entre 1981 e 1989 e fazia parte da Fundação Carlos Chagas, formado por um conjunto de mulheres acadêmicas, pesquisadoras preocupadas com a divulgação do conhecimento para fora dos muros das universidades e das

³⁶⁸ ENTREVISTA. *Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, fev/mar. 1986. p.03 – 06.

³⁶⁹ O NZINGA e o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe. *Nzinga Informativo*, jul. 1985, p.04.

³⁷⁰ HELIBORN, Maria Luiza. As diferenças visíveis. *Mulherio*, São Paulo, jul./ago./set. 1985. p.09. Ver.: <https://www.fcc.org.br/fcc/mulherio-home/>. Acesso em 16.04.23.

fronteiras, na busca em viabilizar propostas de articulação, sobretudo com as mulheres latino – americanas. Suas idealizadoras foram Fulvia Rosenberg e Adélia Borges.

Sua história é dividida em três fases. A primeira entre 1981 e 1983, com 16 edições; a segunda fase se estendeu de 1984 a 1988, somando 23 edições, sob a direção de Inês Castilho e não mais no âmbito da Fundação Carlos Chagas. Por fim, o jornal passou a chamar-se *Nexo, Feminismo e Cultura*, contando com 2 edições.

Nos 3 primeiros anos de circulação o jornal contou com o apoio da Fundação Ford. Estabilizado, com periodização regular, bimestral, chegou a ter entre 16 a 24 páginas. Apresentava o espaço Cartas, Saúde, Corpo, Trabalho, Violência, entre outros questões historicamente associadas à mulher foram debatidas, ressignificadas naquele espaço, tais como relacionadas ao corpo e suas formas de controle, amamentação e as dificuldades das mulheres em uma sociedade que a via como reprodutora, mas inviabilizava a mulher mãe no mercado de trabalho.

Tratou de temas como violência, aborto, sexualidade, propôs divulgação de livros com temáticas referentes à família, sessões de classificados, ações das mulheres nas câmaras legislativas.

Em seu editorial, já na primeira edição, apontou o porquê se chamar “Mulherio”, palavra quase sempre usada em “sentido pejorativo, associada à histerismo, gritaria, chatice, fofocagem ou, então, “gostosura”. Era necessário ressignificar o conceito “e, em conjunto [...] recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas”³⁷¹.

A proposta de criação do jornal, segundo elas, já havia surgido há alguns anos “entre as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas” e visava a criação de um “boletim de notícias que fizesse o intercâmbio entre as diversas instituições e pesquisadores voltados ao tema”. Era necessário aumentar o intercâmbio entre elas, aquelas localizadas em São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, mas a pauta foi ampliada na medida em que se constatou a falta de informações dos meios de comunicação em geral, o que levou a busca por uma publicação que servisse, também, como material informativo produzido por mulheres pesquisadoras da área.

Lélia Gonzalez esteve no conselho editorial na primeira fase do jornal até 1984. Na edição de número 3, ela, no espaço intitulado *Pesquisa* expôs resultados de pesquisas realizadas acerca das disparidades na sociedade brasileira, sobretudo no que concerne às

³⁷¹ POR QUE Mulherio. *Mulherio*, mar./abr. 1981, p.01.

ocupações, níveis de escolaridade, salários entre homens e mulheres, brancos e negros. Expôs as críticas que apontavam o movimento feminista enquanto mais organizado que o movimento negro e rebateu:

Até que a gente não discorda, já que se trata de uma verdade. No entanto, o movimento feminista tem suas raízes históricas mergulhadas na classe média branca, o que significa muito maiores possibilidades de acesso e de sucesso em termos educacionais, profissionais, financeiros, de prestígio etc. E isto sem deixar de considerar as dificuldades enfrentadas pelo movimento de mulheres, dados os diferentes níveis de oposição e resistência que visam, no mínimo, neutralizá-lo. No entanto, o mulhério tem ido à luta e conquistado espaços que, hoje, são definitivamente seus.

Que se pense, a partir daí, nos obstáculos a serem superados pelo movimento negro e, sobretudo, por um movimento de mulheres negras (que já existe), já que os efeitos da desigualdade racial são muitos mais contundentes que os da desigualdade sexual. Em consequência, ser mulher e negra (ou negra e mulher?) implica em ser objeto de um duplo efeito de desigualdade muito bem articulado e manipulado pelo sistema que aí está³⁷².

Tratou da importância das mulheres para a preservação da cultura africana no Brasil, entre elas, Tia Ciata e o samba³⁷³. Nesta mesma edição o jornal passou a publicar uma seção específica para o trato das questões relacionadas à Mulher Negra e, também, apresentou a ideia de criação do Tribunal Bertha Lutz, inspirado no tribunal Bertrand Russell, o mesmo que, citado anteriormente, recebeu a intervenção de Abdias do Nascimento, assistido por Sueli Carneiro e citado já no prólogo pela sua biógrafa Bianca Santana³⁷⁴.

O Tribunal tinha como objetivo “acolher denúncias, depoimentos, casos, em que a discriminação contra a mulher se confirme”. Uma das organizadoras do movimento explicou ao jornal:

O funcionamento será o de um tribunal mesmo. Só que os "réus" serão as formas de discriminação que a mulher enfrenta no seu dia a dia. Em caráter permanente, vamos coletar dados, denúncias, depoimentos sobre essas injustiças. Pronto o material, em forma de relatório será entregue a um corpo de jurados. Então, haverá uma sessão pública para a discussão³⁷⁵.

A crítica de Abdias do Nascimento à falta de representatividade das mulheres negras foi trazida pelo órgão, com trechos de sua fala acerca da tímida referência ao

³⁷² GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. *Mulherio*, São Paulo, set./out. 1981. Pesquisa, p.08.

³⁷³ GONZALEZ, Lélia. De Palmares às escolas de Samba, tamos aí. *Mulherio*, São Paulo, jan./ fev. 1982. Negra, p.02.

³⁷⁴ SANTANA, 2021, p. 11.

³⁷⁵ A DISCRIMINAÇÃO no banco dos réus, *Mulherio*, São Paulo, jan./ fev. 1982. Tribunal, p.09.

“problema da mulher negra”, e a garantia de que “para estarem presentes [...] muitas de vocês deixaram uma negra cuidando dos filhos ou na beirada do fogão”³⁷⁶.

Lélia escreveu sobre o surgimento do bloco afro Ilê Aiyê e de outros inspirados na arte e estética africana³⁷⁷, foi entrevistada enquanto candidata à deputada federal pelo PT para as eleições de 1982³⁷⁸ e seus textos se mantiveram ausentes das próximas edições.

Mulherio, ao longo de suas edições, incluiu ou excluiu edições, bem como manteve irregularidade na forma como tais seções eram paginadas. Elas tratavam do tema da discriminação no mercado de trabalho, maternidade, contracepção, aborto, violência, sexualidade e, em sua segunda fase, apontou que traria, também, seções com o ponto de vista do homem.

Fazia parte da comissão organizadora mulheres de diferentes grupos e tendências. O conselho editorial era composto por profissionais com grande destaque em suas áreas de atuação e no movimento feminista como: Fúlvia Rosemberg (responsável pelo projeto), Adélia Borges (editora), Carmem Barroso, Carmem da Silva, Heleieth Saffioti, Maria Rita Kehl, Ruth Cardoso, Maria Carneiro da Cunha, Elizabeth Lobo, Lucia Castello Branco, Lélia Gonzalez.

Tratou da formação da entidade Centro de Informação da Mulher (CIM), destinado a reunir materiais diversos para a construção de uma memória e de uma história da mulher³⁷⁹ e que, logo, contaria, também, com a publicação de um boletim³⁸⁰.

Com o encerramento do financiamento recebido pela Fundação Carlos Chagas e da Fundação Ford, o jornal passou a apontar as incertezas em relação a sua continuidade³⁸¹ e retornou apenas sete meses depois com o apoio de “agências que financiam projetos ligados à promoção da mulher”, bem como maior quantidade de anúncios. Salientou sua independência e a formação do Núcleo de Comunicações Mulherio, “uma associação civil sem fins lucrativos que pretende, aos poucos, ir entrando também em outras áreas da comunicação”.

³⁷⁶ INOVANDO na forma e na ação. *Mulherio*, São Paulo, jul./ ago. 1982. Tribunal, p.04.

³⁷⁷ GONZALEZ, Lélia. Beleza negra, ou: ora-vê-vê-o! *Mulherio*, São Paulo, mar./ abr.1982. Negra, p.02.

³⁷⁸ POLÍTICA feminina. *Mulherio*, São Paulo, set./out. 1982.Eleições, p.05.

³⁷⁹ Atualmente a entidade com aproximadamente 7.000 livros, 500 periódicos e promove ações diversas, tais como cursos, ações sociais e banco de dados para sistematização da documentação. Ver.: NASCIMENTO, Maria de J. Informação e cidadania: necessidades e formas de busca por parte da mulher catarinense. *Inf. & Soc.: Est., João Pessoa*, v. 13, n. 2, p. 123-150, jul./dez. 2003. Disponível em < https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_6b5cec4da0_0013251.pdf>. Acesso em 15.04.23.

³⁸⁰ ROMPENDO o silêncio da história oficial. *Mulherio*, São Paulo, mai./jun.1983. p. 07.

³⁸¹ Ver.: *Mulherio*, São Paulo, set./ out. 1983.

Os resultados das pesquisas realizadas por Sueli Carneiro ganharam espaço, novamente na seção “Negras”, que havia retornado após a ausência de Lélia³⁸². Neste espaço Sueli fez um balanço do Encontro de Mulheres Negras de São Paulo, descrito como um sucesso por ter congregado 500 participantes entre 10 a 12 de agosto de 1984. Apontou que o encontro debateu a “situação da mulher negra no mercado de trabalho, mulher negra x mulher branca, a questão estética da mulher negra, creche, saúde e participação política”. Chamava atenção aos estudos que davam conta da gravidade da situação da mulher negra e seus rendimentos, tendo em vista que “84% do total de mulheres negras não ganha mais do que dois salários mínimos”, o que trazia a evidência das múltiplas formas de discriminação sofridas por elas³⁸³.

Questões relacionadas à estética, padrões de beleza e estereótipos acerca da feminilidade também foram apontados, segundo Sueli Carneiro, a qual tomou como referência fala de Benedita da Silva, título da reportagem “me ensinaram mais a ser homem do que mulher, mais branca do que negra”³⁸⁴.

Por outro lado, as dificuldades de diálogo eram apontadas, também, do lado do movimento feminista branco, entre eles, o Boletim do Centro de Informação da Mulher. Este centro manteve, entre os anos de 1984 a 1988, um Boletim “Cim”, produzido em São Paulo e de periodicidade irregular. A entidade foi criada ao início de 1981 com o objetivo de restituir a história e/ou guardar a memória da mulher brasileira. Naquele exemplar de dezembro de 1988, disponível no acervo do Geledés, reclamavam da falta de sede e ameaça de despejo em virtude de ocuparem uma casa cedida pelo governo do estado e a não renovação do contrato desde 1987³⁸⁵.

O boletim de dezembro de 1988 trouxe endereços de grupos de mulheres negras localizados em diversas partes do país, referências bibliográficas e sugestões de vídeos que abarcavam diferentes temáticas, como Mulher Negra, África, Feminismo, Violência, Depoimentos, Ensaios e Críticas, Escravidão, Racismo. Este exemplar, produzido no Centenário da Abolição da Escravatura, dedicou significativo espaço para o trato das questões relativas às mulheres negras, mas reclamou da falta de diálogo com elas, a solicitação que elas enviassem textos e materiais e a falta de resposta. Na seção Memória da mesma edição, texto de Luiza Bairro explicitava as difíceis relações entre elas:

³⁸² TRAZER a negritude ao novo feminismo. *Mulherio*, São Paulo, abr./mai./jun. 1984. p. 17.

³⁸³ CARNEIRO, Sueli. Me ensinaram a ser mais branca do que negra. *Mulherio*, São Paulo, set. out. 1984. p.14

³⁸⁴ Idem.

³⁸⁵ Ver. BOLETIM Cim, 11 dez. 1988. Acervo Geledés.

Um pouco antes de começar, eu estava dizendo à Alice que provavelmente, eu fiz uma loucura quando aceitei juntar algumas reflexões sobre um tema muito geral que a Alice me propôs: “Mulher Negra e feminismo”

A gente fica achando que já avançou muito na forma de pensar estas coisas, mas quando pára para sistematizar percebe que ainda faltam muitos elementos. Eu me dava conta, inclusive, de que há duas semanas atrás realizamos aqui em Salvador, o IIº Encontro de Mulheres Negras do Estado da Bahia onde não se conseguia perceber este tipo de preocupação. Ou seja: qual é exatamente o tipo de relação das mulheres negras organizadas com o movimento feminista? Até que ponto esta relação já evoluiu?

A ausência desta preocupação, pelo menos no encontro da Bahia, me faz pensar que nós mulheres negras já nos convencemos de que temos que nos reunir em separado. A gente não vai mais gastar muita energia para tentar pensar como esta relação vai acontecer. Vamos fazer com que tudo evolua naturalmente, e que num determinado ponto possamos confluir para uma luta mais próxima, mais solidária³⁸⁶.

Luiza Bairos reclamou a falta de uma literatura específica sobre essas relações e apontou que sua exposição seria baseada em discussões realizadas com outras militantes. Apontou que a experiência da mulher negra começa com o racismo e dentro do movimento negro. Contudo, neste trabalho foi apontado a complexidade desta questão. Atenta-se, por exemplo, ao depoimento de Pedrina de Deus e de outras mulheres que atuaram no movimento de mulheres negras dos anos 1980 e a descrição sobre a forma como iniciaram suas trajetórias, seja no movimento feminista, outras em entidades de classe. Para Luiza Bairos, era a experiência da discriminação racial na escola, meios de comunicação, que moldava a consciência da mulher negra e, assim, desenvolvia - se, por parte dela, a necessidade de atuação dentro das esferas do movimento negro. Tal caminho, no entanto, trazia uma outra problemática, o machismo dos militantes.

Neste percurso a mulher negra recorria ao movimento feminista, mas o discurso deste se mostrava incompatível com a realidade delas. Questões tratadas pelas feministas, tais como corpo e sexualidade, não englobavam a mulher negra; a forma como condicionavam as discussões sobre o aborto não levava em conta as especificidades das condições de saúde das mais pobres e negras, como apontava Luiza Bairos em suas argumentações³⁸⁷.

Noções assentadas na convivência harmoniosa entre as raças, estereótipos, paternalismo e a dificuldade de partilhar o poder e criar uma visão múltipla do que é ser mulher atrapalhavam o diálogo entre elas, mas essa era uma demanda muito mais eloquente para as mulheres brancas, as quais precisavam se reformular, segundo Luiza

³⁸⁶ BAIRROS, Luiza. Mulher negro e o feminismo. *Boletim Cim*, 11 dez. 1988. Acervo Geledés.

³⁸⁷ Idem.

Bairros, do que para as mulheres negras, como apontou ao frisar que, no último encontro por ela participado, esta questão não tinha sido posta.

Tal como foi evidenciado ao longo dessa pesquisa, tais articulações estavam ocorrendo e reformulando ambos os movimentos. A presença de feministas e representantes de várias entidades civis foi marcante nos encontros de mulheres negras. Elas estavam, sim, preocupadas em ter entidades próprias onde pudessem ditar os contornos de suas organizações, sem ocupar espaços secundários. A própria organização do Tribunal Winnie Mandela, em 1988, denota tais articulações, o protagonismo delas e, sobretudo, a tessitura de contatos, seja com órgãos como a OAB, movimento feminista, partidos políticos, entidades governamentais e, sobretudo, as trocas nunca cessadas entre as mulheres negras brasileiras e o cotidiano das mulheres africanas, mais particularmente, naquele momento, das sul – africanas assoladas pelo apartheid.

O lugar ocupado pela mulher negra no trabalho, tratamento recebido, ou seja, sua experiência social a colocava em patamares diferentes em relação às mulheres brancas, alocando-lhes, assim, demandas distintas. Os dados apontados por Sueli Carneiro evidenciavam que a discriminação sexual se somava à racial, destinando à mulher negra o confinamento em funções subalternas, de piores remunerações e, como uma das prioridades de luta antirracista, apontou a quebra dos estereótipos e os padrões estéticos negativos que marcam sua existência.

Em 1985 a ONU reuniu em Nairobi, no Quênia, 10 mil mulheres de diversas partes do mundo a fim de discutir o Decênio das Nações Unidas para as Mulheres. A Conferência Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher contou com a presença de Maria Luiza Heilborn, antropóloga do Museu Nacional e que apontou, no Mulherio, a grande diversidade proporcionada por um encontro realizado no continente africano, na qual se viam mulheres do “Irã e do Iraque”, as quais exibiam cartazes sobre a guerra em seus países; mulheres do Zimbábue tratavam de “programas de apoio a pequenos produtores agrícolas” ao passo que “as japonesas pedem adesão aos abaixo-assinados contra a nuclearização do mundo”³⁸⁸. Tais questões mostravam o caráter multifacetado das demandas feministas globais.

Mulherio estacou em *Unidos contra o apartheid* as manifestações em Nairobi contra o segregacionismo sul – africano a partir da fala da intelectual e ativista Ângela Davis. Apesar do jornal citar que movimentações contra o apartheid ocorriam também

³⁸⁸ HEILBORN, Maria L. As diferenças visíveis. *Mulherio*, São Paulo, jul./ago./set./1985. p.08.

no Brasil, partiu da fala da ativista estadunidense sobre as ações realizadas nos EUA e a explosão de solidariedade na luta para o rompimento das relações diplomáticas com a África do Sul³⁸⁹.

O jornal reproduziu o discurso de Ângela Davis em relação à luta travada em seu país contra o apartheid, realizada, sobretudo, por parte dos trabalhadores que, segundo ela, protagonizaram um movimento no qual “os portuários se recusaram a descarregar um navio que veio da África do Sul”, movimento que se espalhou por toda a área da baía, costa oeste do país.

O jornal *Mulherio*, ao longo de suas edições até aquele momento, trouxe nula referência à luta travada na região sul da África, mas, tendo em vista as ações que ocorreram no encontro, trazidas por mulheres de diversos países, a pauta de luta antiapartheid foi incorporada na edição. Inês Castilho apontou que, em um seminário realizado na Tenda da Paz, “as mulheres da África do Sul e da Namíbia denunciaram os horrores praticados pelo governo racista de Botha”³⁹⁰.

Reproduziu, ainda, depoimento de militante do CNA, Rita, a qual tratou sobre o que aqueles 10 anos significavam para as mulheres sul – africanas. Década que havia iniciado com o Massacre de Soweto e era encerrada pela onda de violência perpetrada pelo estado no ano de 1984, quando o povo sul – africano recusou a nova Constituição que não reformava o apartheid, mas o intensificava³⁹¹.

Esta nova Constituição era uma tentativa do governo sul – africano de suavizar as pressões internacionais e foi votada ao final de 1983. Criou um Parlamento composto por três Câmaras, uma para a população branca, outra para mestiços e uma para os indianos. A população negra não angariou espaço e sua exclusão mostrava a continuidade da política apartheísta.

No que se refere aos indianos e mestiços, suas decisões na Câmara eram passíveis de veto, o que levou ao boicote por partes destes grupos e, também, ao aumento da repressão e continuidade das remoções forçadas. Em 1985 o governo sul – africano decretou estado de emergência³⁹².

Lélia Gonzalez e Benedita da Silva estiveram em Nairobi. Para as militantes negras brasileira ali presentes foi dedicado apenas um box, com destaque ao painel

³⁸⁹ CASTILHO, Inês. Unidos contra o apartheid. *Mulherio*, São Paulo, jul./ago./set./1985. p.14.

³⁹⁰ CASTILHO, Inês. Terrorismo branco atinge mulheres e crianças. *Mulherio*, São Paulo, jul./ago./set./1985. p.15.

³⁹¹ Idem.

³⁹² BRAGA, 2011, p. 91.

apresentado por Lélia Gonzalez e Diva Moreira. O foco dado ao Mulherio esteve na contestação à suposta democracia racial brasileira³⁹³, mas, tal como desenvolvemos ao longo desta pesquisa, sabe-se que suas pautas estavam em consonância com aquelas que a edição de Mulherio viu em Nairobi, tendo em vistas as especificidades das demandas de mulheres localizadas em diversas partes do mundo.

Matilde Ribeiro destacou que foi devido à III Conferência Mundial das Mulheres ocorrido em 1985 em Nairobi que o Conselho Estadual da Condição Feminina decidiu realizar o estudo sobre a situação da mulher. Dada à atuação das militantes negras do CECF foi incluído tópico relacionado à questão da Mulher Negra, de autoria de Sueli Carneiro e Thereza Santos³⁹⁴. A primeira, como foi apontado, já trouxera dados estatísticos para as páginas do Mulherio sobre as diferenças entre negros e brancos, pautados pela questão de classe, raça e gênero.

A formação da Comissão da Mulher Negra dentro do CECF possibilitou a produção de trabalhos importantes no que tange à temática do racismo e de como ele atinge o cotidiano da mulher negra e foi fundamental para a criação da entidade de cunho nacional, em 1988, a partir do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a Coordenação do Programa da Mulher Negra

A pouca repercussão do encontro de Nairobi na imprensa negra feminina analisada nesta pesquisa talvez tenha ocorrido em decorrência às suas dificuldades cotidianas de acesso, tal como o próprio encontro em Bertioga, realizado na mesma época, evidenciou. Sua parca repercussão, entretanto, não deve permitir às conclusões de que estavam alheias às discussões que ali ocorreram, tal como foi evidenciado.

Na mesma edição, o jornal Mulherio dedicou espaço à avaliação do III Encontro Latino-Americano e do Caribe de Bertioga. Conforme foi apontado ao longo deste capítulo, o encontro recebeu maior atenção das mulheres negras envolvidas no movimento. Aliás, o episódio de fretamento do ônibus por parte de algumas delas recebeu críticas de Ethel Leon, uma das responsáveis por Mulherio naquele momento, que tratou o caso como suposta manobra política.

Para ela, tratavam-se de “faveladas cariocas que, sabendo das regras do Encontro e da necessidade que havia de pagar a taxa de inscrição [...] conseguiram que o Lion’s

³⁹³ DEMOCRACIA racial. *Mulherio*, São Paulo, jul./ago./set./1985. Boxe, p.14.

³⁹⁴ RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing. *Estudos feministas*, ano 3, 2º semestre de 1995. p.448.

Clube lhes cedesse um ônibus”³⁹⁵. As demandas das mulheres negras brasileiras foram reduzidas, assim, por ela, enquanto manipulação e oportunismo, como se elas não soubessem sistematizar e propor suas demandas, nem traçar estratégias para se colocarem no debate político. O racismo, assim, atuava nas relações entre elas, dado o reducionismo em que suas demandas eram postas, paternalismo, bem como o tom pejorativo com que foram referenciadas nesta publicação.

Na mesma página de *Mulherio*, três reportagens foram compostas, aparentemente distintas, mas complementares se se atentarem ao conceito de diáspora e a luta encampada pelas mulheres negras. Ao alto e ocupando metade da página, *Unidos contra o apartheid* e foto de Ângela Davis; no canto esquerdo abaixo, boxe, *Democracia Racial* sobre o questionamento de Lélia Gonzalez e, ao lado, o texto sobre a atuação das mulheres negras em Bertioga.

Sem tecer relações mais aprofundadas entre ações das mulheres em Nairóbi, *Mulherio* destacou em “Quantas anônimas guerreiras brasileiras”, as mulheres negras no encontro em Bertioga, de que modo pautaram o racismo e a especificidade da luta da mulher negra dentro das esferas do feminismo. Ao final, destacou o que classificou como “a mais linda cena”, na qual “Mulheres do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, do Movimento Negro Unificado, do Agbaram Dudu e do Coletivo Nzinga do Rio de Janeiro”, entre outras entoaram uma canção cujo refrão era “África liberta em suas trincheiras/ Quantas anônimas guerreiras brasileiras”.

A música é considerada “hino do movimento de mulheres negras contemporâneo” e foi cantada, também, no encerramento do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado 1988, em Valença, no Rio de Janeiro³⁹⁶. A luta das mulheres negras brasileiras passava pela luta das mulheres negras localizadas em diversas partes do mundo, em especial, a luta das mulheres negras africanas:

Luiza Mahin
Chefa de negros livres
E a preta Zeferina
Exemplo de heroína
Aqultune de Palmares
Soberana quilombola
E Felipa do Pará
Negra Ginga de Angola
África liberta em suas trincheiras

³⁹⁵ LEON, Ethel. Terceiro Encontro feminista latino-americano e do Caribe. *Mulherio*, São Paulo, jul./ago./set./1985. p.09.

³⁹⁶ ÁFRICA liberta em suas trincheiras. Quantas anônimas guerreiras brasileiras. ABPN, 10. mar.2021. Disponível em <https://www.abpn.org.br/post/%C3%A1frica-liberta-em-suas-trincheiras-quantas-an%C3%B4nimas-guerreiras-brasileiras>>. Acesso em 15.06.22.

Tal como trouxemos nesta pesquisa, o movimento de luta internacional sul – africano soava para estas mulheres negras muito mais impactante em suas pautas de reivindicações, algo que se mostraria consolidado com a realização do então chamado Tribunal Winnie Mandela ao longo do ano 1988.

Em 1985 foi apresentado projeto ao então candidato Tancredo Neves para, caso ele fosse eleito, criasse uma entidade feminina ao nível federal. José Sarney, por sua vez, sancionou a lei nº 7353 que criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher³⁹⁸, dando um “passo importante para o Brasil efetivar as diretrizes da Década da Mulher”³⁹⁹.

O Conselho era composto de Conselho Deliberativo, Assessoria Técnica, Secretaria Executiva, com membro efetivos, suplentes e o Presidente do Conselho Deliberativo. Entre as nomeadas estavam Lélia Gonzalez, Jaqueline Pitanguy, Ruth Cardoso, Rose Marie Muraro, Benedita da Silva, Lúcia Arruda, sob a presidência de Ruth Escobar.

Entre as atividades realizadas pelo Conselho ocorreu a campanha Alerta da Mulher para a Constituinte na qual “demandavam participação igualitária nas listas eleitorais para cargos eletivos dos partidos”, bem como a realização de seminários e proposta de modernização do Código Penal⁴⁰⁰.

Nos debates em torno da Constituinte, o CNDM se direcionou para uma série de esforços, tais como a representação da mulher negra nos meios de comunicação e a articulação, junto ao Conselho da Condição Feminina de SP e a OAB – Mulher, SP do Tribunal Winnie Mandela na Faculdade de Direito da USP, Largo São Francisco⁴⁰¹.

Edna Roland destacou que, no ano de 1988, foi convidada para assumir a coordenação da Comissão de Mulheres Negras do Conselho Estadual, junto a Maria Lúcia da Silva. Foi então que apresentou a proposta para a criação do Tribunal Winnie Mandela. Sua ideia era, naquele Centenário da Abolição, “avaliar a Lei Áurea cem anos depois”,

³⁹⁷ CULTNE - Luiza Mahim – Guerreiras. Brasileiras. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XqvqH_vaM2g> . Acesso em 15.06.22

³⁹⁸ BRASIL. DECRETO nº 7353 de 29 de agosto de 1985. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1985. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7353.htm#:~:text=L7353&text=LEI%20No%207.353%2C%20DE%2029%20DE%20AGOSTO%20DE%201985.&text=Cria%20o%20Conselho%20Nacional%20dos,CNDM%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.. Acesso em 15.06.22.

³⁹⁹ SANTANA, 2021. p.138.

⁴⁰⁰Idem, p. 139

⁴⁰¹ RATTs, 2010, p.111.

suas “consequências [...] para as mulheres negras especialmente e para a população negra como um todo”:

Esse projeto começou a ser elaborado em uma parceria entre o Conselho da Condição Feminina de São Paulo, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a OAB, [...]Ele causa, inicialmente, um debate acirrado no interior do Ministério da Justiça, que é onde o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher estava localizado. O ministro era o Paulo Brossard, e ele considerou absurdo que o Estado brasileiro fosse avaliar uma lei que tinha sido elaborada pelo próprio Estado. Ele, a princípio, não queria admitir que o projeto tivesse esse objetivo. Um segundo problema era o nome do tribunal: Winnie Mandela. O Ministério da Justiça temia que o desenvolvimento desse projeto pudesse implicar em manifestações públicas na porta da embaixada e dos consulados da África do Sul, pelo Brasil afora, na medida em que o projeto pudesse vir a estabelecer relações entre o que se passava no Brasil e o que se passava na África do Sul. E era isso mesmo que a gente queria fazer e que o governo brasileiro temia: esse estabelecimento de relações⁴⁰².

Diante do impasse causado pelas declarações do ministro, os idealizadores aceitaram fazer algumas concessões e, em vez de serem levadas diversas pessoas para tratarem dos problemas causados pelo racismo em seus cotidianos, tendo em vista suas queixas e demandas, seriam realizados seminários ao longo do ano sobre temas diversos, “sessões sobre educação, trabalho, saúde, violência”⁴⁰³ com especialistas de diferentes áreas.

A tessitura de relações entre o Brasil e a África do Sul já vinha sendo realizada desde o final da década de 1970 e os efeitos do racismo no cotidiano dos sul – africanos permitiram a visualização de como o racismo atua na vida do negro brasileiro, desde suas condições de trabalho, moradia, locomoção, educação, violência policial. Trouxe, ainda, elementos para que fossem pensadas as estratégias de luta e as articulações entre o movimento negro, os partidos políticos, entidades internacionais e as associações que atuavam diretamente nas favelas e periferias.

Diante do desafio de investigar a violência contra a juventude negra, a pesquisadora Aline Maia Nascimento investigou as estratégias de sobrevivência e redes de solidariedade tecidas entre familiares e amigos das vítimas, o que a levou a duas experiências, o Tribunal Popular Winnie Mandela e o Tribunal Popular da Baixada Fluminense⁴⁰⁴.

⁴⁰² Histórias do movimento negro no Brasil (p. 349). Pallas Editora. Edição do Kindle.

⁴⁰³ Idem, p. 350.

⁴⁰⁴ NASCIMENTO, Aline M. De Winnie Mandela à Baixada Fluminense. *Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos*, v.15 n.28, pp.19 – 34, 2018. Disponível em < <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-aline-maia.pdf>>. Acesso em 28.11.21

Ambos, segundo a pesquisadora, em momentos históricos diferentes, o primeiro de 1988 e o segundo, 2018 sem valor jurídico, constituíram-se como espaços de debates, reflexões, compostos por movimentos sociais, familiares, nas quais as violências eram discutidas, bem como “pequenos infortúnios, pequenas desgraças que, somadas às condições de precariedade, assolam as formas de viver e fazer o mundo para pessoas negras”, tais como situações de desaparecimento do corpo de um filho, luta por colocar o nome da pessoa à certidão de óbito. Nesses espaços se discutiam responsabilidades, promovia-se a solidariedade e o autocuidado, buscava-se a dignidade e a reafirmação da humanidade daqueles mortos de modo brutal pelo Estado brasileiro.

Lembrando, então, um autêntico júri, o palco onde foi realizada a “sessão do Grande Júri do Tribunal Winnie Mandela” foi a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo⁴⁰⁵. A compreensão das mulheres negras presentes naquela comissão era de que o racismo era um fenômeno global e assim deveria ser, também, as práticas políticas antirracistas.

Realizado a partir do dia 07 de maio de 1988 enquanto um fórum de debates reflexivos sobre o significado da Lei Áurea para a população negra e, mais especificamente, para a mulher negra, o Tribunal Winnie Mandela marcou a construção de mais uma camada na sistematização de uma perspectiva antirracista que possibilitasse englobar de que forma o racismo se manifestava nas várias esferas da vida das mulheres negras e pobres.

Na abertura do evento, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, estavam presentes Jacqueline Pitanguí, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Ida Maria, do Conselho da Condição Feminina, Alda Marco Antônio, secretária de Estado, e o jurista Dalmo Dallari. O Boletim do Centro de Informação da Mulher apontou a fala deste último, o qual mostrava grande preocupação em chamar a atenção para que o que se discutisse ali não tivesse caráter jurídico, apenas moral⁴⁰⁶.

Edna Roland apontou que, no momento em que apresentou a proposta para a criação do grande júri, Nelson Mandela ainda se encontrava preso e frequentemente havia manifestações públicas contra a sua prisão. Era, então, necessário apontar a face feminina daquela luta e, assim, a proposta era colocar os anseios das mulheres negras no centro do debate⁴⁰⁷.

⁴⁰⁵ NASCIMENTO, 2018, p. 22.

⁴⁰⁶ TRIBUNAL Winnie Mandela. *Boletim Cim*, 11 dez. 1988. Acervo Geledés.

⁴⁰⁷ Histórias do movimento negro no Brasil (pp. 348-349). Pallas Editora. Edição do Kindle.

O Boletim do Centro de Informação da Mulher apresentou, ainda, o retrato de Winnie Mandela e o discurso de Sueli Carneiro na abertura do evento. Ela “abordou a questão da legitimidade, do direito e do dever de cada mulher negra na luta contra sua opressão e discriminação”. O trecho selecionado está em consonância com a divulgação, nas outras páginas do boletim, que clamava às mulheres negras a participarem da entidade feminista com o envio de materiais para sua publicação. Benedita da Silva tratou do “racismo, sexismo e classismo”; Leci Brandão cantou e levantou toda a plateia “num momento de emoção e reflexão contra o racismo no Brasil”.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher fez circular o ‘Informe Mulher’⁴⁰⁸ que em sua edição número 8 de dezembro de 1988 trouxe a chamada de primeira página, “Tribunal Winnie Mandela: o réu é condenado à pena máxima”.

Na seção ‘A mulher negra na luta’ destacou os seminários realizados ao longo do ano e que fizeram parte da composição do tribunal. O texto também apontou que o ponto alto da abertura do evento se deu com a apresentação de Leci Brandão e a música “Lá e Cá”, “em que a autora compara a situação dos negros na África do Sul e no Brasil”.

Trecho do discurso de Sueli Carneiro também foi selecionado. Desta vez, o foco foi a justificativa dada pela intelectual e ativista da necessidade do tribunal. As mulheres negras eram a maioria das analfabetas, mais de 50 % das empregadas domésticas; 85% das quais ganham menos de um salário-mínimo. Era aquelas apenas 1% das que conseguiam chegar à universidade, a maioria nos presídios. Assim era o dever delas questionar o Centenário da Abolição sendo este, então, o fim último daquele tribunal.

Ao todo o tribunal Winnie Mandela contou com 5 seminários que discutiram vários aspectos da condição da mulher negra no Brasil, encerrado com um grande debate público. Em 22 de agosto ocorreu o seminário “Mulher negra e o trabalho”, seguido em setembro do tema “Mulher Negra e Legislação Brasileira”. Outro debate tratou da “Reprodução e dinâmica demográfica da população negra no Brasil”.

Nos seminários, após a apresentação dos dados pelos convidados, entre os quais havia pesquisadores, advogados, ativistas, entre os quais estiveram presentes Robert

⁴⁰⁸ De 12 páginas, o jornal ‘Informe Mulher’ buscava, com otimismo, entrar o ano de 1989 e, assim, trouxe algumas das conquistas do movimento de mulheres liderado pelo CNDM. Jacqueline Pitanguy, presidente do CNDM, em editorial, apontou como questões prioritárias para 1989 a mortalidade materna e questões relacionadas à saúde da mulher, sobretudo à violência sofrida pela gestante. Apontava, assim, a urgência de um programa voltado para a saúde da mulher em seus múltiplos aspectos, desde a menstruação, métodos contraceptivos, direito à informação, exames. Trouxe, na seção “Movimento em Movimento reflexões acerca do feminismo no Brasil, sobretudo com a divulgação de eventos promovidos pela entidade, tais como seminário em Brasília sobre o combate à violência.

Slenes (UNICAMP) e Alícia Bercovith (USP), Eunice Aparecida de Jesus Prudente, advogada, seguiam-se as interferências dos debatedores, que contou com as intervenções de Joel Rufino dos Santos, professor e escritor; Hélio Santos do Grupo de Estudos Interdisciplinares de Negros da USP; Edna Roland, da secretaria de Saúde; Tereza Santos, entre outros.

O tribunal foi encerrado em 19 de novembro. Durante a sessão, Fausto Sucena Rasga, na condição da defesa, negou a existência do racismo no Brasil com a argumentação de que o que congregaria a todos era o sentimento de nacionalidade. Na promotoria, Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira afirmou a existência da discriminação racial. Sucedeu-se discussões acirradas entre ambos, com intervenções daqueles que compunham o corpo de jurados, composto por pessoas “de diversos setores da sociedade”. Para o órgão o pluralismo dava legitimidade às discussões ali travadas e a publicação seguiu com a divulgação do veredito final:

Aos dezenove dias do mês de novembro de 1989, reunido o Tribunal Winnie Mandela, para apreciação do processo que a sociedade brasileira promove contra o preconceito racial, deliberou [...] considerar o réu culpado [...]. Caberia, então, a todos que compunham o estado brasileiro retirarem a máscara da discriminação racial e compensar a população negra por meio de medidas que garantissem a efetiva participação da população negra na vida social, política, cultural e econômica.

Apesar dos desvios iniciais trazidos por Edna Roland no que concerne ao propósito das ativistas e as mudanças ocasionadas para que ele pudesse ser, de fato, realizado, ele continua vivo na memória das atividades enquanto ponto alto das discussões que vinham sendo realizadas. A forma como ampliaram o escopo das discussões sobre o caráter do racismo na sociedade brasileira, a promoção da reflexão sobre de que modo ele afeta o cotidiano dos mais pobres e, sobretudo das mulheres, estava pautado, então, na agenda de diversas entidades, seja a OAB, grupos universitários, imprensa feminista.

CAPÍTULO 4: MULHER, NEGRA, POLÍTICA E ANTIRRACISTA GLOBAL – BENEDITA DA SILVA NA LUTA ANTIAPARTHEID

Moradora do Morro do Chapéu Mangueira, Benedita foi eleita, em 1976, presidente da Associação de Moradores, “onde participou também do movimento de mulheres”⁴⁰⁹. Casou-se, em 1983, com Aguinaldo Bezerra dos Santos, o Bola - à época, líder comunitário do Morro da Babilônia e do Chapéu Mangueira, e fundador da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ). Ambos atuaram no processo de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980.

Benedita atuou para a criação do “departamento feminino da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro e do Centro de Mulheres de Favelas e Periferia (CEMUF)”. Foi eleita vereadora no Rio de Janeiro no ano de 1982, com o slogan “negra, mulher e favelada” e, 5 anos depois, tomou posse como deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores. Bola, por sua vez, foi candidato a vice-governador na chapa de Fernando Gabeira, no ano de 1986, e faleceu em 1988, em decorrência de complicações pulmonares.

No que tange à luta antiapartheid, a proibição do Brasil na manutenção de relações diplomáticas com países que adotassem política oficiais de discriminação racial, mais particularmente, a África do Sul, foi temática constante nos posicionamentos de Benedita da Silva, ao longo, sobretudo, do final da década de 1980. Nas seções do legislativo seus posicionamentos ecoavam dali para outras instâncias, com repercussão nos meios de comunicação e nas falas de outras lideranças políticas partidárias e, também, da militância negra.

Tais posicionamentos eram construídos nas ruas, em passeatas, shows, congressos, seminários, viagens internacionais, acompanhados ou organizador por ela, registrados pelos órgãos de segurança e informação e pelos materiais da imprensa negra. Benedita não apenas pautava a questão, mas propunha caminhos com base em propostas epistemológicas que iam muito além do pedido pelo fim das relações diplomáticas e traziam formas específicas de ver e analisar o mundo, construídas em redes com outras mulheres negras.

⁴⁰⁹ BENEDITA da Silva (*Benedita Sousa da Silva*). Disponível em <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/benedita-sousa-da-silva>. Acesso em 13.04.2020.

Os três pontos comumente registrados na fala dela – fim do apartheid, libertação de Mandela e fim das relações diplomáticas - foram fundamentais na pauta dos militantes negros e serviram como um mote comum a todas as entidades que pautaram a questão e utilizavam a repercussão do apartheid como estratégica para se inserirem no debate político. Era este, sobretudo, o foco dos relatórios feitos pelos órgãos de segurança. Entretanto, o significado dado à luta antiapartheid no Brasil não foi o mesmo, nem entre os militantes negros e estes três pontos são compreendidos, assim, como apenas uma ponta de iceberg.

O material disponível no Arquivo Nacional referente à atuação de Benedita da Silva traz uma multiplicidade de redes e atuações dela, seja em movimentos de bairro, manifestações antirracistas, organização de atos públicos contra o racismo, apartheid e violência policial, suas atuações políticas partidárias dentro do Partido dos Trabalhadores, suas práticas enquanto vereadora no Rio de Janeiro ou deputada federal, membro da Constituinte, referência para setores progressistas do meio cristão e para as múltiplas entidades negras, as quais, constantemente dedicaram espaço em seus periódicos para entrevistas, elaboração de perfis e acompanhamento das ações dela.

Benedita foi constantemente entrevistada pelos órgãos da imprensa negra, apontada como referência para as lutas femininas, além de ser presença constante em eventos e passeatas as quais tinham como referência a luta antiapartheid, entre as quais as duas de maior envergadura foram a visita do bispo Desmond Tutu ao Brasil em 1987 e a de Nelson Mandela em 1991.

O Serviço Nacional de Informação registrou Benedita em ato público em frente à Embaixada da África do Sul em Brasília pela libertação de Nelson Mandela, na visita do bispo Desmond Tutu ao Brasil em 1987 e de Nelson Mandela em 1991; no I Encontro de Mulheres Negras no Rio de Janeiro em 1983 e na organização do I Encontro de Mulheres de Favelas e Periferia; sua inclusão junto a outros nomes no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em 1985; sua eleição em 1987 como suplente para a mesa da Assembleia Nacional Constituinte; eventos da Consciência Negra e de denúncia ao racismo realizados por igrejas cristãs, enquanto membro da legislatura em sessões que trouxeram a temática e que a inseria enquanto principal porta voz da comunidade negra; eventos relacionados a sua candidatura à prefeitura do Rio de Janeiro, bem como os contatos que tecia fora do país.

Vereadora, deputada federal, cristã, evangélica, mulher, militante, negra e periférica, Benedita da Silva esteve em Nairobi no encerramento da Década da Mulher

no ano de 1985; teve atuação marcante nos debates relacionados à Constituinte, ocupou posto de titular da Subcomissão de Negros, Populações Indígenas e Minorias, foi suplente da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Apontou caminhos para o Brasil no que tange à política externa, sobretudo tendo em vista os países africanos e os laços históricos tecidos com a comunidade negra e destacou de que modo tais relações ofereciam possibilidades políticas, econômicas, sociais ao desenvolvimento de ambas as localidades.

Para NEGO: Boletim Informativo do Movimento Negro Unificado, Benedita era apontada como “tantas outras mulheres que nascem no Rio de Janeiro”. De família pobre, migrante de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, foi a 12ª filha, nascida em 11 de março de 1942. Cresceu na favela Chapéu Mangueira, lugar onde até aquele momento ainda morava. Fez de tudo, “camelô, fiz carretas na feira, vendia limão, vendia cosméticos, fui também empregada doméstica, enfim fiz tudo aquilo que era necessário para não morrer de fome”⁴¹⁰.

Nestas circunstâncias destacou que ir à escola era muito difícil. Atuou em projetos de alfabetização na comunidade em que morava e voltou a estudar apenas após casada, momento em que cursou Serviço Social. Salientou todas as dificuldades sofridas e a importância da educação, sobretudo para o aperfeiçoamento de seu trabalho na comunidade.

Com espaço dedicado à opinião, violência policial, literatura, contexto externo, na edição de outubro de 1987 o jornal *Nêgo* dedicou suas últimas páginas para entrevista concedida por ela aos antropólogos Cristine Hochsteiner e Andreas Hofbauer. Ela foi apresentada como aquela que estava “trabalhando na subcomissão da “ordem social”, foco dado ao trato da questão da mulher, dos deficientes físicos, indígenas e negros. Era uma das poucas mulheres entre os 559 deputados e a única “de somente 7 deputados e senadores negros”, onde já angariava algumas conquistas.

As perguntas dos antropólogos se direcionaram para sua história de vida, sua experiência diante do racismo brasileiro e do PT e os trabalhos realizados na Constituinte.

⁴¹⁰ BENEDITA da Silva - a primeira deputada negra do Brasil. In.: *Nêgo: Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado*. Bahia, out. 1987. p.12. A princípio, dos números 1 ao 11, NEGO pertencia ao MNU Bahia e contava entre 8 a 12 páginas com tiragem de 3 mil exemplares. Nas tiragens seguintes, a partir do ano de 1986, dos números 12 ao 15 passou a denominar-se NÊGO. Jornal Nacional do MNU e, por fim, a partir da edição 16, de junho/julho/agosto de 1989 passou a denominar-se Jornal do MNU. A coleção completa está disponível em < <http://negritos.com.br/2019/01/14/nego/>>. Acesso em 13.07.23.

O foco das respostas dadas se deu na tripla exploração sofrida pela mulher negra - classe, raça e sexo. Tripla exploração que sofrera desde muito cedo, sobretudo na escola e o racismo diante da textura de seu cabelo, conforme apontou.

Este racismo atua, não apenas na propagação do estereótipo, mas também na forma como ele tira o direito do negro à educação, informação, alimentação, trabalho digno. Tal descoberta a fez perseguir um propósito, conforme ela expressou na seguinte frase: “Nasci mulher e negra me tornaram homem e branco, mas eu não vou compactuar com esta situação, vou gritar, soltar minha voz e me fazer feliz para ser mulher negra”. Foi, então, como apontou, a própria realidade que a fez engajar-se no movimento negro.

A construção do ódio de si mesma, tal como relatou em sua própria experiência, tinha como possibilidade de superação, o entendimento das formas de funcionamento dos processos de branqueamento, o engajamento na luta política, negra, e a busca pelo reconhecimento da identidade negra. Esta, por sua vez, passava pelo reconhecimento estético, histórico, por novos laços econômicos e políticos e, neste último aspecto, a questão do poder era essencial.

O partido político enquanto instância para o alcance das esferas do poder se tornava um local fundamental para a discussão do racismo, para o ditame de decisões políticas “que poderão pesar a favor ou contra os negros”. Assim, este era um lugar em que os negros deveriam estar, afinal, o que estava em jogo era uma “questão cultural, social e de poder”.

No que tange à questão social e econômica, era fundamental, sobretudo para o movimento feminista, compreender as especificidades das mulheres negras, pobres, as quais, por sua vez, organizavam-se a partir de suas próprias demandas e que envolve, desde suas condições de moradia até as relações de trabalho que se estabelecem⁴¹¹

Vislumbra-se forte interesse por parte do GSSD para aprofundar os conhecimentos em relação à realidade sul – africana e divulgá-la no Brasil, tecer contatos com sul – africanos, com pessoas ligadas ao movimento negro e às entidades negras cristãs para a promoção de cursos, seminários e, com as discussões referentes à elaboração da Constituinte, pressionar os membros do Congresso para a inclusão da luta contra o racismo e o apartheid na pauta de suas sessões.

Recortes de reportagens produzidas por membros das entidades negras cristãs mostravam a indignação referente ao tom das comemorações do 13 de maio de 1988, em

⁴¹¹ BENEDITA da Silva - a primeira deputada negra do Brasil. In.: *Nêgo: Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado*, out. 1987. p.12.

todas elas estavam incluídas pedido de rompimento de relações diplomáticas com a África do Sul, como parte do processo de superação do racismo no Brasil; atas de reuniões realizadas pelo Grupo União e Consciência Negra propunham a produção de materiais informativos da história do povo negro⁴¹².

O Grupo União e Consciência Negra também lançou manifesto para que Benedita da Silva, após quase 30 anos sem eleições diretas, ocupasse o cargo de vice-presidente na chapa com Luiz Inácio Lula da Silva. Apontada como símbolo da resistência negra e por expressar toda a opressão sofrida pela população negra, Benedita havia feito, conforme o grupo, sua opção pelos pobres e oprimidos “negros, índios, mulheres, despossuídos favelados, das empregadas domésticas”.

Outros aspectos justificavam a escolha: sua luta “pelo corte de relações em todos os níveis com o regime racista do apartheid na África do Sul”, sua atuação pela preservação da Amazônia, pelo não pagamento da dívida externa. Foi formado, então, o Comitê Nacional Suprapartidário Pró Candidatura da Deputada Benedita da Silva à Vice – Presidência, sob a coordenação geral de Antônio Olímpio de Santana⁴¹³.

Consta, ainda, no acervo do GSSD, a publicação do “CUNHARY: Informativo da Rede Mulher”, que passou a circular a partir de 1988, o qual trouxe a centralidade ocupada por Benedita da Silva para aquelas entidades cristãs, sobretudo no que tange à sua atuação em âmbito político, religioso e desenvoltura nas redes de mulheres negras e pobres.

De periodicidade bimestral, o jornal Cunhary começou a circulação impressa no ano de 1988 e estendeu até 1995, passando, em seguida, para a versão digital. Veio como uma comemoração ao aniversário da Rede Mulher que estava completando 5 anos de existência oficial e era uma entidade voltada para a promoção da educação popular baseada na experiência dos métodos de Paulo Freire.

De origem tupi, o termo Cunhary, tal como posto no primeiro editorial da edição, significa “Rio das Mulheres” e se articulava com a proposta de promoção de redes de mulheres pertencentes à diferentes grupos, condições sociais, raça, religião. Colocou-se como um órgão de divulgação e para a tessitura de novos canais de comunicação e solidariedade sob a coordenação da escritora, socióloga e militante feminista Moema Viezzer, que havia voltado ao Brasil em 1980 pós-exílio e fundado a Rede Mulher de Educação

⁴¹² Material disponível no acervo do Grupo Solidário São Domingos. CEDIC. Caixa 2

⁴¹³ Comitê Nacional Suprapartidário Pró Candidatura da Deputada Benedita da Silva à Vice – Presidência. Material disponível no acervo do Grupo Solidário São Domingos. CEDIC. Caixa 2.

Em seu primeiro exemplar, das 8 páginas do jornal, 3 foram dedicadas ao tema da exploração da mulher negra, escrito pela militante do movimento negro Dulce Pereira, apresentada, também, como feminista, produtora, apresentadora de televisão e vice-presidente da Fundação Wilson Pinheiro⁴¹⁴.

Em “Mulher Negra: ditando as regras da História” Dulce Pereira partiu da perspectiva da mulher negra enquanto sujeito histórico e era a partir dali que o olhar deveria ser direcionado para a História do Brasil, desde os tempos coloniais, com a chegada dos primeiros africanos.

Descrita como agente histórico na construção da personalidade cultural do país, empregada doméstica, trabalhadora rural, gari, mal paga e desconhecida, é ela que reproduz a mão de obra explorada nos engenhos e nas fábricas, aqui e lá na África do Sul, nas favelas e nos guetos. “Germe da resistência” era necessário retirar essa mulher “da senzala da História”⁴¹⁵.

Neste processo de luta antirracista dois pontos foram considerados cruciais para Dulce Pereira: o resgate da história dessas mulheres desde o período colonial e a participação política e ocupação dos espaços políticos hegemônicos:

de Luiza Mahin, organizadora de rebeliões, lutadora pela abolição, de Anastácia, que não se rendeu à escravidão, da força das quilombolas, de Benedita da Silva, solitária guerreira entre poucos companheiros e companheiras solidários no Congresso Constituinte; de Winnie Mandela, líder – heroína sul – africana que dedica a vida para acabar com o racismo e garantir o poder a seu povo na África do Sul, de Mãe Menininha e de tantas outras mães de santo (Yalorixás), que nos terreiros sempre atacados pela polícia lutavam pela sobrevivência da cultura de nossos ancestrais⁴¹⁶”

Era necessário o resgate dessa história para a afirmação identitária destes povos, sobretudo para o reconhecimento e afirmação dos traços físicos, de sua beleza, fortalecimento da autoestima e promoção de práticas que visassem a união “com as outras vítimas da exploração”, com organização “em sindicatos, clubes de mães, movimentos negros e feministas”. O processo antirracista passava, então, para Dulce Pereira, pela construção de uma história negra, reconhecimento, identificação, união e articulação com outras entidades de luta contra a exploração, lema proposta, também, pelo Informativo Cunhary.

⁴¹⁴ PEREIRA, Dulce. Mulher Negra: ditando as regras da História. In.: *Cunhary* - Informativo da Rede Mulher. São Paulo, mar. 1988. p.03.

⁴¹⁵ Idem.

⁴¹⁶ Idem.

A segunda prioridade apontada por ela era que, diante da exploração, negação histórica, não cabia mais a essas mulheres votarem “nos homens do poder que atentam contra a vida de seus próprios filhos, naqueles que não querem que ela e os seus tenham escola e nem que os livros escolares contem sua verdadeira história”.

A desenvoltura de Benedita da Silva no espaço político, seus olhares para a luta do negro da periferia à diáspora, permitiu que Dulce Pereira a colocasse como uma importante referência para outras mulheres negras e ao lado de Winnie Mandela.

Benedita atuou na Subcomissão de Negros, Populações Indígenas e Minorias da Assembleia Nacional Constituinte sendo a única mulher negra na Comissão Pró Constituinte. Representava os objetivos almejados por aquelas mulheres que buscavam ocupar os espaços políticos, levar as especificidades que atingiam as mulheres negras para as esferas partidárias, eclesiais, legislativas, domésticas.

A voz de Benedita ecoava na articulação das demandas cotidianas, com a busca por mais espaço de representação política que pudesse reverter os valores hegemônicos em suas múltiplas formas de subjugação da vida cotidiana dessas mulheres.

O Nzinga Informativo do ano de 1988 dedicou boxe na página 2 intitulado “Mulheres negras e guerreiras” dedicado à Benedita da Silva. Para as mulheres do Nzinga ela foi apresentada a partir da multiplicidade de lugares ocupados, era “auxiliar de enfermagem, professora, assistente social, líder comunitária, evangélica, participante dos movimentos negros, de favelas e mulheres”:

Nascida na Praia do Pinto, no Rio de Janeiro, mudou-se criança ainda, para o Morro do Chapéu Mangueira, favela do Leme, onde mora até hoje.

Conviveu desde o nascimento com as dificuldades imensas que têm as comunidades e as pessoas pobres de simplesmente sobreviver física, política e culturalmente.

Mulher sensível, Benedita da Silva, a BENÉ, partiu para o fortalecimento da união de sua gente. Professora da escolinha comunitária, onde alfabetizou a criançada, organizadora de mulheres do morro através do Departamento Feminino da Associação de Moradores, diretora desta mesma Associação por quatro vezes, fundadora, também do Departamento Feminino da antiga FAFEG, hoje FAFERJ, entidade que congrega às Associações de Moradores de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, participante ativa do I Encontro de Mulheres de Favelas e Periferias⁴¹⁷.

Nascida nos morros carioca, Benedita foi apontada pelas mulheres do Nzinga como um exemplo, tendo em vista que, apesar de sua projeção social, política e econômica não abandonou a comunidade em que vivia, continuando a atuar por ela em

⁴¹⁷ MULHERES negras e guerreiras: Benedita da Silva. *Nzinga Informativo*, Rio de Janeiro, jul./ago. 1988. p.02.

âmbito legislativo, após ser eleita vereadora em 1982 pelo PT, “seu mandato foi voltado para o atendimento das reivindicações dos movimentos sociais”.

Atuou desde cedo para o “fortalecimento da união de sua gente”, como professora, “organizadora de mulheres do morro”, fundadora da Associações de Moradores. Apontada como um exemplo, era a trajetória esperada pelas integrantes do Nzinga e, assim, é possível evidenciar quais os principais caminhos para uma política antirracista a ser encampada pelas mulheres negras, representadas por Benedita, para o jornal Nzinga: nos espaços ocupados por elas, que pudessem continuar agindo em prol do fortalecimento da comunidade negra; levar a discussão da luta contra o racismo para seus locais de atuação social e profissional; ações que contribuam para a união da comunidade, tendo em vista, sobretudo, a atuação em movimentos sociais, participação e promoção de encontros que favorecessem tal união.

Foi selecionada, assim, como uma legítima liderança para aquelas mulheres. Apontada como alguém que sabia falar com todas as pessoas, de movimentos diversos, da favela ao legislativo, chamada “várias vezes, para, no exterior, falar dos problemas e das possíveis soluções nas favelas”. Mesmo assim em hora nenhuma deixou de ser a BENÉ do Chapéu Mangueira⁴¹⁸.

O lugar ocupado por Benedita não era exclusivo dela, mas foi apontada como alguém que ocupava um espaço coletivo, que falava em nome de várias, que a enxergavam como uma legítima representante de “outras por esse Brasil afora, nas favelas, nos sindicatos urbanos e rurais, no movimento negro, no movimento de mulheres, nas associações de moradores que lutam pelo direito de participar nas decisões políticas”⁴¹⁹.

Naquele ano de 1988 lutava-se pelo direito de eleger o Presidente da República, mas, além disso, outros itens foram incluídos nas pautas de discussões das mulheres do Nzinga como parte do processo de redemocratização da sociedade brasileira, como o “direito de amar com liberdade e com liberdade serem donas de seus úteros, pelo direito de construir uma sociedade humana, justa e fraterna⁴²⁰”.

Para o Nzinga Informativo era necessário acompanhar as atuações dos parlamentares negros, afinal, foram apontados como porta vozes de toda a comunidade e, assim, trouxe “O que andam fazendo nossos deputados negros”. Citou o que julgou serem

⁴¹⁸ MULHERES negras e guerreiras: Benedita da Silva. *Nzinga Informativo*, jul./ago. 1988. p.02.

⁴¹⁹ PEREIRA, 1988. p.03.

⁴²⁰ Idem.

as principais propostas de Benedita da Silva (PT—RJ), Carlos Alberto de Oliveira Caó (PDT-RJ), Edmilson Valentim (PC do B-RJ) e Paulo Renato Paim (PT-RS) e salientou a articulação dos parlamentares junto aos movimentos sociais, sobretudo o Movimento Negro, e o comprometimento deles na prática política a partir da percepção da centralidade da questão racial.

Até aquele julho/ agosto de 1988 alguns projetos de lei já haviam sido aprovados ou estavam em discussão.

- inclusão da história geral da África e da história do negro no Brasil como matéria integrante das disciplinas de currículo escolar obrigatório;
- define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor a prática do racismo constitui crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- instituição do dia 13 de maio como "Dia Nacional de Denúncia contra o racismo.
- feriado nacional dia 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e data consagrada pela comunidade afro - brasileira como "Dia Nacional de Consciência Negra."
- proíbe o Brasil de manter relações diplomáticas com países que adotem política oficiais de discriminação racial.
- propõe o rompimento de relações do Brasil com a África do Sul com outros países segregacionistas.
- assegura a categoria dos trabalhadores domésticos os direitos como: salário mínimo, irredutibilidade do salário ou vencimento, 13º, repouso semanal remunerado, férias anuais remuneradas, aviso prévio, além da integração à Previdência Social⁴²¹.

O jornal destacou que estas eram as ações dos parlamentares, mas que não ia discuti-las, apenas, acompanhá-las. Para o órgão, as ações antirracistas deveriam estar alinhadas às discussões sobre as condições de gênero, raça e a exploração classista enfrentada pelas mulheres negras.

4.1 Toque de Mulher Negra.

A Câmara dos Deputados publicou, por meio do Centro de Documentação e Informação - Coordenação de Publicações - no ano de 1992, coletânea de textos da deputada federal Benedita da Silva intitulada “Toque de Mulher Negra”, de 27 páginas. A publicação é composta por prefácio, mais 4 textos - “Mulher e escrava”, “Situação

⁴²¹ 0 que andam fazendo nossos deputados negros, *Nzinga Informativo*, jul./ ago, 1988. p.08.

sócio – econômica da mulher negra”, “A mulher negra tem história”, “Saudação de Benedita a Winnie Mandela” e, por fim, uma conclusão⁴²².

Já em seu prefácio, Benedita apontou o Brasil como último país a abolir a escravidão, mas sua preocupação, naquele momento, era destacar a longa resistência negra e, assim, teceu críticas à forma como a história omite tais ações, entre as quais a existência dos quilombos muitos, “mas pouco conhecidos e estudados”. Naqueles cem anos que marcavam a assinatura da Lei Áurea era necessário indagar sobre “as verdadeiras condições de vida do negro brasileiro”, longe da liberdade concreta, mas confinado ao desemprego, subemprego, discriminação social e racial⁴²³.

Era imprescindível tratar, naquele momento, da luta das mulheres negras, seu papel histórico na resistência e a tripla exploração que recaía sobre ela - racista, sexista e classista. Assim, os textos ali selecionados eram frutos de sua reflexão pessoal e tinham como objetivo “contribuir para o debate nacional sobre as desigualdades, numa tentativa de desnudar os mitos que cercam a mulher negra brasileira, a partir da constatação de que a violência e a opressão [...] é consequência direta da exploração de nossas antepassadas”⁴²⁴.

Neste sentido, o primeiro texto “Mulher e escrava” tratou da experiência da escravidão, seja na plantação, no serviço doméstico, “de ganho”, quituteiras, cozinheiras, lavadeiras. Marcadas pela exploração e violência, sobretudo a violência sexual, Benedita buscava destacar que “a mulher escrava resiste” e a historiografia negra contribuía, naquele momento, “para desfazer o mito do escravo dócil e passivo”. Fugas, rebeliões, quilombos, além da resistência individual, entre os quais, os abortos e infanticídios, que deveriam ser compreendidos a partir das condições que eram impostas a estas mulheres⁴²⁵.

No pós abolição e, diante das dificuldades do negro para encontrar trabalho, a mulher negra, trabalhando como doméstica, “sustentou a maior parte das famílias negras”. Foi este, aliás, o foco do texto “Situação sócio – econômica atual da mulher negra”⁴²⁶.

⁴²² SILVA, Benedita. *Toque de Mulher Negra*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1992. In.: Acervo Geledés.

⁴²³ Idem, p. 08.

⁴²⁴ Idem.

⁴²⁵ SILVA, Benedita. *Mulher Negra*. In. SILVA, 1992, p. 11 - 12.

⁴²⁶ SILVA, Benedita. *Situação sócio – econômica atual da mulher negra*. In. SILVA, 1992, p. 11 - 12.

O trabalho da mulher negra “contribuiu para a emancipação da mulher branca”, afinal, “enquanto esta integrava-se ao mercado de trabalho e ocupava os bancos escolares, à procura da instrução e profissionalização, novamente a mulher negra (a empregada doméstica, a cozinheira, faxineira, a babá) “contribuiu para toda uma transformação cultural da sociedade brasileira”⁴²⁷.

E o que havia mudado desde a escravidão? As barreiras causadas pelo racismo permaneciam, bem como os trabalhos subalternos que lhes eram destinados, “sustentáculos de sobrevivência de toda a comunidade, preservando as tradições e culturas de nossa raça”⁴²⁸.

A superação do sistema capitalista era essencial para a luta antirracista, tendo em vista que ele acentua a marginalização e a exploração, sobretudo da mulher negra. Esta encontra dificuldades em encontrar trabalho até mesmo “onde é majoritária sua presença”. E, mesmo aquelas mulheres com alto grau de instrução, deparavam-se com um “ritmo muito mais lento do que a dos homens negros” para a ascensão social e econômica, tal como constatou a partir da obra o “Lugar do Negro na Força de Trabalho”, elaborado por Lucia Elena Garcia, Rosa Maria Porcaro e Tereza Cristina Araújo Costa⁴²⁹.

Valia-se, a partir dos trabalhos das pesquisadoras, dos dados estatísticos a fim de mostrar o racismo vigente nas relações de trabalho, tais como nos índices de escolaridade, na concentração das mulheres negras em cargos de baixa remuneração.

E como nomear este sistema diante destas diferenças? Benedita se utilizou de texto de Paulo Sérgio Pinheiro, publicado no jornal Folha de São Paulo em 14.01.1986, para aproximar tal realidade da sul – africana, chamando-a de “sistema de apartheid”, cujo maior exemplo estava na simbologia do elevador de serviço⁴³⁰.

Apontou, contudo, ao final de seu texto, a peculiaridade que cercava a realidade brasileira. Tratava-se do que denominou a invenção da profissão de mulata enquanto “produto de exportação” que surgiu junto à “comercialização e desfiguração das escolas de samba”, ou seja, a construção do ideário de miscigenação, expresso na profissionalização da mulata, mas que, naquele momento, era desmascarado pela atuação dos movimentos sociais, sobretudo o movimento de mulheres negras. Elas traziam à tona as disparidades sociais e econômicas, os números das desigualdades, seja quando se

⁴²⁷ SILVA, Benedita, *Situação sócio – econômica atual da mulher negra*. In. SILVA, 1992, p. 14.

⁴²⁸ Idem.

⁴²⁹ Idem, p. 15.

⁴³⁰ Idem, p. 16.

comparada à condição da mulher branca ou quando a colocavam diante do homem negro⁴³¹

O último tópico da publicação deu particular atenção à luta das mulheres negras em “A Mulher Negra tem História”. Eram elas: Carolina Maria de Jesus, Clementina de Jesus, Luiza Mahin, Mãe Menininha, Rainha Tereza do Quariterê e Winnie Mandela⁴³².

Nascida em Minas Gerais no ano de 1914, Carolina nasceu entre outros nove irmãos, cursou até o segundo ano primário e, cedo, veio para São Paulo e foi morar na favela do Canindé. Trabalhava como catadora quando foi descoberta por um jornalista, em 1960, e teve seu diário, “Quarto de Despejo”, publicado, mostrando quais são as condições das mulheres negras e faveladas no Brasil. Além dele, também publicou o Diário de Bitita, Casa de Alvenaria, Provérbios e Pedacos da Fome. Apesar de tudo, morreu pobre no ano de 1977⁴³³.

Assim também ocorreu com Clementina de Jesus, que, após experimentar o sucesso, morreu no ostracismo aos 62 anos de idade. Figura complexa, que, quando criança, cantava no Coral da Igreja, era descendente da nação banto e, em suas composições, fundiu “os valores da cultura branca católica” com a música africana, que aprendeu com sua vó. Clementina teve carreira rápida, viajou o mundo, esteve no Festival de Artes Negras de Dacar, Senegal, mas “desapareceu nas brumas da miséria e do esquecimento em 1987”⁴³⁴.

Já Luiza Mahin foi a mulher inteligente e rebelde que lutou contra a escravidão, força ativa na Revolta do Malês; Mãe Menininha, por sua vez, nascida em 1894, foi figura fundamental para a preservação da religiosidade africana, por meio de seu terreiro⁴³⁵.

Estas mulheres e as localizadas na África estavam unidas por uma mesma experiência cultural, racial, classista e sexista. Entre aquelas que estiveram geograficamente lá e cá estavam Luiza Mahin (para alguns, segundo Benedita, havia nascida na África, para outros, nasceu livre em Salvador) e a Rainha Tereza do Quariterê, líder quilombola nascida em Benguela, “embora exista a possibilidade de ter nascido no Brasil”. As nascidas no Brasil carregavam a herança cultural africana, tal como Clementina de Jesus e sofriam as mazelas cotidianas causadas pelo racismo brasileiro, tal como trouxe Carolina de Jesus.

⁴³¹ SILVA, Benedita. *Situação sócio – econômica atual da mulher negra*. In. SILVA, 1992, p. 16 – 17.

⁴³² SILVA, Benedita. *A mulher negra tem História*. In. SILVA, 1992, p. 22.

⁴³³ Idem, p. p. 19 – 20.

⁴³⁴ Idem, p. 20.

⁴³⁵ Idem, p. 21 – 22.

E entre as que estava lá na África, havia Winnie Mandela, a qual “desde a sua juventude [...] participou das lutas pela cidadania plena e pelos direitos humanos de todos os sul – africanos, sem distinção de cor”. “Símbolo da resistência”, não se abatia diante das atrocidades, era consciente do papel que desempenhava, sua trajetória era em prol da luta coletiva⁴³⁶.

Apesar de todas aquelas evidências e da constatação, por parte de Benedita, de que pouca coisa mudou, o caminho da luta antirracista já estava sendo trilhado. Uma militância negra organizada, presença negra na política, tal como ocorrera na construção da nova Carta Constitucional, revisão da historiografia e foco na resistência negra desde os tempos da escravidão até aqueles dias, bem como articulação na luta com os povos negros da diáspora, com especial atenção à realidade sul -africana.

Estas trajetórias mostravam, ainda, a necessidade de valorização da herança africana e compreensão das condições materiais que levaram a que seus elementos fossem fundidos e ressignificados, tendo em vista a experiência da escravidão; informação, formação e conscientização por parte das mulheres negras, atuação em nome da luta coletiva pela libertação de todos os membros da comunidade, atuação nos movimentos sociais, sobretudo, na militância negra, e participação política para que possam estar nas esferas hegemônicas atuando em nome da comunidade.

Apontaria, também, que a revisão dos laços econômicos e das parcerias no rol da política externa eram essenciais para o desenvolvimento econômico. Este só poderia ocorrer se tivesse atrelado ao desenvolvimento social. Que o Brasil pudesse colaborar para a emancipação da África e da diáspora e que a África atuasse na emancipação do Brasil a partir do oferecimento de novos valores e possibilidades nas trocas econômicas para além do acúmulo individual de riquezas por parte de uma minoria, mas pela possibilidade de partilhar as benesses do desenvolvimento econômico de modo justo, igualitário.

4.2 O apartheid na Câmara dos deputados a partir daqueles que se inscrevem na linha dos libertadores negros.

⁴³⁶ SILVA, Benedita. *A mulher negra tem História*. In. SILVA, 1992, p. 22.

O Diário do Congresso Nacional é composto por uma quantidade variável de páginas, dependendo de como foram as sessões na Câmara Legislativa e de inclusões que os congressistas solicitam que sejam colocadas junto as suas falas originais, as quais são transcritas nele.

Eventos, datas comemorativas, homenagens, momentos de posse de candidatos, inclusão de projetos de lei, alto ou baixo grau de comparecimento ditam a quantidade de páginas. O material é de grande envergadura para a compreensão dos debates travados entre os constituintes e tem se mostrado pouco utilizado para os estudos historiográficos.

Apresenta, em sua primeira página, o sumário com as informações do dia, qual seja, a pauta do dia anterior à publicação. Após o recesso dos parlamentares, a publicação inicia no mês de fevereiro e corre a numeração de páginas de modo contínuo durante todo o ano. Por vezes, o exemplar seguinte dá continuidade à temática do dia anterior, dispensando, assim, a apresentação de sumários.

As falas dos constituintes encontram-se nas sessões Pequeno Expediente e Grande Expediente. Neles são descritos os projetos de leis apresentados à Câmara, os discursos dos deputados, bem como as discussões travadas, as quais tratam de assuntos os mais diversos, que se estendem de homenagens, datas comemorativas, eleições, programas sociais, passando para questões macroeconômicas, tais como taxas de juros, assistência às empresas, bancos, políticas educacionais, etc. Os discursos transcritos ora são apresentados como revistos pelos parlamentares, outros não.

O Diário do Congresso Nacional apresenta-se como parte da rotina do congresso, com a leitura do expediente, formado por apresentação de projetos de leis, processos, enfim, todas as atividades realizadas no dia. A sessão é aberta com a leitura do expediente. Após a apresentação, inicia-se o “Pequeno Expediente”, com comunicações breves sobre as questões diversas a serem apresentadas.

O diário registrou, por exemplo, a presença de Luiz Cabral (1931 – 2009), presidente da Guiné – Bissau em junho de 1980⁴³⁷. Por vezes, os oradores requeriam que outros textos fossem incluídos no diário, tal como fez o deputado José Frejat do PTB – RJ. Ele destacou a realização do 1º Seminário sobre o Racismo e o Apartheid na África do Sul, entre 26 e 30 de maio de 1980, e solicitou a inclusão do documento produzido pelo seminário, com as conclusões do evento, anexo ao seu discurso.

⁴³⁷ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Ano 35, nº67, 18 jun.1980. Brasília – DF. Disponível em <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/18113?sequencia=1&sequenciaFinal=10#search=apartheid>>. Acesso em 20.02.23

O texto tratava, sobretudo, da necessidade de isolamento do governo sul – africano, a condenação das empresas multinacionais e dos governos dos Estados Unidos, França, Alemanha Federal, Israel e Inglaterra. Foi um evento acadêmico, que contou com a participação de embaixadores, intelectuais, jornalistas, promovido pelo Instituto de Países em Desenvolvimento, Centro de Estudos Afro – Asiáticos da UCAM, Casa do Brasil da Fundação Leopold Senghor, o IPCN e a colaboração do Centro de Informações das Nações Unidas. Salientou, na contramão do que propalava o movimento negro, apoio ao posicionamento do Brasil na condenação ao regime, mas cobrava o efetivo rompimento das “relações diplomáticas, econômicas e culturais com o regime do apartheid”⁴³⁸.

Nota-se que, nestes primeiros anos da década de 1980, o apartheid ocupava espaço secundário nas falas dos parlamentares, distante dos aspectos salientados pela militância negra, algo que iria mudar a partir da entrada em cena de Abdias do Nascimento, Benedita da Silva e Paulo Renato Paim.

Abdias do Nascimento passou a ocupar o cargo de deputado federal na condição de suplente a partir de 1983 e, já em abril deste ano, chamou a atenção e teve seu discurso publicado na seção Pequeno Expediente. Este foi elaborado para a realização, em Paris, “convocada pela Assembleia Geral das Nações Unidas”, da “Conferência Internacional de Apoio à Luta do Povo da Namíbia por sua Independência”⁴³⁹.

Destacou a recusa da África do Sul “em se retirar do território namibiano que ela ocupa ilegalmente há muitos anos”, contrariando as recomendações da ONU. Apontou as contradições do estado brasileiro ao condenar o apartheid internacionalmente, mas abrir suas fronteiras ao comércio com a África do Sul, inclusive com anúncios de turismo vinculados na grande imprensa, particularmente o Jornal do Brasil, citado por Abdias, o qual convidava “os brasileiros para viagens de turismo” aquele país.

Este lobby da imprensa foi denunciado por outros parlamentares do PDT como Brandão Monteiro (1938 – 1991) que destacou a ação da imprensa e de empresas interessadas em aumentar as parcerias comerciais, tal como a Volkswagen, “que acaba de montar uma concessionária na África do Sul” e atuava, segundo o parlamentar, para

⁴³⁸ *Diário do Congresso Nacional*. República Federativa do Brasil. Documento a que se refere o sr. José Frejat em seu discurso (PTB- RJ). Brasília, 19 jun. 1980.1466. Disponível em < <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/18117?sequencia=11&sequenciaFinal=20>>. Acesso em 20.02.23

⁴³⁹ *Diário do Congresso Nacional*. República Federativa do Brasil. O sr. Abdias do Nascimento pronuncia o seguinte discurso. Brasília, 27 abr. 1983. Disponível em < <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD27ABR1983.pdf#page=41>>

“afastar o Brasil da África negra, de Angola e Moçambique, sobretudo para aproximá-la daqueles que ainda hoje, no mundo, continuam a desenvolver a discriminação racial”⁴⁴⁰.

Este lobby ia, também, em direção ao estímulo à viagens de jornalistas e políticos brasileiros para que eles pudessem conhecer a África do Sul, tal como ocorreu com o deputado do PMDB Borges da Silveira (1940 -)⁴⁴¹ que, em discurso na Câmara, relatou sua temporada no país.

Apontou que foi junto com os deputados Diogo Nomura, Bonifácio de Andrada e Francisco Benjamin. Declarou – se feliz com as “potencialidades” do país e destacou que pôde “desmistificar uma série de falsas imagens e de preconceitos que existem relativamente”⁴⁴².

Por tratar-se de uma sociedade apartada, a visita, tendo em vista o que relatou o deputado, incluiu apenas o lado do “elevado padrão de vida” do país. Em seu roteiro de viagens não estavam os guetos e nem o contato com a massa negra vivendo nos subúrbios. O deputado não negou o racismo vigente no país ao declarar a impossibilidade “do relacionamento amoroso ou o casamento entre brancos e negros ou mulatos”, questão vista como insignificante para ele, dada a forma como os negócios eram levados adiante naquele país.

Foi lembrado, na Câmara, no ano de 1985, por Abdias do Nascimento, o dia 9 de agosto como Dia de Solidariedade à Mulher Sul-Africana e à Mulher da Namíbia, instituído pela ONU⁴⁴³. O deputado e ativista também denunciou, naquela casa, programa televisivo da TVE intitulado "Viagens", que apresentou o que classificou como “vergonhoso elogio” à África do Sul, com divulgação de suas “praias, realmente belas”, mas, por outro lado, a omissão de que elas eram “proibidas à maioria africana”, assim como também não se mencionou “milhões de africanos submetidos a um regime de

⁴⁴⁰ *Diário do Congresso Nacional*. República Federativa do Brasil. Discurso proferido pelo sr. Brandão Monteiro (PDT - RJ. Sem revisão do orador). Brasília, 14 out. 1983. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14OUT1983.pdf#page=70>. Acesso em 23.03.23

⁴⁴¹ Luiz Carlos Borges da Silveira é um médico e político brasileiro, atuou como deputado federal () e ministro da Saúde no governo José Sarney (1987 a 1989). Foi nesta pasta que lançou a campanha Zé Gotinha em 1987.

⁴⁴² *Diário do Congresso Nacional*. República Federativa do Brasil. Discurso proferido pelo sr. Borges da Silveira (PMDB – PR) Brasília, 24 mar. 1984. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD24MAR1984.pdf#page=9>. Acesso em 26.03.23

⁴⁴³ NASCIMENTO, Abdias. Apartheid na África do Sul. IPEAFRO - Instituto de Pesquisa e Estudos Afro – brasileiros. Disponível em < http://www.abdias.com.br/atuacao_parlamentar/deputado_discursos.htm>. Acesso em 26.03.23.

trabalho escravo, forçosamente separados de suas famílias e privados de qualquer assistência médica ou proteção trabalhista”⁴⁴⁴.

Abdias chamou atenção para outra data, o dia 11 de outubro, que a ONU dedicou como Dia dos Prisioneiros Políticos da África do Sul e da Namíbia. Registrou solidariedade aos que lutavam contra a desumanização imposta pelo sistema do apartheid e questionou a postura do Presidente José Sarney na manutenção das relações diplomáticas com o governo da África do Sul. Pediu o reconhecimento formal da SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano) e a instalação de um escritório dessa entidade no Brasil como medida para se opor às ações propagandísticas levadas adiante pela embaixada sul – africana no Brasil⁴⁴⁵.

Anunciou, para aquele ano de 1985, a organização de atos no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Brasília contra o regime do apartheid, a “entrega de um diploma de honra e amizade que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro [...]concedeu ao líder do Congresso Nacional Africano, Nelson Mandela”, preso desde 1963. Estava marcado show na Cinelândia “com a participação de Gilberto Gil, Fernanda Montenegro, Zezé Mota, Sérgio Ricardo e outros”.

Em 1985, a principal entidade de luta sul-africana, o CNA, já havia mandado representantes ao Brasil. Naquele ano esteve o professor de filosofia Seretse Choabi (1936 - 1991), o qual estava exilado na Inglaterra e que veio ao Brasil a convite do COMAFRICA, da sul - africana Jennifer Dunjwa Blajberg.

Haveria, então, a entrega do título de cidadão do Estado do RJ para Mandela, conferida a Seretse Choabi e ao jornalista Sidney Molifi. Aquele “graduado em filosofia pelas Universidade da África do Sul e de Oxford, da Inglaterra, e integrante do Conselho Nacional do Congresso Nacional Africano”; já Sidney Molifi foi apresentado por Abdias como “chefe em exercício do Departamento de Assuntos Internacionais do Congresso Nacional Africano”⁴⁴⁶.

⁴⁴⁴ *Diário do Congresso Nacional*. República Federativa do Brasil. Discurso proferido pelo sr. Abdias do Nascimento (PDT – RJ). Brasília, 30 nov. 1984. p. 15439. Disponível em <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD30NOV1984.pdf#page=64>>. Acesso em 26.03.23

⁴⁴⁵ *Diário do Congresso Nacional*. República Federativa do Brasil. Discurso proferido pelo sr. Abdias do Nascimento (PDT – RJ). Brasília, 11 out. 1985. p.11978. Disponível em <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11OUT1985.pdf#page=130>>. Acesso em 26.03.23

⁴⁴⁶ Idem.

Abdias aproveitou a ocasião para, também, solicitar asilo político para o sul-africano George Sanson, “preso em Santos por ter viajado clandestinamente, e com extradição pedida pelo governo da África do Sul”⁴⁴⁷.

Nota-se, assim, as datas comemorativas como importante estratégia de luta antirracista, capaz de inserir as reivindicações da população negra no debate político, sobretudo na Câmara. Algo que pode ser notado, também, para a atuação de Benedita da Silva nas legislaturas pela qual passou naquela década.

No ano de 1983, Abdias do Nascimento proferiu discurso sobre o Dia da Libertação Africana, mas, dessa vez, baseou-se no realizado pela então vereadora Benedita da Silva, sobre o "Dia da Libertação dos Escravos". Ambos se valiam dos “princípios do direito internacional e dos direitos humanos” para reiterarem a necessidade de retirada das forças sul – africanas da Namíbia ⁴⁴⁸ e pela plena libertação da África Austral.

Após denunciar a ocupação, Abdias apontou a necessidade de que aquela casa pudesse, em outro momento, discutir de modo mais contundente o posicionamento do governo brasileiro diante da luta pela libertação africana e reafirmava “a solidariedade da comunidade afro-brasileira a todo esse sangrento processo de descolonização daquele continente de onde vieram, sob violência e acorrentados, os nossos avôs”⁴⁴⁹.

Afinal, como dizia “o imortal lutador e governante ganense, Kwame Nkrumah: ‘Não seremos livres enquanto não se libertem todos os povos africanos’” Sendo estes os habitantes do continente e aqueles da diáspora. Esta afirmação de solidariedade indica de que modo a questão da emancipação do negro passava por uma discussão que era global e que os parlamentares negros iriam pautar por diversas vezes naquela década.

No discurso proferido, Abdias traçou um histórico da resistência negra na luta internacional a partir de nomes como da Rainha N’zinga, de Angola, Candece do Sudão, Ashanti Yaa Asaantewa de Gana. Para a contemporaneidade, citou “Patrice Lumumba, Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, A. J. Luthuli, Julius Nyrere, Steve Biko”. Mas, naquele momento dois nomes eram os focos principais “Sam Nujoma, Presidente do movimento de independência da Namíbia, a SWAPO; e Nelson Mandela, líder do Congresso Nacional Africano, na África do Sul”. Valeria, então, naquele momento, o

⁴⁴⁷ Diário do Congresso Nacional, 1985, p. 11.978

⁴⁴⁸ *Diário do Congresso Nacional*. República Federativa do Brasil. Discurso proferido pelo Sr. Abdias do Nascimento (PDT – RJ). Brasília, 25 mai. 1983. p.3924. Disponível em < <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD25MAI1983.pdf#page=>>. Acesso em 26.03.23

⁴⁴⁹ Idem.

“grito afro-brasileiro de solidariedade a Mandela e a Nujoma”. Para isso, Abdias leu o discurso de Benedita da Silva, do PT, “que também se inscreve na linha dos libertadores do povo negro”⁴⁵⁰.

Para que ficasse nos Anais daquela Casa, Abdias leu o discurso da então vereadora. A fala selecionada havia sido proferida por Benedita no dia 13 maio de 1983 na Câmara Legislativa do Rio de Janeiro em contestação à data em que a Princesa Isabel assinou a “Lei Áurea”.

Benedita chamava atenção para uma outra história, escrita por mãos negras, ausente dos livros didáticos, os quais “não contam” sobre os porões dos navios - negreiros, chamados de “Tumbeiros”; ou sobre o Quilombo dos Palmares como “reduto de resistência dos africanos, índios e brancos marginalizados”, sobre os açoites, os grilhões, o genocídio ou sobre a diáspora negra. Continuou afirmando que o dia 13 de maio é o Dia Nacional da Denúncia ao Racismo⁴⁵¹.

Hoje, a história oficial comemora o “Dia da Libertação dos Escravos”. Nas escolas de 1º, 2º grau e até nas universidades, os professores de estudos sociais pedem que seus alunos façam pesquisas sobre esta data histórica. Os alunos buscam os livros didáticos, onde tomam conhecimento de que os negros eram escravos trazidos da África, e que, chegando ao Brasil, foram trabalhar na lavoura açucareira e, nesta condição, passaram séculos, até que, em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel, assinou a “Lei Áurea”, num gesto humanitário para com os escravos, após 388 anos de sofrimento como nunca uma raça humana foi sujeitada.

A História oficial, registra como o “Dia da Libertação dos Escravos”, e nossos filhos tomam conhecimento da história da escravidão de acordo com o ponto de vista da classe dominante que tem como seus porta-vozes a elite intelectual. Os livros didáticos não registram toda a verdade, a começar pela seguinte pergunta: Quem escreveu a história da escravidão no Brasil? Tenho certeza de que não foram os poucos negros historiadores que nós conhecemos, comprometidos com a verdade na história e com a realidade de vida da comunidade negra⁴⁵².

Naquele dia 13 de maio e, na releitura que Abdias do Nascimento fazia para o Dia da Libertação Africana, urgia, como medida antirracista para ambos e os grupos os quais representavam, a necessidade de reconstruir a história do Brasil a partir do lugar ocupado pela população negra e africana, sua resistência, lançar luzes sobre a violência perpetrada pelos brancos e o significado da diáspora negra, as similaridades vividas pela população

⁴⁵⁰ Diário do Congresso Nacional, 1983. p.3924.

⁴⁵¹ *Diário do Congresso Nacional*. República Federativa do Brasil. Discurso proferido, em 13 de maio de 1988 pela Vereadora Benedita da Silva, do PT, lido por Abdias do Nascimento (PDT – RJ). Brasília, 25 mai. 1983. p.3924. Disponível em <
<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD25MAI1983.pdf#page=>>. Acesso em 26.03.23.

⁴⁵² Idem.

negra em diversas partes do mundo como consequência da experiência do racismo. A partir deste lugar mudava-se o significado do 13 de maio, não mais como “‘Dia da Libertação dos Escravos’, mas, sim, como o Dia Nacional da Denúncia ao Racismo” e, do mesmo modo, o Dia da Libertação Africana deveria ter como foco o protagonismo negro e sua luta pela emancipação.

Lançar olhares sobre a experiência de vida do negro da diáspora desmascarava as pretensas “provas de democracia racial”, afinal, estava a população negra concentrada nas “favelas, alagados e nos bairros periféricos” [...] nos presídios e hospitais psiquiátricos”. E, assim, interrogava-se Benedita:

Por que são tão poucos os negros nas universidades públicas e particulares? Por que ainda são tão poucos os secretários de Estado e parlamentares negros? Por que são tão raros os padres negros? Por que há alguns anos atrás, negro não tinha nem alma? Meu Deus que pecado! Por que não existem negros nos cargos executivos das empresas estatais? Não existem ainda Governadores negros; inexistem negros imortais, ou seja, membros da Academia Brasileira de Letras; não existem negros na mais alta patente das forças armadas; não existem negros embaixadores, nem mesmo nos países africanos de língua portuguesa; não existem aeromoças ou comandantes de bordo negros; não existem negros magistrados. O que existem são exceções que fogem à regra⁴⁵³.

Cabia a ela, uma das poucas negras a ocuparem os espaços políticos hegemônicos, responder aquelas perguntas. E a resposta estava, segundo Benedita, na forma como “o sistema capitalista transforma a diferença em desigualdade”, produz “uma divisão racial do trabalho como reprodutora da divisão social de trabalho”. O problema se abatia, também, naquelas sociedades a qual classificou como “pretensamente socialista”, as quais “mantêm uma minoria de iluminados no poder controlando todos os meios de produção e de repressão”⁴⁵⁴.

Longe de ser uma situação decorrente do período escravista, a abolição não resolveu a situação do negro, mas “agravou este problema”, ao não lhe conferir os direitos de cidadania, “o direito ao trabalho, ao salário condigno e à vida”. Ou seja, trata-se do racismo no Brasil como algo que ultrapassa um suposto legado da escravidão, que compreende os mecanismos estruturais de perpetuação, mas que o percebe, sobretudo, como prática cotidiana que fixa o processo de marginalização da população negra a partir de “toda uma ideologia racista, que negava os direitos fundamentais da comunidade negra e atribuía a sua suposta inferioridade racial aos problemas de desemprego, miséria e fome

⁴⁵³ Diário do Congresso Nacional, 1983. p.3924.

⁴⁵⁴ Idem.

que sofria”. Desse modo o racismo passa a ser o elemento que “justifica a negação de cidadania e de nossos direitos fundamentais”, tal como ocorria na África do Sul também.

Após apresentar dados do IBGE que corroboravam suas afirmações referentes às disparidades salariais e empregatícias entre brancos e negros, ela concluiu:

Nós, membros da população negra brasileira, estamos convencidos da existência de discriminação racial; marginalização; péssimas condições de vida; subemprego; discriminação na admissão de empregos e perseguição racial no trabalho; permanente repressão e violência policial; condições subumanas dos presidiários; tratamento desumano nos hospitais psiquiátricos; prisões arbitrárias - como a ocorrida no morro da cachoeira grande, quando 11 negros foram amarrados pelo pescoço - incursos na Lei de Vadiagem, quando sabemos que há milhares de desempregados; abandono de crianças, que em sua maioria negras, tornam-se delinquentes; exploração e prostituição sexual, econômica e social da mulher negra.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, meus irmãos e irmãs nas galerias;

Nossa luta de libertação deve ser dirigida por nós mesmos. Queremos uma nova sociedade onde todos participem realmente e juntos possamos unir nossas forças e lutar pela defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, social e cultural⁴⁵⁵.

Participação política, autodeterminação e trato das desigualdades “em todos os aspectos políticos, econômicos, social e cultural”. Medidas antirracistas já postas pelas ativistas negras em seus encontros e periódicos analisados nesta pesquisa e que era reforçado na voz de Benedita, eleita em 1986 para o cargo de deputada federal.

Já em março de 1987, Benedita da Silva trouxe à Câmara dos Deputados a voz das mulheres negras, as quais, por diversas vezes, apontaram a deputada como legítima liderança e, naquele momento, voz de todas elas no Congresso Nacional. Neste discurso o foco eram as reflexões em torno do dia 21 de março como Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.

A violência que ocorreu em Shaperville no ano de 1969 foi a mesma que vitimou crianças e adolescentes em 1976 no gueto de Soweto, quando “colegiais em passeata pacífica” foram mortos “sem qualquer culpa, pelo crime de possuírem a pele mais escura”⁴⁵⁶.

O que motivava essa violência, segundo Benedita, era o racismo perpetrado pelo estado, classificado por ela como “genocida”, “violento” e “sanguinário”. Os valores deste estado apartheista e de todos os governos que o apoiavam eram incompatíveis “com

⁴⁵⁵ Diário do Congresso Nacional, 1983. p.3924.

⁴⁵⁶ *Diário do Congresso Nacional*. República Federativa do Brasil. Discurso por Benedita da Silva (PT – RJ) Brasília, 24 mar.1987. p.682. Disponível em < <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD24MAR1987.pdf#page=> >. Acesso em 26.03.23.

a Carta da ONU e a Declaração Universal dos Direitos Humanos”, além de se colocarem como “ameaça à paz e segurança internacionais”. Estavam, assim, em contradição com os “princípios de democracia e convivência racial”, “consciência” e “dignidade da humanidade”⁴⁵⁷.

A incorporação destes preceitos, compreendidos como iluministas, tendo em vista a epistemologia de base eurocêntrica, por parte de Benedita, dá amplitude a estes ideais. Tal apropriação traz no bojo a compreensão de que eles foram construídos dialogicamente e, assim, para a plena efetivação destes direitos era necessário que eles fizessem parte do cotidiano, também, da maioria negra.

O movimento negro que se cristalizou nos anos 1980 visualizava a ocupação dos espaços formais da política como necessário para a efetivação, não apenas das garantias individuais, mas de seus preceitos sociais, políticos, econômicos e filosóficos, construídos dialogicamente no seio da diáspora.

O real processo de democratização da sociedade brasileira, para a militância negra, passava efetivamente pelo trato do racismo, seja em âmbito interno ou no rol da política externa e, assim, era inaceitável a aproximação econômica entre Brasil e África do Sul. Ou seja, “na qualidade de segunda nação negra, logo depois da Nigéria”, esperava-se que o Brasil cortasse todas as relações com aquele país, mas as atitudes iam na contramão desta perspectiva.

Benedita destacou reportagem publicada na edição nº 58 da Revista "Estante Terceiro Mundo" “onde se acha publicado o artigo "Brasil - África do Sul, as relações não declaradas", do jornalista sul-africano David Sigo. No artigo, conforme citação dela, vislumbrava-se a entrada crescente, no Brasil, dos capitais da mineradora Anglo American Corporation of South Africa Limited, “companhia do país do apartheid” que, no Brasil, já atuava no controle de

todo o ouro industrializado através da Morro Velho de Minas Gerais, a Mineração Catalão, que detém a segunda maior mina de nióbio do País; a Fosfatos de Goiás S.A - Fosfago, que produz 500 mil toneladas/ano de fosfato; a Codemim, maior produtora de liga de ferro-níquel entre nós; a Mineração Sertaneja, primeira produtora nacional de tungstênio; a titularidade de 716 pedidos de autorização de pesquisas, de 1.379 alvarás e de 35 decretos de lavra; 85% de produção de níquel; a produção de explosivos e armamentos através da CEV, sediada em Lorena, São Paulo (vários tipos de granadas, espoletas para munição pesada, foguetes para bazuca, antiaéreos, metralhadoras "MI" etc), fato extremamente grave para a segurança do próprio País. A Anglo American, do país do apartheid, vem incursionando ainda em outros setores da

⁴⁵⁷ Diário do Congresso Nacional, 24. mar.1987, p.682.

economia brasileira, como na exploração da castanha de caju, com a compra da Empresa Iracema, que processava o produto em Fortaleza-Ceará. Daí nossa profunda estranheza e decepção, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Deputados, quando neste "Dia Internacional pela Eliminação de Discriminação Racial", verificamos que enquanto a África do Sul mata impiedosamente e de forma selvagem nossos inocentes irmãos de cor em seu território, o Brasil - segunda maior nação negra do mundo - abre dadivosamente suas portas para acolher os capitais daquele país, parece que com o intuito de ferir, cada vez mais profundamente, nossa dignidade.⁴⁵⁸

Ao passo que o Itamaraty buscava afastamento em relação a este país, tendo em vista o acompanhamento das discussões levantadas no seio da Assembleia Geral das Nações Unidas de repúdio ao apartheid e as pressões pela sociedade civil, no campo estratégico – militar e intercâmbio comercial houve aumento das trocas, o que não passou despercebido por indivíduos e movimentos sociais e suas contundentes críticas ao aumento da atuação de multinacionais sul –africanas no Brasil, ação propagandística sul – africana, sobretudo por meio do turismo, promoção de viagens a jornalistas e deputados para a construção de outras percepções daquele país, afastadas dos efeitos que o apartheid causava à maioria negra.

Para além dos prejuízos que poderiam ocorrer em âmbito da política externa, era evidente a preocupação sobre a repercussão negativa e o desgaste que o governo brasileiro poderia sofrer em âmbito interno com as informações referentes às aproximações econômicas e militares do Brasil com a África do Sul. E, de fato, sobretudo as entidades do movimento negro, estiveram atentas a tais movimentações, denunciando em fóruns internacionais, manifestações, seminários, periódicos, encontros, as intrínsecas relações entre o governo brasileiro e o sul -africano.

Desse modo, o processo político que o Brasil passava ao final da década de 1970 e durante todo os anos 1980, caminhava *pari passu* com as discussões sobre a descolonização, libertação dos povos africanos e da diáspora negra, luta antiapartheid, processos decoloniais e novas parcerias ao Brasil no âmbito da política externa.

Além da ocupação dos espaços políticos, a revisão e partilha dos bens econômicos era outro caminho essencial na luta antirracista. Não era possível, para Benedita, que naquele "Dia Internacional pela Eliminação de Discriminação Racial" as portas da economia brasileira estivessem abertas à África do Sul, que extraía do Brasil recursos e fontes que eram destinados para a manutenção do sistema branco apartheísta. Tal situação era mais um sinal de afronta e desrespeito ao princípio da dignidade humana.

⁴⁵⁸ Diário do Congresso Nacional, 24. mar.1987, p.682.

Eram necessárias medidas legislativas que pudessem barrar tais relações e, assim, ela propôs o projeto de lei nº 764 de 1988. Este tinha como foco o pedido de proibição de relações diplomáticas com países que adotavam políticas oficiais de discriminação racial⁴⁵⁹.

O projeto de lei proposto por Benedita tem três páginas, duas delas dedicadas às justificativas ao projeto. A deputada iniciou suas argumentações a partir da imagem que o Brasil desenvolvia na África, o que poderia, ainda, comprometer as relações entre os dois lugares, dado a crítica efetuada pelo “escritor nigeriano Wole Soyinka, Prêmio Nobel de Literatura de 1986” que, em visita ao Brasil, declarou que este era um dos países que não estavam exercendo a “pressão necessária para o fim do apartheid”⁴⁶⁰.

Desde 1987, durante a visita de Desmond Tutu, três centenas de Constituintes já haviam encaminhado “Exposição de Motivos ao Senhor Presidente da República solicitando o imediato rompimento de relações diplomáticas e comerciais, mas até aquele momento o presidente da República não havia se pronunciado”⁴⁶¹.

Argumentou que o debate já tinha sido feito na “Subcomissão dos Negros” e “Comissão de Ordem Social” da Constituinte, com apoio significativo da população, mas, naquela Casa, a emenda fora rejeitada em virtude de pressões exercidas e vantagens econômicas que a África do Sul poderia oferecer ao empresariado brasileiro.

Enquanto isso, as “atrocidades, os assassinatos, os massacres de negros inocentes na África do Sul” continuam a acontecer e exigiam “dos governos mais responsabilidade, mais seriedade e, principalmente, dignidade nos seus assuntos internacionais”. Tais relações comprometiam a forma como o Brasil se lançava em âmbito da política externa, lidava com a questão dos países africanos e a construção de novas relações econômicas internacionais. Estas deveriam estar assentadas na valorização da herança cultural, promoção da dignidade e da justiça social.

Dignidade, respeito à consciência livre e aos direitos dos povos oprimidos, convivência pacífica entre os povos eram os pressupostos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, desrespeitados pela África do Sul, país no qual “a cor é usada como critério legal de desigualdade entre os homens, reservando-se à raça eleita como superior todo um conjunto de direitos e privilégios”. Também os países que

⁴⁵⁹ Projeto de Lei nº 764 de 1988. Autora: Benedita da Silva. Brasília, 16 de junho de 1988. In.: *Acervo Grupo Solidário São Domingos*. CEDIC. PUC-SP.

⁴⁶⁰ Idem, p.01.

⁴⁶¹ Idem.

mantinham relações com a África do Sul estavam desrespeitando “os princípios instituídos nesse importante documento”, entre os quais estava o Brasil.

Em anexo ao seu projeto de lei, fotos de pessoas negras assassinadas, a associação entre os crimes cometidos pelo estado apartheísta e os campos de concentração nazista e a constante advertência de que o segregacionismo sul – africano era um desrespeito aos dispositivos estabelecidos por “organismos internacionais responsáveis pela segurança e respeito aos direitos dos povos oprimidos, vilipendiados, explorados, despojados de seus valores morais, espirituais e materiais”⁴⁶².

Escrito em papel timbrado da Câmara dos Deputados, este projeto de lei se encontra no acervo do GSSD. Consta, também, carta com o timbre do Partido dos Trabalhadores, enquanto material direcionado ao partido, apresentando-lhe as medidas tomadas pela deputada no Congresso Nacional.

Em carta enviada ao PT, em julho de 1988, ela apontava que, além das discussões realizadas para a elaboração da Constituinte havia outro trabalho em paralelo sendo desenvolvido, em conjunto com a militância negra, discussões as quais o partido precisava inteirar-se⁴⁶³.

Encerrava-se a votação do primeiro turno da Assembleia Nacional Constituinte e, naquele momento, ela encaminhava aos seus companheiros do PT quais eram as propostas de sua autoria que haviam sido aprovadas, demandas que eram “fruto da contribuição e da mobilização organizada dos movimentos negros de todo o país”⁴⁶⁴.

Além das propostas levantadas pela comunidade negra para a Constituinte, ela ressaltava mais duas, levadas por ela na forma de projeto de lei na Câmara dos deputados. Uma, que declarava o 20 de novembro como feriado nacional a fim de resgatar a memória de Zumbi dos Palmares e a luta de resistência negra; outra, justamente, o projeto que proibia as relações diplomáticas com os países que praticavam políticas de discriminação racial.

Na Constituinte, tal emenda havia sido rejeitada por 15 votos, segundo ela, “por pressões externas”. Passado aquele momento de discussão, a batalha não estava encerrada e apresentava-se, novamente, na forma daquele projeto.

⁴⁶² Projeto de Lei nº 764 de 1988, Brasília, 1988.

⁴⁶³ PARTIDO dos Trabalhadores. Relatório produzido por Benedita da Silva enviado ao PT. Brasília, julho de 1988. In.: *Acervo Grupo Solidário São Domingos*. CEDIC. PUC-SP.

⁴⁶⁴ Idem.

No que concerne à Constituinte, também foram elencadas as vitórias obtidas por ela. O documento intitulado “Conquistas obtidas pelas comunidades negras na Assembleia Nacional Constituinte”, de 3 páginas, apresenta os artigos e parágrafos aprovados para a Constituição de 1988. Estavam citadas a instituição do racismo como crime inafiançável, a garantia aos “presos o respeito à sua integridade física” e às presidiárias “condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação”⁴⁶⁵.

Os outros artigos ou incisos tratavam dos direitos sociais dos trabalhadores rurais e urbanos”, a “proibição de diferença de salário e de critério de admissão por motivos de sexo, idade, cor ou estado civil”; dos direitos das trabalhadoras domésticas; à proteção das manifestações culturais populares, indígenas e afro – brasileiras; do significado de patrimônio cultural; do ensino da História do Brasil, o qual deveria levar em conta “as contribuições das diferentes etnias para a formação da nacionalidade”; e dos remanescentes quilombolas, os quais deveriam ter suas terras asseguradas por meio da emissão, por parte do estado, de seus respectivos títulos.

De acordo com dados divulgados por Marcius Souza em *A participação das mulheres na elaboração da Constituição de 1988*, das emendas aprovadas pelas deputadas federais na Assembleia Nacional Constituinte de 1987, Benedita da Silva apresentou 92 emendas e teve 25 delas aprovadas⁴⁶⁶.

Benedita era porta – voz de uma discussão ampla que ocorria na sociedade brasileira, ensejada pelo movimento negro e pelo movimento de mulheres negras, estes, por sua vez, responsáveis pelo levantamento da bandeira de luta antirracista, antiapartheid e, sobretudo, pela projeção dos nomes de Nelson Mandela e Winnie Mandela, os quais tinham parca circulação nos meios de comunicação, sobretudo no que tange à grande imprensa paulista⁴⁶⁷, mas eram, como desenvolveu-se nesta pesquisa, pauta prioritária na discussão do movimento negro.

Apresentado como terrorista, as representações diplomáticas sul – africanas no Brasil se esforçavam para projetar uma imagem negativa de Mandela, como alguém

⁴⁶⁵ SILVA, Benedita. *Conquistas obtidas pelas comunidades negras na Assembleia Nacional Constituinte, através de propostas de iniciativa da deputada federal Benedita da Silva*. Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, jul. 1988. 3p. In.: *Acervo Grupo Solidário São Domingos*. CEDIC. PUC-SP.

⁴⁶⁶ SOUZA, Marcius F. B. *A participação das mulheres na elaboração da Constituição de 1988*. Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-a-participacao-das-mulheres-na-elaboracao-da-constituicao-de-1988> > . Acesso em 27.03.23.

⁴⁶⁷ Ver.: SILVA, 2013.

intransigente, que não se dispunha a negociar, tal como pode ser percebido em carta do embaixador Alexander Van Zyl disponível no acervo do GSSD, como parte do material enviado por Benedita ao PT.

Esta carta, que se encontra junto aos projetos de lei de Benedita, seus discursos na Câmara e relatórios enviados ao Partido dos Trabalhadores, possui 3 páginas datilografadas e o embaixador se dizia perturbado com a forma pela qual Mandela havia sido “transformado em uma inocente vítima de um sistema político supostamente draconiano”. Dizia-se incomodado com sua caracterização “como um Martin Luther King ou um Gandhi da atualidade, um amante da paz mantido detrás das grades por suas crenças políticas”⁴⁶⁸.

O embaixador frisou qual seria, supostamente, a origem de Mandela, destacando-o como uma figura da realeza, como se tal situação desmerecesse a luta travada por ele contra o apartheid. Sem apontar as dificuldades enfrentadas e o segregacionismo imposto, nem os motivos das revoltas, oriundas da política segregacionista, o percurso delineado dá ao leitor a impressão de que aquele era um país de oportunidades e que Mandela era, simplesmente, um agitador sem causa aparente.

Os argumentos do embaixador focaram o ingresso de Mandela, em 1944, no CNA e sua participação na luta armada. As causas que levaram à formação destes grupos não foram explicitadas e as ações de Mandela se restringiam, segundo o embaixador, a um indivíduo que, supostamente, promove uma campanha de violência sendo este, então, o motivo de sua prisão. Esta envolveria a participação “no planejamento de ataques terroristas de grande escala contra alvos civis”⁴⁶⁹.

Concluiu o embaixador que, Mandela era bem “diferente de Martin Luther King, que professava o pacifismo e a não violência durante sua campanha pelos direitos civis nos Estados Unidos. Tais argumentos, contudo, não tem respaldo na história de luta do povo sul – africano, o qual, desde o início da implantação do apartheid começou uma onda de protestos pacíficos, de boicote, sobretudo às leis de passe, mas que surtiram, por parte do governo sul – africano, o resultado contrário, ou seja, o recrudescimento da violência estatal.

⁴⁶⁸ Carta do embaixador da África do Sul no Brasil. In.: *Acervo Grupo Solidário São Domingos*. CEDIC. PUC-SP.

⁴⁶⁹ Idem.

Em resposta a estas colocações e às vésperas dos 26 anos de encarceramento de Mandela, Benedita discursou na Câmara e, também, elaborou uma carta – resposta ao embaixador em agosto de 1988⁴⁷⁰.

Apontou a forma pejorativa com que o embaixador tratou o líder negro, de modo a difamar e desacreditar a figura de Mandela diante da opinião pública mundial. Para esta, Mandela é símbolo da luta pela libertação e pela paz. Diferente do que apontou o embaixador, Mandela não recusava ser solto, apenas associava a sua liberdade com a libertação de todo o povo sul – africano, situação a qual estava condicionado o diálogo proposto por ele⁴⁷¹.

Conforme indagou Benedita da Silva, a ausência de diálogo e a violência era perpetrado pelo estado sul – africano, institucionalizada e que era de conhecimento internacional. Citou o Massacre de Shaperville (1960), Massacre de Soweto (1976), assassinato de Steve Biko (1977), imposição do estado de emergência desde 1986 e as ações do estado sul-africano nos territórios vizinhos.

Apontou a necessidade em elucidar que o abrandamento das leis do apartheid não significava institucionalização do sistema democrático. Era necessário, então, “esclarecer que espécie de negociação e com quais lideranças o governo quer contactar”, se aquelas que contavam com representatividade nacional e internacional estavam banidas.

O modo como o nome de Nelson Mandela ecoava, segundo ela, permitia que se demonstrasse ao mundo a possibilidade de ser livre, mesmo estando “isolado numa cela”; a prisão de Mandela permitia que se questionasse o significado de justiça dentro de um regime de segregação, exclusão, “um atentado à consciência livre e democrática da humanidade”⁴⁷². Estes ideais deveriam ser partilhados por todos, afinal, a luta do povo sul – africano tinha como intuito “fazer valer o seu direito à vida, à liberdade e a felicidade”⁴⁷³.

Caberia, assim, aos democratas brasileiros irem além da “retórica de solidariedade ao povo sul – africano”, rumo à “prática efetiva”, com “ações concretas de apoio à luta da maioria sul – africana” e rompimento de relações diplomáticas. Ela, ainda, teceu críticas à prática da política externa brasileira, assentada no que apontou como um “falso ‘engajamento construtivo’, ‘falsa “presença crítica”’, a qual tinha como resultado prático

⁴⁷⁰ Discurso proferido pela Sr. Benedita da Silva (PT – RJ). Brasília, ago. 1988. In.: *Acervo Grupo Solidário São Domingos*. CEDIC. PUC-SP.

⁴⁷¹ Discurso proferido pela Sr. Benedita da Silva (PT – RJ). Brasília, ago. 1988.

⁴⁷² Idem.

⁴⁷³ Idem.

o fomento ao apartheid, “o imobilismo de cada ser humano de cada um de nós diante do apartheid, significa uma cumplicidade criminosa com aquele regime, que é a grande expressão da torpeza e da barbárie do capitalismo contemporâneo”⁴⁷⁴.

Naquele momento, em virtude das pressões internacionais por sanções econômicas, como resultado da atuação sul – africana no exílio e da diáspora, cresciam as pressões para que Mandela negociasse sua soltura com o governo apartheísta, o qual, por sua vez, exigia o isolamento do militante em sua terra natal. A oferta era recusada por Nelson Mandela, o que gerou diversas possibilidades de interpretação, uma delas utilizadas pelo governo, de que o líder recusava o diálogo, tal como havia expressado Van Zyl na carta.

Benedita argumentou quais os conhecimentos giravam em torno daquela negativa de Mandela em relação à sua soltura. Mandela, na cultura de seu povo, não representava um indivíduo, mas um ser comunitário, assim, negociações que não trouxessem respostas para essa comunidade não seriam aceitas por ele. Tal recusa era o “apelo de um homem que se confunde com o movimento de seu povo, para que o mundo se levante contra o apartheid”⁴⁷⁵.

Problematizou, também, a concepção de violência utilizada pelo embaixador para justificar o apartheid. Quem, de fato, praticava a violência e quais os caminhos de diálogo que estavam sendo propostos a fim de que a população negra pudesse, de fato, participar do processo democrático? A violência do estado se manifestava diariamente e estava marcada por um conjunto de episódios elencados, decretação do estado de emergência em 1986 “após levantes que registraram a morte de 2500 pessoas”, prisões arbitrárias, banimento das organizações antiapartheid, invasões aos países vizinhos.

Esta violência mereceu a atenção de Benedita em 10 de março de 1988, momento em que o Diário o Congresso Nacional, registrou a indignação dela diante dos “últimos acontecimentos ocorridos na África do Sul” naquele ano. Caracterizou os eventos como “atrocidades”, entre as quais estavam a prisão do arcebispo Desmond Tutu.

Afirmou que deveria ser do conhecimento de todos os constituintes a onda repressiva que assolava o país, “desde a imposição do estado de emergência, em junho de

⁴⁷⁴ Discurso proferido pela Sr. Benedita da Silva (PT – RJ). Brasília, ago. 1988

⁴⁷⁵ Idem.

1986”, até o “último dia 24”, com a proibição de “todas as atividades políticas de 18 organizações antiapartheid”⁴⁷⁶.

Desde o início da década de 1980 uma velha geração de revolucionários lutava, na África do Sul, ao lado de jovens, mulheres e estudantes que começavam a se organizar em torno de demandas específicas, tais como feministas, juvenis, articuladas em torno das demandas nacionais. Novos grupos eram formados, como ONGs, além da FDU que congregava o esforço de várias delas em uma frente ampla.

Em 1985 o CNA adotou a estratégia da Guerra Popular, com a infiltração de quadros do braço armado Lança da Nação para atuar junto à população. Contudo, grande parte das pessoas agia por conta própria, com produção de armas artesanais e grupos de guerrilha. Como resposta aos levantes populares foi decretado estado de emergência parcial em 1985 e nacional de 1986 a 1989. Neste período o estado apartheista prendeu sem julgamento, reforçou a segurança militar em áreas residenciais urbanas, instituiu toques de recolher e cordões policiais destinados à promoção de detenções e para inibir novos levantes.

Eram tais entidades, “legítimas e representativas do povo negro, internacionalmente reconhecidas como a Frente Democrática Unida; o Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos, este com 700 mil filiados”. Cabia, segundo ela, alertar a Assembleia Nacional Constituinte “para as consequências negativas - tanto no plano nacional como internacional” da indiferença do governo brasileiro para aquela situação, a qual exigia uma resposta imediata. De que valeria “nossa posição antirracistas” no “texto da futura Constituição brasileira, se não nos solidarizamos de forma efetiva e consequente com os nossos irmãos sul-africanos?” Clamava, assim, todos os constituintes a se manifestarem⁴⁷⁷.

A efetivação da democracia passava pela superação da discriminação racial e, naquele momento, em que havia sido votada uma nova Carta Constitucional, ou seja, o Brasil era “constitucionalmente anti-racista”, ressaltou, “não existirá “democracia entre nós enquanto não superarmos os limites da dominação, da discriminação e do preconceito racial”⁴⁷⁸.

⁴⁷⁶ *Diário do Congresso Nacional*. República Federativa do Brasil. Discurso proferido por Benedita da Silva (PT – RJ) Brasília, 10 mar.1988. p.682. Disponível em < <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD10MAR1988.pdf#page=20>>. Acesso 04.06.23.

⁴⁷⁷ Discurso proferido por Benedita da Silva (PT – RJ), 10 mar.1988. p.682.

⁴⁷⁸ Idem.

Semanas depois, em 22 de março de 1988, o Diário do Congresso registrou a homenagem da Câmara ao 21 de março, que contou com a transferência da presidência da casa para os parlamentares negros, Paulo Paim, Edmilson Valentim, Benedita da Silva e Carlos Alberto Caó. Seus discursos pronunciados naquele dia foram, também, publicados pela Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações e se encontra no acervo Geledés⁴⁷⁹.

Paim trouxe a luta do negro brasileiro associado à luta do negro dos EUA, local em que forçam “cada dia que passa mais espaço na sociedade norte – americana” e na África do Sul, onde lutam como podem, com as “armas que possuem e até mesmo com pedras, com seu canto e música de protesto, com o corpo dos mártires, heróis anônimos, contra as baionetas, metralhadoras e os tanques da minoria racista”⁴⁸⁰.

Também no Brasil os negros eram os mais atingidos pelo desemprego e subemprego, escolaridade precária e a mulher negra era a mais afetada, entre todos, por tal precariedade, possuindo os mais baixos salários e os menores índices de escolaridade. Jovens negros eram assassinados pela polícia, classificados como suspeito sob a marca do racismo explícito, tal como ocorreu com Júlio César, em frente a um supermercado. “Júlio César é mais um dos tantos casos de negros inocentes assassinados neste País, não pelo Governo de Pretória, da África do Sul, mas pela própria polícia brasileira”⁴⁸¹.

Paim traçou histórico da região sul – africana desde o século XVII, passando pela institucionalização do apartheid. Tratou das disparidades no que se refere ao salário, emprego, escolaridade, mortalidade infantil e o confinamento da população negra em bantustões. Ao passo que aumentava a repressão, a resistência ganhava maiores proporções e, desde a decretação do estado de emergência, 2 mil pessoas já haviam sido mortas, 30 mil prisões entre os quais 8 mil jovens, menores de 18 anos.

Apesar de tudo isso, ressaltou Paim, a Constituinte “rejeitou a proposta da companheira Benedita da Silva, que exigia o corte de relações com regimes racistas” dado as intensas trocas comerciais entre os dois países, “com aquele país, exportando papéis e armas leves, entre outros produtos, e permitindo que capitais sul-africanos tenham destaque no sistema financeiro e na indústria de extração de minérios brasileiros”⁴⁸².

⁴⁷⁹ PAIM, Paulo et. al. Dia internacional para a eliminação da discriminação racial. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1988. In.: Acervo Geledés

⁴⁸⁰ *Diário do Congresso Nacional*. República Federativa do Brasil. Discurso proferido por Paulo Paim (PT – RS) Brasília, 22 mar.1988. p.855. Disponível em < <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD22MAR1988.pdf#page=23>>. Acesso em 04.06.23.

⁴⁸¹ Idem.

⁴⁸² Idem.

Anexo ao seu discurso foi incluído, para que constasse nos anais daquela casa, dados do Censo de 1980 sobre as diferenças salariais entre pretas, pardas e brancas, além de depoimentos de mulheres negras as quais traziam as experiências de discriminação racial sofrida por elas. O intuito de Paim era retirar o racismo do âmbito das questões abstratas e mostrar como ele se materializa no cotidiano das mulheres negras. Assim, Roseli de Brito Baptista havia enviado carta ao Jornal do Brasil, republicada no Diário do Congresso, no qual ela trata de sua formação em Serviço Social, o aumento do custo de vida, a necessidade de buscar novas fontes de renda e o racismo sofrido em seu ambiente de trabalho, bem como a informalidade a que recai grande parte das mulheres negras, tal como fez questão de frisar Paim.

Paulo Paim percorreu inúmeros casos, em 8 páginas do diário, que repercutiram, naqueles anos, nos meios de comunicação de massa, em profissões tais como a de modelo, questionando, assim, os padrões de beleza como parte do racismo vigente na sociedade brasileira. Tratou do controle da natalidade, violência policial, segregação do espaço urbano. Valeu-se, inclusive de trechos de obras acadêmicas e falas de militantes a fim de validar suas argumentações, entre os quais, a associação feita por Paulo Sérgio Pinheiro entre o elevador social e o que chamou de sistema de apartheid, que segregava as trabalhadoras negras, sob a fiscalização do síndico, o qual atuava, segundo ele, tal como a polícia na África do Sul⁴⁸³.

Em seguida, Edmilson Valentim tratou das continuidades que marcavam a experiência do negro brasileiro, desde a abolição, em uma realidade que, segundo ele, “pouco se alterou”, tendo em vista as condições de moradia, trabalho e exploração. Naquele momento, devia-se ressaltar “a luta de resistência e combate do povo negro”. Tratou, também, dos recentes casos de racismo, entre os quais o que Paulo Paim havia citado, qual seja, a morte de Júlio César, “o qual, sem antecedentes criminais, foi morto, inocente, por soldados da Brigada Militar, em 14-5-87”⁴⁸⁴.

Tratou, também, dos dados estatísticos que vinham corroborar a existência da desigualdade racial, tal como no acesso ao ensino superior, disparidades salariais e na manutenção, por parte do governo brasileiro, de prósperas relações diplomáticas com a África do Sul, sobretudo tendo em vista as atuações da Anglo – American e do Banco

⁴⁸³ Discurso proferido por Paulo Paim (PT – RS) Brasília, 22 mar.1988. p.857.

⁴⁸⁴ *Diário do Congresso Nacional*. República Federativa do Brasil. Discurso proferido por Edmilson Valentim Paulo Paim (PC do B – R7) Brasília, 22 mar.1988. p.862. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD22MAR1988.pdf#page=23%3E.%20Acesso%20em%2004.06.23..> Acesso em 09.06.23.

Bozzano Simonsen. Esta exploração sobre as riquezas minerais em solo brasileiro era a mesma direcionada em relação à Namíbia, “quarto maior exportador de minérios do mundo”, mas que, em seu solo, era também submetida às disparidades salariais tendo em vista os aspectos raciais, “além da ausência de restrições políticas, econômicas ou ecológicas à exploração, o que a beneficia no mercado com seus preços menos elevados”⁴⁸⁵.

Benedita, assim, partiu dos discursos de seus antecessores para reafirmar que os dados já deixavam bastante evidente qual era a situação do negro a nível internacional. Retomou o significado do dia 21 de março e o horror que sentia diante da manutenção do “regime de barbárie” ainda em vigor naquele país, mesmo diante da condenação internacional. Lamentou a falta de tempo para que se pronunciasse de modo adequando, mas solicitou a todos que lessem os anais e retomassem os discursos dos constituintes proferidos naquele dia⁴⁸⁶.

Frisou a importância em defender o “rompimento das relações internacionais do Brasil com a África do Sul”, mas lamentou o fato de seu projeto não ter obtido o número necessário de votos. Cabia ao Brasil “como a segunda maior nação negra do mundo, tomar essa iniciativa como forma concreta de repúdio ao genocídio que vem sendo perpetrado naquele país”.

Era necessário, além de tudo, atentar para as ações da África do Sul em Moçambique, Angola. Nestas regiões, a guerra não teve fim com a conquista da independência, o que permitia vislumbrar os desafios a serem enfrentados pela África do Sul no pós apartheid.

E cabia, também, se perguntar o que esperar do Brasil no que tange as suas próprias relações raciais. Partiu do caso de uma “petulante” empregada doméstica” que “passou pela porta social de um edifício e foi punida. Pelo fato de assim ter procedido, ficou presa no elevador, por duas horas, por ordem do síndico do prédio”. O elevador de serviço era a nova senzala “e o elevador social” a “Casa Grande da época escravocrata”.⁴⁸⁷

E o que falar, então, das nações indígenas? Esquecidos, ridicularizados, forçados, vítimas de inúmeros estereótipos e aldeados sem nenhum critério. “Lá e cá” falamos em

⁴⁸⁵ Discurso proferido por Edmilson Valentim Paulo Paim (PC do B – R7) Brasília, 22 mar.1988. p.863.

⁴⁸⁶ *Diário do Congresso Nacional*. República Federativa do Brasil. Discurso proferido por Benedita da Silva (PT – SP). Brasília, 22 mar.1988. p.863. Disponível em <
<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD22MAR1988.pdf#page=23>>. Acesso em 04.06.23.

⁴⁸⁷ Idem.

apartheid. Aqui, também, o “negro hoje, é vítima da discriminação, morador da favela e do cortiço, menor abandonado e marginal”.

As reivindicações passavam pela “luta por moradia, terra, vida digna e respeito à cultura própria”. A experiência de exploração tornava todos, africanos e latino-americanos, irmãos, “com o mesmo passado de exploração”. Era a partir desta experiência que deveriam partir as “novas formas de solidariedade [...] concreta e efetiva, visando a mudança radical em todo o Continente”⁴⁸⁸.

Benedita, alegaria, por fim, na Câmara dos Deputados, a necessidade de trazer à tona, além de Mandela, que havia sido solto em 11 de fevereiro de 1990, um outro nome da luta antirracista, Steve Biko. Seu livro, “Escrevo o que eu quero”, havia sido lançado pela editora Ática no ano de 1990, com tradução do Grupo Solidário São Domingos e apresentação feita por ela⁴⁸⁹. Este mesmo texto introdutório aos ideais panafricanistas de Biko produzido por ela, serviu como discurso, apresentado em março de 1990, aos deputados.

Como apontou N. Barney Pityana no prefácio à obra de Steve Biko “Escrevo o que eu quero”⁴⁹⁰, o Movimento Consciência Negra não trouxe nenhuma novidade, sabia que pertencia a uma longa história de resistência do povo sul – africano. Com as detenções e exílios, pós Massacre de Shapervillhe, produziu-se um vácuo de lideranças negras antiapartheid, acompanhado da projeção dos líderes dos bantustões, sobretudo na imprensa liberal. Quem eram, então, os verdadeiros representantes do povo sul – africano? Tal questionamento orientou a autocrítica realizada por Steve Biko na obra.

Era necessário colocar-se contra os efeitos que o apartheid causava no cotidiano – locomoção, educação, relações sociais, trabalho, lazer, práticas culturais, religiosas – além de compreender o potencial político de declarar-se negro para além da cor da pele, rumo ao conjunto de valores africanistas, em uma linha de argumentação que remetia à L. Senghor, K. Nkrumah e J. Nyerere.

Em “Escrevo o que eu quero”, publicado no boletim da SASO em agosto e setembro de 1970, Biko apontou críticas aqueles grupos chamados por ele de “não conformista”. Brancos liberais e de esquerda, que lideravam organizações multirraciais, assentados em discursos que insistiam na integração ou em organizações “não raciais”.

⁴⁸⁸ Discurso proferido por Benedita da Silva (PT – SP). Brasília, 22 mar.1988. p.863

⁴⁸⁹ *Diário do Congresso Nacional*. República Federativa do Brasil. Discurso proferido pela Sr. Benedita da Silva (PT – RJ). Brasília, 23 mar. 1990. p.1856.

⁴⁹⁰ PITYANA, N. Barney. Introdução: Bantu Stephen Biko em perspectiva. In.: BIKO, Steve. *Escrevo o que eu quero*. São Paulo: Ática, 1990. p.13 -29.

Apontada como artificial, tal integração era uma “uma via de mão única”. A verdadeira integração só seria alcançada a partir do “respeito mútuo e da total liberdade de autodeterminação”, daí surgiria “uma genuína fusão dos estilos de vida distintos. Essa é a verdadeira integração”⁴⁹¹.

Benedita, no prefácio à obra, apresentou os ideais orientadores de sua prática políticas, assentados nos ideais do Movimento da Consciência Negra e em valores que eram recorrentes em seus discursos, tais como “liberdade”, “justiça”, “solidariedade”.

Enfim chega ao Brasil a voz de mais um dos mártires da luta de libertação do povo negro sul – africano assassinado pelo regime do apartheid na África do Sul. Steve Biko, a exemplo de Nelson Mandela, encarna com sua vida e sua morte, o profundo sentimento de liberdade latente em todo homem que se recusa, mesmo ao preço da própria vida, a submeter-se aos mecanismos que tentam subtrair o homem a sua condição humana e sua liberdade⁴⁹².

Frederick De Klerk chegou à presidência da África do Sul em 1989 e, no ano seguinte, foram anunciadas medidas para a extinção do apartheid. Com a pressão internacional, a crise econômica que tornava o apartheid inviável economicamente e o fim da suposta “ameaça comunista”, as leis segregacionistas foram desmanteladas, bem como os presos políticos obtiveram suas solturas, entre eles Nelson Mandela. Ocorreu, ainda, a legalização do CNA e de outras organizações que haviam sido proscritas.

Contudo, Benedita ressaltou a necessidade de atentar para as milhares de pessoas que ainda estavam detidas naquele país e as mudanças que ainda eram muito tênues, tendo em vista as condições de vida da maioria negra. Ou seja, “a luta por uma África do Sul livre e democrática não pode parar” e as medidas tomadas pelo governo haviam, apenas, inaugurado um novo estágio na luta.

“A realidade do povo negro sul-africano sugere reflexões sobre a nossa própria realidade, de povo sofrido e discriminado racial e socialmente”. Após a condenação do racismo como crime inafiançável pela Constituição de 1988, era necessário a garantia da promoção da igualdade, também, na prática.

Brasil e África do Sul, assim, assemelhavam-se:

Não poderíamos falar desse Dia Internacional, sem tocar com profundidade naquilo que se refere particularmente ao nosso País. Na África do Sul, 87,3% das terras pertencem aos brancos. Da mesma forma, uma minoria de

⁴⁹¹ BIKO, 1990. p.33.

⁴⁹² SILVA, Benedita. Apresentação da edição brasileira, por Benedita da Silva. In.: BIKO, Steve. *Escrevo o que eu quero*, 1990. p.05.

privilegiados brasileiros possuem privilégio igual, não só em relação à terra, mas também em relação aos meios de produção e renda per capita. Lá, a expectativa de vida para os brancos é de 70 anos e para os negros de 60. Nossa expectativa situa-se abaixo de 60 anos. Na África a taxa de mortalidade infantil é de 9,3 por mil habitantes para os brancos e 80 para negros. Aqui morrem anualmente meio milhão de crianças de zero a cinco anos, basicamente por causa da fome e da miséria e, na sua maioria, negros. Lá existe uma consciente e permanente mobilização da maioria negra pela sua redenção. Entre nós, quase nada é feito para impedir o avanço da miséria e opressão⁴⁹³.

A maior diferença era, segundo Benedita, no grau de mobilização da maioria negra. Tal como foi desenvolvido nesta pesquisa em vários momentos, os exemplares da imprensa negra trouxeram a mobilização na região da África do Sul como exemplar ao negro brasileiro, bem como a “conscientização que nos faz, infelizmente, perder de longe para os organizados movimentos populares sul-africanos”⁴⁹⁴.

Outro aspecto que mostrava a diferença entre as duas localidades era a condenação internacional diante do racismo vigente nos dois locais. O apartheid já havia sido condenado em diversas partes do mundo, sobretudo na ONU, desde 1946 e tal condenação trouxera como resposta pedidos de “boicotes culturais, econômicos e diplomáticos entre os países membros”.

Em contrapartida, a miséria e pobreza decorrente do racismo, era ignorada por parte dos países membros da ONU. Eles, com o ônus da dívida externa, por sua vez, impediam o acesso dos países mais pobres ao desenvolvimento econômico, servindo como mola propulsora para a perpetuação da pobreza e, conseqüentemente, impedindo o combate à discriminação racial.

Os casos de discriminação racial divulgados nos meios de comunicação, que já recebera atenção daquela casa em vários outros momentos, serviam, assim, para corroborar a argumentação acerca do racismo no Brasil. Os congressistas negros da legislatura de 1986 a 1990, utilizavam deles para evidenciar a prática do racismo na sociedade brasileira, nas esferas cotidianas. Eram vistos nos anúncios dos classificados de empregos, constrangimento público no acesso de pessoas negras às lojas e acusações de roubos, por exemplo.

As denúncias efetuadas pelas pessoas negras já mostravam uma vitória obtida, qual seja, o aumento do nível de conscientização delas. Outra conquista era o lançamento, no dia anterior, do livro sobre Steve Biko, conforme apontou Benedita.

⁴⁹³ *Diário do Congresso Nacional*. República Federativa do Brasil. Discurso proferido pela Sr. Benedita da Silva (PT – RJ). Brasília, 23 mar. 1990. p.1856.

⁴⁹⁴ *Idem*.

Benedita da Silva sintetizou os ideais defendidos por Steve Biko e o Movimento Consciência Negra, compartilhados por ela: a busca pelo “profundo sentimento de liberdade”, inerente à condição humana; África em sua busca pela autonomia política; promoção de condições materiais igualitárias; religiosidade e espiritualidade, capazes de garantir o fortalecimento da autoestima.

A busca pela liberdade é base da condição humana perante o “processo de desumanização imposto aos negros pelo apartheid”. O negro deve ser impelido a reencontrar-se consigo mesmo, seus valores culturais, econômicos, políticos a fim de atuar como “agente de sua própria liberdade”, contra “o processo de coisificação” e deformação de sua consciência⁴⁹⁵.

Desse modo, a base de tal movimento, intitulado de Movimento da Consciência Negra, são os valores culturais africanos, seu resgate histórico, religioso, bem como suas práticas políticas, econômicas, redes de solidariedade que permitiram a sobrevivência da população negra brasileira e sul – africana diante dos diferentes mecanismos de opressão racial, cujos resultados práticos mais aproximavam do que distanciavam as duas realidades.

A leitura dos textos de Steve Biko permite a reflexão sobre o compromisso de solidariedade na luta contra o racismo, e a compreensão sobre a forma como o racismo, fenômeno global, manifesta-se de modo diferente, tendo em vista as particularidades fronteiriças, mas que produzem resultados iguais:

Os bantustões sul-africanos aqui são redefinidos nos conglomerados de favelas, alagados e invasões compostas majoritariamente de população negra; a lei do passe sul-africano é aqui mascarada na exigência da carteira assinada, violenta e vexatoriamente requisitada pelos policiais brasileiros ao trabalhador negro desempregado e marginalizado. As taxas alarmantes de analfabetismo entre a população negra brasileira e a sul-africana expressam no Brasil a "igualdade de direitos e oportunidades" existentes entre os cidadãos brasileiros, conforme preconiza a nossa democracia racial. Essas condições tornam o pensamento de Steve Biko absolutamente atual no contexto das relações raciais do Brasil⁴⁹⁶

Para Benedita tal fato era a evidência da importância da luta e, sobretudo, da solidariedade entre os povos a partir de sua negritude e experiência do racismo que ela

⁴⁹⁵ SILVA, Benedita. Apresentação da edição brasileira, por Benedita da Silva. In.: BIKO, Steve. *Escrevo o que eu quero*, 1990. p.06

⁴⁹⁶ Idem, p.07.

traz, envolvendo o resgate da autoestima e de seus sistemas de valores. Assim, encerrou seu discurso a partir da citação da obra prefaciada:

"A consciência negra é na sua essência a percepção pelo homem negro da necessidade de juntar forças com seus irmãos em torno da causa de sua atuação - a negritude de sua pele - e de atuar como um grupo a fim de se libertarem das correntes que os prendem em uma servidão perpétua. Procura provar que é mentira considerar que o negro é uma aberração do normal, que é ser branco. É uma manifestação de uma nova percepção de que, ao procurarem fugir de si mesmos e imitar o branco, os negros estão insultando a inteligência de quem os criou negros. Por tanto, a consciência negra toma conhecimento de que o plano de Deus deliberadamente criou o negro. Procura infundir na comunidade negra um novo orgulho de si mesma, de seus esforços, seus sistemas de valores, sua cultura, sua religião e sua maneira de ver a vida." (Steve Biko)⁴⁹⁷

Uma política antirracista definida em termos de religiosidade, união, solidariedade, autoafirmação, “a percepção pelo homem negro da necessidade de juntar forças com seus irmãos em torno da causa de sua atuação - a negritude de sua pele”. A construção de “uma nova percepção”, o “orgulho de si [...] de seus esforços, seus sistemas de valores, sua cultura, sua religião e sua maneira de ver a vida."

⁴⁹⁷ *Diário do Congresso Nacional*. República Federativa do Brasil. Discurso proferido pela Sr. Benedita da Silva (PT – RJ). Brasília, 23 mar. 1990. p.1856.

Considerações Finais

O apartheid promoveu um esforço de solidariedade negra, pautou a agenda de entidades negras e não negras. Valeu-se de contatos nunca cessados entre as duas regiões – Brasil e África -, promoveu uma ampla mobilização, em um esforço de ação global, diaspórico, transatlântico, mas que permitia que, a partir daqueles eventos, fossem, também, discutidas as particularidades de cada local, permitindo a emergência de propostas políticas antirracistas globais, que colocaram a questão racial no centro dos debates, motivadas pelas inúmeras pressões advindas de setores sociais em inúmeros países.

A militância negra brasileira entrava em contato com a luta do negro sul-africano na segunda metade do século XX e, diante do recrudescimento da resistência antiapartheid, relacionava a forma como as leis apartheístas perpassavam todas as esferas da vida social, política e econômica da população negra, seja casamento, acesso à educação, saúde, moradia, trabalho, voto, deslocamento, violência.

Assim, não é possível tratar a questão da luta antiapartheid somente a partir da sua suposta capacidade de congregar todos aqueles que ansiavam pela normalidade democrática no Brasil na década de 1980 ou como estratégia do movimento negro para pautar a questão do racismo na sociedade brasileira, tal como pautou Ivair Augusto Alves dos Santos.

O SINBA deu centralidade ao continente africano nas discussões antirracistas, buscou laços com as comunidades, vendo como necessário um debate que envolvesse raça e classe. Mostrou a intenção de dedicar espaço para o trato das questões femininas, porém, algumas mulheres que gravitavam ao redor do movimento não estavam dispostas a ocuparem apenas um espaço secundário nas discussões e, a partir dali, multiplicaram-se as discussões e as entidades femininas negras que queriam colocar as questões de raça, classe e gênero no centro das discussões.

Esta discussão trazia novos ímpetos para a extensão do debate sobre a luta contra o racismo e ditadura militar que vigorava no Brasil desde 1964, propostas de participação política da comunidade negra e, sobretudo, pressões para que estas atuações refletissem no modo como o Brasil levava adiante sua política interna e externa e suas relações com os países africanos e os povos da diáspora.

Ao mesmo tempo em que reafirmava os princípios da Política Externa Independente, a militância negra a desconstruía, pois os elementos da democracia racial não eram a base dos relacionamentos, mas, sim, as possibilidades de luta rumo à libertação, sobretudo aqueles caminhos que os negros sul – africanos ofereciam aos negros brasileiros naquele momento.

O apartheid suscitou, no Brasil, indagações que se relacionavam à política externa, gênero, política, economia, de modo a constituir um pensamento negro brasileiro alinhado ao da diáspora e ao panafricanismo. Este, contudo, longe de ser reproduzido, aqui era apropriado a partir das condições vividas pelo negro brasileiro, suas associações, redes de sociabilidade e condições políticas vigentes naquele momento.

Desde o momento em que se discutia os 90 anos da Abolição da Escravatura, a África surgia ao negro brasileiro como possibilidade para se repensar os caminhos para a libertação, os quais não eram unívocos. Momento de guerras independentistas e busca pela autonomia política, tal situação foi apontada em diversos momentos nos jornais da imprensa negra, como possibilidades ao negro de repensar, também, suas condições no Brasil, em particular sua consciência racial, a qual, por meio da divulgação daqueles acontecimentos, deveria ser despertada.

A perspectiva de que a libertação advém das práticas culturais e cotidianas, a luta como resposta às consequências do racismo a que estavam submetidas a população negra, a necessidade de a população negra traçar o caminho a ser seguido de modo autônomo e arregimentação política a partir das bases sociais, também foram os caminhos propostos.

Cobrava-se mais atuação e participação política da comunidade negra tendo em vista a experiência do negro africano e da diáspora. Além disso, o trato do tema do apartheid era parte do próprio processo de reflexão da sociedade brasileira em seu caráter mais amplo, pois trazia a perspectiva de que as discussões deveriam ir além da perspectiva de “problemática do negro”, mas a necessidade de discussão do próprio desenvolvimento do capitalismo, das práticas econômicas, culturais, abertura política e os processos decoloniais na sociedade contemporânea.

O racismo produziu a incorporação dos bens econômicos de um grupo social sobre outro, transformou o usufruto dos bens coletivos em apropriação indevida, o monopólio dos bens econômicos garantiu capital político e produziu um sistema de repressão, o qual a África do Sul era o exemplo mais evidente e que, ao longo de toda a década de 1980, pôde trazer elementos para a melhor compreensão sobre o funcionamento deste sistema também aqui no Brasil e que ia muito além dos casos de discriminação racial individual.

Ao início dos anos 1980, momento de ruptura e formação das entidades femininas negras, as preocupações estavam voltadas para a promoção da conscientização delas e busca pela participação efetiva em grupos que fossem além da denúncia do racismo rumo a angariar mais espaços de atuação política.

O feminismo desempenhou um papel essencial na problematização sobre as novas maneiras de ser mulher, a politização da esfera privada e tematização de questões como a sexualidade, violência, corpo, direitos reprodutivos. Com a formação das entidades feministas negras das décadas de 1970 e 1980 ocorreu um diálogo mais intenso com as lutas no cenário africano, assim como a tendência, cada vez mais presente, de que, às mulheres negras, pobres, das comunidades, não faltavam consciência, tal como se fez supor em alguns artigos dos periódicos selecionados e produzidos pelo movimento negro, mas realidades diferentes que as aproximariam cada vez mais das lutas das mulheres empreendidas do outro lado do Atlântico.

Desde as primeiras formações feministas negras do final dos anos 1970, nota-se de que modo as integrantes circulavam entre estas diferentes esferas e como algumas tendiam para uma maior aproximação entre os movimentos, guardando as respectivas especificidades, tais como nota-se nos posicionamentos do Nzinga Informativo; outras, tais como apontado diversas vezes por Joana Angélica, viam a necessidade de mostrar mais autonomia por parte das mulheres negras e a negativa do espaço que lhes eram dedicados nas entidades feministas brancas.

Para as mulheres negras atuantes ao redor do movimento negro nos anos 1980, o racismo atingia de forma mais contundente suas esferas cotidianas, aliadas às questões de classe, o que conduzia algumas delas às entidades de esquerda, mas, lá, as dificuldades no trato da questão racial a levaram a busca pelas entidades negras. Ao passo que estas, por sua vez, relegavam as questões de gênero para planos secundários e, assim, passaram a ver como caminho essencial na luta antirracista a formação de entidades femininas negras autônomas.

Em setembro/outubro de 1986, Mulherio, em sua edição número 25 divulgou a tradução do livro de Winnie Mandela “Parte de Minha Alma”, organizado por Anne Benjamin e com tradução de Luiza Ribeiro, pela editora Rocco, Rio de Janeiro. Isabel Alexandre, professora de História da África Contemporânea do Departamento de História da USP, em “Uma vida sob vigilância” destacou sua vida de “provação” aliás, este é o significado de seu nome, Nonzane. Apontou de que modo as leis segregacionistas regiam

a vida social das pessoas em seus múltiplos aspectos – casamento, escola, transportes, comércio, etc)⁴⁹⁸.

Perseguida, banida, a trajetória de Winnie era representativa de outras tantas mulheres sul – africanas e ela mesma chegou a afirmar “Há muito tempo deixei de existir como indivíduo”.⁴⁹⁹

Neste mesmo exemplar consta as candidaturas de mulheres brasileiras para o legislativo no pleito de 1986 e, entre elas, Dulce Pereira Cardoso, pelo PT, Lélia Gonzalez, PDT e Thereza Santos, PMDB⁵⁰⁰, mulheres negras brasileiras que partiam das experiências cotidianas para o debate sobre as questões de raça, classe e gênero em âmbito político hegemônico. Tais articulações são visíveis, sobretudo, quando da realização dos encontros de mulheres negras ao longo dos anos 1980.

As prioridades e as malhas de solidariedades que elas teciam podem ser vislumbradas nas discussões efetuadas nos encontros e seus olhares se direcionaram para dois caminhos complementares: as lutas locais das mulheres das comunidades das quais se aproximavam cada vez mais e o olhar para o exterior, varrido, naquela década, pela emancipação da região sul do continente africano e a luta da mulher africana.

Suas propostas de superação tinham como base o acesso à educação, saúde e trabalho como os principais caminhos para a libertação daquelas mulheres, ampliando, assim, significativamente o escopo de alcance das medidas antirracistas que precisavam ser tomadas.

Dentro da perspectiva das experiências como meios para a constituição dos processos hegemônicos, as constantes lutas entre as hegemonias e contra – hegemonias, assim como a ideia de que a estrutura não se mantém isolada dos processos vivos, cotidianos, influenciando e sendo influenciadas por elas, entende-se a necessidade de mudanças nas dinâmicas sociais, nos processos políticos, econômicos cotidianos como o principal caminho para a luta antirracista.

Para além da denúncia do racismo, as novas entidades negras femininas traziam, assim, propostas antirracistas que englobavam as inúmeras violências cotidianas sofridas pelas mulheres, jovens e crianças negras, seja nos espaços de saúde, ambiente escolar, acesso aos bens e serviços. Propunham a ocupação dos espaços políticos, novas relações econômicas e traziam, ainda, propostas para o âmbito da política externa. Apontaram a

⁴⁹⁸ ALEXANDRE, Isabel. Uma vida sob vigilância contínua. Mulherio, São Paulo, set./out. 1986. p.08

⁴⁹⁹ Idem.

⁵⁰⁰ Ver.: Mulherio, São Paulo, set./out. 1986.

necessidade de reformular o universo simbólico ao propor novas representações das mulheres negras nos meios de comunicação, valorização da estética negra e conhecimento acerca da história de luta dos povos africanos.

O angariar espaço político na busca pela conscientização e voto do negro em negros comprometidos com a luta contra o racismo, sexismo e as múltiplas formas de violências que recaem sobre a população negra passou a pautar as reuniões, encontros, discursos de lideranças, bem como seus materiais de divulgação. Além disso, a promoção do diálogo com entidades para além do movimento negro, dado, também, que os militantes participavam de várias redes, seja em seus trabalhos, instituições religiosas e partidos políticos.

Benedita da Silva articulou o local, tendo em vista os problemas vivenciados pelas mulheres negras da favela, em diálogo com os movimentos negro de base acadêmica e a articulação com a realidade de luta da população sul –africana, debate este de ressonância global naquele momento.

Para Benedita da Silva a discussão do tema do apartheid serviu como um momento, também, de análise da situação política, social, econômica e cultural da população negra da diáspora diante dos processos de globalização. Sua análise era pautada não apenas pela crítica, mas por propostas para a superação das desigualdades raciais e passava, sobretudo, pela articulação política do negro da diáspora em diálogo com outras propostas epistemológicas não centradas no eurocentrismo.

Esta forma de ver e analisar o mundo trazia novas possibilidades epistêmicas de análise das realidades negras, femininas, de modo a extrapolar as fronteiras do estado – nação. Era, também, acompanhada de caminhos globais para a superação da desigualdade racial, seja em âmbito político, econômico, cultural.

A libertação de Nelson Mandela e o pedido de corte nas relações diplomáticas eram, assim, apenas as pontas do iceberg e a tessitura de relações entre Brasil e África do Sul trazia propostas de superação das desigualdades raciais em âmbito político, econômico, social, cultural, estratégico ao nível global.

Na primeira semana de agosto de 1991 Nelson Mandela aportou no Brasil, por onde permaneceu por cinco dias. O jornal *Folha de São Paulo*, ao acompanhar a organização,roteiro descreveu como uma das “visitas mais mal organizadas”, com severas críticas aos atrasos, gastos, inclusão de novas rotas em seu itinerário⁵⁰¹.

⁵⁰¹ ARBEX, José. Atraso e confusão marcam a visita do líder anti – apartheid no Brasil. *Folha de São Paulo*, 06. Ago. 1991. Brasil. p.8.

Acompanhando o percurso de Mandela pode-se compreender que, para além da falta de organização, sua visita trazia à tona um conjunto de questões que colocavam o apartheid no centro de nossas discussões políticas e identitárias, e as entidades negras davam, mais uma vez, um novo sentido à visita, diferente daquele planejado pelas autoridades responsáveis.

A forma como personalidades políticas buscavam fazer promoção com o uso da imagem de Mandela era evidente mas, sobretudo, o que vinha à tona eram as discrepâncias entre aquilo que se esperava da visita, o que ela significava para os diversos grupos de militantes negros, multidões que o cercaram e buscavam um espaço na agenda de Mandela e, por fim, a forma como, para além dos interesses iniciais de Madiba, essas várias disputas puderam, por fim, reformular o pensamento de Mandela sobre o caráter das relações raciais do Brasil.

Após pouco mais de um ano de sua soltura de 27 anos de prisão, a visita de Mandela tinha como objetivo a busca, ainda naquele momento, pela manutenção das sanções econômicas. Contudo, sua visita, após ter provocado celeuma com declarações iniciais dele de que haveria uma “democracia multirracial muito mais avançada” aqui do que a sul – africana, foi embora com a declaração de que “grupos negros o informaram sobre a realidade racial brasileira”, e, assim, estava muito mais disposto a lutar contra o racismo⁵⁰², além de “maravilhado” com o apoio que havia recebido⁵⁰³.

Em sua passagem ao Rio de Janeiro, na Praça da Apoteose, Martinho da Vila cantou “Sob o Sol de Johannesburg”, verso da canção intitulada Meu Homem – Carta a Nelson Mandela, segue trecho, o qual serviu de inspiração para o título desse trabalho, tendo em vista as relações e os circuitos que evocam:

Meu homem/Fui sozinha pra Namíbia/E de lá fui pra Luanda/Com os artistas do "Amandia"/Nossos cambas/Pra cantar rezas num Komba/E de lá fui pra Kizomba/Lá nas terras de Zumbi/Lá nas terras de Zumbi/Lá nas terras de Zumbi dos Palmares/Lá nas terras de Zumbi/Aí/Aí, ví brancos e pretos/Me lembrei do "Apartheid"(...) ⁵⁰⁴.

⁵⁰² MANDELA afirma que no Brasil existe racismo. *Folha de São Paulo*, 07 ago. 1991. Primeira Página, p. 1

⁵⁰³ FRANCO, Carlos. Mandela admite que Brasil faz discriminação racial. *Folha de São Paulo*, 07 ago. 1991. Brasil, p. 4

⁵⁰⁴ VILA, Martinho. Meu Homem - Carta a Nelson Mandela. *Alma do Brasil*. Rio de Janeiro: PolyGram, 1988. Disco Sonoro.

A música da cantora e compositora Beth Carvalho foi inspirada em carta de Winnie Mandela a Nelson Mandela escrita em seu aniversário, 18 de julho de 1988⁵⁰⁵. Estas e outras inúmeras evidências nos trouxeram, assim, a perspectiva de que os laços entre Brasil e África do Sul na luta contra o racismo eram muito mais tênues e imbricados do que aqueles trazidos pela história das Relações Internacionais, e para além, da perspectiva de que tais realidades se constituíam como opostas. Tais relações se constituíram como essenciais para a composição de propostas antirracistas que buscam desfazer malhas cotidianas.

Mesmo com a extinção do apartheid em 1991 e a eleição de Mandela em 1994, Benedita da Silva continuou sua prática de luta baseada na busca de laços internacionais, em um esforço para além das fronteiras, demonstrando que, no que concerne ao esforço antirracista global, a luta continua.

⁵⁰⁵ “MEU homem” - homenagem de Beth Carvalho a Nelson Mandela. Disponível em <<https://vermelho.org.br/2018/07/20/meu-homem-homenagem-de-beth-carvalho-a-nelson-mandela/>>. Acesso em 30.04.23.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz F. *O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

APPIAH, Kwame A. *Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura*. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARBEX, José. Atraso e confusão marcam a visita do líder anti – apartheid no Brasil. *Folha de São Paulo*, 06. Ago. 1991. Brasil. p.08.

BAKHTIN, Mikhail. O Discurso no Romance. In: _____ BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética: a Teoria do Romance*. Trad.: Aurora Fornoni Bernardini et. al. 6.ed. São Paulo: FUNDUNESP/HUCITEC, 2010. p.71- 164.

BANDEIRA, Luiz A.M. *Brasil – Estados Unidos. A rivalidade emergente (1950 – 1988)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BARBOSA. Lúcia M; SILVA, Petronilha B. G.; SILVÉRIO, Valter R. (Org.). *De preto à afrodescendente: trajetórias de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico – raciais*. São Paulo: EdUFSCar, 2010.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, v. 1)

BETO, Frei. *Cartas da prisão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BIKO, Steve. *Escrevo o que eu quero*. Trad.: Grupo Solidário São Domingos. São Paulo: Ática, 1990.

BRAGA, Pablo de Rezende S. *A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p.245. Disponível em <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Apartheid.pdf>>. Acesso em 27 nov. 2021

CAMPOS, Walter de O. A Lei Afonso Arinos e sua repercussão nos jornais (1950 – 1952): entre a democracia racial e o racismo velado. Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis. UNESP. Universidade Estadual Paulista. 2016.

CARNEIRO, Sueli. Centro de Documentação e Memória Institucional de Geledés. Disponível em <http://acervo.geledes.org.br/cgi-bin/koha/opac-main.pl?news_id=17>. Acesso em 26.05.23.

COUTO, Verônica. No fogo cruzado. Disponível em <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/acervo/entrevista-joao-xerri-473358.phtml>. Acesso em 14.04.2020

D' ADESKY, Jacques. A ideologia da democracia racial no limiar do anti – racismo universalista. In: SALGUEIRO, Maria A. A. *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e os desafios da descolonização africana (1950 – 1980)*. Trad.: Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 17.

DEVÉS – VALDÈS, Eduardo. *O pensamento africano subsaariano: conexões e paralelos com o pensamento latino – americano e o asiático (um esquema)*. Rio de Janeiro: Clacso Ediciones/Educam, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. A "Vênus negra": Josephine Baker e a modernidade afro-atlântica. *Estud. hist. (Rio J.)* vol.23 no.45 Rio de Janeiro Jan./Jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862010000100005>. Acesso em 14 set. 18.

FRY, Peter. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

GILROY, Paul. *Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

GONZALEZ, Lélia. Movimento ou movimentos negros? In.: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro – latino – americano: ensaios, intervenções e diálogos*. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (Org). 1ª.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização de Liv. Sovik. Trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

HASENBALG, Carlos A.; MUNANGA, Kabengele; SCHWARCZ, Lília M. *Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira*. Niterói: EDUFF, 1998. (Estudos e pesquisas; 4).

HISTÓRIAS DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO. Pallas Editora. Edição do Kindle.

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA VIII: ÁFRICA DESDE 1935. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília : UNESCO, 2010.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914 – 1991*. 2ªed. Trad.: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: UNESP, 2006.

KAMEL, Ali. *Não somos racistas – uma reação aos que querem nos transformar em uma nação bicolor*. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KI ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Vol. II. 3ª. ed. Trad.: Américo de Carvalho. Portugal: Publicações Europa – América, 1972.

KI ZERBO, Joseph. *Para quando África?: entrevistas com René Holenstein*. Trad.: Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

MAGNOLI, Demétrio. *África do Sul: capitalismo e apartheid*. São Paulo: Contexto, 1992.

MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.

MANDELA, Nelson. *Longo caminho para a liberdade: uma autobiografia*. Trad.: J. E. Smith Caldas. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARTIN – BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Trad.: Ronaldo Polito; Sérgio Alcides. 6.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica: retórica da modernidade, lógica da colonialidade e gramática da decolonialidade*. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2010.

MOORE, Carlos. *Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOORE, Carlos. *A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*. 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, 1979 – 1988. 10 anos de luta contra o racismo, São Paulo: Confraria do livro, 1988.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 2. ed. São Paulo: Princípios, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Teorias Sobre o Racismo. In: HASENBALG, Carlos A.; MUNANGA, Kabengele; SCWARCZ, Lília M. *Estudos e Pesquisas*. Racismo: Perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Niterói, RJ: EDUFF, 1998.

NASCIMENTO, Aline M. De Winnie Mandela à Baixada Fluminense. *Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos*, v.15 n.28, pp.19 – 34, 2018. Disponível em <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-aline-maia.pdf>>. Acesso em 28.11.21

NASCIMENTO, Elisa L. *Pan-africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

NERIS, Natália. *A voz e a palavra do Movimento Negro na Constituinte de 1988*. Belo Horizonte: Letramento; Casa do Direito, 2018

PEDRO, Joana M, Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 249-272.2006. Disponível em<<https://www.scielo.br/j/rbh/a/YJb8D9N6Kv4sNvRYkDkvBcP/?format=pdf&lang=pt.>>

PENHA, Eli A. *Relações Brasil - África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011.

PEREIRA Amauri M.; SILVA, Joselina da. (Org.). *Movimento negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

PEREIRA, Analúcia D. *A Revolução Sul – Africana: classe ou raça, revolução social ou libertação nacional*. São Paulo: UNESP, 2012.

PEREIRA, Neusa Maria. *O Afro Latino América que vive em mim*. Disponível em <marcosfaerman.s3-website-us-east-1.amazonaws.com/8_NeusaPereira.html>. Acesso 12.06.22.

PIRES, Tula Rafaela de O.; SANTOS, Ellen Mendonça S. Agenda política do Movimento de Mulheres Negras na Constituinte de 1987/88: atuação interseccional na construção de demandas. In.: *Encrespando - Anais do I Seminário Internacional: Refletindo a Década*

Internacional dos Afrodescendentes (ONU, 2015-2024) / FLAUZINA, Ana; PIRES, Tula (org.). - Brasília: Brado Negro, 2016. Disponível em <<https://fabioperiandro.adv.br/wp-content/uploads/ninja-forms/2/FLAUZINA-Ana-Encrespando.pdf>>

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010 (Retrato do Brasil Negro).

RODRIGUES, José. H. *Brasil e África: outro horizonte.*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 – 1989*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAID, Edward. *Cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SAMPSON, Anthony. *Negro e o ouro: magnatas, revolucionários e o apartheid*. Trad.: Joaquim Palácios. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SANTOS, Ivair Augusto A. *O movimento negro e o estado: o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no governo de São Paulo (1983 – 1987)* 2001. 219p. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

SALLES, Paula R. *Documentação e comunicação popular: a experiência do CPV – Centro de Pastoral Vergueiro (São Paulo/ SP, 1973 – 1989)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTANA, Bianca. *Continuo preta – A vida de Sueli Carneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SANTOS, Thereza. *Malunga Thereza Santos – a história de vida de uma guerreira*. EdUFscar, 2008.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica*. Trad.: Marcos Sares. São Paulo: Cosac Naify, 2006

SALLES, Paula R. *Documentação e comunicação popular: a experiência do CPV – Centro de Pastoral Vergueiro (São Paulo/ SP, 1973 – 1989)*. 2013. 161f. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12803>>. Acesso em 19.06.23

SILVA, Benedita. *A questão racial no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998

SILVA, Fabiana V. *Notícias do apartheid: o racismo nos espaços dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo*. 2013. 145p. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12793>. Acesso em 23.11.2021

SILVA, Joana Maria F. da. *Centro de Cultura e Artes Negra*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes (Org.) *O Movimento de Mulheres Negras: escrito sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2014

SOIHET, Rachel. Encontros e desencontros no Centro da Mulher Brasileira. *Revista Gênero*, Niterói, v.7,nº.2, p.237-254,1º.sem.2007.. Disponível < <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30983/18072>>. Acesso em 14.06.22.

SOUZA, Marcius F. B. A participação das mulheres na elaboração da Constituição de 1988. Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-a-participacao-das-mulheres-na-elaboracao-da-constituicao-de-1988>> . Acesso em 27.03.23.

VILALVA, Mário. *África do Sul: do isolamento à convivência – reflexões sobre a relação com o Brasil*. Brasília: FUNAG, 2016.

XERRI, João; AZEVEDO, Lília. *Cartas da África do Sul: uma experiência do apartheid*. São Paulo: Paulinas, 1985.

XERRI, João; AZEVEDO, Lília. *Ser cristão no país do apartheid*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

XERRI, João; AZEVEDO, Lília. Todos os direitos para todos. In: BETTO, Frei; MENESES, Adélia et. Al (ORG). *Utopia Urgente: escritos em homenagem a frei Carlos Josaphat nos seus 80 anos*. São Paulo: EDUC, 2002.